



Série  
Livros Digital  
19

**ARQUEOLOGIA URBANA:**  
**Estudo de uma vizinhança**  
**no Rio de Janeiro**  
**oitocentista**

Tania Andrade Lima  
(Organizadora)

Rio de Janeiro  
Museu Nacional  
2020

**Série Livros Digital 19**

**ARQUEOLOGIA URBANA:  
ESTUDO DE UMA VIZINHANÇA  
NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA**

Tania Andrade Lima  
(Organizadora)

Rio de Janeiro  
Museu Nacional  
2020

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Reitora – Denise Pires de Carvalho

Museu Nacional  
Diretor – Alexander W. A. Kellner

Comissão de Publicações  
Editor Geral – Ulisses Caramaschi

Conselho Editorial – André Pierre Prous-Poirier (Universidade Federal de Minas Gerais), David G. Reid (The Natural History Museum - Reino Unido), David John Nicholas Hind (Royal Botanic Gardens - Reino Unido), Fábio Lang da Silveira (Universidade de São Paulo), François M. Catzeflis (Institut des Sciences de l'Évolution - França), Gustavo Gabriel Politis (Universidad Nacional del Centro - Argentina), John G. Maisey (Americam Museun of Natural History - EUA), Jorge Carlos Della Favera (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), J. Van Remsen (Louisiana State University - EUA), Maria Antonieta da Conceição Rodrigues (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Maria Carlota Amaral Paixão Rosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Maria Helena Paiva Henriques (Universidade de Coimbra - Portugal), Maria Marta Cigliano (Universidad Nacional La Plata - Argentina), Miguel Trefaut Rodrigues (Universidade de São Paulo), Miriam Lemle (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Paulo A. D. DeBlasis (Universidade de São Paulo), Philippe Taquet (Museum National d'Histoire Naturelle - França), Rosana Moreira da Rocha (Universidade Federal do Paraná), Suzanne K. Fish (University of Arizona - EUA), W. Ronald Heyer (Smithsonian Institution - EUA)

Normalização – Leandra de Oliveira

Esta publicação:  
Diagramação e Arte Final – Lia Ribeiro  
Capa: Fotomontagem de Margareth Pereira Dias

MUSEU NACIONAL – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, 20940-040  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A772 Arqueologia urbana: estudo de uma vizinhança no Rio de Janeiro oitocentista / Tania Andrade Lima (organizadora). – Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.  
Dados eletrônicos. – (Série Livros Digital ; 19)

ISBN 978-65-5729-004-0

1. Arqueologia urbana. 2. Arqueologia – Metodologia. 3. Usos e costumes - Rio de Janeiro (RJ) - Séc XIX. 4. Rio de Janeiro – História – Séc. XIX. I. Lima, Tania Andrade. II. Museu Nacional (Brasil). III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. IV. Série

CDD 913.031

*Simple people doing simple things, the normal, everyday routine of life (...)*  
In *Small things forgotten*, James Deetz, 1977:3

## SOBRE OS AUTORES

### **André Arcanjo Peres**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduando do curso de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Bolsista PIBIC do Departamento de Arqueologia da UERJ. Endereço eletrônico: deoarcanjo@gmail.com

### **Andrea Jundi Morgado**

Mestre em Arqueologia pelo Laboratoire de Préhistoire, Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris e Bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Sua área de interesse atual é a Arqueologia Histórica, atuando fundamentalmente na arqueologia preventiva em áreas urbanas. Endereço eletrônico: andrea.jundi6@gmail.com

### **Glauca Malerba Sene**

Professora Adjunta do Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com pós-doutorado pelo CNPq (2013-2015) e pela FAPERJ (2009-2012), na Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado (2008) e mestrado em arqueologia (1999) pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo (USP) e bacharelado em arqueologia (1989) pela Universidade Estácio de Sá, RJ. Suas áreas de pesquisa atuais são arqueologia histórica, arqueologia de gênero e arqueologia da infância, com ênfase em estudos de cultura material. Endereço eletrônico: gmalerba@hotmail.com

### **Luan Sancho Ouverney**

Bacharel em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Atualmente cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Desenvolve pesquisas em arqueologia histórica com ênfase na análise de artefatos feitos em vidro. Endereço eletrônico: sancho.uerj@gmail.com

### **Marcos André Torres de Souza**

Doutor em Antropologia pela Universidade de Syracuse, EUA. É professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ, integrante do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional e pesquisador do CNPq. Desenvolve pesquisas em arqueologia histórica, com especial interesse nos grupos escravizados indígenas e africanos. Endereço eletrônico: torresdesouza@yahoo.com

### **Martha Locks**

Bióloga do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ, aposentada em 2019, e diretora do Museu Virtual de Ciências (desde 2014). Foi professora titular das disciplinas de Anatomia Comparada e Paleontologia da Faculdade de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, onde lecionou por vinte anos. Pesquisadora na área de Zooarqueologia, trabalha com osteologia de mamíferos (silvestres e exóticos) do quaternário do Brasil, desde 1973. Especialista em Arqueologia, Paleopatologia, Paleoepidemiologia e Educação Ambiental, desenvolve atividades itinerantes de Educação Patrimonial e Ambiental, desde 1989, com exposições, oficinas, minicursos e palestras, tendo sido premiada com nove Menções Honrosas. Endereço eletrônico: mlocks@mn.ufrj.br

### **Nayara de Moraes Amado**

Licenciada em História pelo Centro Universitário Augusto Motta. Atualmente é graduanda em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, onde é bolsista PIBIC do Departamento de Arqueologia. Endereço eletrônico: amadonayara@gmail.com

### **Tania Andrade Lima**

Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em História Social na mesma instituição, é professora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Atualmente aposentada, continua colaborando voluntariamente com o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do qual foi fundadora e coordenadora entre 2006 e 2012, ministrando disciplinas e orientando teses e dissertações. Desenvolve pesquisas em arqueologia pré-histórica e histórica, bem como reflexões sobre teoria e método em arqueologia e preservação do patrimônio arqueológico. Endereço eletrônico: talima8@gmail.com

# SUMÁRIO

Apresentação .....	6
--------------------	---

## Primeira Parte

Breve histórico da Rua Riachuelo <i>Tania Andrade Lima</i> .....	11
Os lotes investigados e seus ocupantes: metodologia da pesquisa de campo <i>Tania Andrade Lima, Glaucia Malerba Sene, Andrea Jundi Morgado</i> .....	25
A carne à mesa: o que comeram os moradores em suas casas <i>Martha Locks e Tania Andrade Lima</i> .....	63
Como comeram: das panelas à mesa <i>Glaucia Malerba Sene e Andrea Jundi Morgado</i> .....	103
Consumo e variabilidade: a ingestão de bebidas alcoólicas, os cuidados com o corpo e outros hábitos vistos através dos vidros <i>Luan Sancho Ouverney e Marcos André Torres de Souza</i> .....	137
A interpretação dos dados arqueológicos: a materialidade da vida cotidiana em uma vizinhança oitocentista <i>Tania Andrade Lima</i> .....	148

## Segunda Parte

Quem eram os vizinhos: um levantamento histórico de pessoas comuns <i>Nayara de Moraes Amado e André Arcanjo Peres</i> .....	167
O confronto entre o registro arqueológico e o documental: um método em questão <i>Tania Andrade Lima, Glaucia Malerba Sene, Marcos André Torres de Souza, Andrea Jundi Morgado, Martha Locks, Luan Ouverney</i> .....	201

# APRESENTAÇÃO

Em fevereiro de 2013, fomos chamados pela Even Construtora e Incorporadora a desenvolver um trabalho arqueológico de natureza preventiva em um terreno onde seria construído um edifício comercial, localizado à Rua Riachuelo, no Centro do Rio de Janeiro, no âmbito da Área de Proteção do Ambiente Cultural, a APAC Cruz Vermelha, criada pelo Decreto Municipal nº 11.883/1992.

De acordo com a planta cedida pela construtora para a equipe de Arqueologia (Fig. 1), o terreno destinado ao empreendimento correspondia, em sua origem, a sete lotes de diferentes dimensões, assim numerados: 366 e 368, que aparecem unidos na planta, porém ainda não lembrados; 370, 372; 376 (incorporando os fundos dos lotes originais 378 e 380); 378 (ocupando apenas a metade dianteira do lote original); e 380/380A (ocupando também apenas a metade dianteira do lote original), sinalizando que existiram seis edificações nesses lotes, antes da sua demolição para dar lugar à obra.

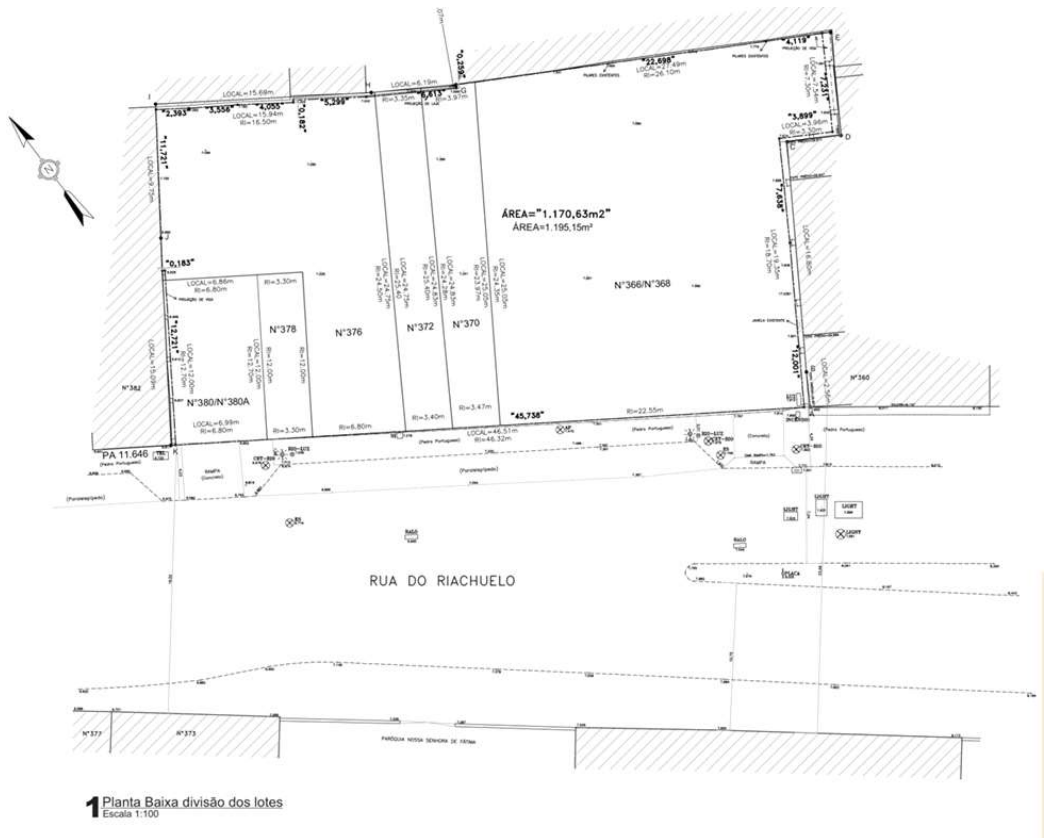


Figura 1. Planta do terreno, com a divisão dos lotes, cedida pelo empreendedor.

Encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o pedido de autorização de pesquisa no terreno, após sua tramitação legal, foi aprovado através da Portaria Iphan nº 53, publicada no DOU em 04 de novembro de 2013, iniciando-se em seguida o trabalho de levantamento arqueológico no terreno. Realizadas ao longo de todo o mês, sondagens apontaram a existência, em subsolo, de remanescentes de estruturas edificadas, além de alguns poucos itens de cultura material, atribuídos em sua esmagadora maioria ao século XIX.

Encerradas as sondagens, foi iniciada a escavação arqueológica ampla, que se prolongou até janeiro de 2014, no que foi considerada sua primeira etapa<sup>1</sup>. Nela foi feita a exposição total das estruturas arquitetônicas encontradas e recuperados abundantes restos materiais a elas associados. Entre março e maio seguintes, foi desenvolvida a segunda etapa de escavação<sup>2</sup>, apenas de monitoramento arqueológico, que compreendeu, após autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o desmanche das estruturas arquitetônicas e a continuidade das escavações, que alcançaram as seguintes profundidades: 2m em relação ao meio-fio, em 100% do terreno; 4m na sua porção central, correspondendo a 65% da sua totalidade, tendo chegado a 6m na área destinada ao poço do elevador; e a 11/12m nos trechos para a construção das paredes-diafragma. No desmanche das estruturas ainda foram encontrados, na base dos alicerces das edificações ou imediatamente abaixo deles, alguns vestígios da cultura material oitocentista. Todo o sedimento restante revelou-se completamente estéril do ponto de vista arqueológico, até a profundidade máxima alcançada nas escavações, ocasião em que foi encerrado o acompanhamento da obra.

Na Arqueologia Urbana de caráter preventivo não se escolhe as áreas a serem escavadas nem é possível antever o que poderá ser encontrado, o que limita muito as possibilidades de se levantar questões prévias à pesquisa, visando sua investigação. Mas, *a posteriori*, é mandatário que os achados sejam analisados e postos a serviço do que, em última instância, deve ser o objetivo maior dessa modalidade de arqueologia: alimentar a história da cidade, com aspectos da vida urbana que a História, por si só, não dispõe de elementos suficientes para recuperar, e que de outra forma se perderiam. É o que procuramos fazer aqui.

Neste livro apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa de campo, os alicerces das estruturas edificadas que foram encontrados nas escavações, o reconhecimento dos diferentes lotes e respectivas unidades habitacionais; a materialidade recuperada, que corresponde ao que restou das atividades cotidianas desempenhadas pelos seus moradores, a saber: seus restos alimentares, seus utensílios de preparo, processamento e ingestão de alimentos; as bebidas que consumiram, os cuidados com a saúde e a higiene corporal, bem como seus pertences pessoais e domésticos. Arrematamos a pesquisa arqueológica com uma tentativa de construção do perfil dos grupos domésticos que residiram nessa vizinhança, entendida aqui como o conjunto de pessoas vivendo em estreita proximidade, em casas coladas umas às outras, comparando-os entre si.

Metodologicamente, seguimos a máxima de James Deetz (1977:161): “não leia o que foi escrito: olhe o que foi feito”. Com base nesse princípio, a análise dos materiais recuperados foi feita de forma independente, sem consulta ao registro documental. Por sua vez, cada categoria material foi trabalhada também independentemente das demais, lote a lote. Ou seja, restos animais, cerâmicas, louças e vidros foram analisados em separado, confrontando-se posteriormente os resultados, de modo a verificar se as tendências observadas em cada segmento seguiam na mesma direção ou divergiam. Os dados arqueológicos foram interpretados, construindo-se uma narrativa sobre os moradores, exclusivamente a partir da materialidade por eles deixada.

Paralelamente, de forma também totalmente independente, os historiadores entraram

<sup>1</sup> A primeira etapa de campo foi desenvolvida pelas arqueólogas Glauca Malerba Sene e Andrea Jundi Morgado, sob nossa coordenação; e o levantamento arquitetônico, pela arquiteta Margareth Pereira Dias.

<sup>2</sup> A segunda etapa de campo foi desenvolvida pelos arqueólogos Diogo de Cerqueira Pinto, e, alternadamente, em monitoramentos diurnos e noturnos sob nossa coordenação, por Angela Gonçalves Buarque, Sílvia Alves Peixoto, Patrícia Carolina Letro de Brito e Julián Alejo Sanchez.



em ação. A segunda parte do livro expõe o que foi encontrado na documentação pesquisada, para então se trabalhar combinadamente o material já analisado e o registro textual. O confronto entre o que foi escrito e o que foi feito produziu alguns ruídos inesperados, que acabaram constituindo um dos aspectos mais fecundos da pesquisa realizada, como se expõe aqui, de tal forma que essa metodologia é colocada em questão.

Este trabalho, que nada tem de retumbante, apresenta o que pessoas comuns, morando em condição de estreita vizinhança, fizeram no seu cotidiano. Como tal, constitui uma amostra de como viveram segmentos médios da população nesse trecho do centro do Rio de Janeiro; e, desta forma, conta um pouquinho do dia a dia da nossa cidade no século XIX. Mas, sobretudo, apresenta e discute um problema de natureza teórico-metodológica, resultante da opção feita pela análise independente dos registros arqueológico e documental, e a validade dessa estratégia.

*Tania Andrade Lima*

Departamento de Antropologia

Museu Nacional / UFRJ

# PRIMEIRA PARTE



# Breve histórico da Rua Riachuelo

Tania Andrade Lima

## OS PRIMÓRDIOS

A área do empreendimento, no trecho da Rua Riachuelo situado entre as atuais Rua do Senado e Avenida Henrique Valadares, correspondeu, nos primeiros séculos de formação da cidade do Rio de Janeiro, às imediações da chamada Lagoa da Sentinela ou Lagoa do Capueruçu. Ponto estratégico de observação contra possíveis invasores que ameaçavam a cidade, entre eles índios e franceses, lá existia à época um posto de vigilância. Área de baixios e alagadiços, com inúmeras lagoas, foi decerto propícia ao estabelecimento humano em tempos pré-coloniais, pela fartura alimentar que esses ecossistemas aquáticos em geral proporcionam. Alguns topônimos tupi-guarani, entre eles *capueruçu*, sugerem a presença de populações tupi na área, bem estabelecida no Rio de Janeiro nos séculos que antecederam a chegada dos europeus.

Desde os primórdios do período colonial, o caminho que seria futuramente designado como Rua Riachuelo foi aberto em 1567, para ligar o morro do Castelo (onde estavam concentrados os poderes religioso, militar e civil do núcleo embrionário da cidade) a São Cristóvão (Fig. 1). Margeando o morro do Desterro (hoje chamado de Santa Teresa), ele começava junto à lagoa também denominada do Desterro (onde mais tarde seria construído o aqueduto da Carioca, os chamados arcos da Lapa), e chegava até a lagoa da Sentinela (Gerson, 2000). Daí em diante encontrava outros caminhos: “dobrava pela encosta do morro da Alagoinha ou do Jardim, hoje de Paula Mattos, e atravessava o Catumbi Grande, subia o morro do Barro Vermelho, seguia por Matta Porcos, e, atravessando o vale do Iguaçu, se entrava para o sertão” (Moraes, 1997).



Figura 1. Mapa do início do século XVII, segundo Barreiros (1965, prancha 6), que representa o Caminho do Capueruçu desembocando na lagoa da Sentinela ou do Capueruçu (linha vermelha tracejada acima); e na linha abaixo, paralela a ela, o Caminho para o Engenho Pequeno dos Jesuítas bordejando o Morro do Desterro, atravessando alagadiços e encontrando com o Caminho de Capueruçu junto à mesma lagoa, para a partir daí adentrar o sertão.

O morro recebeu essa designação por conta de Antonio Gomes do Desterro, o mais antigo proprietário de terras que primeiro se estabeleceu em suas encostas, em uma quinta no início do século XVII. Nele fez construir uma ermida dedicada a N. S. da Lapa do Desterro (origem do nome do bairro atual, Lapa), que logo se tornou alvo de peregrinações. Contudo, esses altos florestados serviram também como reduto para escravizados em fuga, que lá se aqulombavam e praticavam seus cultos (Macedo, 2005).

Serpenteando pelas faldas do morro e bordejando alagadiços, brejos e lagoas, o caminho seguia em direção ao chamado sertão, constituindo a principal ligação com o interior da planície, em grande parte terras do Engenho Pequeno (ou Engenho Velho), pertencentes aos jesuítas. Por essa razão, uma de suas primeiras designações foi Caminho dos Jesuítas, ou Caminho para São Cristóvão, ou ainda Caminho para a lagoa da Sentinela (ou do Capuerçu). Outra denominação recebida, esta no século XVIII, foi a de Caminho da Bica. Nesse trajeto havia, em uma chácara, uma bica para abastecer os viajantes, advindo daí essa designação alternativa.

## O SÉCULO XVIII

Via de ligação estratégica, na invasão do Rio de Janeiro promovida pela esquadra francesa em setembro de 1710, sob o comando de Jean François Duclerc à frente de uma tropa de 1.200 homens, eles investiram contra a cidade valendo-se desse caminho (Figs. 2 e 3). Desembarcando em Guaratiba, deslocaram-se por terra através de Jacarepaguá e do Engenho Velho, desembocaram no largo da Sentinela (hoje cruzamento das Ruas Frei Caneca e Riachuelo), desceram pelo caminho, contornaram o morro de Santo Antônio até a lagoa do Boqueirão, alcançando o então coração da cidade, o Largo do Carmo (atual praça XV de Novembro), sempre travando violentos combates (Barreiros, op. cit.), até serem cercados na rua Direita (atual rua Primeiro de Março) e aprisionados (Santos, 1981).

Anos mais tarde, em 1742, passando as irmãs Jacinta e Francisca Rodrigues Aires pela Chácara da Bica, de volta de uma missa na Ermida de N. Sra. do Desterro, viram a fonte e uma casa em ruínas. De família abastada e profundamente religiosas, pediram ao seu tio materno, Manuel Pereira Ramos, que adquirisse a propriedade abandonada, pois pretendiam mandar erigir ali uma capela. Atendidas em seu pedido, elas passaram a viver nesse local em retiro, sem que ninguém as visse, assumindo os nomes religiosos de Jacinta de São José e Francisca de Jesus Maria. Aí fundaram o recolhimento e a capela do Menino Deus, inaugurados em 1744 com o apoio e a admiração do governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, que se tornou seu protetor, e do Bispo Dom Frei João da Cruz (Coaracy, 1988; Gerson, 2000).

Com a adesão de várias outras jovens que buscavam o recolhimento, logo ele ficou pequeno para acolhê-las. O Conde de Bobadela e o agora Bispo Frei Antonio do Desterro recomendaram então a construção de um convento maior sob seu patrocínio, no alto do morro do Desterro, cuja pedra fundamental foi lançada em 1750, no local da antiga ermida (Fig. 4). Foi incumbido dessa construção o engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, estreito colaborador de Gomes Freire e do vice-rei Conde da Cunha. Uma das mais destacadas figuras da arquitetura colonial brasileira, ele foi o autor de obras como os Arcos da Carioca, o Paço Imperial, o Arco do Telles, entre muitas outras.



Figura 2. *Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1767*. Vê-se na parte inferior, à direita, o caminho serpenteando junto às faldas do Morro do Desterro.



Figura 3. *Plano da cidade do Rio elevado em 1791*, de Francisco Antonio da Silva Betancurt. Serpenteando entre os morros, o caminho que daria origem à Rua Riachuelo, já a essa altura com diversas chácaras e casas ajardinadas, desembocando na Lagoa da Sentinela. O ponto vermelho assinala o local aproximado do empreendimento.



Figura 4. Vista da lagoa do Boqueirão e do aqueduto de Santa Teresa, óleo de Leandro Joaquim, de fins do século XVIII. Acervo do Museu Histórico Nacional. À esquerda vê-se o Morro do Desterro, a ladeira, o convento e a igreja. À direita, um trecho do Morro de Santo Antonio, antigo Outeiro do Carmo. Entre eles e margeando as faldas do morro do Desterro, em seguida aos Arcos da Carioca, estendia-se o Caminho dos Jesuítas ou Caminho da Sentinela, ou ainda Caminho da Bica. Em primeiro plano, a lagoa do Boqueirão, que foi aterrada para a construção do Passeio Público.

Dedicando-o a Santa Teresa d'Ávila, fundadora da Ordem das Carmelitas Descalças, Jacinta de São José (Algranti, 1993) fundou o segundo convento feminino do Rio de Janeiro, o de Santa Teresa<sup>3</sup> (Fig. 5), abraçando as regras canônicas de contemplação, ascese e isolamento, com suas religiosas vivendo enclausuradas. Isto só ocorreu graças a uma ordem final de D. Maria I, em 1777, após intensa luta com o bispo, que as queria na Ordem de Santa Clara e fez objeções ao Carmelo até morrer (Machado, 2002).

Com a implantação do convento, o morro passou a ser designado como Morro de Santa Teresa, tornando-se o núcleo inicial do bairro que também levaria seu nome e se desenvolveu a partir da sua implantação. No sopé, o caminho que se tornaria futuramente a Rua Riachuelo ficou geográfica e historicamente associado a ele.

Em 1772, no governo do Segundo Marquês do Lavradio, a bica do Menino Deus foi substituída por um chafariz, por determinação do Senado da Câmara. Consta que nele havia uma lápide com a seguinte inscrição: *Civis aquam bibe / Lavradii Marchio donat ille Pater Patriae./ Quae sitis ergo tibi? / Fluminensis Senatus 1772*. Por ela, os cidadãos que tinham sede eram convidados pelo Senado a beber sua água, dada pelo Marquês do Lavradio, o pai da Pátria.

<sup>3</sup> Segundo Monsenhor Pizarro (1822, v. 7, p. 255), o primeiro convento foi o da Ajuda, da regra de Santa Clara.

O Caminho da Bica, embora situado em terreno elevado e seco em meio ao entorno pantanoso, era na verdade cheio de barrancos e atoleiros, formados a partir das enxurradas que desciam dos morros de Santa Teresa e de Pedro Dias (Morro do Senado), e também de valas que atravessavam os terrenos. De difícil trânsito para os animais de transporte, que ficavam em estado deplorável em decorrência do esforço para percorrê-lo (Pizarro, op. cit.), o caminho passou a ser conhecido também, ainda no século XVIII, como Caminho de Matacavalos, que acabou sendo sua denominação mais difundida, especialmente no século XIX. Ainda assim, suas margens foram escolhidas pelos “grandes da cidade e os negociantes ricos” (Macedo, 2005, p.136), entre eles altos funcionários da carreira militar e da burocracia civil, para nelas instalar suas chácaras e casas ajardinadas, em razão da sua topografia privilegiada (Fig. 6).



Figura 5. Arcos e o Convento de Santa Teresa. Aquarela do inglês Richard Bates, cerca de 1820. Acervo da Universidade de Cornell, Estados Unidos.



Figura 6. Vista do Convento de Santa Teresa tomada do alto do morro de Paula Matos. Óleo sobre tela de Henri Nicolas Vinet, 1863. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. No sopé do Morro é possível observar o traçado do Caminho de Matacavalos e o alinhamento de casas das elites implantadas ao longo dele. Ao fundo, os arcos da Carioca.



No plano reproduzido abaixo (Fig. 7), vê-se, à esquerda, a “estrada de Mata Cavallos” nascendo junto aos Arcos da Carioca, já arruada a essa época, com edificações em ambos os lados – no caso, casas ajardinadas, pequenas e grandes chácaras – pertencentes aos segmentos mais abastados da sociedade setecentista. Em sua obra, o Pe. Perereca apresenta nominalmente um arrolamento de 85 proprietários, entre eles marqueses, viscondes, barões, marechais, brigadeiros, coronéis, capitães, oficiais do Exército e da Marinha, mordomos e camaristas do Paço, conselheiros, desembargadores, advogados, padres, cônegos, cirurgiões, entre outros. Ainda segundo esse autor, foi aterrado um trecho do caminho em 1780, corrigindo-se os defeitos existentes no alinhamento “para as bandas da lagoa da Sentinela” (Santos, 1981, p. 148-9).

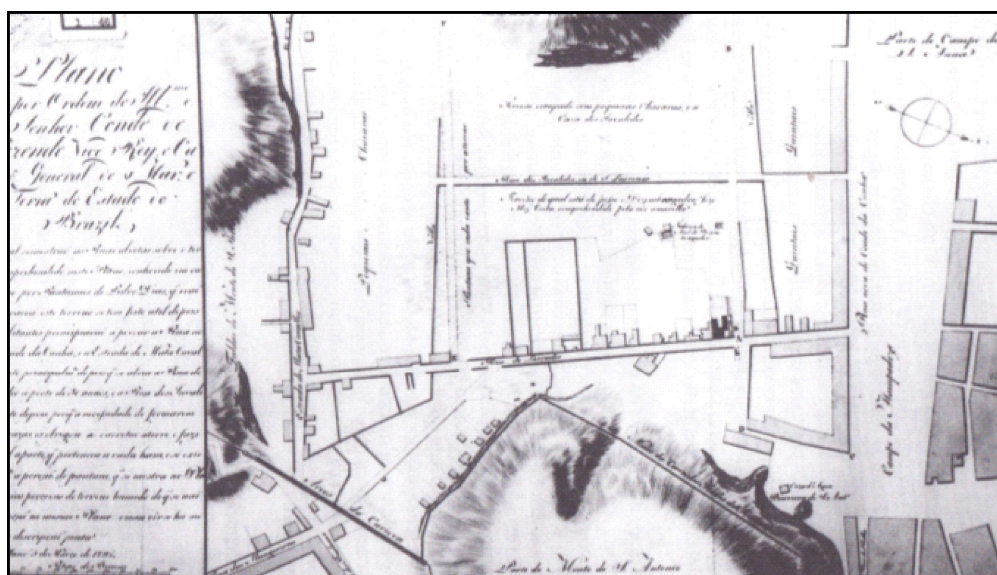


Figura 7. Plano de arruamento feito pelo engenheiro militar José Correia Rangel de Bulhões, por ordem do Vice-rei Conde de Resende, em março de 1795. Destinado à antiga chácara do guarda-mor das minas Pedro Dias Paes Leme, uma área de baixios próxima ao Caminho de Matacavalos, propunha a extinção dos seus pântanos mediante aterros (Cavalcanti, 2004).

Em 1808, de acordo com o lançamento para cobrança da décima urbana reproduzido na mesma obra, a estrada possuía 75 casas, quase todas no interior de chácaras, sendo 49 do lado direito e 26 do lado esquerdo. A expansão aí foi muito rápida, pois, segundo registro do Reverendo Walsh, citado no mesmo livro, em 1828, ou seja, vinte anos depois, a estrada tinha 254 prédios, sendo o trecho entre a Lapa e a Rua do Resende o de maior concentração de edificações.

No início do século seguinte, com a água escasseando no chafariz do Menino Deus, o Intendente Geral da Polícia, desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, responsável por inúmeros empreendimentos no período em que ocupou a Intendência (1808-1821), fez construir em 1817 um novo chafariz no terreno junto ao muro da chácara do tenente coronel Claudio José Pereira da Silva, na Estrada de Matacavalos, para abastecer de água os moradores da região. Canalizando as águas das nascentes do morro de Santa Teresa, em obra de excelente qualidade, instalou quatro bicas de bronze em chafariz trapezoidal de alvenaria e cantaria

(Fazenda, 2011), tendo na base, um tanque tripartido que corria em toda a sua extensão. No centro do muro foi colocada uma cartela com a seguinte inscrição: O Rey / Por bem / do / Seu povo / M. F. E. O.<sup>4</sup> / Pela Polícia / 1817.

Segundo o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles<sup>5</sup>, mesmo após sucessivas reformas foram conservadas a cantaria, as pilastras e a cartela (Figs. 8 e 9). Perdida sua função original, permaneceu seu valor histórico e artístico. Foi tombado em nível federal pelo Iphan e posteriormente repassado ao estado.

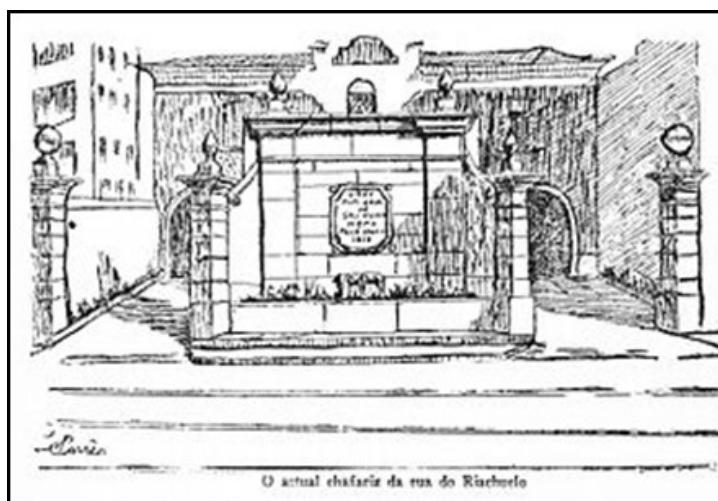
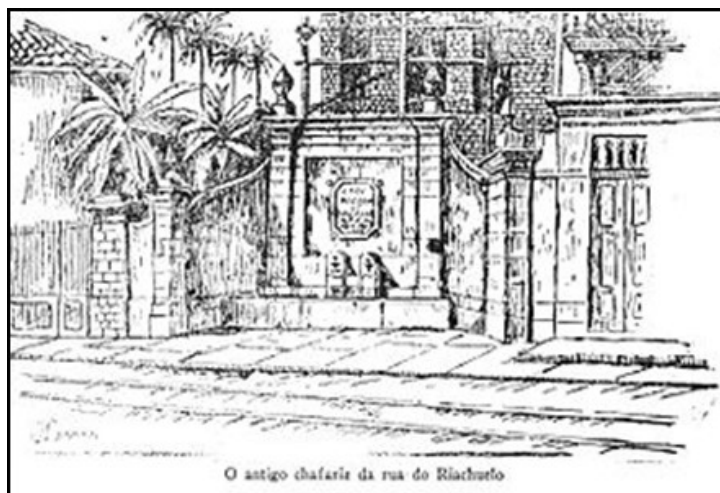


Figura 8. O Chafariz de Matacavalos, segundo ilustrações de Magalhães Corrêa, em dois momentos distintos: antes, o antigo (Magalhães, 1935) e depois de 1923 (Magalhães, s/d), quando seu entorno foi desfigurado, ao fundo, por uma construção neocolonial; e ao lado, por réplicas dos corpos prismáticos compondo duas entradas de garagem, encimadas por globos de luz onde se lia a palavra “Standard”.

<sup>4</sup> M.F.E.O.: mandado fazer e oferecido.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/ans/net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1706](http://portal.iphan.gov.br/ans/net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1706). Acesso em: 16 Janeiro 2013.



Figura 9. O chafariz de Matacavalos, de 1817, hoje. Coberto de pichações, assim como a cartela com a inscrição do Rei doando água para o bem de seu povo. Rua Riachuelo, nº 187. Foto: T. Andrade Lima.

## O SÉCULO XIX

Ao longo da primeira metade do século XIX, foi adensada a ocupação do antigo caminho, que, totalmente arruado, se tornou oficialmente Rua de Matacavalos, em 1848 (Berger, 1974). Considerada uma área nobre da cidade também nos Oitocentos, com belos solares e imponentes casarões, acolheu renomados moradores. Entre muitos outros, Francisco de Paula Mattos, proprietário de uma grande chácara que foi desmembrada em 1845, e cujo nome designa até hoje o morro adjacente e uma rua. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Visconde de Condeixa, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1803 e 1810. General Tomás Guido, diplomata e político, embaixador de Juan Manuel de Rosas, ditador argentino. O Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata e Comendador da Imperial Ordem da Rosa, militar que comandou a esquadra na campanha do Rio da Prata. Francisco Bento Maria Targini (1756-1827), Visconde de São Lourenço e Comendador da Ordem de Cristo, tesoureiro-mor do Erário Real e conselheiro de Fazenda no período joanino, entre muitos e muitos outros.

O solar deste último, o Visconde de São Lourenço, localizado na esquina da Rua de Matacavalos com a Rua Nova de São Lourenço (mais tarde Rua dos Inválidos), teve como primeiro proprietário Antonio da Cunha, oficial das ordenanças. Vendido para Targini, que nele empreendeu grande reforma, o solar viveu a essa época seu período áureo. Em estilo colonial português, foi uma das primeiras edificações em três pavimentos da cidade e consta que está tombado pelo Iphan, embora esse imóvel não figure na relação dos bens protegidos em nível federal na cidade do Rio de Janeiro. Tendo desde então passado por várias mãos e por diferentes funções e usos (sede de colégio, salão de bilhar, mercearia, restaurante, barbearia, entre outras), acabou em ruínas, seu estado atual, após ter sofrido um incêndio na década de 1990 (Figs. 10 e 11).



Figura 10. Solar do Visconde de São Lourenço, em foto de meados da década de 1930 (autor desconhecido).

Figura 11. O Solar do Visconde de São Lourenço, hoje. Foto: T. Andrade Lima.



Outro morador ilustre da Rua de Matacavalos foi Manuel Luis Osório, o General Osório (1808-1879), barão, visconde e marquês do Herval. Eminentemente militar e político, participou de grandes batalhas travadas ao longo do século XIX, tendo se tornado herói da Guerra da Tríplice Aliança. Senador do Império e Ministro da Guerra, é o patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro, do qual é uma de suas glórias. A casa onde ele viveu e faleceu aos 71 anos tem

fachada azulejada, com treze janelas e duas grandes portas duplas nas extremidades (Fig. 12). Tombada em nível federal pelo Iphan, é atualmente um museu aberto à visitação pública.



Figura 12. Casa do General Osório, Rua Riachuelo nº 303. Foto: T. Andrade Lima.

No antigo chafariz da bica do Menino Deus a água foi escasseando e, embora ele tenha sido reconstruído na segunda metade do século XIX, a Inspetoria Geral de Obras Públicas acabaria decidindo pela sua demolição em 1890, por considerá-lo então inútil para o abastecimento de água da região. Ignora-se o destino da sua lápide.

Em 1865, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro propôs a mudança no nome da Rua de Matacavalos para Rua Riachuelo, em homenagem à vitória alcançada pela esquadra brasileira na batalha naval travada nas águas do Riachuelo, afluente do rio Paraná. Sob o comando do Almirante Barroso, foi uma das mais importantes e decisivas da Guerra do Paraguai. Desde então é esta a sua designação oficial, que perdura até os dias atuais.

Em 1870, transferiu-se definitivamente para a Rua Riachuelo o Hospital do Carmo, pertencente à Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Fundado em 1773, funcionava até então nos fundos da Igreja do Carmo, na rua Primeiro de Março. O novo edifício foi construído para exercer precisamente a função de hospital, com primorosa arquitetura em estilo neoclássico (Fig. 13). Tal como continua até hoje, tendo sido tombado em nível municipal.

A história da cerveja no Rio de Janeiro está intimamente ligada à Rua de Matacavalos. Em 27 de outubro de 1836, foi publicada a primeira notícia sobre a fabricação de cerveja na cidade, um anúncio no Jornal do Commercio informando que no nº 90 se vendia “cerveja, bebida acolhida favoravelmente e muito procurada. Essa saudável bebida reúne a barateza a um sabor agradável e à propriedade de conservar-se por muito tempo”.



Figura 13. O imponente edifício do Hospital da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo, à Rua Riachuelo, nº 43. Foto: T. Andrade Lima.

Em 1851, o Almanaque Laemmert comunicava que havia sido fundada a Imperial Fábrica de Cerveja Nacional de Henrique Leiden & Cia na Rua de Matacavalos nº 78. E a partir de 1857, esse mesmo anúncio passou a aparecer seguido da frase “fundada em 1848”, considerando-o como o introdutor dessa indústria no Brasil. Em 1856, também no Almanaque Laemmert, foi anunciada pela primeira vez a Imperial Fábrica de Cerveja Nacional de Alexandre Maria VillasBoas & Cia, também situada na Rua de Matacavalos, nº 27. Aparentemente essa fábrica foi vendida para João Gonçalves Pereira Lima, que a anunciou

no mesmo periódico em 1860, no mesmo endereço. Um quarto anúncio também no Laemmert de 1864, informava uma nova fábrica de cerveja à Rua de Matacavalos nº 19, totalizando quatro diferentes indústrias em meados do século XIX. Em 1866, após a mudança do nome da rua para Riachuelo, apareceu no Laemmert mais um produtor, a Fábrica de Cerveja Independência Brasileira, de Logos & Cia., situada no nº 94. Em 1869, a fábrica de Leon Leiden & Cia, sucessor de Henrique Leiden, em franca expansão, mudou-se para o nº 76/78, incorporando a tecnologia a vapor. Três décadas depois, a Independência Brasileira continuava na mesma rua, agora no nº 104, atestando a consolidação das fábricas de cerveja que nela foram instaladas. Nenhum desses prédios sobreviveu e foram substituídos por edifícios de apartamentos.

Em 1866, na efervescência da Guerra do Paraguai e em meio aos movimentos republicanos e abolicionistas, um grupo de irreverentes comerciantes apreciadores da boemia conhecido como *XX amantes*, reuniram-se, sob a liderança do português José Alves da Silva, em um renomado bar e confeitaria chamado *Maison Rouge*, dispostos a comprar um bilhete de loteria no dia de N. Sa. da Glória. Se fossem vencedores, fundariam com o prêmio uma sociedade carnavalesca. Ganharam e receberam 15 mil contos de réis, uma soma vultosa à época. Com ela fundaram na Rua Riachuelo o “Democráticos Carnavalescos” pouco tempo depois, em 19 de janeiro de 1867. O líder do grupo mandou vir de Portugal uma imagem de N. Sa. da Glória, padroeira das sociedades carnavalescas, a qual passaram a cultuar, agradecendo sempre por suas vitórias. Desde então é mantida a tradição dessa sociedade recreativa, que se encontra até hoje no local, onde promove domingueiras dançantes<sup>6</sup>. Atualmente, a feição do edifício é de inspiração *art déco*, o que permite supor que ele tenha sido reformado em torno das décadas de 1920/1930 (Fig. 14).

A esse propósito, são várias as expressões desse estilo que ainda podem ser vistas na Rua Riachuelo, sobretudo em portarias de edifícios residenciais, em especial em portões de ferro e nos tipos utilizados nos nomes dos prédios.



Figura 14. Fachada e portaria do Clube dos Democráticos, à Rua Riachuelo nº 91/93, de inspiração *art déco*. Imóvel tombado em nível municipal. Foto: T. Andrade Lima.

<sup>6</sup> Disponível em: [www.clubedosedemocraticos.com.br](http://www.clubedosedemocraticos.com.br). Acesso em: 21 Janeiro 2013.

Ao final do século, em 1899, Machado de Assis publicou sua obra magistral *Dom Casmurro*, fazendo da Rua de Matacavalos o cenário onde os dois personagens principais - Bento de Albuquerque Santiago, o Bentinho, e Maria Capitolina Santiago, a Capitu - residiram em sua infância. Ele, de família abastada, vivendo em uma casa de construção imponente na Rua de Matacavalos, e ela, sua vizinha, de poucas posses, filha de um funcionário público que comprou a casa assobradada vizinha à dele com o ganho de um bilhete de loteria. Esse contraste entre vizinhos já pouco lembrava o tempo em que o caminho era privilégio dos segmentos mais afluentes, e antecipava então as transformações econômicas e sociais que estavam reservadas à Rua Riachuelo no século XX.

## O SÉCULO XX ATÉ HOJE

O novo século mudou substancialmente o perfil da Rua Riachuelo, como já antecipara Machado de Assis, tendo restado poucos exemplares dos seus áureos tempos, nos Setecentos ou mesmo nos Oitocentos. Os que ainda existem foram em grande parte destinados a novos usos, que em nada os dignificam, e só contribuem para a sua degradação. Transformados em estacionamentos, autoescolas, postos de saúde, cursos preparatórios, entre outros, pessimamente adaptados para essas funções (Figs. 15 a 18), não é difícil prever qual será seu destino em futuro próximo.



Figura 15. Sobrado oitocentista à Rua Riachuelo nº 197, transformado em autoescola e em salas de cursos preparatórios para concursos públicos para as Forças Armadas. Foto: T. Andrade Lima.



Figura 16. Casa datada de 1884, transformada em estacionamento à Rua Riachuelo nº 128. Foto: T. Andrade Lima.



Figura 17. Três unidades residenciais geminadas em sobrados de três andares à Rua Riachuelo nºs 141, 143 e 145. Edifício transformado em templo da Assembleia de Deus. Foto: T. Andrade Lima.

Figura 18. Casa de 1903 transformada em restaurante. Foto: T. Andrade Lima.



## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro / Brasília: José Olympio / Ed. UnB, 1993.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565 – 1965)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*. I e II Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Olimpica E., 1974.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 347.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. Coleção Reconquista do Brasil, 2. série, 1988, p. 212.



CORREA, Armando Magalhães, Terra Carioca – Fontes e Chafarizes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 170, 1935.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 86, vol. 140 (1919). Rio de Janeiro, Documenta Histórica, 2011, vol. I, p. 210.

GERSON, Brasil. História das ruas do Rio. Rio de Janeiro, Lacerda Ed., 5ª ed., 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO DE ASSIS. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro/SãoPaulo/Porto Alegre: W.W. Jackson, 1946.

MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo. Mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Parte 1, O Morro do Desterro e o Setecentos carmelita. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Memória do Rio*, vol. 4, s/d, 197(?).

MORAES, Alexandre José Mello. *Chronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil*, Edição Fac-Similar, Coleção Memória Brasileira, Senado Federal, 1997.

PIZARRO, José de Sousa Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1822, 8 volumes. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>. Acesso em: 08 Abril 2014.

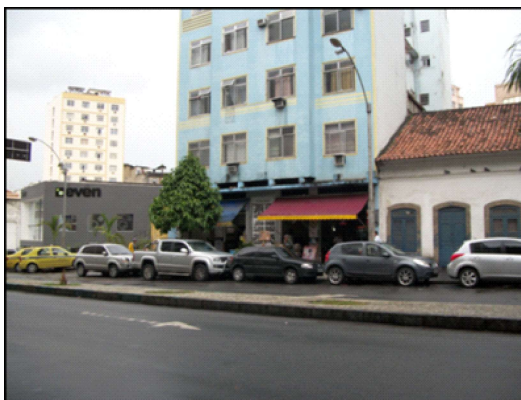
SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do Reino*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, Reconquista do Brasil, nova série. Vol. 1, 1981, p. 67-8.

## Os lotes investigados e seus ocupantes: metodologia da pesquisa de campo

Tania Andrade Lima  
Glucia Malerba Sene  
Andrea Jundi Morgado

A atual Rua Riachuelo, recuando aos primeiros tempos da cidade como uma importante via de comunicação com o interior, se manteve, ao longo dos séculos XVIII e XIX, como uma área ocupada por segmentos privilegiados da população, tendo entrado em processo de decadência apenas do final do século XIX e século XX em diante. Por conta deste longo histórico, era esperado que pudessem ser encontrados, nas escavações, vestígios dos tempos pré-coloniais, quando a região foi ocupada por indígenas, bem como dos primeiros momentos da colonização e dos séculos que se seguiram, até o período recente.

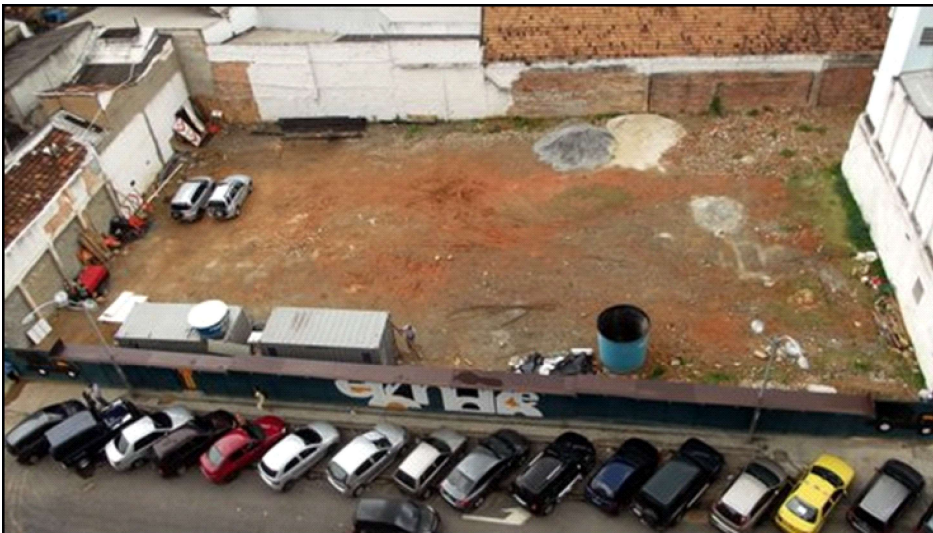
Embora o *Plano da cidade do Rio elevado em 1791*, de Francisco Antonio da Silva Betancurt, apresentado acima no histórico da área, permita supor que a essa época boa parte do Caminho de Matacavalos estava tomado por moradias, o trecho do empreendimento ainda não contava com edificações. Contudo, bem próxima a ele, apenas dois lotes adiante, sobrevivem contraditoriamente duas casas geminadas do século XVIII, tombadas pelo município e pertencentes à Santa Casa da Misericórdia, como se vê abaixo (Figs. 1 e 2). Essa evidência permitiu antever a possibilidade de que remanescentes desse período pudessem ser encontrados no terreno.



Figuras 1 e 2. Casas térreas de porta e janela, geminadas, de características setecentistas, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia e tombadas em nível municipal, à Rua Riachuelo n°s 354 e 356. A foto à direita mostra a proximidade dessa edificação com a área do empreendimento, localizada dois lotes adiante, à esquerda na foto. Fotos: T. Andrade Lima.

A abordagem inicial ao terreno (Fig. 3) consistiu na sua divisão em setores de 5 x 5m, demarcando-se sondagens nas interseções, devidamente identificadas por letras e números compondo siglas alfanuméricas, a partir de um marco zero. Foi possível proceder à demarcação de 62 sondagens, correspondendo a seis linhas alfabetadas no sentido norte-sul (fundo-frente), de A a F, e dez numeradas no sentido leste-oeste (lado a lado), de zero a nove. Foram inseridas mais duas sondagens isoladas no pequeno prolongamento na extremidade leste do terreno. Observou-se *a priori* que as sondagens da linha F coincidiram com o meio-fio do terreno e com a área dos contêineres da obra, o que impossibilitou sua execução, reduzindo a 52 as que puderam ser abertas. Como outras três não foram feitas, a saber: o ponto zero e as duas em frente ao portão de entrada, para não inviabilizar o trânsito, foram de fato executadas 49 sondagens, todas escavadas manualmente (Figs. 4 e 5).

3



4



Figuras 3 e 4. Acima: vista geral da área do empreendimento ao se iniciarem os trabalhos. Abaixo, as sondagens realizadas no terreno. Fotos das autoras.

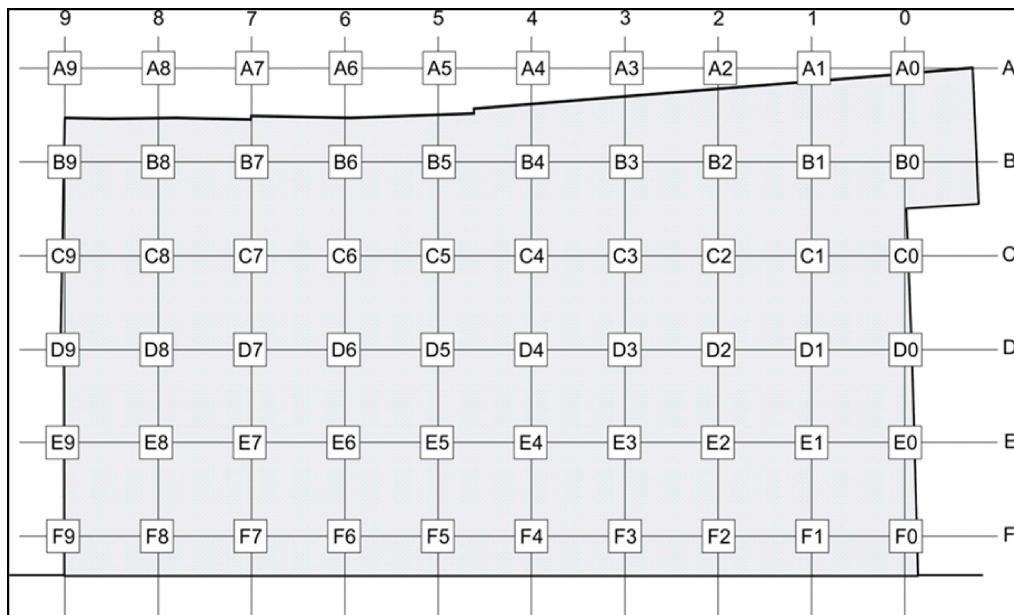


Figura 5. A malha das sondagens e suas respectivas siglas alfanuméricas, que foram utilizadas como referência espacial para os achados na etapa de escavação que se seguiu ao levantamento. Planta: Margareth Pereira Dias.

Foram encontrados nas sondagens sistemáticas trechos de alicerces, segmentos de paredes, pisos e estruturas de diferentes tipos ao longo de toda a área do empreendimento, atribuídos na sua quase totalidade ao século XIX. Excetuaram-se alguns poucos elementos, como estruturas de concreto, tijolos vazados e azulejos, sem dúvida relativos ao século XX. Essa presença maciça do século XIX foi confirmada por cerca de 150 fragmentos de objetos diversos, na sua quase totalidade do mesmo período. Já com relação ao século XVIII, pouco ou praticamente nada foi encontrado nessa etapa prospectiva. Dentre os objetos recuperados, apenas dois fragmentos de faiança portuguesa foram atribuídos a ele.

Concluído o levantamento arqueológico preliminar do terreno, foi imediatamente iniciada a etapa de escavação. Em face da presença maciça de estruturas arquitetônicas no seu subsolo, de ponta a ponta, não havia alternativa senão expô-las integralmente, de modo a se poder entender precisamente a que elas correspondiam e de que forma estavam organizadas.

Para a escavação propriamente dita, o trabalho foi desenvolvido em três etapas: a primeira, de escavação mecânica em área ampla, para remoção dos níveis superficiais do terreno, estéreis do ponto de vista arqueológico (Figs. 6 e 7), tal como observado nas sondagens. A segunda, de escavação manual para exposição dos remanescentes arquitetônicos e recuperação de vestígios (Figs. 8 a 11); e a terceira, de escavação minuciosa para limpeza das estruturas, visando a leitura dos sistemas construtivos e também recuperação de vestígios (Figs. 12 e 13). Essas etapas não ocorreram necessariamente em sucessão, mas foram em muitos momentos concomitantes nos diferentes trechos do terreno, para fins de agilização do trabalho (Figs. 14 a 18). A exposição da totalidade dos remanescentes arquitetônicos (Figs. 19 a 22) foi realizada em um tempo recorde de dois meses, de modo a atender à necessidade premente do empreendedor de liberação da área por parte do Iphan.



6

7



Figuras 6 e 7. Etapa de escavação mecânica, para remoção dos níveis superficiais do terreno, estéreis do ponto de vista arqueológico. Fotos das autoras.



8

9



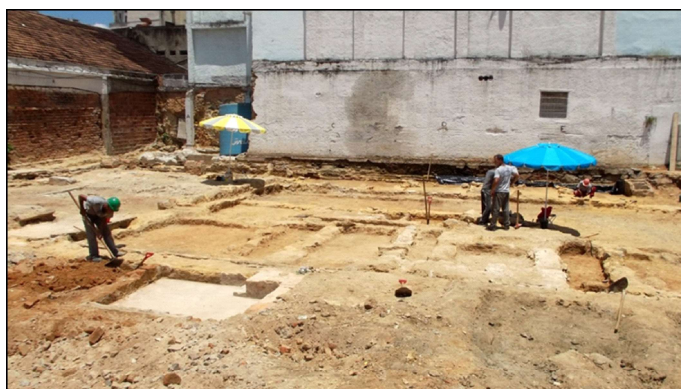
Figuras 8 e 9. Exposição inicial das estruturas arquitetônicas, através de escavação manual. Fotos das autoras.



10

11

Figuras 10 e 11. Exposição progressiva das estruturas arquitetônicas, através de escavação manual, enquanto a escavação mecânica avançava pelo terreno, retirando os níveis superficiais estéreis do trecho seguinte. Ao fundo, o sedimento estéril recolhido pela escavação mecânica. Fotos das autoras.



12

13

Figuras 12 e 13. Etapa de limpeza minuciosa das estruturas para leitura dos sistemas construtivos. Fotos das autoras.



14



15



Figuras 14 e 15.  
Exposição dos alicerces das antigas edificações em 1/3 do terreno, concomitante à escavação mecânica nos demais trechos. Fotos das autoras.

16



17



Figuras 16 e 17.  
Exposição das estruturas em metade do terreno, com a escavação mecânica avançando no trecho remanescente. Fotos das autoras.



18

19



Figuras 18 e 19.  
Limpeza minuciosa  
dos alicerces na  
etapa de finalização  
da escavação. Fotos  
das autoras.

## DESCRIÇÃO DOS LOTES

As escavações arqueológicas mostraram, a partir da distribuição dos alicerces em alvenaria de pedra encontrados, externos e internos, que, no século XIX, os lotes (ou parcelas), entendidos como a unidade de registro no Cadastro Urbano, estavam organizados de forma distinta. Os lotes nºs 366 e 368 eram totalmente separados. Já os lotes nºs 370 e 372 parecem ter sido ocupados por casas geminadas. O lote nº 376, por sua vez, se foi geminado na origem, foi posteriormente lembrado, tendo desaparecido o nº 374 (Figs. 20 a 23). No caso dos lotes nºs 378 e 380, intervenções feitas em tempos mais recentes não permitem que sejam levantadas senão algumas suposições sobre a sua configuração no passado, sendo a mais plausível a de que foram lotes separados, e que as suas edificações, ao menos no lote nº 380, alcançaram o fundo do terreno. Para o século XIX, portanto, foram identificadas sete unidades habitacionais, em contraposição às seis encontradas no século XX.

Foram utilizados, como principais diferenciadores para o reconhecimento das estruturas mais antigas e mais recentes, elementos do seu sistema construtivo, sobretudo as argamassas, sendo as mais antigas de cal e areia. Também foram consideradas as bitolas dos tijolos maciços, cujas dimensões foram reduzidas no século XX, atribuindo-se os de maior porte (cerca de 28/29cm x 13/14cm) a períodos anteriores. A presença de tijolos vazados, cimento ou o uso do concreto com vergalhões foram entendidos como introduções que foram vulgarizadas em unidades habitacionais apenas no século XX.



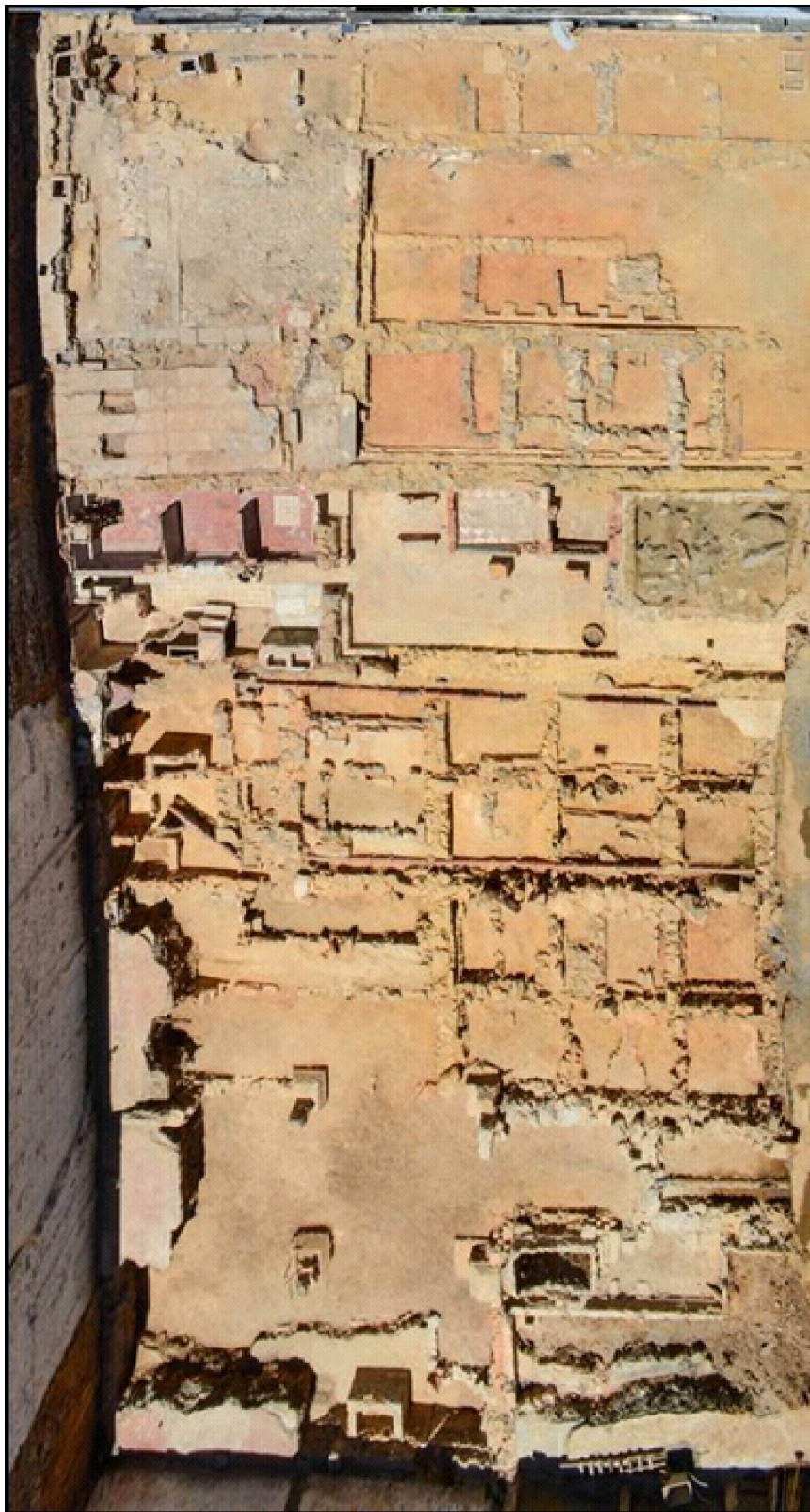


Figura 20. Exposição completa dos alicerces encontrados no terreno do empreendimento. Fotomontagem da totalidade da área escavada: Margareth Pereira Dias



Figura 21. Os lotes identificados. Fotomontagem da totalidade da área escavada: Margareth Pereira Dias.

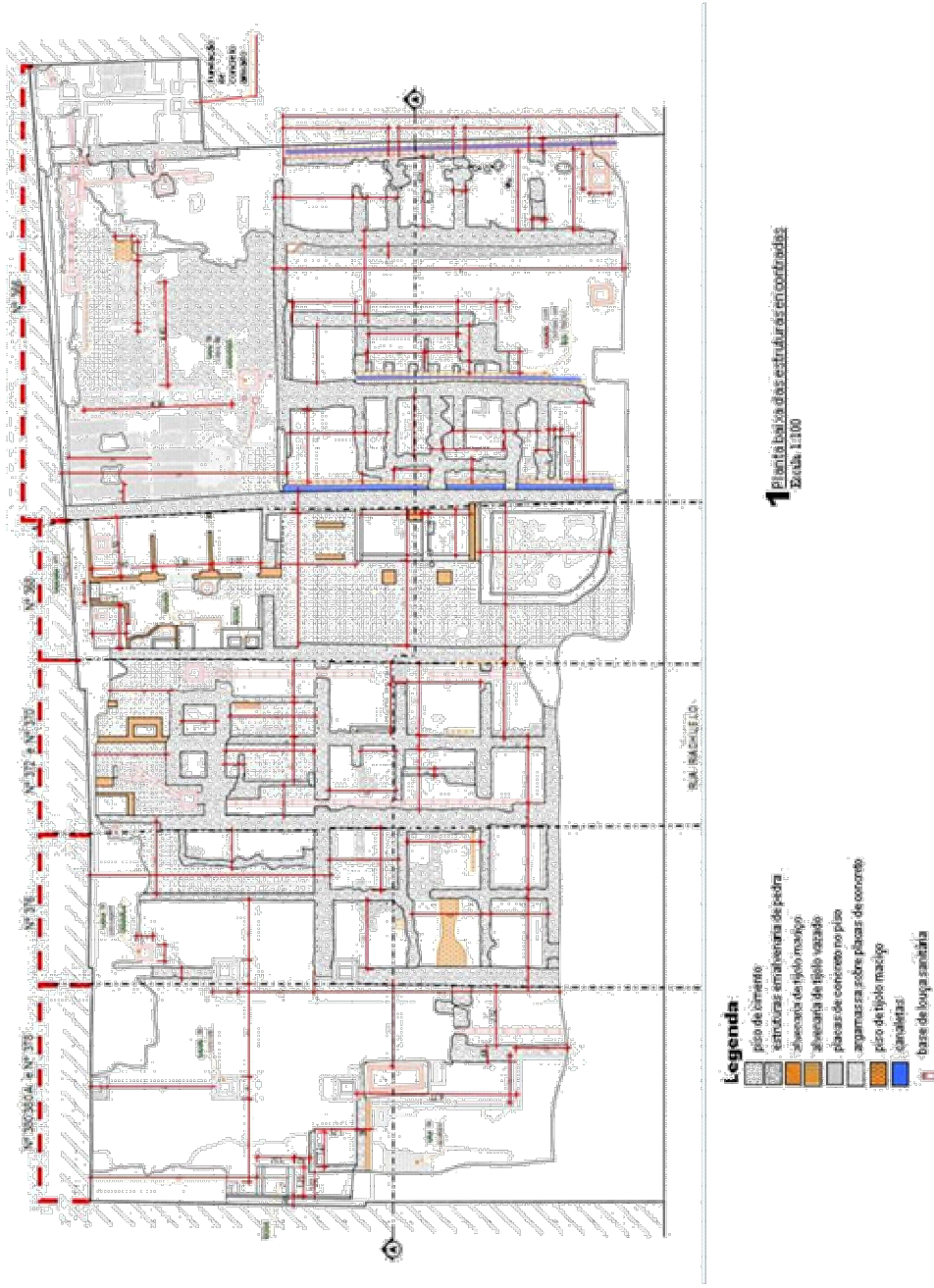


Figura 22. Planta das estruturas encontradas.

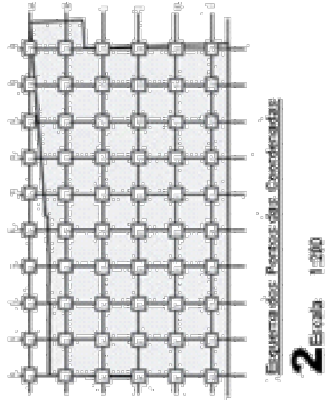
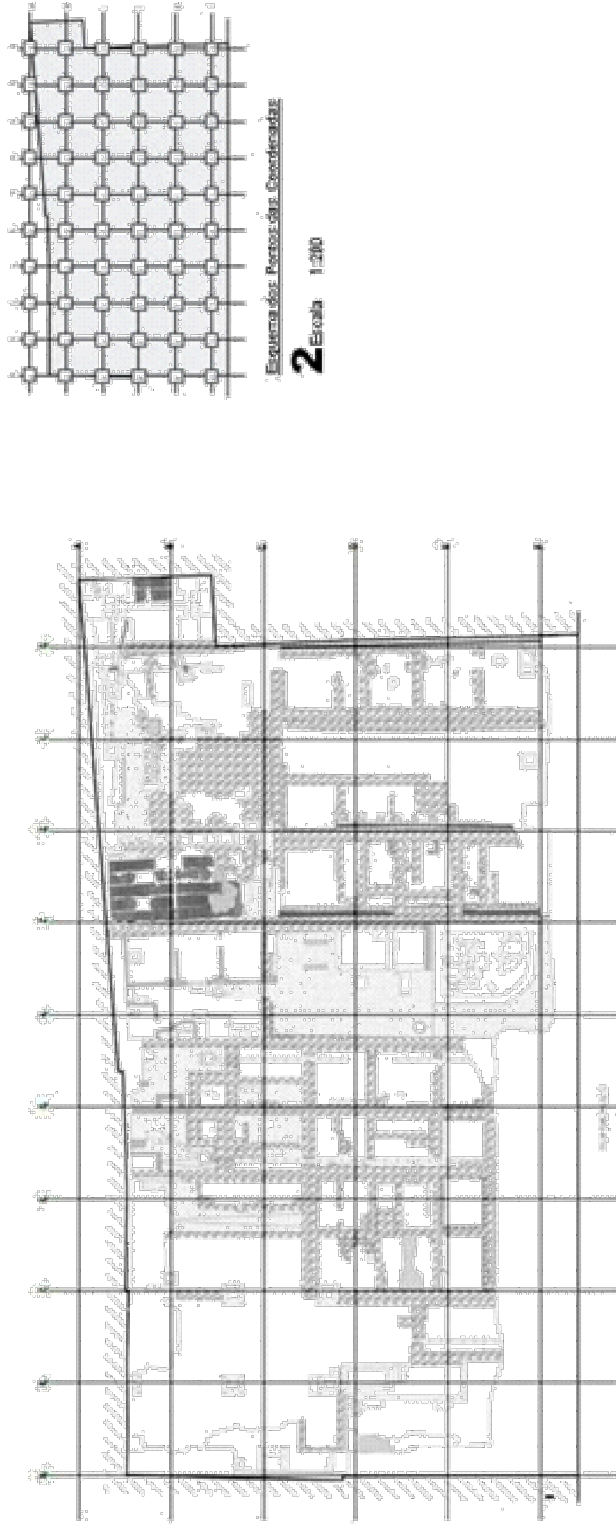


Figura 23. Planta de sobreposição da malha de escavação às estruturas encontradas, para localização dos achados. Autoria: Margareth Pereira Dias.

O trecho do terreno que foi designado pela equipe de arqueologia como Prolongamento A e B não fazia parte originalmente do lote nº 366, a julgar pelo alicerce externo que separava esse trecho do terreno, de tal forma que, em sua origem, ele foi decerto parte do lote vizinho, atualmente ocupado por um edifício de apartamentos.

Apresentamos em seguida, lote a lote, a planta baixa dos remanescentes arquitetônicos e, ao lado dela, uma planta hipotética da configuração original de cada um, para fins comparativos, bem como para melhor visualização das modificações que eles sofreram em tempos posteriores. Cumpre destacar que a porção dianteira de todos eles não foi escavada em virtude do terreno estar ocupado pelos contêineres, caixa d'água e outros elementos de infraestrutura da obra. São feitas ainda uma discussão e uma tentativa de interpretação das suas características.

#### O LOTE Nº 366

Em sua origem, o lote nº 366, o maior de todo o conjunto, recebeu uma construção com uma compartimentação bastante característica, seguindo a conhecida planta que foi designada pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier, em meados do século XIX, como *a casa brasileira*, discutida mais adiante. Compunha-se de um cômodo dianteiro, seguido de um espaço de comunicação com os fundos da casa, com alcovas distribuídas simetricamente nas suas laterais, e finalmente o cômodo posterior, em geral destinado ao processamento de alimentos e aos serviços (Figs. 24 e 25).



Figura 24. À esquerda, planta baixa original hipotética. À direita, planta baixa dos remanescentes arquitetônicos encontrados. Em azul, canaletas de drenagem de águas pluviais forradas de tijolos maciços. Escala: 1:125. Autoria: Margareth Pereira Dias.



Figura 25. Em primeiro plano, o lote nº 366 e seu sistema de drenagem. A foto mostra duas das longas canaletas em tijolos aí existentes. Foto das autoras.

Este lote, situado em plano mais elevado que os demais e talvez o primeiro a ser ocupado, sofreu modificações posteriores e foi reconfigurado, possivelmente para outras finalidades distintas das originais. Algumas pedras dos alicerces dessa nova compartimentação apresentam marcas de dinamite, atestando uma reforma ao final do século XIX ou início do século XX. Para suas novas funções, possivelmente comerciais, a edificação recebeu um aterro que elevou o pátio dos fundos, o qual foi em parte recoberto com pé-de-moleque, e, em parte, com lajotas de pedras. Em um dos novos cômodos foi feito igualmente um soerguimento em uma estrutura aproximadamente quadrangular, recoberta de pedra à semelhança do pátio dos fundos, sugerindo tratar-se de uma área de trabalho, erguida à mesma época, tendo em vista que foi utilizado um sistema construtivo semelhante. Uma expressiva quantidade de carvões foi encontrada nesse local, fortalecendo a hipótese de se tratar de uma área de trabalho. Para a elevação do pátio dos fundos foram reaproveitados alguns materiais transportados de outros locais, como uma laje de pedra e um segmento de canaleta de pedra lavrada (Figs. 26 a 31).



26

Figura 26. O grande pátio dos fundos do imóvel do lote nº 366, parte em pé-de-moleque, parte em lajotas de pedra. Foto das autoras.

Figura 27. Em primeiro plano, a área de trabalho. Ao fundo, o pátio elevado. Foto das autoras.



27

Figura 28. Aterro para a elevação da área do pátio dos fundos, com reaproveitamento de materiais, como uma grande laje de pedra e um segmento de canaleta em pedra lavrada, trazidos de outros locais



Figura 29. O segmento da canaleta lavrada, reaproveitado como material construtivo

Figura 30. O cuidadoso preparo da elevação do piso de lajotas do pátio dos fundos. Fotos das autoras.



Figura 31. Detalhe da área de trabalho, ainda com carvões remanescentes da expressiva quantidade recolhida nesse local. Fotos das autoras.

Trata-se de um segundo momento desta edificação, onde, além da elevação das áreas de trabalho, se tornou particularmente necessária a drenagem de águas pluviais. Foram feitas três longas canaletas, forradas de tijolos maciços, para o seu escoamento (Figs. 32 a 37).



Figura 32. Canaleta forrada de tijolos maciços correndo paralelamente ao longo do alicerce.

Figura 33. Detalhe do sistema construtivo da canaleta de seção em U, com paredes e fundo em tijolos maciços.



Figura 34. Terceira canaleta de tijolos, correndo no canto, no limite com o edifício de apartamentos. Foto das autoras.



Figura 35.  
Canaleta  
obstruída pela  
passagem de um  
alicerce, em  
construção  
posterior, inutili-  
zando sua função.  
Foto das autoras.



36

Figuras 36 e 37. Alicerce de  
alvenaria de pedra ao qual foram  
adicionados fragmentos de  
telhas. Fotos das autoras.



37

## O LOTE Nº 368

Anteriormente, esta edificação foi decerto um sobrado. Do piso superior nada se sabe, mas o térreo aparentemente teve uma função não residencial, considerando sua compartimentação em apenas dois cômodos, um anterior e outro posterior. Contudo, ela apresenta evidências de ter sido reformada no século XX, pelo menos em dois momentos, o que permite supor que tenha passado por três diferentes etapas (Figs. 38 e 39).

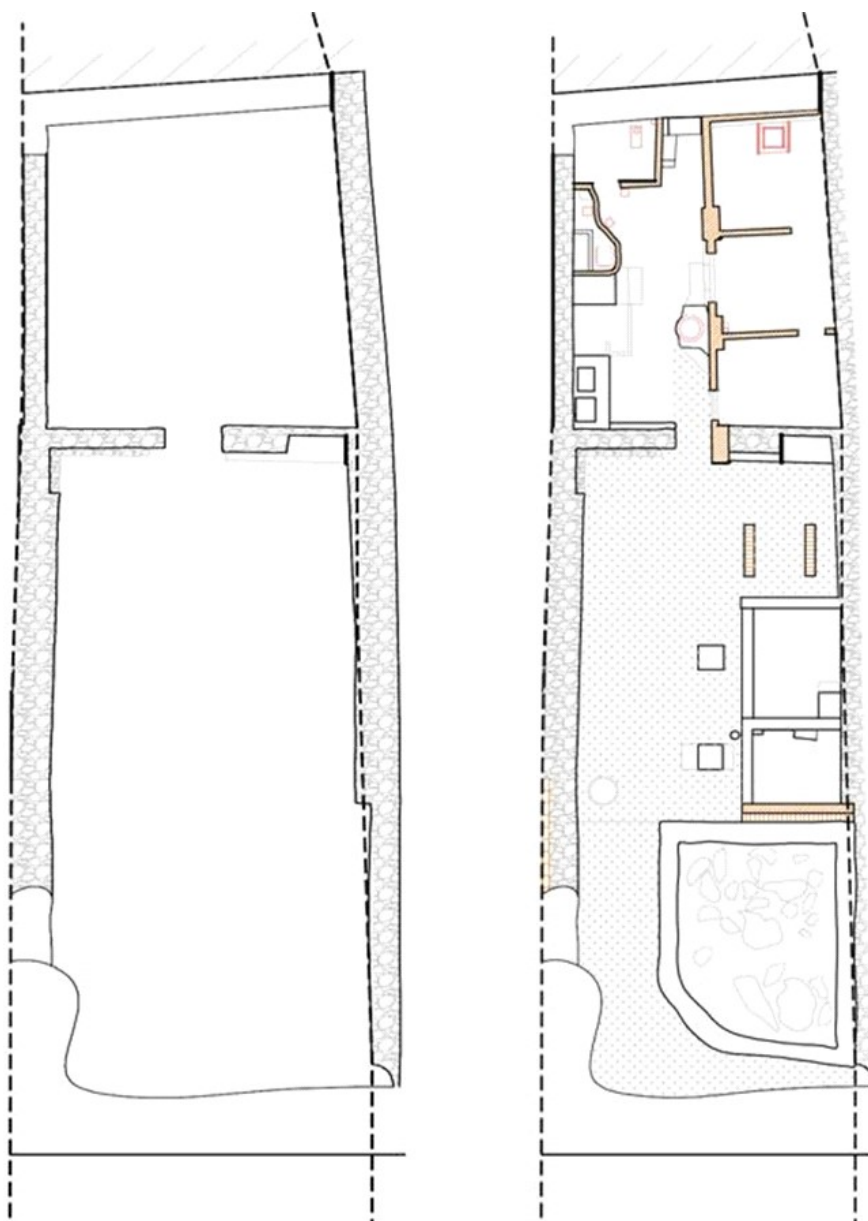


Figura 38. À esquerda, planta baixa original hipotética. À direita, planta baixa dos remanescentes arquitetônicos encontrados. Escala: 1:125. Autoria: Margareth Pereira Dias.

Na segunda delas, provavelmente nas primeiras décadas do século XX, o piso térreo foi compartimentado em pequenos cômodos, com intensa utilização da parte posterior da edificação. Seu ocupante, aparentemente dispondo de poucos recursos, mas desejoso de acompanhar o que por tanto tempo esteve em voga para o revestimento de pisos e paredes à época, recobriu os pequenos cômodos com ladrilhos hidráulicos. Contudo, ao que parece, sem disponibilidade financeira para adquirir a metragem necessária para revesti-los com um mesmo e único padrão, valeu-se de peças em diferentes padrões decorativos, possivelmente saldos, de custo bem menor. Com eles compôs criativos *patchworks* de ladrilhos, feitos com grande esmero e capricho, dispostos esteticamente, em combinação de cores e padrões (Figs. 40 a 56).

A criatividade na mistura de diferentes materiais e padrões decorativos desta casa faz dela um antecedente do que nos anos 1990 seria criado nas suas imediações pelo artista chileno Jorge Selarón, que recobriu com azulejos e ladrilhos a escadaria do Convento de Santa Teresa, bastante próxima, que liga a rua Joaquim Silva à Ladeira de Santa Teresa. Pela sua inventividade na mistura de tantos materiais, a chamada Escada de Selarón foi tombada pelo município em 2005.

Neste lote foi encontrada uma placa esmaltada com os dizeres “J. P. Soares Cirurgião Dentista”. Embora ela possa ter sido incorporada aos sedimentos escavados por diferentes agentes, é tentador supor que o ocupante deste imóvel tenha sido um dentista. Isto explicaria a sua compartimentação em pequenos cômodos, como gabinetes; o empenho em recobri-los com material facilmente lavável e ao mesmo tempo visualmente atraente e colorido; o uso intenso dos fundos, com funções mais nobres que as de serviço, a julgar por dois tanques, pequenos e muito rasos, cuja função não foi decerto a de lavar roupa, recobertos da mesma forma com grande capricho por ladrilhos hidráulicos; e por uma bancada de mármore e prateleiras do mesmo material à sua volta. O último cômodo, vizinho à bancada de mármore, apresentou a marca no solo de um vaso sanitário e decerto serviu como banheiro, no que parece constituir a terceira etapa desse imóvel, mais tardia. Por fim, o amplo cômodo na parte anterior da edificação, que não foi possível expor na sua totalidade, poderia ter funcionado como uma sala de espera. A robusta estrutura de concreto e vergalhões na sua porção dianteira, cujo interior foi preenchido com grandes blocos pétreos, à guisa de aterro, foi provavelmente contemporânea ao banheiro, desconhecendo-se sua função.

Os degraus iniciais de uma escada e um patamar encontrados nos fundos, em seguida aos tanques, davam certamente acesso a um segundo piso, destinado à habitação, como era de rigor nos sobrados oitocentistas.



Figura 39. O lote nº 368 e sua compartimentação interna. Foto das autoras.



40

Figuras 40 e 41. Cômodo ladrilhado em *patchwork*.  
Abaixo, detalhe do piso com motivo central. Fotos das autoras.

41

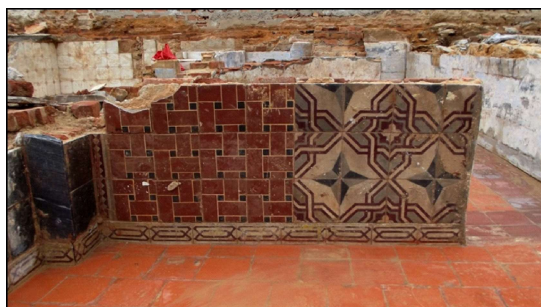


42

43



44



Figuras 42 a 44. Cômodo com paredes compostas por diferentes *patchworks* de ladrilhos hidráulicos. Fotos das autoras.



45

46

Figuras 45 a 47. Diferentes paredes do mesmo cômodo forrado de ladrilhos hidráulicos em padrões variados. Fotos das autoras.



47

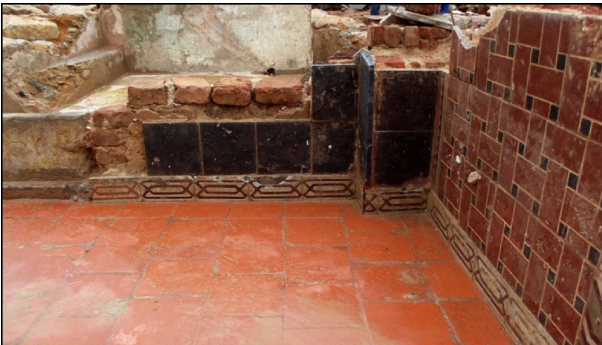


Figura 48. Cômodo utilizado como banheiro, recoberto com ladrilhos hidráulicos. Foto das autoras.

Figura 49. Arremate de um canto de parede com pastilhas verdes, para cuidadoso preenchimento de espaço vazio. Foto das autoras.

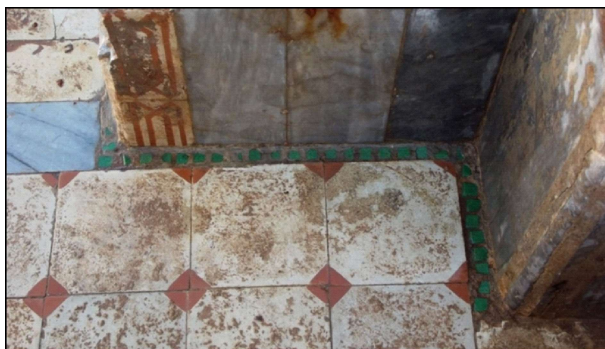


Figura 50. Ladrilhos hidráulicos misturados a piso de aglomerado com conchas nacaradas em preto e branco. Foto das autoras.

51



52



Figuras 51 a 53. Tanque duplo e muito raso, recoberto com *patchwork* de ladrilhos hidráulicos e moldura de mármore branco, em alvenaria de tijolos com cimento. Fotos das autoras.

53





Figura 54. Cômulo da parte dianteira da casa, recoberto de ladrilhos hidráulicos. Foto das autoras.



Figura 55. Detalhe do padrão negativo/positivo, em vermelho e branco, à volta de um gradeado em preto. Foto das autoras.



Figura 56. Lance inicial da escada de acesso ao segundo piso, forrada com ladrilhos, e faixa em motivos geométricos para completar a largura do degrau. Foto das autoras.

## OS LOTES NºS 370 E 372

Trata-se de dois lotes contíguos e estreitos, cujas edificações foram possivelmente geminadas, a julgar pela presença de alicerces externos apenas nas suas duas extremidades. Não foi possível expor os cômodos dianteiros, mas a compartimentação interna do imóvel nº 370 foi rebatida no nº 372, de tal forma que eles apresentam os mesmos aposentos, só que em posição invertida, bem como idêntico sistema de drenagem nas laterais, com tubulação cerâmica que deságua em uma caixa coletora nos fundos de ambas as casas (Figs. 57 e 58).

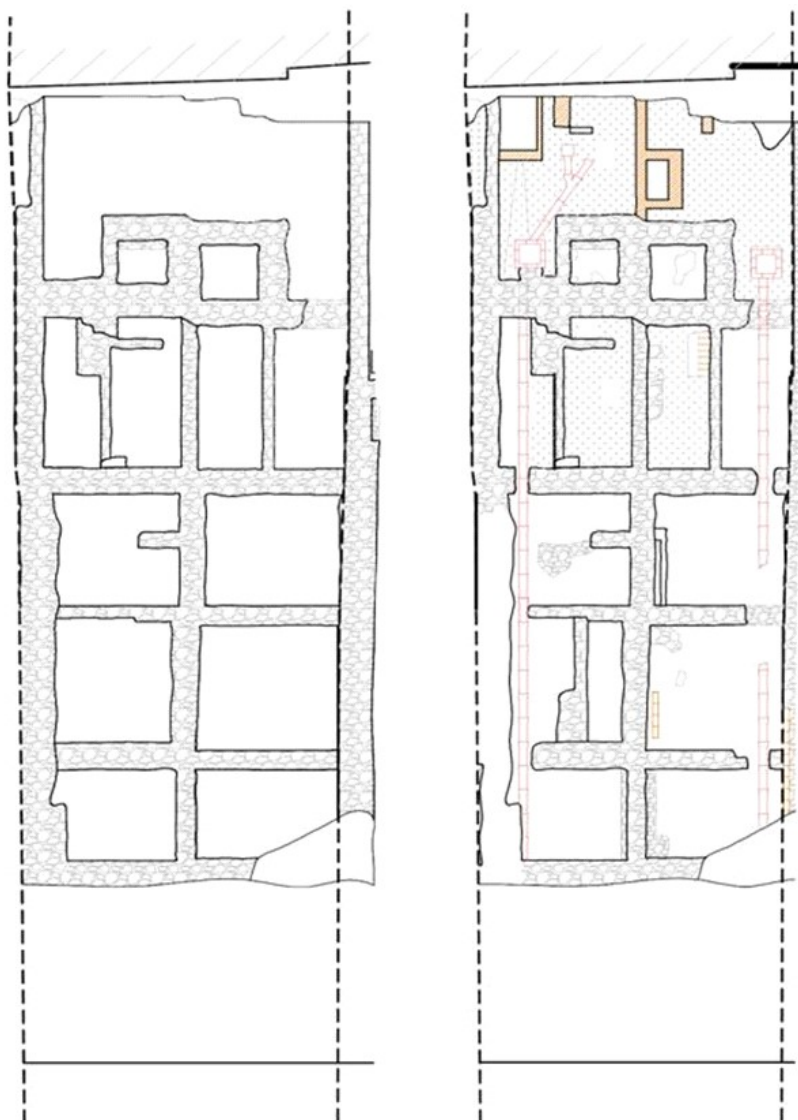


Figura 57. À esquerda, planta baixa original hipotética. À direita, planta baixa dos remanescentes arquitetônicos encontrados. Escala: 1:125. Autoria: Margareth Pereira Dias.



É precisamente nesse trecho dos fundos que se observam várias alterações, feitas no século XX, em um segundo momento na história desses imóveis: no nº 370, foi construído um reservatório em alvenaria de tijolos com argamassa de cimento, tendo sido observadas ainda uma estrutura de concreto, em um nível inferior ao da passagem da tubulação, e uma coluna de tijolos maciços, também com argamassa de cimento, na parede dos fundos. No nº 372, um piso cimentado com dois planos afunilando e convergindo para uma valeta, a qual desembocava em uma caixa de captação, atesta, nesta unidade, uma necessidade imperativa de drenar as águas pluviais, maior que no nº 370. Tanto que aí a tubulação cerâmica foi prolongada além da caixa coletora, em diagonal, em direção aos fundos do terreno. Ou seja, o sistema de drenagem nessa unidade foi reforçado.

Os alicerces originais dessas duas edificações geminadas são de pedra e argamassa de cal e areia. Foram encontrados alguns tijolos maciços, porém apenas no topo dos alicerces, o que sugere se tratar de remanescentes das suas paredes.

Em ambas foi feito um compartimento forrado com piso de pedras, que foi recoberto por um cimentado. Na de nº 372, ao lado desse piso, em parte desmantelado, foi encontrado ao longo dele uma área de deposição de dejetos, com alta concentração de materiais do século XIX, de diferentes naturezas (Figs. 59 a 69).

Figura 58. Os lotes nºs 370 e 372. Foto das autoras.



Figura 59. O ponto amarelo assinala o local onde foi encontrada forte concentração de materiais descartados

Figura 60. O sistema de drenagem reforçado nos fundos do lote nº 372: prolongamento da tubulação e planos inclinados formando uma valeta de escoamento em direção a uma caixa coletora. Ao lado, o reservatório do nº 370. Foto das autoras.



Figura 61. Tubos ingleses, com a marca G. Jennings/ London/ and Poole (George Jennings [1810-1882], engenheiro sanitário, especialista em banheiros públicos e produtos sanitários no século XIX). Foto das autoras.

Figura 62. Destruição de alicerce para passagem de tubulação no lote nº 370. Foto das autoras.





Figura 63. Ralo e tubo de esgoto articulados ao sistema de drenagem.  
Foto das autoras.

Figura 64. Os fundos do lote nº 370, bastante alterado no século XX.  
Foto das autoras.



Figura 65. Tubulação desembocando em caixa de passagem. Fotos da autoras.



Figura 66. Reservatório em alvenaria de tijolos e cimento, acoplado ao alicerce divisório do nº 372.



Figura 67. A primorosa alvenaria do lote nº 370, e arranque de parede em tijolos maciços com argamassa de cal e areia. Foto das autoras.



Figura 68. Detalhe da argamassa de cal e areia utilizada na confecção do alicerce. Foto das autoras.



Figura 69. Tijolo maciço com marca de linhas paralelas ondulantes. Foto das autoras.

## O LOTE Nº 376

O imóvel edificado neste lote possui uma planta muito semelhante à dos lotes vizinhos, nºs 370 e 372, ao menos na sua porção anterior (ausente, como nos demais, o cômodo dianteiro), enquanto os fundos apresentam apenas um alicerce divisório. A compartimentação do seu interior, a ausência do nº 374 na numeração contínua, e a presença desse alicerce divisório permitem supor que, em sua origem, estes foram dois lotes distintos, que receberam casas geminadas, a exemplo dos nºs 372 e 370, mas que posteriormente foram unidas em uma só (Figs. 70 e 71).

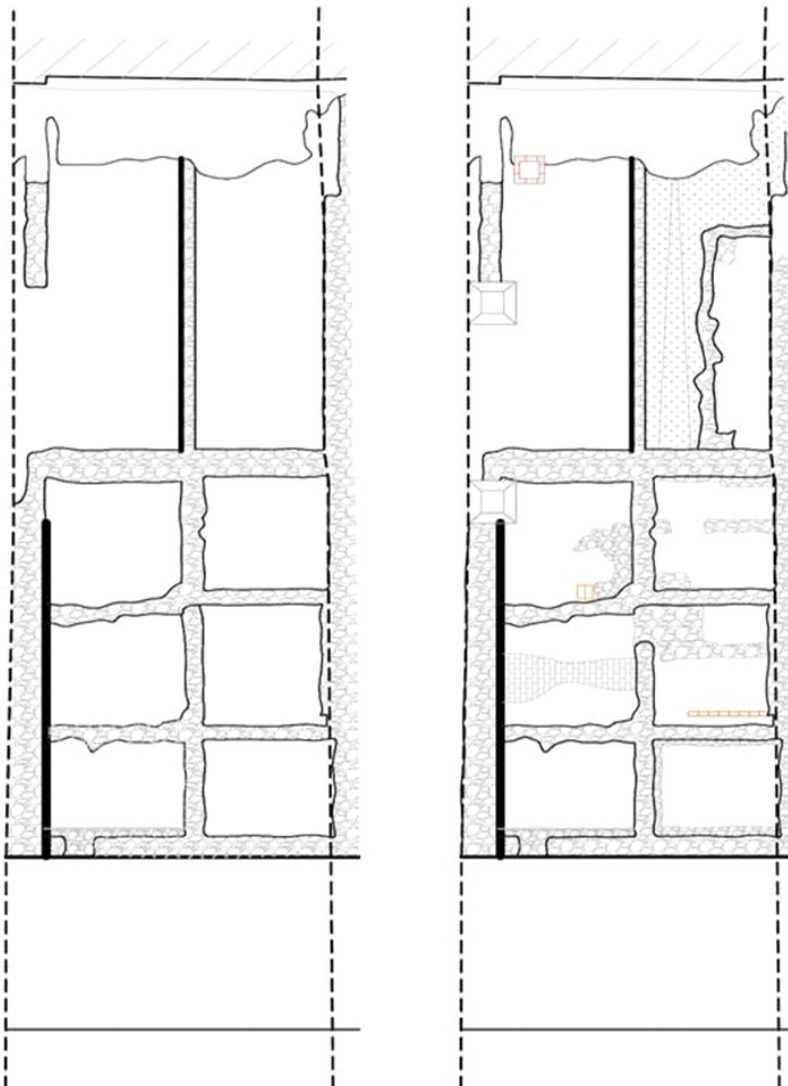


Figura 70. À esquerda, planta baixa original hipotética. À direita, planta baixa dos remanescentes arquitetônicos encontrados. Escala: 1:125. Autoria: Margareth Pereira Dias.

Naquele que supostamente deveria ser o lote nº 374, foi encontrado, nos fundos, uma área de deposição de lixo, com alta densidade de materiais arqueológicos, delimitada por uma alvenaria de pedra de baixa qualidade (Fig. 72). E também um piso cimentado com dois planos afunilando e convergindo para uma valeta, idêntico ao que foi feito no nº 372 para drenagem de águas pluviais, da mesma forma direcionado para os fundos do terreno. No lote nº 376 inexistiu qualquer vestígio de construções anteriores.

Estes dois imóveis são os únicos, dentre os que foram expostos pelas escavações, que apresentam alvenaria de pedra e tijolos. Estes últimos, embora pouco numerosos, foram incorporados aos alicerces, aparecendo também no topo das alvenarias, em arranques de paredes, e conformando o piso de um dos seus cômodos (Figs. 73 a 75).

O lote nº 376 apresenta da mesma forma evidências de transformações em tempos mais recentes. Ao fundo do terreno foi encontrado um tubo de PVC e a base de um vaso sanitário, atestando a existência de um banheiro no local. Mais ainda, parte do seu alicerce externo na porção posterior do imóvel foi em boa parte destruído para implantação de uma sapata de concreto, como parte de um galpão construído nos lotes nºs 378 e 380, que da mesma forma eliminou, naqueles terrenos, grande parte dos vestígios das construções mais antigas. Esse galpão avançou sobre os fundos do lote nº 376, daí inexistirem, nesse local, evidências de períodos mais antigos da história desta casa (Fig. 76).



Figura 71. O lote nº 376. Foto das autoras.

Figura 72. O ponto amarelo assinala o local onde foi encontrada forte concentração de materiais descartados, junto ao limite com o lote nº 372. Foto das autoras.





73

74

Figuras 73 e 74. Alicerces com alvenaria de pedra, tijolos e telhas. Fotos das autoras.



Figura 75 Remanescente de piso de tijolos maciços em um dos cômodos da casa. Foto das autoras.

Figura 76. Ao fundo, à esquerda, a sapata de concreto feita para a construção de um galpão nos fundos dos lotes nºs 376, 378 e 380, que eliminou suas estruturas originais. Foto das autoras.



OS LOTES N<sup>OS</sup> 378 E 380

Em sua origem, estes foram lotes independentes, e suas casas ocuparam a totalidade do terreno, da frente aos fundos. Entretanto, ambos sofreram transformações de tal forma radicais que pouco restou de suas estruturas originais. Essas transformações foram determinadas, ao que parece, pela construção de um grande galpão que ocupou toda a metade posterior de ambos os terrenos, unificando-os. Esse galpão chegou a avançar pelos fundos do lote nº 376, tal como apontado na prancha anterior. Do que antes existiu ali restaram, no lote nº 378, o alicerce externo divisório com o lote nº 376, apenas na parte posterior, e um cômodo dianteiro, em alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia. Esse cômodo foi atravessado por uma tubulação de cerâmica para drenagem de águas pluviais, tal como nos lotes nºs 370 e 372 (Figs. 77 a 79).

No lote nº 380, que foi subdividido em tempos recentes em nºs 380 e 380A, provavelmente para instalação de pequenos estabelecimentos comerciais, restaram um segmento de parede original em alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia, medindo 3,40 m, adjacente a uma cisterna de concreto; dela sai outro segmento de parede, com 2 m de extensão, também de alvenaria de pedra, porém diferente da anterior, que se estendia aparentemente para conformar um cômodo, mas que foi destruído pela reforma realizada (Fig. 80); e a parede dos fundos do terreno, igualmente em alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia. É precisamente essa parede que permite afirmar que, em sua origem, este lote foi em grande parte tomado por uma edificação, já que desta pouco restou.



Figura 77. À esquerda, planta baixa original hipotética. À direita, planta baixa dos remanescentes arquitetônicos encontrados. Escala: 1:125. Autoria: Margareth Pereira Dias.





Figura 78. Os lotes nºs 378 e 380. Foto das autoras.



Figura 79. Em primeiro plano, à esquerda, o lote nº 380A, criado provavelmente a partir da negociação do lote nº 380 original, no século XX. Ao centro, o lote nº 380. E à direita, o lote nº 378. Ao fundo, as estruturas de sustentação do galpão construído pelo lote nº 376, ao qual os fundos dos dois terrenos – nºs 378 e 380 – passaram a pertencer. Quase todos os remanescentes dos alicerces antigos foram destruídos, restando apenas um pequeno cômodo na porção dianteira do lote nº 378, como se vê abaixo. As demais são estruturas modernas. Foto das autoras.

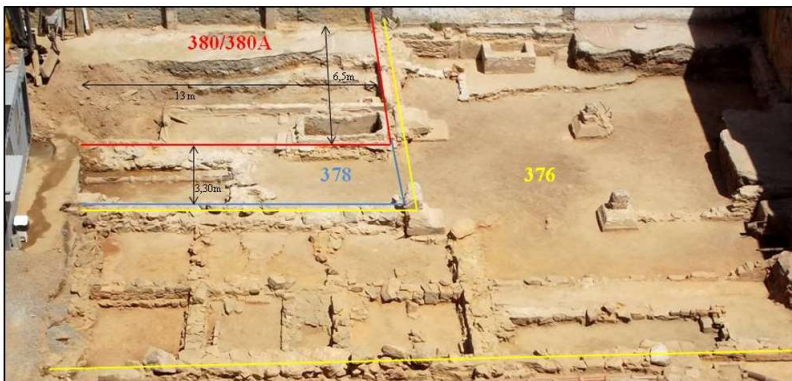


Figura 80. Reconfiguração dos lotes nºs 376, 378 e 380 no século XX. Foto das autoras.

Três robustas sapatas, duas delas com parte da coluna de sustentação do telhado, foram distribuídas simetricamente pelos dois terrenos. No limite com o lote nº 376, foram colocadas mais duas, que ainda apresentam os vergalhões que sustentavam suas respectivas colunas. Nesse galpão, construído para fins provavelmente industriais ou mesmo comerciais, havia por certo necessidade de bastante água corrente, já que foram construídos um grande tanque e uma cisterna, assegurando seu armazenamento e disponibilidade permanente. O tanque é muito semelhante aos utilizados atualmente em borracharias, para a verificação de furos em pneus (Figs. 81 a 87).

Paralelamente à cisterna, uma parede de tijolos com argamassa de cimento que se estende em direção à rua conformou um cômodo recente, tratando-se provavelmente da subdivisão feita entre os nºs 380 e 380A. Dispersas pelo solo aparecem ainda algumas pedras com argamassa, remanescentes dos alicerces que ali existiram, mas que foram totalmente dismantelados.

O galpão, no século XX, atendeu ao lote nº 376, tal como consta na planta fornecida pelo empreendedor (Fig. 1).



Figura 81. O único cômodo original remanescente do lote nº 378, atravessado por uma tubulação de cerâmica. Foto das autoras.



82

83



Figuras 82 e 83. Tanque do galpão em alvenaria de tijolo, forrado de cacos de telhas. Fotos das autoras.



84

Figuras 84 a 86. Sapatas e colunas de sustentação do galpão do lote nº 376, cuja construção foi responsável pela eliminação de todas as estruturas mais antigas nos três terrenos. Fotos das autoras.

85



86



Figura 87. Cisterna em alvenaria de tijolo e cimento. Foto das autoras.

## A MATERIALIDADE RECUPERADA

(...) *quem viu uma casa brasileira, viu quase todas*  
Vauthier 1981:37

No século XIX, o centro urbano do Rio de Janeiro estava em boa parte parcelado em lotes que foram edificados no alinhamento das vias públicas. Com testada estreita e muito profundos, sem afastamento entre as construções e com empenas cegas coladas umas às outras, podiam ser tanto casas térreas quanto assobradadas. Muito frequentemente geminadas, nesses casos elas tinham apenas duas fachadas, uma de frente e outra de fundos, e idêntica divisão interna, porém com esquemas rebatidos.

As casas térreas, em grande parte apenas de porta e janela, eram compostas por sala, uma ou duas alcovas, varanda (então o aposento íntimo, do convívio familiar, onde eram feitas as refeições), e quintal ao fundo. Já nos sobrados, de dois ou três andares, o térreo era destinado ao comércio (loja, armazém, depósito ou outros) e o pavimento superior à moradia. Neste último caso, seguiam o mesmo e invariável programa de necessidades: sala de frente voltada para a rua, área social e de domínio masculino; alcovas sem ventilação e iluminação, para o repouso; e sala de refeições, de convívio íntimo, atrás. Um corredor estreito unia o aposento da frente ao dos fundos, passando pelas alcovas. Nas casas maiores ele era central, com alcovas de um lado e de outro, enquanto nas menores ele era localizado junto a uma das paredes laterais. O acesso ao imóvel era feito por ao menos duas portas na fachada, uma ou mais para o ingresso direto à loja ou armazém; e a outra, independente, para o acesso à escada que conduzia ao pavimento superior de residência, podendo os pisos pertencer a um mesmo ou a proprietários distintos.

Em 1823, o pintor de paisagens inglês Robert Burford assim descreveu as casas térreas e os sobrados do Rio, publicando suas impressões em 1827, em sua obra *Description of a view of the city of St. Sebastian and the bay of Rio de Janeiro*: “as casas térreas consistem em uma boa sala, assoalhada, com alcovas para dormir, uma cozinha, e um pátio fechado”; nos sobrados, atribuídos por ele às classes mais altas, “o andar superior consiste na sala de estar, lindamente pintada e dourada, com portas que conduzem às alcovas de dormir, além das quais está a varanda, onde a família geralmente faz suas refeições e recebe visitas durante o dia” (tradução nossa). Na primeira metade do século, a julgar pela descrição feita por Burford, o piso térreo era ocupado por escravos, animais, e para fins domésticos. Porém na segunda metade, com a aceleração das atividades comerciais na cidade, ele passou a ser destinado a estabelecimentos dessa natureza.

O mesmo disse Daniel Kidder, missionário metodista norte-americano, em sua passagem pelo Rio de Janeiro e São Paulo em dois períodos: 1836 a 1837 e 1840 a 1842. Segundo ele, nos sobrados urbanos, o andar inferior ora era utilizado como cocheira ou estábulo, ora como casa de comércio. Já o piso superior apresentava a sala de visitas e a de jantar, entre as quais existiam, invariavelmente, alcovas que serviam de dormitórios.

Jean-Baptiste Débret, pintor francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1831, descreveu as casas térreas no tomo III de sua obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, publicada em 1839: em geral estreitas e muito profundas, eram habitadas por uma única família. Elas tinham apenas o rés-do-chão, a sala de estar era de frente para a rua, seguida das alcovas de dormir. Um corredor conduzia à sala de refeições ao fundo, à cozinha e aposentos dos escravos domésticos. Mas foi na primeira metade da década de 1840 que o engenheiro francês Louis

Léger Vauthier, reproduzido em Trigueiro (2012), apontou, de forma mais contundente, a invariabilidade e monotonia da planta da casa urbana no Brasil. Ele as descreveu como:

[...] construções alinhadas que não recebem ar nem luz senão pelas duas extremidades. Essa forma rígida, esse tipo único, comprimido na largura, não se presta nada, bem o compreendeis, a uma grande variedade de disposições internas. Assim, quem viu uma casa brasileira, viu quase todas.

Uma sala de frente, uma sala de fundos; comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor [...] (VAUTHIER, 1981: 37)

Todas essas descrições são convergentes e correspondem à planta de pelo menos quatro casas térreas construídas nos lotes investigados à Rua Riachuelo, como comprovam as fundações encontradas. Foi possível identificar apenas um sobrado, a partir dos remanescentes do seu rés-do-chão. Embora se desconhecendo a planta do piso superior, não é difícil supor que tenha se tratado de mais um exemplar do que Vauthier qualificou como a *casa brasileira*, de extraordinária persistência no tempo e dispersão no espaço.

Nos lotes escavados à Rua Riachuelo, além das fundações expostas acima, foram resgatados abundantes restos alimentares, no caso, fragmentos de ossos animais, e uma ampla gama de objetos relacionados à vida cotidiana das pessoas que neles viveram. Esses objetos – aí compreendidos utensílios de armazenamento, preparo e consumo de alimentos e bebidas, frascos de medicamentos e de produtos de toucador, brinquedos, bibelôs, itens pessoais e materiais construtivos – falam do seu dia a dia, dos seus hábitos alimentares, das suas práticas de higiene corporal, do modo como adornavam seus corpos e os interiores das casas, das brincadeiras das crianças e de labores femininos, entre outros. Por último, porém igualmente importante, foram encontrados poucos objetos pessoais atribuídos a escravos domésticos, alguns relacionados às suas crenças espirituais, bem como restos alimentares do que pode ter sido consumido por eles.

Contudo, para a análise desses remanescentes, esbarramos em uma limitação inerente ao trabalho preventivo executado em áreas de despejo ou de entulho: a mistura, em um mesmo nível, de materiais de diferentes cronologias, ainda que se tratando de pacote arqueológico pouco espesso. Isto foi notado nos vidros, mas também nas louças, que, embora esmagadoramente pertencentes, estas últimas, a um mesmo horizonte cronológico – da primeira metade a meados do século XIX – apresentou um ou outro fragmento mais antigo ou mais recente. Por essa razão, os dados não foram discutidos segundo os estratos de sua proveniência, tendo em vista que a acumulação não apenas foi desordenada, como perturbada por diferentes fatores, tanto deposicionais quanto pós-deposicionais, inviabilizando qualquer tentativa de leitura diacrônica.

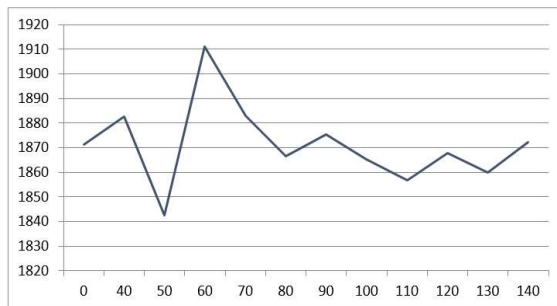
Exercício feito por Ouverney e Souza a partir dos vidros recuperados nos lotes demonstram claramente, nos gráficos que se seguem, a medida dessa perturbação.

O primeiro gráfico mostra a variação das datas médias dos vidros em relação ao nível estratigráfico. Trata-se apenas de uma aproximação, na medida em que as datas médias não permitem identificar o intervalo de formação de cada nível. Contudo, e caso os estratos não estejam perturbados, deve existir uma tendência das datas médias recuarem no tempo à medida em que os níveis vão ficando mais profundos. No entanto, não foi isso o observado no Gráfico 1, já que existem alternâncias de datas antigas e recentes à medida que a profundidade aumenta. Conforme pode ser notado, as discrepâncias são ainda mais acentuadas nas camadas

superiores. Note-se ainda que as datas médias mais antigas e recentes estão nas porções médias, e não, respectivamente, nas partes mais profundas e superficiais, como era de se esperar: a DM mais antiga está na profundidade média de 50cm (DM=1842,6), enquanto a mais recente, na de 60cm (DM=1911,0). Esses dados indicam claramente que a sequência estratigráfica no sítio sofreu perturbações.

Profundidade média (em cm) x Média das DM

NMP	prof $\bar{X}$	DM
31	0	1871,3
2	40	1882,5
6	50	1842,6
2	60	1911,0
21	70	1882,9
28	80	1866,7
62	90	1875,4
39	100	1865,4
28	110	1856,9
120	120	1867,8
2	130	1860,0
8	140	1872,2



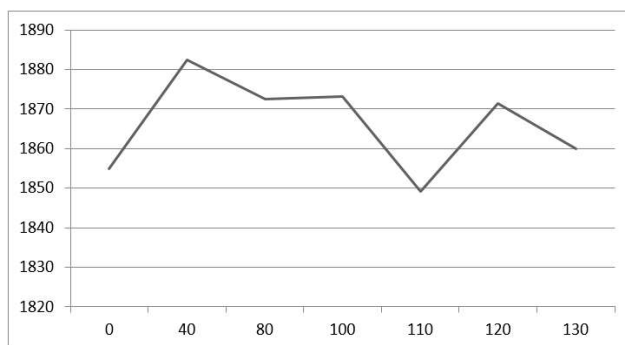
\*excluída a profundidade média de 1cm porque tinha apenas um caso sem data

Gráfico 1. Variação das datas médias dos vidros recuperados em relação aos níveis estratigráficos dos lotes da Rua Riachuelo.

O segundo gráfico, referente apenas ao lote nº 376, corresponde a um outro exercício: assumiu-se que poderia não haver necessariamente uma correlação entre as profundidades de cada lote, o que poderia estar distorcendo os resultados. Selecionou-se, então, um deles como exemplo: foi escolhido o que contava com maior quantidade de fragmentos de vidro, construindo-se o mesmo gráfico de correlação entre as DMs e a profundidade. Como resultado, o problema persistiu, indicando perturbação também nos lotes.

Datas médias- área 376

NMP	prof $\bar{X}$	DM
2	0	1855,0
2	40	1882,5
3	80	1872,5
4	100	1873,1
9	110	1849,1
82	120	1871,4
2	130	1860,0



\* Fizemos esse exercício com o 376 (NMP mais alto) para ver se havia alguma coerência dentro do lote

Gráfico 2. Variação das datas médias dos vidros recuperados em relação aos níveis estratigráficos do lote nº 376 da Rua Riachuelo.

Apresentamos em seguida esse abundante universo material, analisado de modo a se construir um perfil tentativo dos seus respectivos moradores, vistos em uma perspectiva comparada, no esforço de se tentar entrever como viveu essa vizinhança à Rua Riachuelo, nos Oitocentos.

## REFERÊNCIAS

BURFORD, Robert. *Description of a View of the City of St. Sebastian and the Bay of Rio de Janeiro*, London: J. and C. Adlard, Bartholomew Close, 1827.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil. Séjour d'un artiste français du Brésil depuis 1816 jusqu'ém 1831 inclusivement*. Paris: Firmin Didot Frères, 1839.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1980, p.206-7.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Sobrados coloniais: um tipo só? *Cadernos PROARQ, Revista de Arquitetura e Urbanismo* nº 19. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-graduação em Arquitetura, p. 194-211, 2012.

VAUTHIER, Louis Leger. Casas de residência no Brasil. In *Arquitectura Civil I: Textos Escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo, MEC-IPHAN, 1981.

# A carne à mesa: o que comeram os moradores em suas casas

Martha Locks  
Tania Andrade Lima

A análise de restos alimentares em sítios arqueológicos históricos, tão importante para se recuperar a comensalidade dos grupos humanos investigados – um dos fundamentos da vida social – é fortemente afetada pelos problemas de conservação de restos orgânicos. Processos químicos, físicos e biológicos de decomposição apagam do registro arqueológico grande parte dos elementos que fizeram parte das suas dietas, invisibilizando nas amostras, por exemplo, o amplo universo vegetal, aí incluídos raízes, tubérculos, frutos, cereais, grãos, legumes, verduras. Estes se tornam potencialmente detectáveis tão somente a partir de estratégias como análises físico-químicas de resíduos orgânicos nos recipientes que os processaram, entre outras. Por conta disso, as possibilidades mais diretas para se alcançar esse objetivo vêm dos ossos dos animais que foram ingeridos, cuja matriz mineralizada lhes confere rigidez e dureza, e, nessa condição, lhes dá melhores condições de preservação. No entanto, essa limitação apenas à carne consumida reduz muito o alcance dos estudos não só de dieta e subsistência, mas sobretudo das práticas alimentares. Mas esta é, em última instância, a limitação da própria disciplina, que cumpre sua missão a partir do pouco que as circunstâncias, em grande parte adversas, permitem chegar às mãos dos arqueólogos.

Twiss (2012), reconhecendo a interconectividade dessas práticas com dimensões como diferenciação econômica, estratificação social, raça, etnicidade, gênero e crenças religiosas, entende que é inerente a esse estudo um foco na diversidade intra-social: ou seja, nas diferentes oportunidades que se apresentaram para os indivíduos em uma mesma sociedade, no domínio alimentar. Cumpre destacar que há múltiplos eixos de variação social que interconectam, ao mesmo tempo, muitas dessas dimensões assinadas acima, todas elas profundamente emaranhadas.

No caso em tela, o estudo das práticas alimentares de uma vizinhança urbana oitocentista permite, em princípio, observar diferenciações sociais, em pequena escala, no nível micro, doméstico, ou seja, a diversidade intra-social tal como propugnada por Twiss (op. cit.), porém em âmbito ainda mais restrito. Esse estudo compreende, no caso da carne animal, as etapas de escolha, aquisição, processamento (envolvendo retalhamento, técnicas de corte e de preparo culinário), ingestão, armazenamento (quando as circunstâncias permitem) e descarte, todas elas fortemente entrelaçadas com o domínio ideacional. Assim, os restos animais recuperados nos lotes escavados na Rua Riachuelo foram analisados tentativamente nessa direção, e aqui são apresentados a metodologia utilizada para essa finalidade e os resultados obtidos.

## METODOLOGIA DE TRABALHO

No conjunto dos lotes escavados foi resgatado um total de 342 registros ósseos e uma valva de molusco, assim identificados e quantificados (Graf. 1):

### **Classe Mammalia**

*Bos taurus* (boi)

*Sus scrofa scrofa* (porco doméstico)



*Ovis/Capra* (cordeiro / cabrito)

*Canis lupus familiaris* (cão)

Família Muridae (rato)

#### Classe Aves

*Gallus gallus domesticus* (galinha)

*Meleagris gallopavo* (peru doméstico)

*Anas platyrhynchos domesticus* (pato doméstico)

#### Classe Chondrichthyes

Não identificado (tubarão ou raia)

#### Philo Mollusca

*Ostrea* sp (ostra)

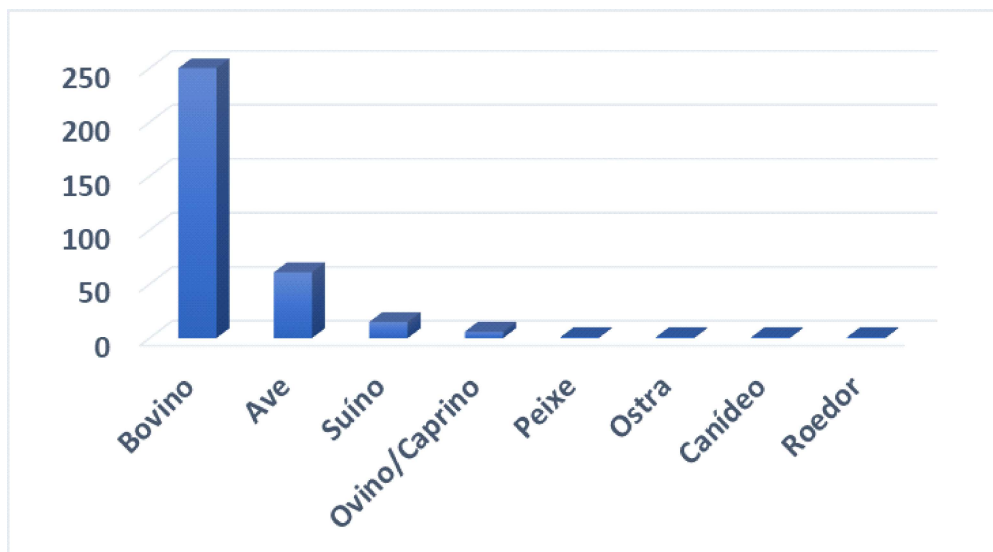


Gráfico 1. Frequência dos restos animais encontrados nos lotes escavados.

Submetida a amostra ao procedimento padrão de identificação osteológica e taxonômica, do total de 342 peças ósseas recuperadas, 336 foram identificadas e apenas seis pequenos fragmentos não puderam ser reconhecidos com precisão. De modo geral, os ossos, apesar de apresentarem algumas fraturas naturais, foram encontrados em estado de conservação razoável, sendo raros os muito deteriorados. O método de identificação seguiu König e Liebid (2016) e foi desenvolvido iniciando-se a triagem com a separação pelas diferentes Classes, e, dentro de cada Classe, pelo tipo do osso, de acordo com a nomenclatura da Nomina Anatômica Veterinária de 2017; e, ainda, pelo porte do animal (pequeno, médio e grande), seguindo-se a classificação em gênero e espécie para a Classe Mammalia, segundo Wilson e Reeder (2005). Contudo, na Subfamília Caprinae (ovelha e/ou cabra), não foi possível definir o gênero, um problema bastante conhecido na literatura zooarqueológica, em razão da semelhança entre ambos (Landon 2005), razão pela qual é referido aqui o gênero duplo

*Ovis/Capra* (ovinos/caprinos). Tampouco foi possível reconhecer o gênero no caso do peixe cartilaginoso, por ter sido recuperada apenas uma única vértebra.

Após a identificação anatômica e taxonômica, foi feita a leitura individual de cada osso no âmbito de uma mesma espécie, começando pela região óssea, porte, faixa etária e coloração. O diagnóstico da faixa etária foi dificultado pelo fato de grande parte dos ossos estarem cortados; porém, em algumas espécies foi analisado o estágio de ossificação, possibilitando a separação em animais jovens e adultos. Já em outras, como no caso de alguns dentes de suínos, foi possível chegar, por comparação, a uma idade aproximada através de exemplares de referência de animais domésticos atuais, bem como da bibliografia especializada.

As peças ósseas foram classificadas em três tamanhos: pequeno (até 5 cm), correspondendo a 32% da amostra, predominando em vértebras, escápula, íliaco e fêmur, neste último por conta de várias epífises isoladas de animais jovens; médio (de 5,1 a 10 cm), equivalente a 47% do total, ocorrendo em costelas, vértebras, úmero, rádio/ulna e tibia; e grande (de 10,1 a 16 cm), correspondendo a 21% do total, no úmero, tibia, metacarpo e metatarso. A mensuração dos ossos pequenos foi feita com paquímetro, e a dos maiores sobre um emborrachado milimetrado.

No que diz respeito ao porte dos animais, procedeu-se, no caso dos ossos dos bovinos, a uma análise comparativa entre eles e dois esqueletos de *B. taurus*, um jovem e um adulto de porte médio. As observações foram feitas nos ossos longos e em algumas costelas e vértebras, através de medidas de comprimento, largura e espessura do osso compacto, de forames de passagem de vasos sanguíneos e de diversas estruturas características de cada osso. Essas análises resultaram na classificação de 186 ossos de bovinos, sendo 128 de animais de porte grande (69%), 39 de porte médio (21%) e 19 de porte pequeno (10%). O mesmo procedimento foi realizado para os suínos, tendo predominado os de pequeno porte.

Por fim, foram avaliadas as marcas produzidas por agentes naturais e as de manipulação post-mortem, sendo que no caso das fraturas artificiais foram observados os tipos de corte e as marcas de descarnamento e de consumo.

No processo de quantificação, o cálculo do NMI, embora estimado, foi considerado irrelevante nesta análise, por se tratar de cortes de carne comprados em açougue. Do total, 17 ossos foram considerados de localização duvidosa (14 de bovinos, dois de aves e um de suíno), ou por estarem nos limites entre um lote e outro, sem que fosse possível atribuí-los com segurança a uma ou a outra casa, ou devido a danos ocorridos com as etiquetas de campo. Por essa razão, eles constam como provenientes de local duvidoso (s/ local).

## A AMOSTRA RECUPERADA

### CLASSE MAMMALIA

#### ORDEM ARTIODACTYLA

#### FAMÍLIA Bovidae

#### SUBFAMÍLIA Bovinae

#### *Bos taurus* Linnaeus, 1758

Foram recuperados 250 ossos de *B. taurus*, correspondendo a 73% da amostra óssea (Gráf. 1, Fig. 1), estando presentes quase todos os ossos do esqueleto: hioide, escápula, úmero, rádio, ulna, metacarpo, carpo, íliaco, fêmur, tibia, patela, metatarso, tarso e falange (Gráf. 2). Desse total, apenas cinco estão completos, o restante foi cortado ou quebrado.

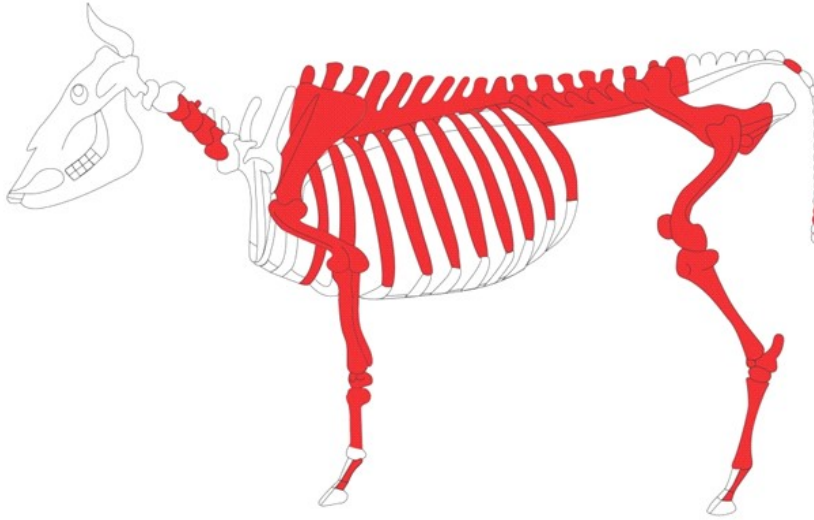


Figura 1. Ossos do esqueleto de *B. taurus* encontrados.

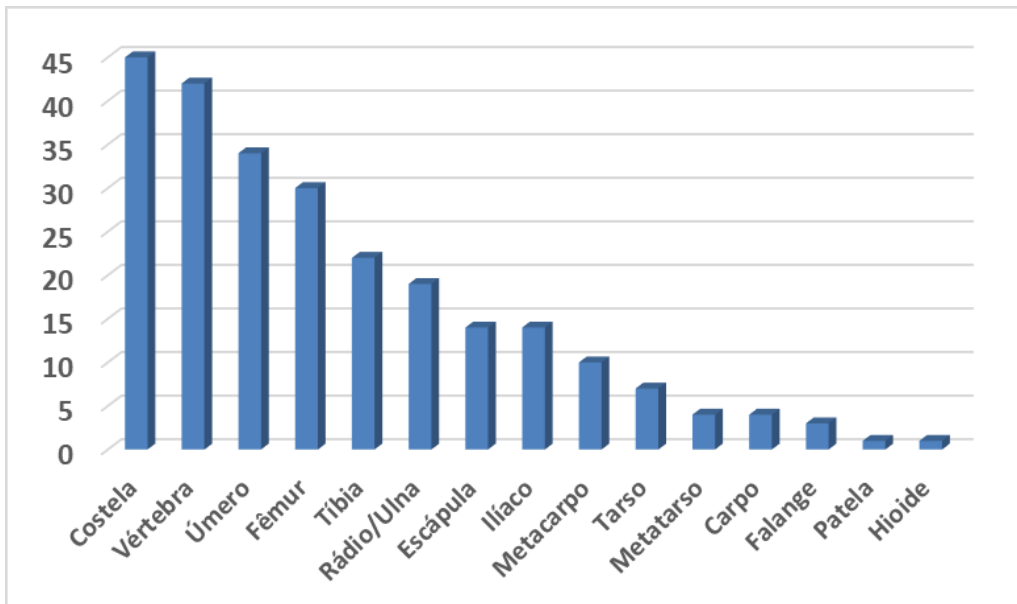


Gráfico 2. Frequência dos diferentes ossos de bovinos encontrados.

#### FAMÍLIA Suidae

*Sus scrofa scrofa* Linnaeus, 1758

Da subespécie *Sus scrofa scrofa*, porco doméstico, foram encontrados 15 ossos e dentes (Fig.2, Gráf. 3), a saber: ramo mandibular,  $M_3$ , costela, úmero, metacarpo, fêmur, tibia e metatarso, que correspondem ao pernil, paleta, costela, papada e pé, sendo a papada e a costela os mais numerosos. Os ossos estão serrados ou quebrados, medindo em média 6,41 cm de comprimento e de 2,85 cm de largura.

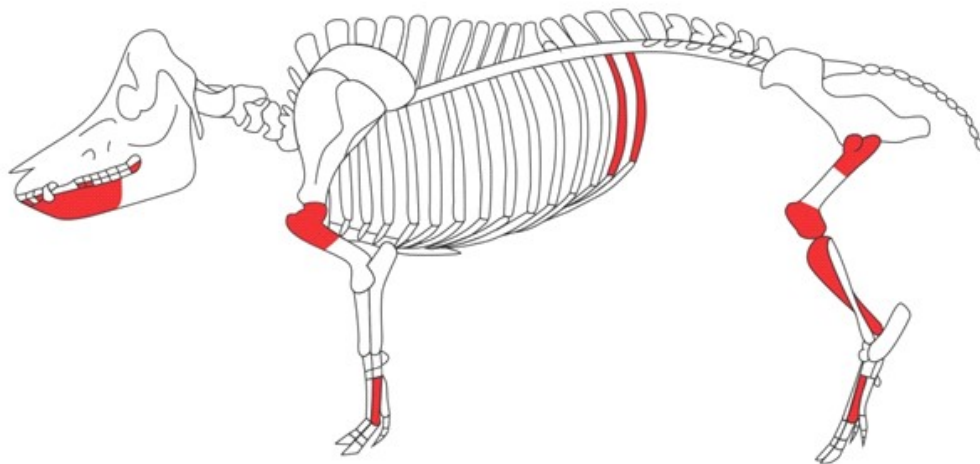


Figura 2. Ossos de *Sus scrofa scrofa* encontrados.

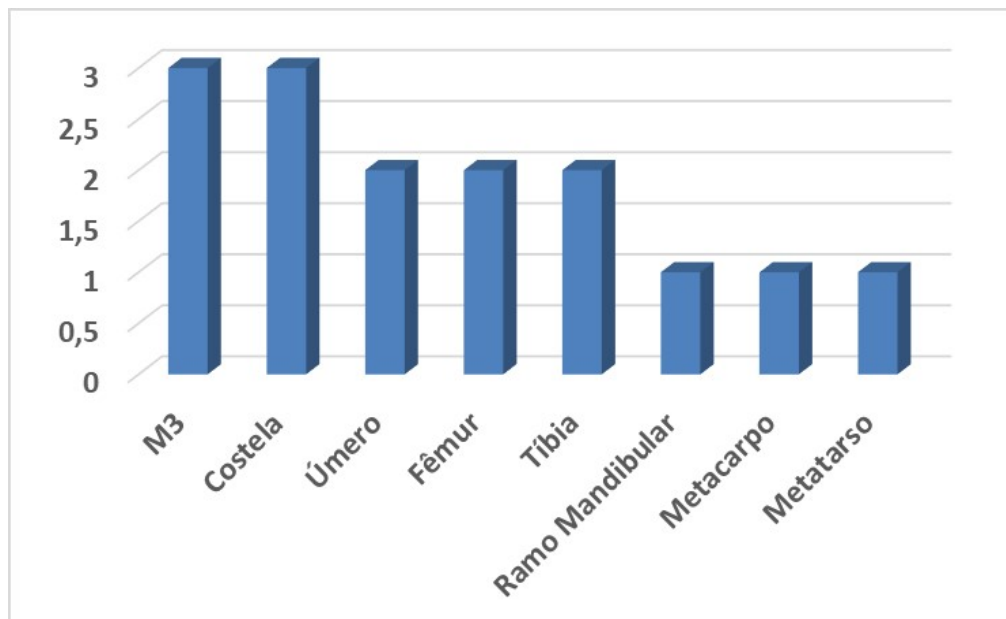


Gráfico 3. Frequência dos diferentes ossos de suínos encontrados.

#### SUBFAMÍLIA Caprinae

##### *Ovis/Capra*

Do gênero *Ovis/Capra* (cordeiro/cabrito) foram encontrados seis ossos da tíbia, parte do íliaco e úmero (Fig. 3, Gráf. 4). Todos estão fragmentados ou cortados, medindo em média 7,15 cm X 2,65 cm.

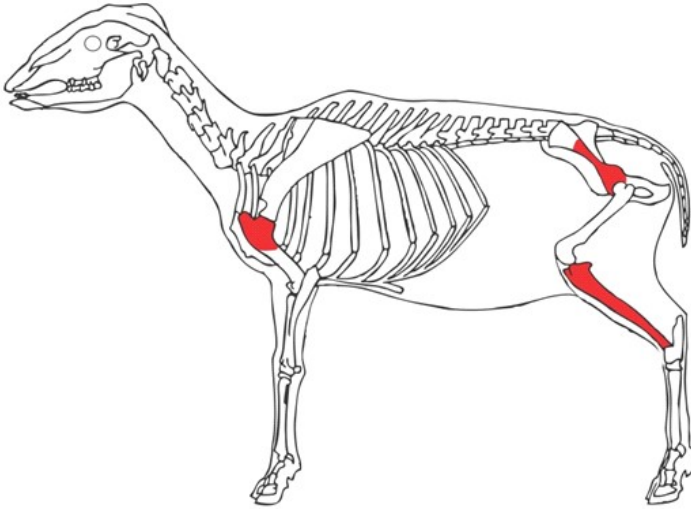


Figura 3. Ossos de *Ovis/Capra* encontrados.

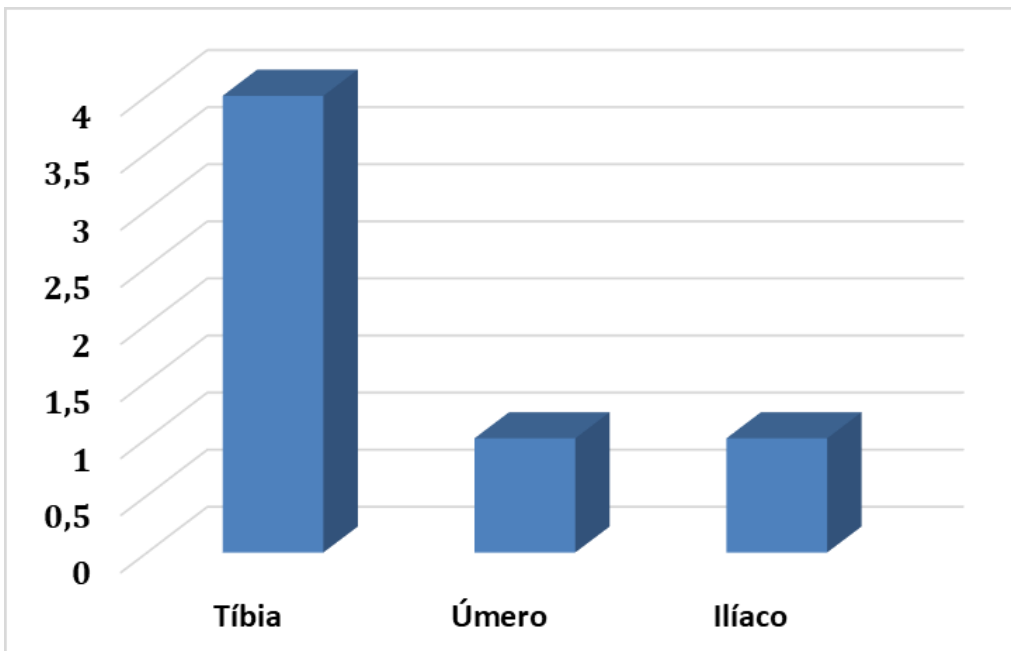


Gráfico 4. Frequência dos diferentes ossos de ovinos/caprinos encontrados.

ORDEM CARNÍVORA

FAMÍLIA Canidae

*Canis lupus familiaris* Linnaeus, 1758

A presença de cães foi atestada através de uma tíbia/fíbula direita incompleta de animal adulto; e, indiretamente, por marcas de dentes caninos em ossos de galinha.

## ORDEM RODENTIA

### FAMÍLIA Muridae

A presença de ratos foi registrada através de um fêmur direito de animal jovem; e, indiretamente, por ranhuras em ossos diversos feitas por seus dentes incisivos.

## CLASSE AVES

### ORDEM GALIFORMES

*Gallus gallus domesticus* (Linnaeus, 1758)

*Meleagris gallopavo* Linnaeus, 1758

### ORDEM ANSERIFORMES

*Anas platyrhynchos domesticus*  
Linnaeus, 1758

Pertencentes à Classe Ave foram encontrados 61 ossos (Fig. 4, Gráf. 5), correspondentes às espécies, *Gallus gallus domesticus*, galinha (58 ossos); *Meleagris gallopavo*, peru doméstico (dois ossos); e *Anas platyrhynchos domesticus*, pato (apenas um osso). No caso das galinhas, foram recuperados quase todos os componentes do esqueleto: esterno, clavícula, coracóide, úmero, ulna, 3º metacarpo, fêmur, tíbia, tarso-metatarso, sinsacro e ilíaco; do peru, apenas o úmero, e do pato, o fêmur (Gráf. 6). Desses 61 ossos apenas sete estão completos, o restante está fragmentado, medindo em média 6,06 x 1,45 cm.

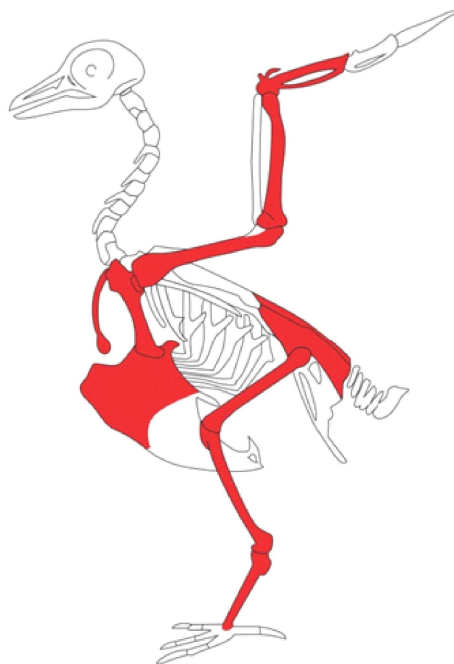


Figura 4. Ossos de aves encontrados.

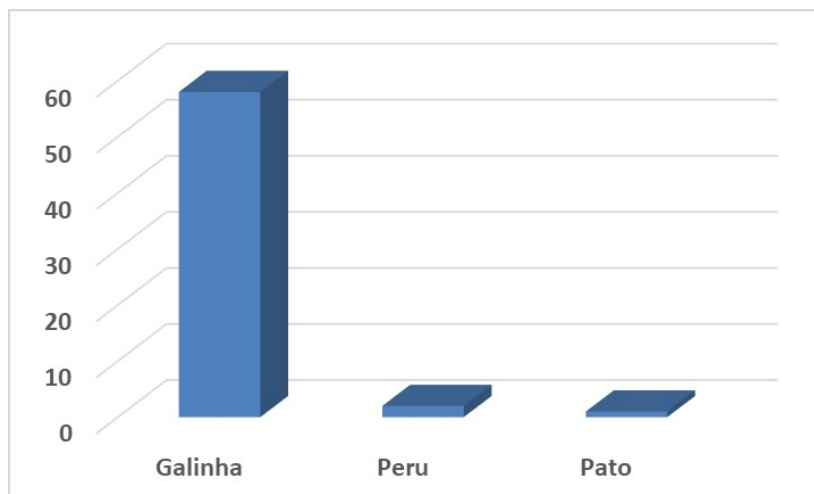


Gráfico 5.  
Frequência das diferentes espécies de aves encontradas.

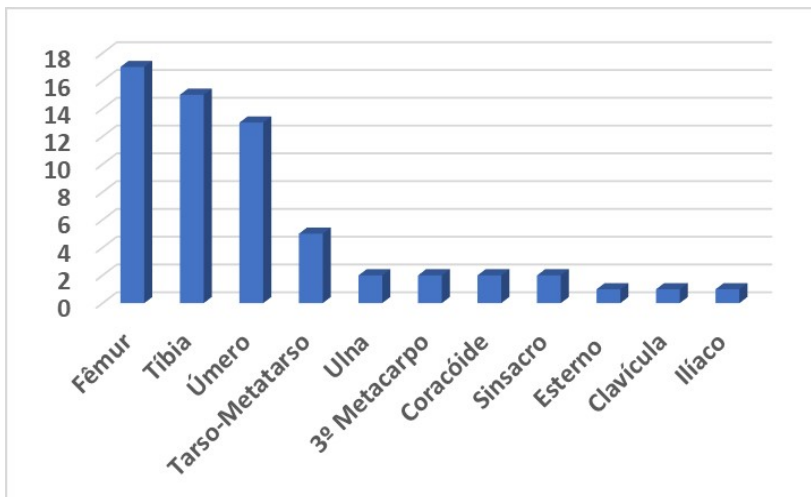


Gráfico 6.  
Frequência dos  
diferentes  
ossos de aves  
encontrados.

#### CLASSE CHONDRICHTHYES

Encontrada apenas uma vértebra de peixe cartilaginoso.

#### FILO MOLLUSCA

Representado por uma valva de *Ostrea* sp., ostra.

Como apresentado no gráfico 1, a amostra consiste em sua ampla maioria de ossos de bovinos, secundados pelos de aves, e, com pouca expressão, os de suínos e ovinos/caprinos. Da fauna marinha foi recuperada apenas uma vértebra de elasmobrânquio e uma valva de ostra. Fora do domínio alimentar, foi detectada a presença de cachorros, como animais de estimação dos moradores, e também de ratos, de longa data uma praga doméstica.

#### AS CARNES E SUA DISTRIBUIÇÃO

A terminologia para a designação dos cortes das carnes bovinas, reconhecidos a partir dos ossos da amostra, seguiu a nomenclatura da Portaria nº 05/1988 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que regulamenta a sua padronização, e também de Caixeta (1995). Esses cortes foram classificados como carnes de 1ª, 2ª e 3ª categorias. Não foi possível saber se essa ordenação corresponde à do século XIX, à falta de documentação primária ou mesmo secundária sobre a questão. Mas entende-se aqui que, em linhas gerais, naquela época ela deve ter sido semelhante à da primeira metade do século XX, bem conhecida e para a qual se dispõe de informações, em razão do pouco tempo decorrido.

Em 1940, Mucciolo e Paiva se referiram ao filé mignon como uma carne muito cara, de preço muito mais alto que o das demais carnes de 1ª. Segundo eles, “os melhores segmentos, sob o ponto de vista culinário, alcançando preços mais elevados, são aqueles retirados do quarto traseiro. De fato, esta porção da carcaça fornece todos os segmentos de primeira categoria” (Mucciolo e Paiva 1940:200-201).

Organizando em uma tabela os dados fornecidos sobre cortes de carne por esses dois autores, na década de 1940 (Tab. 1), obtivemos o seguinte resultado, estando os cortes classificados e distribuídos em quatro categorias:

Tabela 1. Terminologia utilizada nos cortes de carne bovina, em torno de 1940, em São Paulo, segundo Muciollo e Paiva (1940:186 a 201).

Tipo da Carcaça	Tipos de Cortes de Carne	Categorias			
		1ª	2ª	3ª	4ª
<b>Quarto Dianteiro</b>	Pescoço			X	
	Assem			X	
	Peito				X
	Braço - Músculo ou Pá		X		
	Músculo final vendido como contrapêso			X	
<b>Quarto Trazeiro</b>	Alcatre	X			
	Fraldinha	X			
	Filet de costela ou bisteca	X			
	Filet de Lombo ou Filet Mignon	X			
	Capa de Filet			X	
	Coxão Duro ou Chã de fora	X			
	Coxão Mole - Chã de Dentro ou Perna	X			
	Lagarto	X			
	Músculo final vendido como contrapêso			X	
	Patinho ou Pato	X			
	Ponta de Agulha				X
<b>Miúdo</b>	Cauda				

Obs.: os nomes foram transcritos literalmente.

Para fins comparativos, organizou-se também, na tabela 2, os termos da Portaria nº 05/1988 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como de Caixeta (1995).

Vê-se, a partir da comparação entre as duas tabelas, datadas respectivamente da primeira e segunda metades do século XX, que as categorias anteriores foram enxugadas em 1988, tendo passado de quatro a três. Contudo, a qualificação dos cortes continuou essencialmente a mesma; apenas as carnes de quarta foram reclassificadas como de segunda, e como carne de terceira permaneceu somente o pescoço. As de primeira foram mantidas na mesma posição, exceto a fraldinha, que passou a ser considerada de segunda.

Ainda que não existisse, à época, uma classificação formal, e a terminologia para os cortes pudesse ser distinta, dificilmente o entendimento do que seriam carnes melhores ou piores teria sido diferente no século XIX. Assume-se, portanto, que carnes duras e nervudas foram menos valorizadas e cotadas, nos Oitocentos, que as mais macias, de custo maior.



Tabela 2. Terminologia dos cortes de carnes bovinas em vigor desde 1988, segundo a Portaria nº 05/1988 e Caixeta (1995).

Tipo da Carçaça	Tipos de Cortes de Carne		Categorias		
			1ª	2ª	3ª
<b>Quarto Dianteiro</b>	Pescoço				X
	Acém			X	
	Costela do dianteiro			X	
	Peito			X	
	Cupim		X		
	Paleta			X	
	Músculo do Dianteiro			X	
<b>Quarto Traseiro</b>	Alcatra	Picanha	X		
		Maminha	X		
		Coração do Alcatra	X		
	Lombo	Contra Filé	X		
		Filé de Costela		X	
		Capa de Filé		X	
		Filé Mignon	X		
	Coxão	Coxão Mole	X		
		Coxão Duro	X		
		Lagarto	X		
		Patinho	X		
		Músculo Duro		X	
	Ponta de Agulha	Costela do traseiro		X	
		Ponta de Agulha			X
		Fralda ou Vazio		X	
<b>Partes destacadas da carçaça</b>	Mão/Pé	Mocotó		X	
	Rabo	Rabada		X	

Os cortes encontrados na amostra foram os seguintes (Tabs. 3 e 4) :

- entre as carnes de 1ª, que se estendem desde a região lombar até o membro traseiro dos bovinos: filé mignon e filé mignon/contra filé (bisteca, atual T-bone), os cortes mais nobres, ambos conhecidos à época como lombo; alcatra, coxão mole, coxão mole/patinho (tipo de corte que associa parte de um e parte de outro) e patinho.
- entre as de 2ª, que compreendem partes dos membros anterior e posterior, da região central, e as vísceras dos bovinos: da região central, foi recuperada a costela; do membro anterior, a paleta, músculo dianteiro e mocotó; do membro posterior, o músculo duro (coxão) e mocotó; além deles, o rabo e a língua.
- entre as de 3ª, o pescoço.

Tabela 3. Quantificação dos cortes de 1ª, 2ª e 3ª encontrados na amostra.

Carne 2ª	Quant.	Carne 1ª	Quant.	Carne 3ª	Quant.
Costela	52	Coxão Mole/Patinho	30	Pescoço	4
Paleta	48	Filé Mignon/Contra Filé	20	<b>Total</b>	<b>4</b>
Músculo Duro (Coxão)	29	Alcatra	18		
Músculo Dianteiro	23	Filé Mignon	2		
Mocotó	17	Coxão Mole	1		
Rabada	4	Patinho	1		
Língua	1	<b>Total</b>	<b>72</b>		
<b>Total</b>	<b>174</b>				

Tabela 4. Percentual dos cortes em cada categoria e em relação ao total de ossos.

Tipo da Carne	Quant.	Cortes de Carne	Quant. Geral
<b>Carne de 2ª</b> <b>70%</b>	30%	Costela	21%
	27%	Paleta	19%
	17%	Músculo Duro (Coxão)	11%
	13%	Músculo Dianteiro	9%
	10%	Mocotó	7%
	2%	Rabada	2%
	1%	Língua	0,4%
<b>Carne de 1ª</b> <b>29%</b>	42%	Coxão Mole/Patinho	12%
	28%	Filé Mignon/Contra Filé	8%
	25%	Alcatra	7%
	3%	Filé Mignon	0,8%
	1%	Coxão Mole	0,4%
	1%	Patinho	0,4%
<b>Carne de 3ª</b> <b>1%</b>		Pescoço	2%

## Bovinos

Os ossos recuperados de bovinos, a saber: hioide, escápula, úmero, rádio, ulna, metacarpo, carpo, íliaco, fêmur, tibia, patela, metatarso, tarso e falange (Gráf. 2), correspondem a carnes de 1ª: filé mignon, contra filé, alcatra, coxão mole e patinho; de 2ª, paleta, músculo dianteiro, músculo duro (coxão), costela, mocotó e rabada; e de 3ª, pescoço (Fig. 5).



Figura 5. Carne de 3ª: vértebras cervicais de *B. taurus* correspondentes ao pescoço.

Sua distribuição pelas diferentes casas foi a seguinte (Gráf. 7):

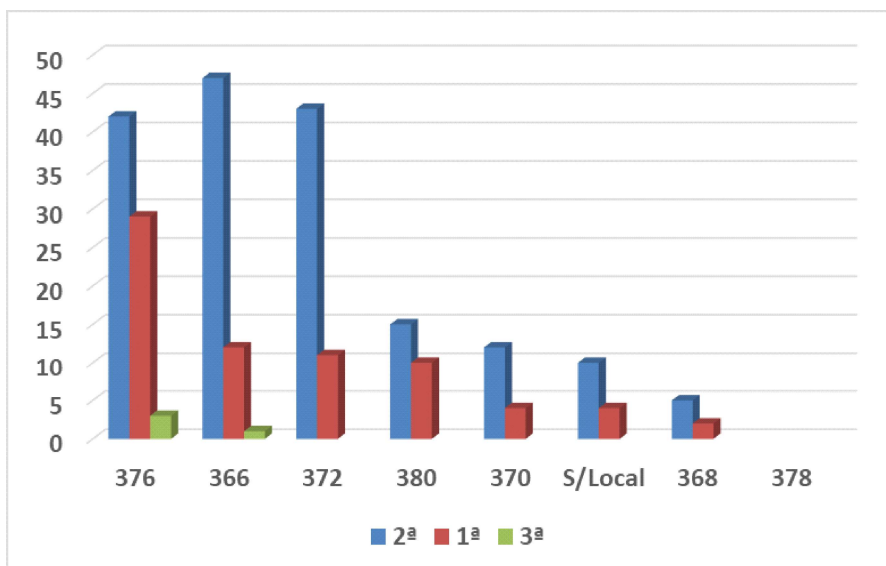


Gráfico 7. Frequência de carnes de 2ª, 1ª e 3ª nos diferentes lotes.

#### Aves

Os 58 ossos recuperados de galinhas, a saber: esterno, clavícula, coracóide, úmero, ulna, 3º metacarpo, fêmur, tíbia, tarso-metatarso, sinsacro e íliaco correspondem ao peito, asa, sobrecoxa, coxa, dorso e pé (Gráf. 8). Do peru, apenas dois úmeros, que equivalem à asa; e do pato, o fêmur, que corresponde à sobrecoxa. Desses 61, apenas sete estão completos, os demais estão fragmentados ou cortados, medindo em média 6,06 cm de comprimento e 1,45 cm de largura.

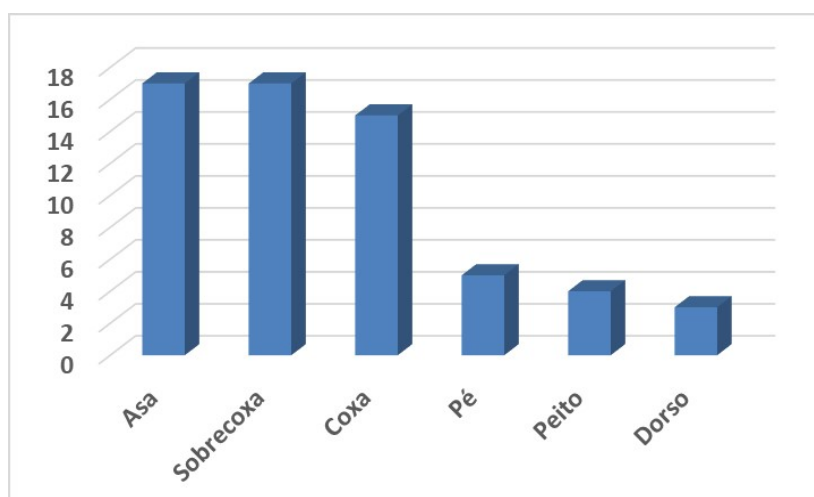


Gráfico 8 – Frequência de cortes de aves nos diferentes lotes.

Sua distribuição pelas diferentes casas foi a seguinte (Gráf. 9):

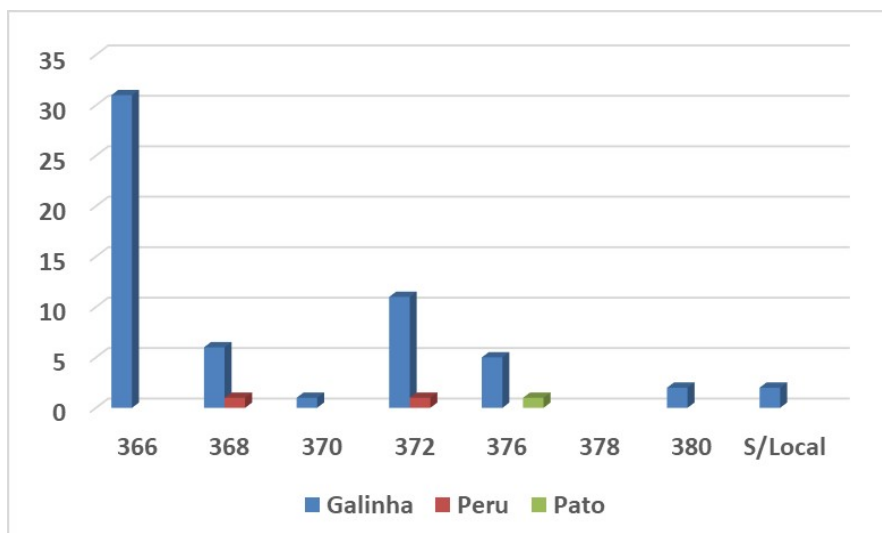


Gráfico 9 – Frequência das espécies de aves nos diferentes lotes

As aves eram vendidas principalmente nas ruas e em açougues (Fig. 6). O peru e outras aves, assim como leitões, eram oferecidos a famílias abastadas como presente nas Festa de Natal, de Primeiro do Ano e de Reis, como registrou Debret, em sua passagem pelo Rio de Janeiro (Fig. 7).

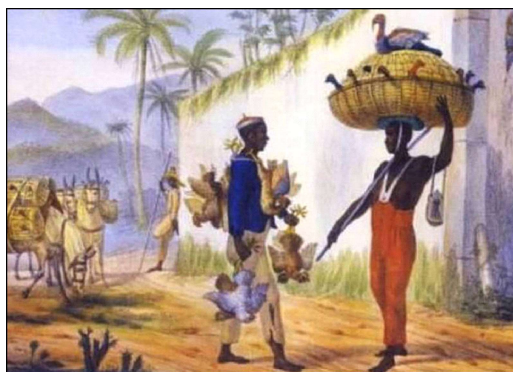
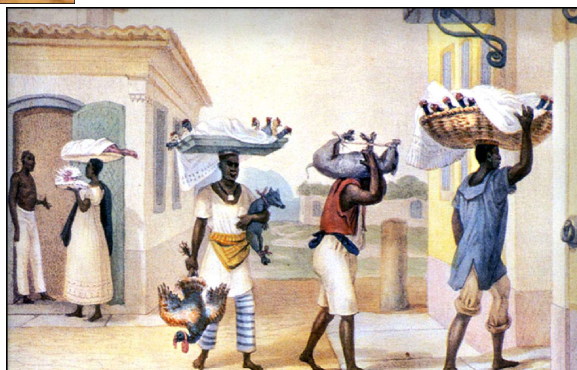


Figura 6. “Negros vendedores de aves”. Debret, 1835. Fonte: Bandeira e Lago, 2009.

Figura 7. “Presentes de Natal” . Debret, 1827. Fonte: Bandeira e Lago, 2009.



## Suínos

Foram encontrados 15 ossos e dentes de suínos, a saber: ramo mandibular, M<sub>3</sub>, costela, úmero, metacarpo, fêmur, tibia e metatarso, que correspondem ao pernil, paleta, costela, papada, pé, sendo a papada e a costela os mais numerosos (Gráf. 10). Os ossos estão serrados ou quebrados, medindo em média 6,41 cm de comprimento e 2,85 cm de largura. Quando comparados a esqueletos atuais, eles parecem ser de porcos de tamanho pequeno: 11 ossos pertencem a animais jovens, porém, utilizando a cronologia de erupção dentária (Sisson, 1981), foi possível aproximar a faixa etária dos outros quatro espécimes, como pode ser visto a) no ramo mandibular esquerdo, contendo: di1, di2, di3, i3 (incluso), dc (apenas a raiz), dp1, dp2, dp3 (apenas a raiz), dp4 e M1 (apenas a raiz), com idade de 6 a 8 meses; b) no M3 inferior de outros três indivíduos com idades diferentes: M3 E incluso, 1 ano e 4 meses; M3 D, iniciando o desgaste, próximo a 1 ano e 8 meses; c) e M3 D com desgaste maior que o anterior, 2 anos e 6 meses (Fig. 8). A menor idade calculada aqui já está em fase reprodutiva e atualmente, em criação confinada, pode pesar em torno de 100Kg.

Sua distribuição pelas diferentes casas foi a seguinte (Gráf. 10):

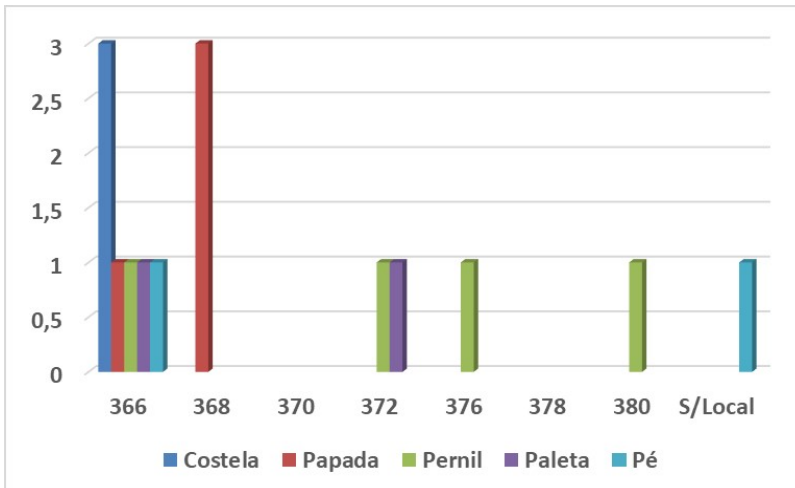


Gráfico 10. Frequência dos cortes de suíno nos diferentes lotes.

Figura 8. Ramo mandibular esquerdo e M3 de diferentes faixas etárias de *Sus scrofa scrofa*, correspondentes à papada.



Os suínos eram vendidos em lojas de carne de porco, de acordo com Debret (Figs. 9 e 10), mas também viviam soltos nas ruas (Figs. 11, 12, 13). Assim como as aves, eram oferecidos como presente nas festas de fim de ano (Fig. 7).

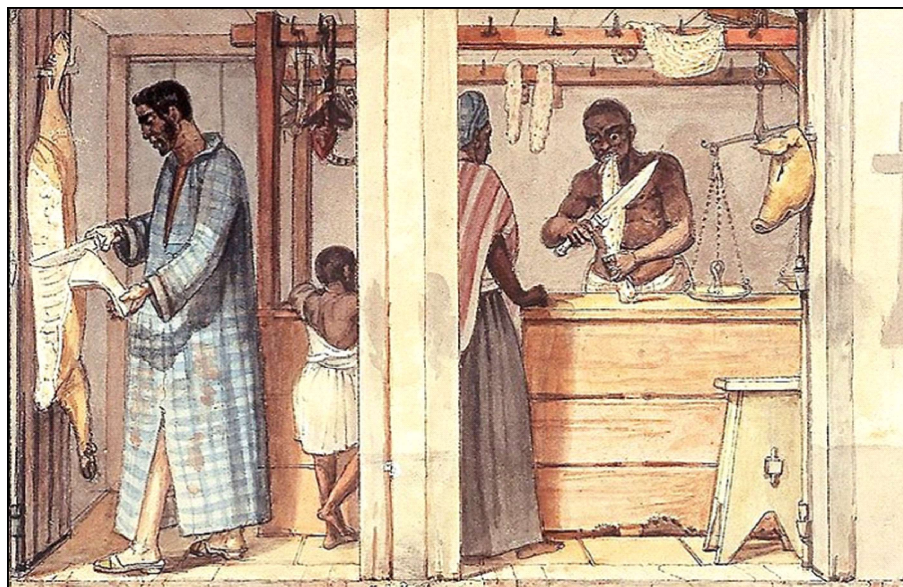


Figura 9. “Loja de carne de porco”. Debret, 1827. Fonte: Bandeira e Lago, 2009. Açougueiro, ajudante e seus facões, utensílios de corte.



Figura 10. “Negros saindo de um matadouro para levar aos açougues carne de porco”. Debret, 1827. Fonte: Bandeira e Lago, 2009.



Figura 11. “Negros fabricando vassouras com restos de cordas feitas com fibras de palmeira”. Debret, 1826. Fonte: Bandeira e Lago, 2009. Ao fundo, chiqueiro com porcos à beira mar.



Figura 12. “Negros Vendedores de linguça”. Debret, 1826. Fonte: Bandeira e Lago, 2009. Porcos com ninhadas soltos na rua.

Figura 13. “Talha de lenha”. Debret, 1826. Fonte: Bandeira e Lago, 2009.  
À direita, vendedora sentada no chão, com porcos ao seu lado.



### Ovinos/Caprinos

Os seis ossos de ovinos/caprinos encontrados, a saber: tíbia, parte do íliaco e úmero (Fig. 14), correspondem ao pernil, lombo e paleta (Gráf. 11). Todos os ossos estão fragmentados, tendo em média 7,15 cm de comprimento e 2,65 cm de largura.

Sua distribuição pelas diferentes casas pode ser observada no gráfico 11.

Os cordeiros e/ou cabritos eram vendidos em açougue, como comprovam marcas de serra nos ossos recuperados, mas também nas ruas, segundo Debret (Fig. 15).





Figura 14. Ossos de ovinos/caprinos da esquerda para direita: ílio esquerdo, duas tíbias direitas, cabeça do úmero e duas tíbias esquerdas.

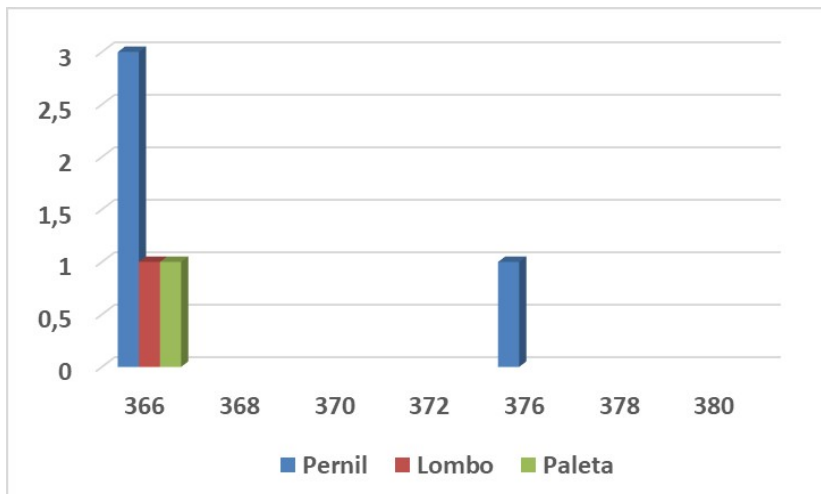


Gráfico 11. Frequência de cortes de ovinos/caprinos nos diferentes lotes.



Figura 15. "Casa para alugar e cavalo e cabrito à venda". Debret, 1827. Fonte: Bandeira e Lago, 2009.

## AS TÉCNICAS DE CORTE E SUAS ASSINATURAS

Ao longo do processo analítico, foi possível constatar que, no século XIX, os cortes de carne vendidos nos açougues vinham com osso, ao contrário do que ocorre atualmente, o que permitiu que as técnicas de retalhamento e de corte utilizadas no matadouro e nos açougues ficassem registradas nos achados arqueológicos. Essas assinaturas foram interpretadas, no presente estudo, à luz de Seetah (2006) e Landon (1996), considerando a estreita relação entre implementos e marcas de corte, tal como constatado na amostra.

Foi observado que, até hoje, ainda são empregados os mesmos tipos de ferramentas, tanto no matadouro quanto nos açougues, não obstante a introdução das serras elétricas. Entre elas, a serra manual para carne e osso (Fig. 16), presente ainda hoje em frigoríficos; e utensílios tais como facão, faca, faca de descarnamento e cutelo, que deixam marcas características na remoção ou extração de carne, gordura, tendões e tutano. Uma classificação básica dessas marcas inclui cortes, golpes, marcas de serra, e de percussão (Rizzetto e Albarella 2018). Nas cozinhas, parecem ter sido utilizados os mesmos utensílios de corte dos açougues, exceto a serra manual. Para o consumo doméstico, foram usados os talheres triviais. Contudo, para a ingestão do tutano foram produzidas colheres especialmente para essa finalidade, destinadas às classes abastadas, em diferentes modelos (Figs. 17 e 18).



Figura 16. Serra manual para corte carne com ossos, século XIX. Foto: M. Locks.



Figura 17 – Colher para consumo de tutano pelas elites, século XIX. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/comida/2014/07/1492829-tutano-ganha-a-atencao-de-chefs-saiba-onde-comer-e-comprar-em-sp.shtml>. Acesso em: 25 Agosto 2020.



Figura 18 – Diferentes modelos de colheres para consumo de tutano pelas elites. Disponível em: [https://www.icollector.com/A-Group-of-Four-Silver-Marrow-Spoons\\_i6043534](https://www.icollector.com/A-Group-of-Four-Silver-Marrow-Spoons_i6043534). Acesso em: 25 Agosto 2020.

O primeiro retalhamento – ou retalhamento primário, segundo Rizzetto e Albarella (2018), Seetah (2006) e Landon (1996) - ocorria no matadouro, começando com a remoção de apêndices com pouca carne, como a cabeça, patas e rabo, vísceras, sangue e couro, dividindo-se em seguida a carcaça dos bovinos em duas meias carcaças, o que foi possível observar na amostra através das vértebras cortadas. Já a segunda etapa de retalhamento – ou retalhamento secundário, segundo os mesmos autores – desmembrava a carcaça nas articulações ou nos músculos principais, resultando em cortes de carne maiores. Ocorria no açougue, mediante a utilização de serra e facão. Seetah (op. cit.) considera ainda uma terceira etapa, no caso, a divisão das porções maiores em cortes menores, no tamanho adequado para o preparo e consumo doméstico.

Dentre os ossos analisados, 94% apresentam marcas feitas pelas ferramentas ou utensílios de corte nas diferentes etapas de retalhamento, e também de tentativas de cortes que foram mal sucedidos. Apesar da sua ausência em alguns ossos, por apresentarem quebra ou desgaste natural no que seria o local do talho, seu tamanho e forma são semelhantes aos exemplares serrados, o que permite supor que provavelmente todos foram cortados com serra. Através da leitura óssea, foi possível identificar não apenas as técnicas do(s) açougueiro(s), mas, além delas, também as das cozinheiras ou cozinheiros que processaram a carne nas unidades domésticas, bem como as marcas de consumo.

A ferramenta mais utilizada no açougue para os cortes observados na amostra foi a serra manual, nos sentidos transversal e longitudinal dos ossos. O facão foi pouco usado, tanto no açougue quanto nas casas. Já no que diz respeito ao cutelo, seu emprego foi constatado somente em um exemplar, provavelmente para o corte longitudinal de uma epífise (Fig. 19).

Foi analisado um total de 401 marcas nos ossos, sendo 320 feitas com serra, 22 com facão e apenas uma com cutelo. De tentativas mal sucedidas de retalhar a carne, foram encontradas 233 marcas de serra (Figs. 20 e 21) e 87 com facão. De descarnamento com facão ou faca, foram encontradas 49; e de consumo, com faca, 32 (Tab. 5). Entre as marcas produzidas por agentes não humanos em várias casas, constam orifícios circulares feitos por dentes caninos de cachorros em ossos de galinha e ranhuras produzidas por incisivos de ratos, em diferentes ossos de bovino, suíno e ave, além de marcas de goteiras em um metacarpo de boi no lote nº 380.

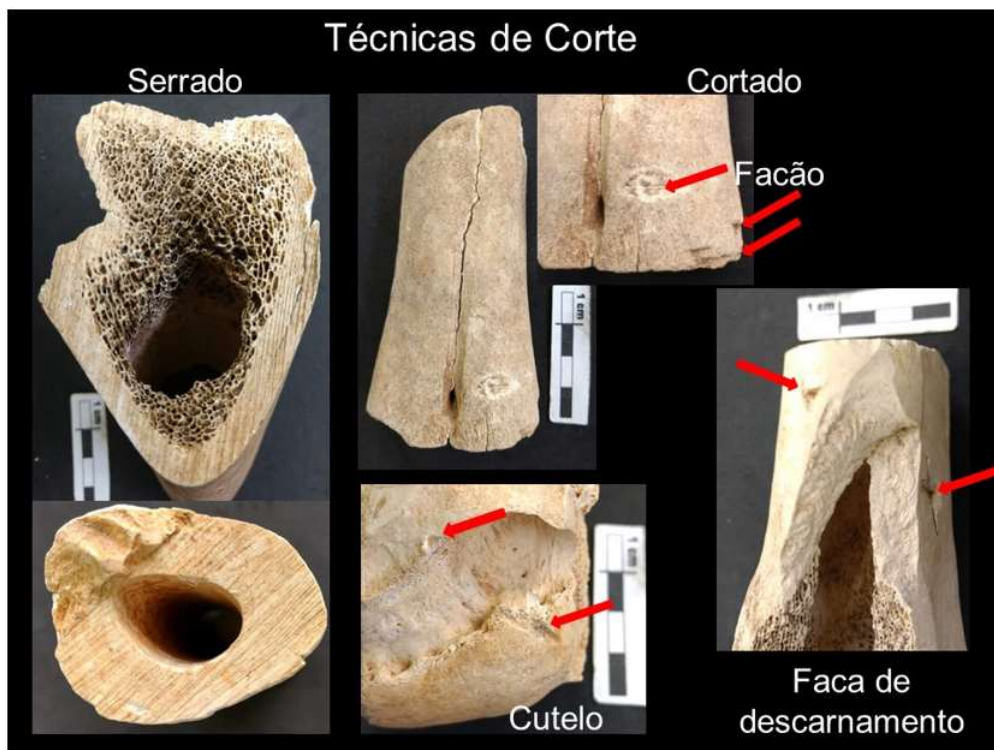


Figura 19. Técnicas de cortes em ossos bovinos: serrado com serra manual, à esquerda; e cortado, à direita. Estão assinaladas as marcas de facão, faca e cutelo, na tentativa de fazer cortes; e da faca de descarnamento, com a finalidade de retirar uma lasca para se alcançar o tutano. Fotos: M. Locks.



Figura 20. Marcas de tentativas mal sucedidas de corte nos seguinte ossos de bovinos: A. Escápula; B. Metacarpo IV; C e E. Úmero; D. Tíbia direita; F. Fêmur. Em A, B e C observa-se várias tentativas; e de D a F apenas uma, antes do corte final, todas realizadas no açougue com serra manual. Foto: M. Locks.



Figura 21. Marcas em ossos de bovinos: de consumo, em A e B; marcas de descarnamento, em C e D. Em E, osso indeterminado, marca de descarnamento. Foto: M. Locks.

Tabela 5. Quantificação das marcas de corte, tentativas de corte, descarnamento e consumo encontradas nos 250 ossos de bovinos.

Tipo de Osso	Corte			Tentativa de Corte		Descarnamento	Consumo
	Serra	Facão	Cutelo	Serra	Facão	Faca	Faca/talher
Úmero	62	16	1	71	16	-	2
Costela	61	-	-	39	-	8	19
Tíbia	38	-	-	33	49	4	-
Vértebra	36	1	-	12	-	-	9
Escápula	28	-	-	24	2	2	1
Fêmur	28	2	-	11	3	-	-
Íliaco	28	-	-	10	2	-	1
Rádio/Ulna	25	12*	-	13	3	11	-
Metacarpo	8	1	-	13	8	24	-
Falange	1	-	-	6	-	-	-
Metatarso	4	2	-	1	4	-	-
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>233</b>	<b>87</b>	<b>49</b>	<b>32</b>

\*Houve dificuldade de discernir se esses cortes, realizados no sentido longitudinal do rádio/ulna, foram feitos com serra ou com facão, porém foram mais provavelmente com este último.

As técnicas que foram utilizadas pelos açougueiros, à época, consistiram em dois ou três tipos de cortes em um mesmo pedaço, feitos com serra manual ou facão: um ou dois feitos no sentido transversal (Figs. 22) e outro no longitudinal. Nos ossos longos, eles ocorreram nas regiões superior e/ou inferior, no sentido transversal, sendo a maioria inclinado, provavelmente para vencer a resistência encontrada no tecido compacto das diáfises; e no sentido longitudinal, ora com serra ora com facão, exceto nas epífises, com a intenção de expor o tutano. Feitos no açougue, com serra manual, facilitavam o cozimento da carne com osso, bem como o aproveitamento total do tutano, muito apreciado então.



Figura 22. Tamanhos pequeno e médio dos cortes realizados em rádio e ulna de *B. taurus* comparados ao osso íntegro. Os ossos cortados estão aproximadamente na posição que ocupam no osso.

A costela, serrada na transversal em um ou dois lados, apresentou um tipo de corte semelhante aos feitos hoje em dia (Fig. 23), medindo de 3,00 a 13,00 cm de comprimento; o fêmur (de 2,00 a 12,5 cm) e a tíbia (de 1,80 a 14,1 cm), com um ou dois cortes; serrados de um, dois ou três lados: o úmero (de 3,00 a 15,5 cm) e o rádio/ulna (de 3,00 a 12,7 cm), resultando nos cortes ossobuco, ossobuco alto (Fig. 24) e canoa (Fig. 25) (esta somente no úmero e rádio/ulna); além de outros feitos à época, que não têm correspondência com as práticas atuais, e tiveram que ser denominados arbitrariamente pelas autoras. Foi o caso, à falta de outra designação, do corte nas articulações (Fig. 26) nos ossos longos (epífises), das porções da escápula (de 2,00 a 10,7 cm) e do íliaco (2,00 a 13,1 cm) (Fig. 27) e o tipo lasca (Fig. 25), apenas na tíbia, explicados mais detalhadamente abaixo. Em pedaços maiores, o metacarpo (de 8,5 a 13,8 cm), o metatarso (de 8,50 a 11,5 cm), e a falange (de 2,7 a 4,5 cm), conhecidos como mocotós, que correspondiam à popular mão de vaca, muito apreciada no Rio de Janeiro oitocentista. Por certo vendidos em açougues, esses ossos saíam inteiros do matadouro e eram também oferecidos por quitandeiras nas ruas, limpos e sem pelos, como mostrou Debret (Fig. 28). As vértebras (de 2,00 a 12,5 cm) apresentam o corte da divisão da carcaça bovina em meias carcaças, realizado no matadouro, e ainda outros cortes com serra ou facão, feitos no açougue.

O ossobuco, tirado de ossos longos, foi muito comum. Era cortado de duas formas: baixo, até 5cm, e também com uma altura maior, caso em que foi denominado de ossobuco alto (em média, no úmero, 8.80 x 6,06 cm; no caso do rádio/ulna, 7,68 x 4,34 cm; e no fêmur,

média de 6,44 x 5,44 cm); os cortes, um ou dois, foram feitos no sentido transversal, com serra manual (Figs. 24 e 29). Atualmente ambos ainda fazem parte da culinária brasileira.



Figura 23. Costelas bovina serradas e com marcas de tentativas mal sucedidas de corte. Foto: M. Locks.



Figura 24. Tipos de corte em ossos de bovinos: acima, ossobuco; abaixo, ossobuco alto. Fotos: M. Locks.



Figura 25. Acima, cortes tipo canoa em ossos de bovinos: à esquerda, rádio-ulna e rádio; à direita, úmero. Abaixo, cortes do tipo lasca na tíbia. Fotos: M. Locks.

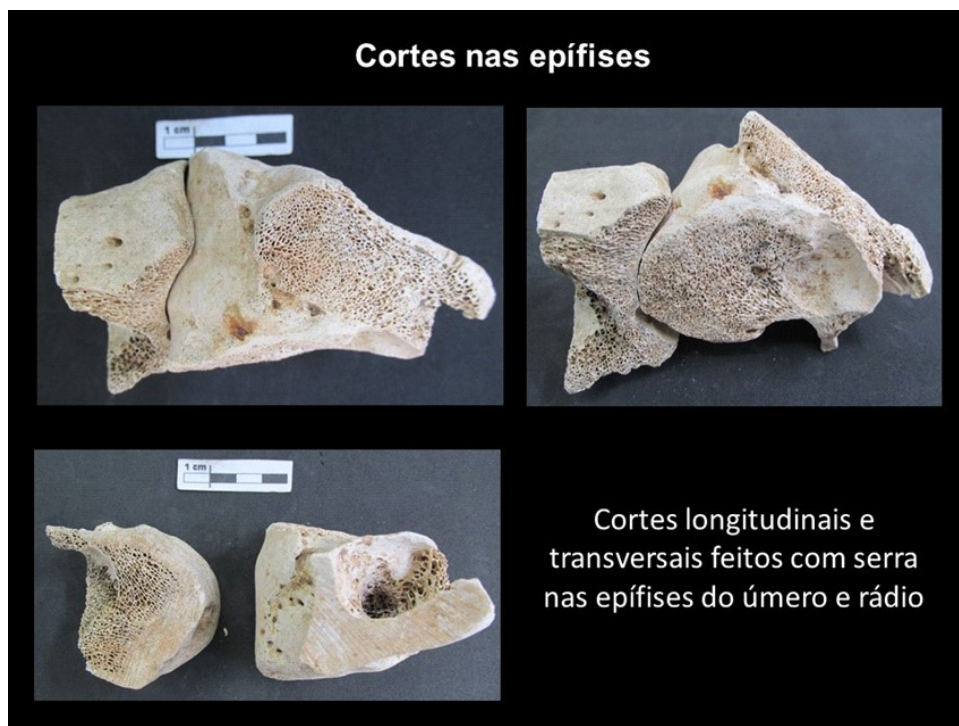


Figura 26. Cortes com serra nas articulações / epífises distais do úmero e proximais do rádio de bovino. Acima, à esquerda e à direita, no sentido longitudinal, com os ossos permanecendo articulados; e abaixo, no sentido transversal, no rádio e úmero. Fotos: M. Locks.



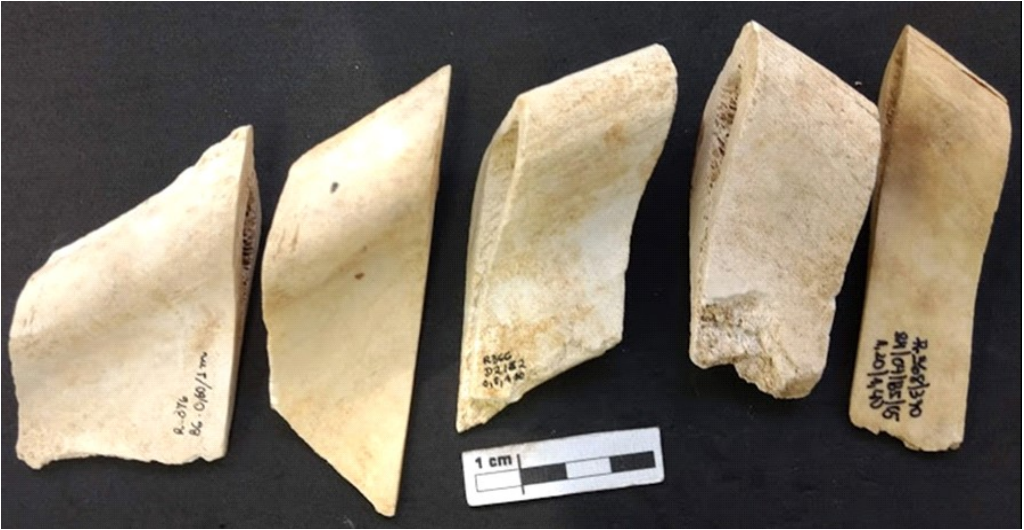


Figura 27. Cortes padronizados de escápula bovina com serra. Foto: M. Locks.



Figura 28. “Mocotós pelados, bolos da Bahia e polvilhos de forma”. Debret, 1826. Fonte: Bandeira e Lago, 2009. Quitadeiras vendendo mão de vaca nas ruas.



A canoa, corte feito também em ossos longos (úmero e rádio/ulna), porém longitudinalmente, abria o osso ao meio, com serra manual e/ou facão. Sua finalidade era a preparação e consumo do tutano (Fig. 25). Hoje em dia ainda se encontram receitas para o seu preparo, sendo um prato servido em alguns restaurantes (Fig. 30).

O tipo lasca foi um corte feito com a ajuda da faca de descarnamento em ossos longos, para a extração do tutano, retirando-se um fragmento triangular no sentido da epífise para diáfise. Foi observado apenas na tíbia, e podia ser feito tanto no açougue quanto em casa (Fig. 25). Era não só consumido, mas podia ser utilizado para fins não alimentares. Para tanto, bastava retirá-lo antes do cozimento com uma faca e colocá-lo de molho em água por algum tempo, o que resultava em um poderoso hidratante para cabelo, pele, objetos de couro e móveis de madeira. Foi amplamente utilizado no século XIX, sobretudo como suplemento alimentar, indicado para crianças e inválidos (Fig. 31).



Figura 29. À esquerda, ossobuco; à direita, ossobuco alto, que oferece maior quantidade de tutano. Disponíveis, respectivamente, em: <https://www.cheftime.com.br/receita/ossobuco-e> <https://www.prazeresdamesa.com.br/noticias/ossobuco-do-nordeste/>. Acesso em: 10 Setembro 2020.



Figura 30. Tutano assado na canoa, tal como oferecido atualmente em restaurantes. Disponível em: <https://vinhosemsegredo.com/2017/08/23/final-masterchef-harmonizacao/masterchef-tutano-assado-com-cogumelos/>. Acesso em: 10 Setembro 2020.



Figura 31. Óleo de tutano Virol, produzido na Inglaterra, no século XIX, embalado em potes de stoneware. Indicado como suplemento alimentar para crianças e inválidos.

Disponível em: <http://garfadasonline.blogspot.com/2010/08/o-frasco-de-virol-apresentado-era.html>.

Acesso em: 09 Setembro 2020.

Na amostra, as epífises nas articulações de ossos longos foram serradas em dois sentidos: transversalmente, na epífise proximal de um osso e distal de outro, circunstância em que ambas continuavam articuladas; e longitudinalmente, dividindo-as ao meio (Fig. 26), sendo ambos os cortes feitos no açougue com serra; em raros casos foi feito com facão. Em geral, era empregado em sopas e caldos.

Em 26 ossos de aves (tíbia e fêmur) foram encontrados 42 cortes de faca no sentido transversal, com a intenção de cortar as epífises proximal e distal ou apenas uma delas. Em alguns também foram observadas sete marcas de cortes mal sucedidos e 17 de desarticulação, todas resultantes do preparo doméstico. Nesses mesmos 26 ossos e mais em alguns úmeros e em um coracóide foram identificadas 38 marcas de consumo feitas com faca de mesa, sendo que 16 estão em um único fêmur. Outros cinco apresentam perfurações arredondadas feitas por dente canino de cachorro (lotes nºs 366, 372 e 380), bem como ranhuras em um fêmur, feitas por incisivos de rato (lote nº 368).

Entre os 15 ossos de suínos recuperados foram encontradas duas tíbias serradas no sentido transversal, com serra manual, ainda no açougue. Em três ossos há cinco marcas de faca, resultantes de tentativa de corte, e uma atribuída ao descarnamento. Em outro osso foi observada uma marca muito tênue, possivelmente de consumo; e, em outros dois, ranhuras feitas por incisivos de rato, nos lotes nºs 370 e 380.

Finalmente, em quatro dentre os seis ossos de ovinos/caprinos encontrados, foram observadas marcas de serra no sentido transversal e quatro marcas de tentativa de corte, com técnica utilizada em açougue. Foram também observadas 12 marcas de descarnamento realizadas com faca, provavelmente com técnica doméstica empregada na cozinha, e uma marca de consumo.

#### O QUE OS MORADORES COMERAM EM SUAS CASAS

Em todas as casas da vizinhança estudada, a carne animal, em maior ou menor proporção, esteve presente à mesa, exceto no lote nº 378, onde nenhum, absolutamente nenhum fragmento de osso foi encontrado (Tab. 6). Isto aponta fortemente para uma abstenção deliberada, ou então para variedades processadas, como embutidos e charque, ou mesmo vísceras, que não deixam vestígios no registro arqueológico.

Analisando a frequência dos cortes de carne em cada uma das casas, obtivemos os resultados apresentados na tabela 7.

Tabela 6. Frequência das carnes consumidas nos diferentes lotes.

Animais/Lotes	366	368	370	372	376	378	380	S/Local
Bovinos	60	7	16	54	74	-	25	14
Aves	31	7	1	12	6	-	2	2
Suínos	7	3	-	2	1	-	1	1
Ovinos/Caprinos	5	-	-	-	1	-	-	-
Peixe	-	-	-	-	1	-	-	-
Ostra	-	-	-	-	1	-	-	-
Total *	103	17	17	68	84	-	28	17

\*estão ausentes dessa totalização os seis pequenos fragmentos não identificados, um osso de cachorro e outro de rato.

Tabela 7. Quantidade das carnes/ossos e distribuição dos cortes nos diferentes lotes.

Tipos de Cortes		Lotes								S/Local
Carne/osso	Quant.	Cortes	366	368	370	372	376	378	380	Local
Costela	52	Costela	19	-	3	10	10	-	2	1
		Vértebra Dorsal	1	-	-	-	3	-	2	1
Paleta Escápula e Úmero	48	Porção Escápula	3	-	3	-	6	-	2	-
		Canoa	2	-	-	7	3	-	-	-
		Epífise	1	-	-	3	4	-	1	5
		Ossobuco	-	1	1	1	1	-	1	-
		Ossobuco Alto	-	-	-	-	2	-	-	-
		Fragmento	1	-	-	-	-	-	-	-
Coxão Mole/Patinho Fêmur	30	Epífise	-	-	-	5	9	-	2	2
		Ossobuco	-	-	1	-	2	-	-	-
		Ossobuco Alto	-	2	1	-	2	-	2	1
		Fragmento	1	-	-	-	-	-	-	-
Músculo Duro (Coxão) Tíbia e Tarso	29	Epífise	3	-	-	2	1	-	-	2
		Lasca	1	-	2	1	-	-	1	1
		Ossobuco	-	-	-	1	-	-	-	-
		Ossobuco Alto	3	2	1	2	2	-	2	-
		Fragmento	1	-	-	1	-	-	-	-
Músculo Dianteiro Rádio/Ulna e Carpo	23	Canoa	2	-	1	2	3	-	1	-
		Epífise	6	-	-	1	2	-	-	-
		Ossobuco	-	-	-	-	1	-	-	-
		Ossobuco Alto	1	-	-	1	1	-	1	-
Filé Mignon/Contra Filé Vértebra Lombar	20	T-Bone	6	-	2	3	4	-	4	1
Alcatra Íliaco e Vértebra Sacral	18	Porção ilíaco	3	-	-	3	5	-	-	-
		Vértebra Sacral	1	-	-	-	5	-	1	-
Mão/Pé Metacarpo - Metatarso e Falange	17	Mocotó	1	2	1	10	1	-	2	-
Rabo Vértebra Caudal	4	Rabada	2	-	-	1	1	-	-	-
Pescoço Vértebra Cervical	4	Pescoço	1	-	-	-	3	-	-	-
Filé Mignon Íliaco	2	Porção Íliaco	-	-	-	-	1	-	1	-
Coxão Mole Íliaco	1	Porção Íliaco	1	-	-	-	-	-	-	-
Patinho Patela	1	Epífise	-	-	-	-	1	-	-	-
Língua Hioide	1	Língua	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>250</b>		<b>60</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>54</b>	<b>74</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>14</b>

Como visto anteriormente na tabela 3, entre os bovinos, os cortes de 2ª foram os mais consumidos em todas as casas. E dentre eles, a preferência recaiu prevalentemente sobre a costela, seguida pela paleta, músculo duro e músculo dianteiro, além dos ossobucos. Rabada e mocotó foram na maioria das casas apenas episódicos, sendo que os mocotós dianteiros foram mais frequentes na amostra que os traseiros, sugerindo se tratar de uma preferência, ou, talvez, menor custo.

O tutano foi um item importante na alimentação em todas as casas, como pode ser observado também na tabela 3, tendo em vista que nos dois tipos de ossobuco e nos cortes padronizados para sua extração – tipo canoa e lasca – ele ficava exposto e podia ser saboreado. Ou ainda, se fosse extraído antes do cozimento, podia ser utilizado, como informado anteriormente, na produção caseira do óleo de tutano para o trato corporal e doméstico.

Já as carnes de 1ª ocorreram em muito menor proporção. A mais frequente foi o corte coxão mole/patinho, presente em todas as casas, seguido pelo filé mignon/contrafilé (bisteca ou T-Bone) e alcatra. Em cortes isolados, filé mignon, coxão mole e patinho ocorreram muito raramente, da mesma forma que, no outro extremo, a carne de 3ª.

#### O LOTE Nº 366

Nesta casa, considerada grande consumidora de carne, foram encontrados 103 ossos correspondentes às carnes de bovinos, ovinos/caprinos, suínos e aves. A preferência maior recaiu sobre a carne bovina, seguida pelas aves, no caso, galinhas. Em toda a vizinhança, aqui foi onde mais se consumiu carne animal; contudo, no que diz respeito aos bovinos, esta casa ocupou a segunda posição, tendo incluído no seu cardápio cotidiano cortes de 1ª, 2ª e 3ª. A carne de 2ª foi prevalente, e, nessa categoria, a costela foi de longe o corte mais consumido, seguida pelo músculo dianteiro, músculo duro e paleta. Mocotó e rabada parecem ter sido apenas variações no cardápio, em face da sua baixa ocorrência. Caldos e sopas foram itens importantes, a julgar pela quantidade de epífises recuperadas.

Entre os cortes de 1ª, a preferência recaiu sobre o filé mignon/contra filé (bisteca ou T-bone) e a alcatra, contra apenas uma ocorrência de coxão mole/patinho. Quanto à carne de 3ª, foi encontrado peçoço. Também neste lote foi consumida a maior quantidade de aves e de suínos (pernil, costela, paleta, papada e pé) e ovinos/caprinos (pernil, lombo e paleta) dentre todas as casas.

A carne de peçoço encontrada sugere fortemente a presença de pelo menos uma pessoa escravizada neste lote, tendo em vista que cabeça de boi, de todo refugada pelos segmentos livres, era “comida de negro” à época (Lima e Locks 2016, Locks e Lima 2018). Somado à papada e ao pé de porco encontrados, da mesma forma destinados a escravizados, reforçam a possibilidade da presença de escravo/a doméstico/a nesta casa.

Foi constatada a existência de pelo menos um cachorro, através de perfurações em dois úmeros e em um fêmur de galinha feitas por seus dentes caninos. E também de ao menos um rato, através de um fêmur direito de animal jovem e de ranhuras feitas por seus incisivos em um osso de costela bovina.

#### O LOTE Nº 368

Esta casa, como se viu anteriormente, sofreu pesadas modificações por sucessivas

reformas, as quais provavelmente removeram do subsolo grande parte dos vestígios das ocupações mais antigas. De tal forma que o pouco que restou vale como uma amostra qualitativa, porém não quantitativa do regime alimentar dos seus moradores mais antigos. Foram encontrados apenas 17 ossos, tendo a preferência recaído sobre a carne bovina e galinhas. Também aqui a carne de 2ª foi prevalente, com a paleta, músculo duro e mocotó, se contrapondo a apenas um coxão mole associado ao patinho, como carne de 1ª. Os dois tipos de ossobuco atestam o gosto dos moradores pelo tutano.

No que diz respeito às aves, além das galinhas foi encontrado um peru, provavelmente associado às festas natalinas. Não foram recuperados restos de ovinos/caprinos nesta casa, e de suínos ocorreram três papadas, que remetem da mesma forma à possibilidade da presença de escrava/o doméstica/o no local.

Nela também foram encontradas evidências indiretas de pelo menos um rato, as marcas dos seus incisivos em um fêmur de galinha.

#### O LOTE Nº 370

Os moradores desta casa parecem ter sido consumidores esporádicos de carne, a menos que reformas promovidas neste lote tenham igualmente eliminado vestígios mais antigos, a exemplo do que ocorreu no nº 368. Apenas 17 ossos foram recuperados, mesmo número que no anterior. A quase totalidade foi de carne bovina, contando com apenas um exemplar de galinha. Ocorreu aqui uma maior variedade de carnes de 2ª, que incluiu paleta, costela, músculo duro, músculo dianteiro e mocotó. Da carne de 1ª, houve um consumo moderado e equilibrado: além do coxão mole associado ao patinho, foi encontrado o filé mignon associado ao contrafilé (T-bone), com duas ocorrências de cada. O gosto pelo tutano é perceptível na quantidade de ossobucos e nos cortes tipo canoa e lasca recuperados, tendo menor frequência os cortes na escápula.

Foram encontradas evidências indiretas de pelo menos um rato, no caso, marcas dos seus dentes incisivos em uma tíbia de suíno.

#### O LOTE Nº 372

Esta casa está entre os três maiores consumidores de carne, com 68 ossos analisados. O destaque maior foi a carne bovina de 2ª, tanto em quantidade quanto em variedade, compreendendo a paleta e costela com maior frequência, seguida do músculo duro e do músculo dianteiro. Se a rabadia constituiu apenas uma variação no cardápio, não foi esse o caso do mocotó, muito apreciado e consumido. Da mesma maneira sopas e caldos tiveram presença constante no cardápio, a julgar pela alta frequência de epífises na amostra, assim como o tutano, como indicam os dois tipos de ossobuco e os cortes tipo canoa e lasca. A carne de 1ª mais presente à mesa foi o coxão mole associado ao patinho, seguido da alcatra e do filé mignon associado ao contra filé.

Proporcionalmente, o consumo de aves (galinhas) foi bem menor, tendo sido registrada a ocorrência de um peru, provavelmente consumido no Natal. A carne de porco foi pouco expressiva, apenas um exemplar de pernil e outro de patela.

Foram encontradas evidências indiretas de um cão, através de perfurações dos seus caninos em um fêmur de galinha; e de pelo menos um rato, em ranhuras dos seus incisivos feitas em uma tíbia de suíno e em um metacarpo de bovino.

## O LOTE Nº 376

Neste lote, incluído entre os maiores consumidores de carne e o primeiro em carne bovina, foram recuperados 84 ossos e uma valva de ostra. Aqui foi consumida a maior variedade de animais: além dos mamíferos (bovinos, ovinos/caprinos, suínos) e aves (galinha e pato), foram recuperados remanescentes de peixe e ostra. Apesar da variedade dos tipos de animais consumidos, os bovinos foram, como nos demais lotes, os mais importantes na alimentação, com destaque para a carne de 2ª: paleta e costela tiveram a incidência mais alta, seguidas pelo músculo dianteiro e músculo duro. Mocotó, rabada e língua foram apenas episódicos no cardápio. Já as sopas e caldos parecem ter sido parte importante da dieta, em vista da quantidade de epífises encontradas. Entre as carnes de 1ª, a preferência recaiu sobre o coxão mole associado ao patinho, secundado pela alcatra, filé mignon associado ao contra filé (T-bone), e ocorrências isoladas de filé mignon e patinho. Foram recuperados pedaços da escápula e ilíaco, e os dois tipos de ossobuco, atestando o gosto dos moradores pelo tutano. Além deles, também carne de 3ª, pescoço, indicando possivelmente a presença de escravo/a doméstico/a. Os assados parecem ter sido apreciados, tendo em vista os ossos de pernil de suíno e de ovino/caprino

Foi encontrado um osso da tíbia/fíbula direita incompleta de cão adulto.

## O LOTE Nº 378

Surpreendentemente, não há nenhuma evidência, direta ou indireta, de consumo de carne animal nesta casa. Embora seja possível supor que tenham sido consumidas vísceras e carnes processadas que não deixam vestígios no registro arqueológico, como charque e embutidos, parece mais provável se tratar de uma abstinência deliberada.

## O LOTE Nº 380

No lote nº 380 foram encontrados apenas 28 fragmentos de ossos, bovinos em sua quase totalidade, sendo apenas dois de galinha e um de suíno, sugerindo se tratar de consumidor esporádico de carne. Nesta casa, a quantidade de cortes de 2ª – aí compreendidos costela, paleta, músculo dianteiro, músculo duro - foi relativamente próxima da carne de 1ª (filé mignon/contra filé (T-bone), coxão mole associado ao patinho e alcatra). Os ossobucos parecem ter sido muito apreciados, além do interesse pelo tutano propriamente, medido sobretudo através dos cortes tipo canoa e lasca. Sopas e caldos foram consumidos moderadamente, a julgar pelo número de epífises, e o mocotó e a rabada apenas eventualmente. Já as porções da escápula e do ilíaco parecem ter sido muito bem cotadas.

Foram encontradas nesta casa evidências indiretas da presença de cachorro, através das marcas do seus caninos em um fêmur de galinha; e de rato, através das ranhuras dos seus incisivos em uma tíbia de porco.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ACHADOS

A amostra recuperada é muito reduzida em relação ao que efetivamente foi consumido de carne nessa vizinhança, no século XIX, em decorrência da atuação de toda sorte de fatores da dinâmica deposicional e pós-deposicional. Mesmo assim ela foi considerada aqui como minimamente representativa dos hábitos alimentares dos seus moradores, no intervalo de tempo em que foi acumulada.

Os altos percentuais obtidos a partir da análise dos ossos resgatados colocam

inquestionavelmente a carne bovina como a principal fonte de proteína animal dos moradores cujas casas foram estudadas. E não só deles, mas da cidade de modo geral, que tinha nela um dos seus principais suprimentos (Luccock 1975:29). Não obstante, a literatura é pródiga em relatar a escassez de carne verde na cidade, seu preço elevado e baixa qualidade, em razão do gado que percorria longas e penosas distâncias, vindo sobretudo de São Paulo e Minas Gerais (Luccock 1975, Mawe 1978, Saint Hilaire 1975, Weech 1992), chegando magro e extenuado ao seu destino, além de outros fatores como a onerosa cadeia de transações e atravessadores que envolvia o gado em pé.

Por essas razões, seria esperado um protagonismo maior da carne suína, da qual, segundo Luccok (1975:31), “costuma(va) o povo alimentar-se com grande avidez”. Nas aquarelas de Debret aparecem porcos em diversas cenas do cotidiano (Figs. 11, 12, 13), soltos em abundância pelas ruas, sugerindo se tratar de uma carne permanentemente disponível para consumo na área urbana. Uma frequência maior não apenas dela, mas também de peixes seria esperada, no caso de uma cidade à beira mar; estes últimos, no entanto, próximos do zero na amostra recuperada.

Vale lembrar para fins comparativos, embora geograficamente distante, um estudo realizado por Milne e Crabtree (2001), em que foi analisada a variação alimentar urbana em amostras das classes trabalhadoras em Five Point's, New York, na década de 1830. A dieta de um rabino, de um carpiteiro e de um bordel, embora com algumas diferenças, foi predominantemente à base de cortes baratos de carne de porco e de vaca, e de grande quantidade de peixes locais. Um padrão que diferiu consideravelmente de residências da classe média da localidade, nas quais foram consumidos poucos peixes e muito mais aves. No caso da vizinhança aqui estudada, são sem dúvida surpreendentes os baixíssimos percentuais da carne de porco e de peixes, ambos disponíveis com fartura na cidade.

No caso dos peixes, possíveis razões podem ser encontradas em Luccock (1975:30), que relata “a grande variedade de excelente pescado nas águas do Rio, mas [que] em meio dessa abundância, poucas espécies eram de uso comum, e menos ainda as dignas de qualquer estima”. Segundo ele, era grande o despreço e o preconceito dos habitantes do Rio com os peixes, cuja carne era considerada insalubre e causadora da lepra, quando ingerida com frequência. Mais ainda, apesar da localização à beira mar, o peixe fresco na cidade era escasso e caro, o que talvez explique sua notável ausência no registro arqueológico analisado.

Já o baixo número de ovinos/caprinos não surpreende, na medida em que sua carne nunca esteve entre as preferidas na mesa brasileira. Ainda segundo Luccock (1975:30), os brasileiros jamais comiam carneiro, sendo cogitada por ele uma razão de natureza religiosa para tal evitação: esta não seria uma comida própria para um cristão devoto, posto que “foi o Cordeiro Divino que tomou consigo os pecados do mundo”, um preconceito que, em seu ponto de vista, teria sido inculcado no povo pelo clero.

Quanto à carne bovina, os cortes padronizados sugerem fortemente que os moradores se abasteciam em um mesmo lugar, um açougue nas proximidades. Mas não apenas eles apontam para essa possibilidade: observações feitas em dois casos distintos em cortes do íliaco permitiram perceber, em um deles, que dois pedaços, correspondentes aos lados direito e esquerdo de um mesmo indivíduo, foram comprados e consumidos por dois moradores distintos, de casas diferentes, os lotes nºs 366 e 372. E em outro, cortes do íliaco esquerdo de um mesmo indivíduo foram consumidos também em casas diferentes, os lotes nºs 376 e 380 (Fig. 32), o que confirma a existência de um açougue nas imediações.





Figura 32. Cortes do ílaco esquerdo do mesmo indivíduo, consumidos nos lotes nºs 376 e 380.

A padronização dos cortes tanto pode se tratar de uma especificidade desse suposto estabelecimento, como de práticas de retalhamento correntes à época, o que só poderá ser esclarecido mediante a expansão das análises zooarqueológicas de outras amostras do mesmo período. Esta é uma prática que varia de cultura a cultura, de tal forma que – tanto quanto sabemos e salvo melhor juízo – a inexistência de registro documental sobre as formas de talhar a carne, no Rio de Janeiro oitocentista, faz com que só a pesquisa arqueológica tenha condições de resgatá-la. Sobre essa variação, assim se manifestaram Mucciolo e Paiva, na primeira metade do século XX:

É sabido que o modo de praticar os cortes e as categorias em que são catalogados os segmentos resultantes, varia de uma cidade a outra e às vezes na mesma cidade, sendo essa diversidade na técnica de corte acompanhada de perto pela mais variada nomenclatura. Seria materialmente impossível uniformizar os cortes e sua nomenclatura para as diversas regiões de um mesmo país, sem intervenção oficial, devido aos costumes próprios, inerentes a elas e às necessidades e hábitos do consumidor. Por outro lado, os exemplos do mesmo segmento ser indicado por nomes diversos são bastante freqüentes e mesmo entre nós se observam. É o caso do coxão mole como é conhecido em São Paulo, seccionado do mesmo modo e abrangendo a mesma base muscular, ser chamado de chã de dentro na Capital Federal e em Pernambuco (Mucciolo & Paiva 1940, p. 183-184).

Tendo em vista que o domínio alimentar é um dos mais conservadores da cultura, não seriam esperadas alterações nas formas de retalhar bovinos na cidade, desde o período estudado até a atualidade, um intervalo de tempo relativamente curto. Contudo, embora muitos cortes coincidam com os de hoje em dia, alguns não foram reconhecidos e tiveram que ser arbitrária e tentativamente nominados, sem muito sucesso e com pouca inspiração, como os pedaços de escápula e de íliaco e o corte nas articulações de ossos longos (epífises), entre outros. Eles são uma evidência de que houve algumas mudanças de lá para cá. E não apenas no retalhamento, mas nas formas de venda e preparo da carne à época, com ossos, o que já não ocorre mais.

Da mesma forma, os cortes para extração do tutano e sua oferta em açougues, ao que parece tão frequentes e apreciados no século XIX, desapareceram, assim como a colher altamente especializada para o seu consumo. Ou, se não desapareceram por completo, caíram de todo em desuso. Os T-bones (ou bistecas) igualmente tão apreciados em todas as casas investigadas, não são mais facilmente encontrados à venda em supermercados e açougues, tendo se tornado cortes especiais, oferecidos apenas em talhos e restaurantes especializados.

Por outro lado, o músculo, antes valorizado no século XIX como corte de 2ª, perdeu essa condição e passou a ser vendido no século XX como contrapeso de cortes superiores, tal como informado por Mucciolo e Paiva (1940) (Tab. 1). Ou seja, quem comprasse uma carne de melhor qualidade, teria que levar junto, obrigatoriamente, um pedaço de músculo, para não dar prejuízo ao açougue, já que aparentemente ninguém o queria. Essa perda de prestígio, contudo, vem sendo recuperada nos últimos tempos, o contrapeso foi abolido e o músculo voltou a ser ofertado como antes. Em suma, trata-se de movimentos relevantes para a história da alimentação, a serem analisados em uma perspectiva mais abrangente, no âmbito mais amplo do sistema sociocultural.

A frequência elevada de cortes padronizados com menos de 10 cm na amostra tem três possíveis explicações: a primeira delas seria uma decorrência do preço elevado da carne, à época, viabilizando deste modo sua aquisição em pedaços menores e mais baratos, por um número maior de consumidores; a segunda, na circunstância da falta de refrigeração, a carne verde, fresca, vendida em pedaços menores, escoaria mais rapidamente, evitando sobras que inevitavelmente apodreceriam nos açougues e nas casas; a terceira seria a dimensão média das panelas utilizadas pelos grupos familiares para a preparação dos alimentos, não comportando cortes maiores. Prova desta última são tíbias de galinha, correspondentes à coxa, que tiveram a parte descarnada cortada, de modo a tomar menos espaço na panela, liberando-a para porções mais carnudas da ave.

A maior quantidade e diversidade de carnes no lote nº 366 deve ser entendida à luz de que se trata da maior unidade residencial de todo o conjunto, que provavelmente comportou um número maior de moradores. Da mesma forma deve ser visto o lote nº 376, resultante da fusão com o nº 374, cujo número desapareceu, com o remembramento, da sequência numérica do conjunto de lotes, unindo aquelas que, antes, foram provavelmente duas unidades domésticas distintas.

Tentando analisar a diversidade das práticas alimentares nessa vizinhança, o que se observa é que de modo geral a alimentação à base de carne bovina foi muito semelhante em todas as casas (Gráf. 12): elas se apoiaram maciça e indistintamente nos mesmos cortes de carne de 2ª, de menor custo, variando apenas a intensidade da sua incorporação ao cardápio do dia a dia. A costela foi a preferência maior de todos os moradores, seguida de perto pela

paleta, exceto no lote nº 368, cuja amostra, pelas razões expostas, não pode ser considerada representativa. Secundariamente, os ossobucos, os músculos (dianteiro e duro) e os mocotós estiveram da mesma forma em todas as mesas, assim como os pedaços da escápula e do ílaco, estes últimos exceto no lote nº 372.

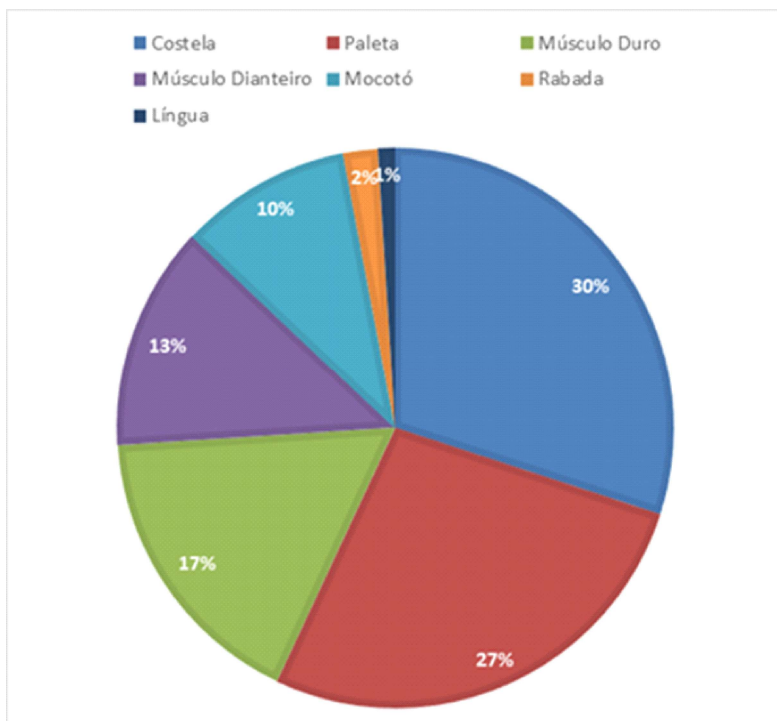


Gráfico. 12. Porcentagem das carnes de 2ª consumidas nas casas.

Em razão dessas carnes serem muito duras, elas foram necessariamente cozidas, ensopadas ou guisadas. Isto se confirma pelas poucas marcas de descarnamento e de consumo, sinal de que foram muito bem amaciadas, sendo desnecessário o emprego de faca afiada para soltar a carne do osso durante a refeição, na circunstância da técnica culinária utilizada à época, de cozinhá-los juntos. Em alguns casos, como a costela e o ossobuco, eles podem ter sido também assados. As epífises, no caso dos cortes nas articulações, foram decerto empregadas em caldos e sopas, de tal modo que essas formas de preparo parecem ter constituído, por força das expressivas quantidades encontradas, a base da culinária dessa vizinhança.

A literatura zoológico-arqueológica norte-americana (Huelsbeck 1991) associa sopas e ensopados a práticas alimentares afro-americanas. Efetivamente, essas formas de preparo de alimentos mais líquidos, de lento cozimento, era habitual entre populações africanas deslocadas na diáspora para as Américas, em sua origem partilhados comunalmente em tigelas (Kelly, 2013). No entanto, sopas e ensopados são também onipresentes na culinária portuguesa, trazida pelos colonizadores, de tal forma que sua relevância na mesa brasileira, e, mais especificamente, na vizinhança estudada na Rua Riachuelo, se deve certamente a essas duas matrizes étnicas, no complexo processo de hibridização que resultou na formação social brasileira.

Todas as casas consumiram moderadamente carnes de 1ª (Gráf. 13), mais caras, e sua presença nas refeições foi muito menos intensa que as carnes de 2ª, exceção feita ao corte coxão mole/patinho, com frequência comparável à dos músculos e ossobucos. Saboreado por todos, embora com moderação, foi o T-bone, que pode ter sido preparado como bife, grelhado. Encontramos da mesma forma em Luccock (1975:30) uma explicação para o seu consumo parcimonioso: segundo ele, a carne bovina em postas, sob a forma de bifês, “se limita(va) às classes mais altas”.

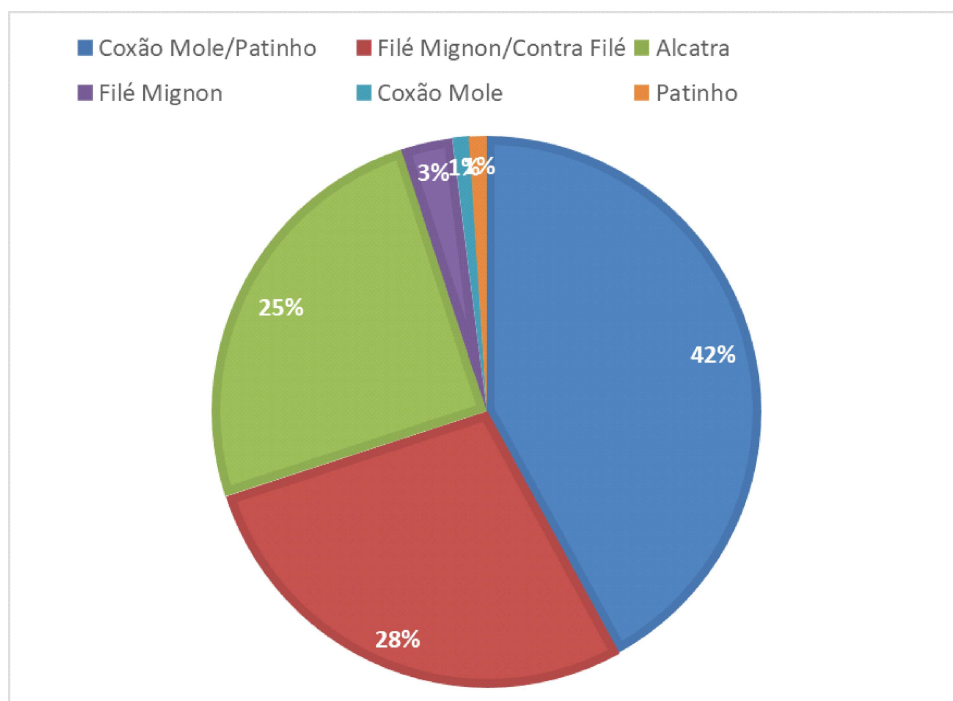


Gráfico 13. Porcentagem das carnes de 1ª consumidas.

Aparentemente, portanto, as mesmas oportunidades se apresentaram no domínio alimentar para esses moradores, pertencentes aos segmentos médios da sociedade oitocentista, com poder mediano de compra. As carnes que foram à mesa, no seu cotidiano, foram as mais baratas, enquanto as de custo mais elevado entraram no cardápio apenas vez ou outra. Contudo, a variabilidade ocorreu no que parecem ter sido escolhas pessoais ou familiares, com ênfase maior ou menor em determinados cortes, como o elevado consumo de mocotós e de tutano no lote nº 372; ou preferências, como a língua, no nº 376.

Por baixo dessa aparente homogeneidade, a diversidade social e cultural intragrupo apareceu claramente nos eixos interconectados de diferenciação econômica, estratificação social e raça, expressada na carne de pescoço bovina, na papada e no pé de porco, alimentos desqualificados que à época eram destinados aos negros escravizados. E também na interconectividade entre etnicidade e crenças religiosas, manifestada na evitação de carnes de porco e de carneiro, esta última exposta acima. O lote nº 370 foi o único que não incorporou suínos à sua dieta. Neste ponto, uma das possibilidades para essa ausência,

entre outras, são as notórias interdições à carne de porco entre muçulmanos, que a consideram impura; ou entre judeus, para quem, segundo os preceitos religiosos, os animais próprios para comer devem ruminar e ter cascos fendidos. Porcos, no caso, têm cascos fendidos porém não ruminam, o que determina uma severa interdição alimentar à sua carne e também aos seus derivados.

Se no lote nº 370 a carne de porco não fez parte da dieta dos seus moradores, no lote nº 378 não foi consumida carne alguma, um fenômeno de todo inesperado. Isto permite levantar a hipótese de estarmos lidando com adeptos do vegetarianismo. A recusa à ingestão de carne é uma prática filosófica muito antiga, surgida na Índia e no leste do Mediterrâneo, que atravessou os tempos e se dispersou mundo afora, eventualmente associada a princípios religiosos. Consideravelmente difundido no século XIX, o movimento vegetariano já estava àquela altura organizado em associações, e por certo havia chegado ao Rio de Janeiro. Entre outros, através dos adventistas que pregavam uma reforma da saúde com restrições alimentares, no entendimento de que o vegetarianismo está nos textos bíblicos (Cavalheiro et al. 2018). Assim, entre as hipóteses que podem ser levantadas para explanação dessa evidência negativa, esta deve ser cogitada, provavelmente com fundamentação filosófico-religiosa. Uma outra, já aventada acima, seria o consumo apenas de embutidos e charque, ou mesmo de vísceras, que não deixam vestígios do registro arqueológico.

Além da carne bovina, o outro tipo de carne apreciada foi a de galinha, consumida em todos os lotes, ainda que em menor proporção face ao que poderia ter sido. Coxas, sobrecoxas e asas apareceram em maior quantidade, porém isso não expressa necessariamente predileção por esses cortes, tendo em vista que as aves eram vendidas inteiras; mas sim problemas de conservação diferencial, já que seus ossos são frágeis, sendo mais resistentes apenas os que sobreviveram.

Os restos das carnes consumidas ou eram jogados aos cães, presentes em pelo menos quatro lotes, como mostram as marcas deixadas em ossos de galinha pelos seus caninos; ou descartados no lixo, etapa final do ciclo de vida dos animais consumidos, atraindo roedores. Evidências diretas e indiretas atestam que ratos, uma praga doméstica urbana, infestaram essas casas e devem ter atormentado seus moradores.

Estes foram os resultados obtidos com a análise dos restos faunísticos, cabendo agora entender os vasilhames em que eles e outros alimentos foram processados, bem como aqueles em que foram servidos à mesa, com vistas à integração dos diferentes dados recuperados.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Julio; LAGO. Pedro Correia do. *Debret e o Brasil*. Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

CAIXETA, Joaquim Santana. Agroindústria: abate e preparação de carne, padronização de cortes de carne bovina. *Ciência da Informação*, Comunicações 24 (3), 1995, Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/51>. Acesso em: 05 Março 2018.

CAVALHEIRO. Calíli Alves; VERDU, Fabiane Cortez; AMARANTE, Juliana Marangoni. Difusão do Vegetarianismo e Veganismo no Brasil a partir de uma perspectiva de transnacionalização. *RECAT – Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo* 6 (1): 51-67, 2018.

HUELSBECK, David R. Faunal Remains and Consumer Behavior. What is being measured? *Historical Archaeology* 25(2):62-76, 1991.

KELLY, Kenneth G. Connecting the Archaeologies of the Atlantic World. Africa and the African Diasporas. In MITCHELL, Peter e LANE, Paul (eds.), *The Oxford Handbook of African Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KÖNIG, Horst Erich; LIEBID, Hans Georg. *Anatomia dos Animais Domésticos*. Porto Alegre: Artmed, 6ª ed., 2016.

LANDON, David B. Feeding Colonial Boston: a Zooarchaeological Study. *Historical Archaeology* 30(1):1-153, 1996.

\_\_\_\_\_. Zooarchaeology and Historical Archaeology: Progress and Prospects. *Journal of Archaeological Method and Theory* 12(1):1-36. 2005.

LIMA, Tania Andrade; LOCKS, Martha. Comendo o que ninguém quer: consumo de cabeça de boi entre escravos urbanos do Rio de Janeiro, século XVIII. In SOARES, Fernanda Codevilla (org.) *Comida, cultura e sociedade: arqueologia da alimentação no Mundo Moderno*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2016. p. 27-65.

LOCKS, Martha; LIMA, Tania Andrade. O sistema alimentar da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII (I): um estudo arqueológico de restos faunísticos. In Cilene Ribeiro e Carmen Soares (orgs.), *Mesas luso-brasileiras: saúde e cultura*. Vol. II. Curitiba, PUCPRESS / Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p. 318-337.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi* 2 (2):41-72, 2001.

MILNE, Claudia; CRABTREE, Pamela J. Prostitutes, a Rabbi, and a Carpenter: Dinner at the Five Points in the 1830s. *Historical Archaeology* 35(3): 31-48, 2001.

MUCCILOLO, Paschoal; PAIVA, Orlando Marques. Cortes de carne bovina em São Paulo – bases óssea e muscular dos diversos segmentos. *Revista da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo*, 1:3-4, 1940.

NOMINA ANATOMICA VETERINARIA. International Committee on Veterinary Gross Anatomical Nomenclature ICVGAN, Sixth Ed., 2017. Disponível em: <http://www.wava-amav.org/wava-documents.html>. Acesso em: 07 Julho 2019.

RIZZETTO, Mauro; ALBARELLA, Umberto. A Glossary of Zooarchaeological Methods. In ALBARELLA, Umberto, RIZZETTO, Mauro, RUSS, Hannah, WICKERS, Kim, VINER-DANIELS, Sarah (eds.). *The Oxford Handbook of Zooarchaeology*. Oxford: Oxford University Press. 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

SEETAH, Krish. The importance of cut placement and implement signatures to butchery interpretation. International Conference for Archaeozoology (ICAZ), Mexico City, Mexico, 2006. Disponível em: [http://alexandriaarchive.org/bonecommons/archive/files/archivefiles\\_downloadsetah\\_textimages\\_204\\_7cd9b26908](http://alexandriaarchive.org/bonecommons/archive/files/archivefiles_downloadsetah_textimages_204_7cd9b26908). Acesso em: 20 Setembro 2018.

SISSON, Septimus. Sistema digestivo do suíno. In SISSON, Septimus e GROSSMAN, James Daniels, reformulado por Robert Getty. *Anatomia dos animais domésticos*. 5ª ed., v.2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1188-1202, 1981.

TWISS, Katheryn. 2012. The Archaeology of Food and Social Diversity. *Journal of Archaeological Research* 20(4):357-395, 2012.

WEECH, J. Friedrich von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WILSON, Don E.; REEDER, DeeAnn M. (eds.). *Mammal Species of the World*. A Taxonomic and Geographic Reference. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3rd. ed., 2005.

# Como comeram: das panelas à mesa

Glucia Malerba Sene  
Andrea Jundi Morgado

## INTRODUÇÃO

A alimentação não é a simples satisfação de uma necessidade nutricional e biológica, representa um meio de expressão cultural permeado por convenções que transmitem mensagens e em que imperam o bom comportamento. O compartilhamento de refeições também é fonte de prazer e possui papel significativo na construção e solidificação de relações sociais. No âmbito da alimentação, é importante considerar não somente o tipo de alimento consumido, a quantidade ou a maneira como é preparado, mas deve-se atribuir igual relevância às circunstâncias do consumo. Os objetos utilizados, sua disposição à mesa, a forma de manipulação, ordem de uso, entre outros protocolos, refletem simbologias herdadas ao longo dos séculos e moldam o contato do comensal com o alimento (Nishimura e Queiroz, 2016: 951).

As práticas alimentares durante o século XIX passaram a demandar uma variedade de recipientes e utensílios diversificados, se comparados aos do século anterior, especialmente em contextos urbanos onde conviviam distintos segmentos sociais e os entrelaçamentos étnicos e culturais mostravam-se mais vigorosos e presentes. Assim, no que tange ao preparo prévio e ao cozimento dos alimentos, uma ampla gama de comportamentos e costumes foi observada e descrita, destacadamente por viajantes estrangeiros.

Neste capítulo, apresentamos um pouco dessas práticas e costumes alimentares, direcionando nossos olhares para os recipientes cerâmicos e faianças finas, predominantemente oitocentistas, encontrados durante as escavações arqueológicas da vizinhança estudada. Não se pretendeu aqui esgotar o tema das práticas de preparo e consumo dos alimentos, nem tampouco apresentar um estudo descritivo exaustivo com dados estatísticos pormenorizados, mas delinear impressões sobre os comportamentos e escolhas da gente comum oitocentista, na cercania estudada.

Foram analisados 383 fragmentos de cerâmica, 478 de faiança branca sem decoração e 516 de faiança decorada, relacionados respectivamente ao preparo, cocção, serviço e consumo de alimentos, provenientes dos sete lotes justapostos (366, 368, 370, 372, 376, 378 e 380), localizados na Rua Riachuelo.

## METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para as análises das cerâmicas e faianças finas, baseamo-nos em Shepard (1956), Rice (1987), Lima et al. (1989), Orton, Tyers e Vince (1993), Symanski (1997, 1998), Majewsky e O'Brien (1987), Tocchetto et al. (2001), Tocchetto e Medeiros (2009), Soares (2011), Abreu e Souza (2012a, 2012b, 2013), Souza (2015), Souza e Lima (2016), Nieto (2019) e Coimbra (2019).

No que se refere às peças cerâmicas, foram consideradas as variáveis manufatura, antiplástico (mineral), queima, tamanho, espessura e diâmetro de borda, base e ocorrência de alças e asas, marcas de uso, decoração (plástica e pintada), forma e função das peças e coloração do vidrado (amarelo, verde, vermelho, laranja e marrom). Durante a análise, foram consideradas três categorias de classificação com base nas técnicas de manufatura: cerâmica



torneada vidrada (59,2%), cerâmica de produção local/cerâmica simples (acordelada/modelada, e torneada) (36,8%) e cerâmica saramenha (4%). Ainda que esta última seja uma variação da cerâmica torneada vidrada, decidimos considerá-la como uma categoria à parte, pelas suas especificidades.

Como o objetivo deste estudo foi entender as práticas de preparo e cocção dos alimentos entre os vizinhos dos lotes, foram selecionadas apenas as formas associadas a essas funções cotidianas nas unidades domésticas analisadas.

Tanto para as cerâmicas quanto para as faianças, consideramos *a priori* o NMF (Número Mínimo de Fragmentos) para fins de quantificação geral das amostras, e o NMP (Número Mínimo de Peças) para a identificação de vasilhames, a fim de compreender as práticas de preparo, cocção e consumo dos alimentos nas habitações oitocentistas em questão. Para as cerâmicas e faianças finas, consideramos predominantemente as bordas e fundos, desconsiderando os bojos quando não pudessem ser incorporados a peças específicas já devidamente identificadas. Em função do elevado nível de fragmentação da amostra e a baixa ocorrência de peças diagnósticas de maior confiabilidade, muitas observações e estimativas não puderam ser feitas.

Para as faianças finas, selecionamos as seguintes variáveis: categoria (simples, decorada), forma e função, decoração e suas variantes.

#### DO PREPARO AO COZIMENTO

Foram identificadas 103 peças, classificadas como cerâmica vidrada, simples (aí incluídas tanto a de produção local, acordelada/modelada, quanto a feita em torno e a saramenha), subdivididas em 54 painelas, 44 alguidares, três botijas e dois fogareiros, conforme gráfico abaixo (Gráf. 1).

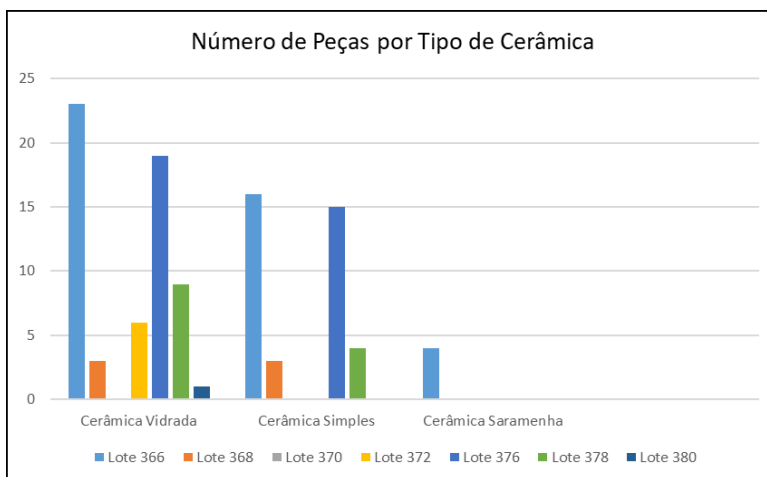


Gráfico 1. Ocorrências de peças por tipo de cerâmica, de acordo com os lotes.

O preparo prévio da alimentação no lote nº 366 era realizado provavelmente em tigelas de cerâmica do tipo alguidar, torneada e vidrada, de tamanho médio a grande, medindo de 22 a 38 cm de diâmetro, com reforço externo junto à borda e espessura de 1,0 cm, paredes entre 0,5 e 0,9cm, antiplástico mineral, forma circular, bojo oblíquo, fundo plano, com marcas de

desgaste, escurecimento e porosidade nas bordas e em parte do bojo, confeccionados em cerâmica torneada simples (cinco peças) e torneada vidrada de coloração amarela, laranja e vermelha na face interna (15 peças) (Figs. 1 a 3)<sup>1</sup>.

Destacamos a ocorrência de tigelas de cerâmica saramenha<sup>2</sup> (quatro peças) apenas nesta residência, apresentando tamanho variável, diâmetro estimado entre 20 e 38 cm, vidrado interno de coloração amarela com manchas verdes, sendo as demais características semelhantes às descritas acima (Figs. 4 e 5).



Figura 1. Fundo de tigela vidrada.

Figura 2. Bordas de tigelas vidradas.



Figura 3. Borda e fundo de tigela vidrada.

<sup>1</sup> Todas as fotos dos vestígios arqueológicos dos lotes estudados são de autoria de Andrea Jundi Morgado.

<sup>2</sup> A cerâmica saramenha começou a ser produzida no século XIX, na Chácara Saramenha, nas proximidades de Ouro Preto, MG, apresentando características grosseiras, coloração amarelo-ouro com manchas irregulares e dispersas pela superfície do vasilhame.

Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/saramenha.html>. Acesso em: 04 Agosto 2020.



Figura 4. Fragmentos de cerâmica Saramenha (tigelas).

Figura 5. Bordas de cerâmica Saramenha (tigelas).



Já o cozimento dos alimentos, era feito preferencialmente em panelas de cerâmica simples (11 peças) (Figs. 6 a 8) e na cerâmica vidrada, com vidrado interno de coloração amarela e vermelha (oito peças) (Figs. 9 e 10). Esses recipientes apresentam corpo globular, queima redutora predominante para os recipientes de cerâmica simples, e oxidante para as vidradas, antiplástico mineral (quartzo moído), borda variando de 16 a 24 cm de diâmetro, base pequena e plana de 7 a 10 cm de diâmetro (quando possível observar), paredes finas, com espessura entre 0,4 e 0,9 cm, bordas retas, introvertidas simples e extrovertidas com reforço na borda, presença de asas curvilíneas, simetricamente opostas em formato em meia-lua. Numa das panelas, há pequenas reentrâncias na asa, feitas aparentemente com os dedos, para permitir o manuseio/pegada com mais segurança. Tais características aqui observadas parecem remeter às panelas portuguesas do período (Souza e Lima, op.cit.). Suas faces externas sugerem que foram intensamente usadas, devido à forte fuligem e desgaste da superfície até a porção mesial do bojo, salvo raras exceções.

A preferência foi por vasilhames simples no lote nº 366, seguida pelas vidradas com impermeabilização na superfície interna, com tênue diferença quantitativa. A maioria tem fundo plano, além de asas simetricamente opostas próximas à borda. Os vasilhames apresentam escurecimento externo em função da intensidade do uso, chegando a ultrapassar a área do bojo.

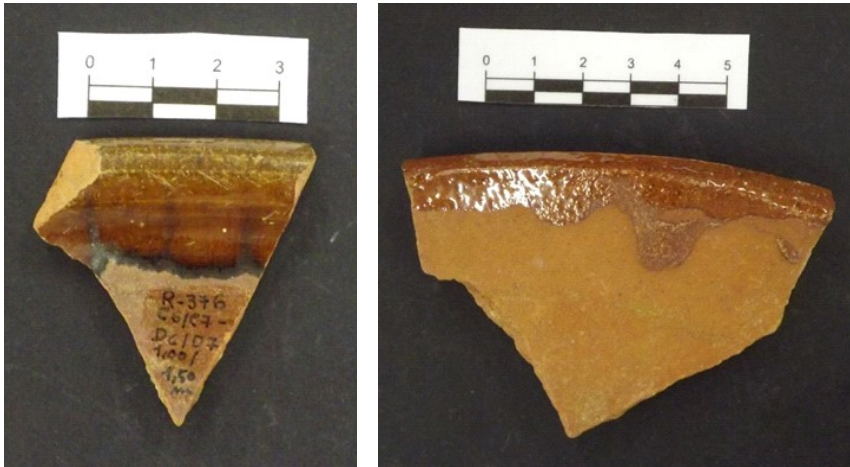
No lote nº 376, o preparo prévio também era feito no mesmo tipo de peça cerâmica, a tigela alguidar, vidrada, de coloração amarelo, marrom e vermelho (seis peças) (Figs. 11 e 12), e torneada simples (cinco peças) (Figs. 13 e 14), medindo de 24 a 38 cm de diâmetro, com reforço externo junto à borda e espessura de 1,2 cm, paredes entre 0,5 e 1,0cm, antiplástico mineral, forma circular, bojo oblíquo, fundo plano, reforço labial externo.



Figuras 6 a 8. Painéis de cerâmica simples.



Figuras 9 e 10. Cerâmica torneada vidrada (painéis).



Figuras 11 e 12. Bordas de tigela vidrada.



Figuras 13 e 14. Borda de tigela torneada simples.

O cozimento dos alimentos, por sua vez, era preferencialmente executado em panelas com vidrado interno (13 peças) (Figs. 15 e 16), seguido por recipientes de cerâmica simples (oito peças), apresentando escovado no bojo em alguns fragmentos e superfície resinada em outros (Figs. 17 a 20). Possuem corpo globular, antiplástico mineral, queima tanto oxidante quanto redutora, paredes com espessura entre 1,2 cm em média, bordas retas, introvertidas simples e extrovertidas, com e sem reforço, com diâmetro variando de 16 a 24 cm, base pequena e plana de 7 a 10 cm de diâmetro (quando possível observar), paredes entre 0,5 e 0,9cm, presença de asas simples em formato em meia-lua. As marcas de uso estão presentes na totalidade das faces externas dos vasilhames, cujo escurecimento chega a recobrir a borda da peça.



Figuras 15 e 16. Fragmentos de painéis vidrados.



Figuras 17 e 18. Bordas de painéis de cerâmica simples.



Figuras 19 e 20. Bordas de painéis simples.

Há ainda dois fogareiros/braseiros fragmentados, de bojo cilíndrico, base plana e circular, cuja função principal era fazer ou aquecer comida, de forma rápida e portátil, fato que os diferenciava dos demais tipos de fogões do período colonial (Fig. 21). Sua ocorrência parece reforçar não só a presença de escravos nessa residência, como também sugere práticas de venda de alimentos nas ruas, que necessitavam de calor, por quitandeiras. Por meio deles, os alimentos permaneciam aquecidos por mais tempo, tornando-os comercialmente mais atrativos ao paladar dos consumidores (Fig. 22).



Figura 21. Fragmentos de fogareiros.



Figura 22. Uso do fogareiro por quitandeiras, no século XIX, segundo Debret (Bandeira e Lago, 2013).

No que tange à amostra cerâmica deste lote, verificamos que nele se repetem as escolhas observadas no lote anterior. Há apenas uma inversão entre panelas simples e vidradas.

No lote nº 378, o terceiro em quantidade de peças, para o preparo dos alimentos foram recuperados seis vasilhames tipo alguidar, confeccionados em cerâmica torneada vidrada, de coloração amarelo ouro e vermelho, com uma variação de tamanho do médio ao grande, medindo de 22 a 42 cm de diâmetro, com reforço externo junto à borda e espessura de 1,2 cm, paredes entre 0,6 e 1,5cm, antiplástico mineral, forma circular, bojo oblíquo, fundo plano, com marcas de desgaste, fuligem e porosidade nas bordas e em parte do bojo (Figs. 23 e 24).

As panelas utilizadas para a cocção apresentam-se em menor quantidade: duas em cerâmica vidrada e duas em cerâmica torneada simples, com diâmetros entre 16 e 24 cm (Figs. 25 e 26), seguindo a tendência das escolhas dos vizinhos.



Figura 23. Fragmentos de tigelas vidradas.



Figura 24. Base de tigela vidrada.



Figuras 25 e 26. Fragmentos de panelas vidradas.



Destaca-se também a ocorrência de três fragmentos de botijas globulares com alças para o armazenamento de líquidos, sendo duas em cerâmica simples e uma em cerâmica vidrada (Figs. 27 e 28). Debret (id.) mostra diferentes formas e circunstâncias em que elas eram usadas (Figs. 29 a 31) no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX.



Figura 27. Fragmentos de botija.



Figura 28. Fragmento de alça de botija.



Figura 29. Uso cotidiano das botijas segundo Debret, século XIX (Bandeira e Lago, 2013).



Figuras 30 e 31. Uso cotidiano das botijas, segundo Debret, século XIX (Bandeira e Lago, 2013).

No lote nº 372, foram identificadas apenas duas tigelas de cerâmica vidrada para o preparo prévio dos alimentos (Figs. 32 e 33), além de quatro panelas vidradas (Figs. 34 e 35) para a cocção da comida, seguindo a mesma tendência da vizinhança nas escolhas das peças para as atividades de preparação das refeições.



Figura 32. Borda de tigela vidrada.



Figura 33. Fundo de tigela vidrada.

No lote nº 368, para o preparo dos alimentos identificamos a presença de uma tigela do tipo alguidar (Fig. 36), confeccionada em cerâmica torneada simples. Para o cozimento, por sua vez, foram utilizadas duas panelas de cerâmica simples, com intensa fuligem externa, uma torneada simples e três torneadas vidradas, de coloração amarela e laranja, também com fuligem até a porção mesial do bojo, cujos diâmetros não foram passíveis de determinação (Figs. 37 a 39).

Com destacável escassez de vestígios, devido à elevada perturbação da área por intervenções antigas e recentes, temos o lote nº 380, com apenas uma panela de cerâmica vidrada e uma de cerâmica de produção local (Figs. 40 e 41), de tamanho médio, com 22 cm de diâmetro. Não há evidências de vasilhame do tipo tigela. No entanto, foi identificada a ocorrência de fragmentos diagnósticos de uma moringa de cerâmica simples para o armazenamento de líquidos.



Figura 34. Borda de panela vidrada.



Figura 35. Fundo de panela vidrada.



Figura 36. Borda de tigela vidrada.



Figura 37. Fragmentos de panelas vidradas.



Figura 38. Fragmento de panela vidrada.

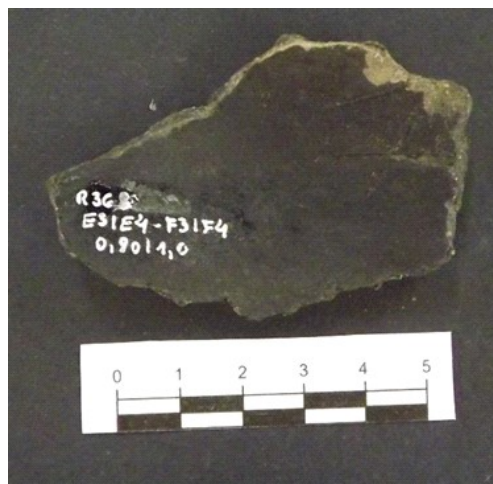


Figura 39. Fragmento de panela simples.



Figura 40. Borda de cerâmica vidrada.

Figura 41. Borda de cerâmica simples.



Não foram identificados fragmentos cerâmicos de qualquer espécie no lote nº 370, provavelmente por se tratar de área muito impactada ao longo do tempo.

## COMPARANDO AS PRÁTICAS DE PROCESSAMENTO E COZIMENTO

As atividades de preparo prévio dos alimentos não apresentaram diferenças entre os moradores dos sete lotes da Rua do Riachuelo, do ponto de vista do tipo de vasilhame empregado. Cada um, a sua maneira, fazia uso dessas tigelas do tipo alguidar, preferencialmente vidradas e de diferentes tamanhos. Os recipientes desse tipo, cujo nome tem origem árabe, “al-gidar”, corresponde a uma tigela rasa, em forma de cone truncado invertido, e está presente desde o século XVI no vocabulário de cozinha da língua portuguesa (Abbade, s/d.). Aparentemente, foi trazido ao Brasil ao longo do processo de colonização, tendo passado a ser produzido aqui, incorporando-se ao cotidiano das cozinhas até o início do século XX, quando foi substituído por vasilhames de outras matérias-primas, mais leves e de mais fácil manuseio. “O alguidar é talvez a forma mais versátil e polivalente dos recipientes cerâmicos encontrados em sítios históricos [...] ao lado dos usos domésticos que lhes eram consagrados, eles também estariam sendo usados na comercialização de gêneros” (Souza e Lima, op.cit.: 38) (Fig. 42).

Ninguém melhor soube preparar, no Brasil, receitas de doces e bolos do que as velhas negras “vendedoras de tabuleiros”; que ainda hoje exibem as suas mercadorias nas esquinas da Bahia ou do Recife. Alguns destes doces e bolos conservam nomes que evocam tradições africanas “mães-bentas”, “pés-de-moleques”, etc (RAMOS, 2008: 109).

Ressalta-se a utilização de um número significativo de peças grandes no lote nº 366, a maior casa da vizinhança e provavelmente a mais antiga, onde foram encontradas três moedas com datas de 1820 e 1832. A julgar pelo maior tamanho, variedade e quantitativo de peças cerâmicas, esta era a casa que tinha mais moradores ou pessoas circulando em relação às demais, seguida dos vizinhos dos nºs 376 e 378.



Figura 42. Alguidar para a comercialização de produtos por Debret (Bandeira, Lago, 2013).

Esses recipientes, a nosso ver, transitariam entre o que Veríssimo e Bittar (1999 apud Silva 2019, p.119-120) chamaram de “cozinha suja”, local de antepreparo dos alimentos, ou seja, de abate, seccionamento e descarte de animais, e processamento de outros itens alimentares, e a “cozinha limpa”, onde os alimentos eram efetivamente cozidos, ambas localizadas nos fundos das residências.

Outro dado relevante é a preferência por tigelas vidradas entre aqueles que trabalharam nas cozinhas, provavelmente pela impermeabilização das superfícies internas, facilitando o preparo de comidas com líquidos, uma prática alimentar que se manteve desde o período colonial e avançou pelo Brasil oitocentista.

Quanto ao cozimento dos alimentos, destaca-se a esmagadora preferência por panelas globulares de cerâmica simples com base plana e paredes finas em todas as casas. Segundo Souza e Lima (op. cit.) e Souza (2015), esse tipo de recipiente parece ser um forte indicativo da presença de cativos oriundos de diferentes regiões africanas vinculadas ao tráfico atlântico, uma vez que se trata da forma mais recorrente na África Central. Lá, no entanto, as bases são arredondadas e amplas, facilitando sua acomodação em tripés, fogueiras e fogões locais, além de distribuir melhor o calor, característica não adotada pelos vizinhos da Rua Riachuelo. É inegável, contudo, o quanto as bases planas, mesmo com diâmetros reduzidos (10 cm em média), proporcionaram de estabilidade aos recipientes ao longo de todo o processo de preparo e cozimento, seja na ação de posicionamento das tigelas e panelas em suportes planos, seja no encaixe das últimas em fogões de alvenaria que se tornaram comuns a partir do século XIX.

Seja para consumo, preparo prévio ou cocção dos alimentos, a água sempre foi um elemento indispensável. Escassa nos contextos urbanos oitocentistas ela era armazenada em recipientes de formas e tamanhos distintos, de acordo com a finalidade de uso. Assim, encontramos fragmentos cerâmicos que evidenciam o uso de botijas cerâmicas entre os moradores do lote nº 378.

Todo o conjunto cerâmico ligado ao sistema alimentar nessas unidades domésticas, especialmente tigelas tipo alguidares e panelas globulares de base plana, estiveram sujeitas a diferentes influências culturais, sobretudo europeias e africanas, tornando a cerâmica utilizada nas cozinhas um artefato de influência multiétnica.

## DO SERVIÇO AO CONSUMO

Para as práticas cotidianas de serviço e consumo à mesa, foram observadas preferências, recorrências e diferenciações. Durante a análise das faianças brancas sem decoração e as decoradas, foram identificadas formas rasas e fundas para as refeições principais, a saber: travessas, sopeiras, tigelas, malgas e pratos, além de itens relacionados ao serviço de chá: bule, xícara e pires (raso e fundo).

A começar pela faiança branca sem decoração, o lote nº 376, seguido pelo nº 366, sobressaíram pela quantidade dos vestígios encontrados. No nº 376, foram identificados 233 fragmentos e 113 peças (44,3% da amostra). No que tange ao consumo, os pratos representaram 59,3% da amostra, com predominância discreta dos rasos (15%) em detrimento dos fundos (12,4%), mas com um percentual elevado de pratos indeterminados (31,9%). As malgas (ou pequenas tigelas) correspondem à segunda categoria de consumo individual dos alimentos (sete peças, 6,1% da amostra), além de dois pratos de sobremesa (1,7%) (Fig. 43).

Para além das peças de consumo individual, há aquelas usadas para levar a comida do fogão até a mesa, expressão de requinte e valorização do convívio social, a saber: tigelas (6,1%), sopeiras (2,7%) e travessas (1,7%). Ainda que estejam presentes, as travessas, enquanto contentores para alimentos mais secos, desempenharam um papel secundário na composição do cenário à mesa, possivelmente em função do tipo de comida mais líquida e pastosa, ainda bastante valorizada no Rio de Janeiro oitocentista.

Os serviços de chá e café totalizam 22,4% da amostra de faiança branca, São pires fundos (8,9%), xícaras de chá (5,3%) e café (7,2%), ambas com pires, além de um bule (0,9%) (Fig. 44).

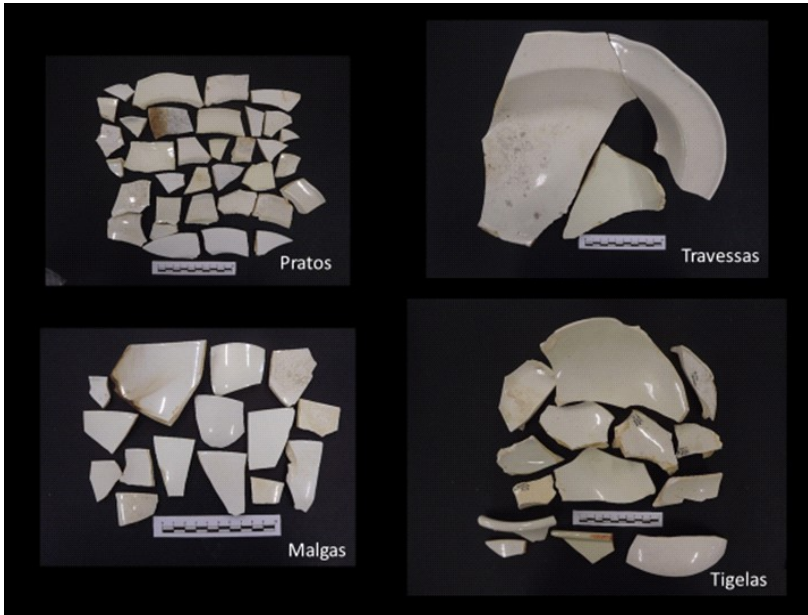


Figura 43.  
Faianças  
brancas de  
serviço e  
consumo do lote  
nº 376.

Figura 44.  
Faianças  
brancas de  
serviço de chá  
e café do lote  
nº 376.



No lote nº 366, o segundo em quantidade de faiança branca, foram identificadas 81 peças (31,8 % da amostra), num total de 122 fragmentos coletados. Como no anterior, os pratos totalizam 61,8% da amostra (fundos, 17,3%; rasos, 3,7%; indeterminados, 40,8%); porém, ao contrário dele, com predominância dos fundos, mas também com elevada quantidade de pratos não identificados, em função da sua fragmentação. As tigelas e malgas vêm a seguir, com 7,4% e 6,1% respectivamente, além de sopeiras (5%) e travessa (1,3%) (Fig. 45).

O serviço de chá se fez presente pela ocorrência de xícaras, pires fundos (6,1%), pires (9,8%), bule (2,5%). Não há evidências de louça para café, o que não refuta seu consumo que pode ter ocorrido em outro tipo de peça, como canecas (Fig. 46).



Figura 45.  
Faiança branca  
de serviço e  
consumo do lote  
nº 366.

Figura 46.  
Faianças  
brancas de  
serviço de chá  
do lote nº 366.





Com uma quantidade bem menor que os anteriores, temos o lote nº 378, com 42 fragmentos e 20 peças (7,9% da amostra). Mesmo assim, segue a tendência do anterior, apresentando uma maior quantidade de pratos, na maioria fundos (30%), com considerável quantidade de indeterminados (20%) e rasos (15%). Na sequência de escolhas, temos as malgas (5%) para consumo individual. No serviço à mesa, destacam-se as sopeiras (5%) e as tigelas (5%). Não há presença de travessa nem de peças de serviço de chá, apenas de café (quatro peças, 20% da amostra) (Fig. 47).

O lote nº 372, com 45 fragmentos coletados e 19 peças identificadas (7,4% da amostra), apresenta um quantitativo muito semelhante ao do nº 378. Possui predominância no uso de pratos fundos (26,4%), seguidos de apenas um raso (5,2%) e grande quantidade de indeterminados (31,6%). Para consumo individual, foi identificada apenas uma malga (5,2%), além de duas sopeiras (10,6%), uma tigela (5,2%) e uma travessa (5,2%) para o servir à mesa. Não há peças de chá, somente quatro xícaras de café (10,6%) (Fig. 48).

No lote nº 368, foram identificados 19 fragmentos e 11 peças (4,3% da amostra), dentre os quais há dois pratos fundos (18,7%) e quatro indeterminados (36,3%). Incluem-se entre as peças de serviço uma sopeira e uma travessa (correspondendo a 9% cada). O serviço de chá está representado apenas por uma xícara e um pires fundo (ambos com 9%) (Fig. 49).

Com baixíssima frequência de vestígios, temos o lote nº 370, com 12 fragmentos e seis peças (2,3% da amostra). Prevaecem os pratos em maior quantidade (50,2%), sendo um fundo e dois indeterminados. Acrescente-se ainda a presença de uma sopeira e uma tigela, além de apenas um fragmento de pires de chá.

Seguindo o quantitativo baixo do lote anterior, temos o lote nº 380 com seis fragmentos e cinco peças identificadas, sendo 60% de pratos (um fundo, um raso e um indeterminado), além de duas malgas (40%). Não foram observados outros itens (Fig. 50).

A amostra de faiança decorada apresenta um quantitativo ligeiramente maior em relação à faiança branca sem decoração, totalizando 516 fragmentos e 406 peças identificadas com diferentes formas e funções (Gráf. 2).



Figura 47. Faiança branca de serviço e consumo do lote nº 378.



Figura 48.  
Faiança  
branca de  
serviço e  
consumo do  
lote nº 372,

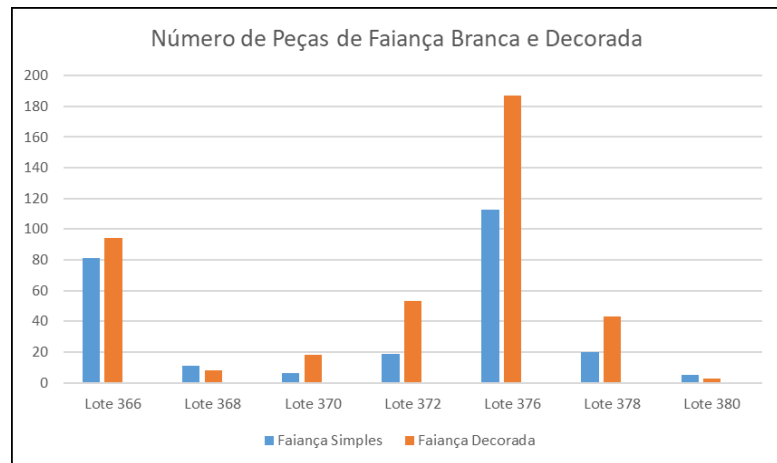


Figura 49.  
Faiança  
branca de  
serviço e  
consumo do  
lote nº 368.



Figura 50. Faiança branca de serviço e consumo dos lotes n<sup>os</sup> 370 e 380.

Gráfico 2. Número de peças de faiança branca sem decoração e decorada



Os moradores do lote n<sup>o</sup> 376 continuaram apresentando a maior quantidade e diversidade de louças em relação aos seus vizinhos, totalizando 245 fragmentos e 190 peças de faiança decorada.

Os padrões decorativos mais abundantes são *transfer printing* no padrão *Willow* (57 peças), seguido do azul borrão (45 peças), *blue edge* (27 peças), *transfer printing* floral em azul (21 peças), *peasant* (17 peças), cujas formas mais recorrentes de uso individual são os pratos (55,9% das peças), preferencialmente os fundos (14,8%) e depois as malgas (10%). Os pratos indeterminados (se fundos ou rasos) continuam predominantes e correspondem a 35,8%. Entre as peças maiores para levar a comida do fogão à mesa, neste lote, há sopeiras, tigelas e travessas (10,5% das peças) no padrão *Willow*, *transfer printing* floral em azul, e azul borrão.

Em menor quantidade, foram identificados os padrões *transfer printing* floral em vinho (cinco peças) e em verde (uma peça), trigal (cinco peças), faixas e frisos/carimbada (quatro peças), faixas e frisos (três peças), *spongeware* (duas peças), *green edge* (duas peças), e frisos dourados (uma peça).

O serviço de chá aparece neste lote de forma bem marcada na louça decorada, à maneira como foi detectado na faiança branca sem decoração. São 25 xícaras (13,1%), 17 pires (9%) e dois pires fundos (1%) nos padrões *peasant*, *Willow*, floral e azul borrão, *transfer printing* floral em vinho e frisos dourados (Fig. 51).

Seguindo o mesmo comportamento de consumo do vizinho, os moradores do lote nº 366 apresentaram uma amostragem maior de pratos (106 fragmentos, 94 peças) correspondendo a 42,5 das peças, sendo oito fundos (8,5%) e 32 indeterminados (34%), seguidos de 15 malgas (16%). As peças maiores usadas à mesa foram travessas (cinco peças), sopeiras (duas peças) e tigelas (duas peças), correspondendo a 10,6% do total, majoritariamente nos padrões *Willow*, *transfer printing* floral e azul borrão.

O serviço de chá parece ter sido valorizado nesta residência, pois foram identificadas 14 xícaras (14,9%), seis pires fundos (6,4%) e sete pires (7,5%).

Os padrões mais recorrentes foram o *Willow* (24 peças), *transfer printing* floral (19 peças), azul borrão (13 peças), *peasant* (nove peças) e *blue edge* (seis peças). Em menor frequência, há faixas e frisos (cinco peças), *transfer printing* floral em vinho (cinco peças), carimbada, geométrica, trigal e frisos dourados com duas peças cada; *sponge*, *sprig*, *sponge*/faixas e frisos, faixas e frisos/carimbada e grega, com uma peça cada (Fig. 52).

No lote nº 378, o terceiro em quantidade de fragmentos (76) e peças (43), observamos que os padrões *Willow* (12 peças), azul borrão (12 peças) e floral (três peças), *blue edge* (cinco peças) e *peasant* (três peças) são os mais recorrentes, à semelhança dos demais lotes anteriormente descritos.

Quanto às formas, permanece a abundância de pratos e malgas na amostra (55,9% e 11,6%); no entanto, os pratos rasos (seis peças, 14%) aqui estão em maior quantidade. Reitera-se, contudo, que o percentual de pratos indeterminados (17 peças, 39,6%) continua elevado como nos demais lotes anteriormente descritos. Travessas (duas peças), sopeira (uma peça) e tigelas (três peças) continuam ocorrendo proporcionalmente ao tamanho da amostra (13,9%) (Fig. 53).

As peças associadas ao serviço de chá estão representadas por sete xícaras (16,3%) e um pires (2,3%) exclusivamente em faiança decorada (*transfer printing* floral azul).

No lote nº 372, com 59 fragmentos e 53 peças, as preferências decorativas permaneceram as mesmas, mas com menor expressividade no contexto arqueológico. São elas: azul borrão (19 peças), *Willow* (15 peças), floral (seis peças), *blue* (cinco peças) e *green edge* (uma peça), *peasant* (três peças), faixas e frisos (duas peças), geométrico, *transfer printing* floral em vinho (uma peça).

Da mesma forma que nos lotes anteriores, há predominância dos pratos (58,6%) e malgas (11,3%) para o consumo individual, no entanto seguindo a tênue tendência do último lote citado, o nº 378, aqui fica ainda mais evidente uma preferência por pratos rasos (10 peças, 18,9%). Verifica-se, contudo, que o percentual de pratos indeterminados (20 peças, 37,8%) continua elevado. Foram identificadas ainda duas travessas (3,7%) e uma sopeira (1,9%).

O consumo de chá parece ter sido realmente incorporado entre os vizinhos da Rua Riachuelo, ainda que com frequências diferentes. No caso do lote nº 372, foram identificadas sete xícaras (13,2%), dois pires (3,7%) e quatro pires fundos (7,6%) (Fig. 54).

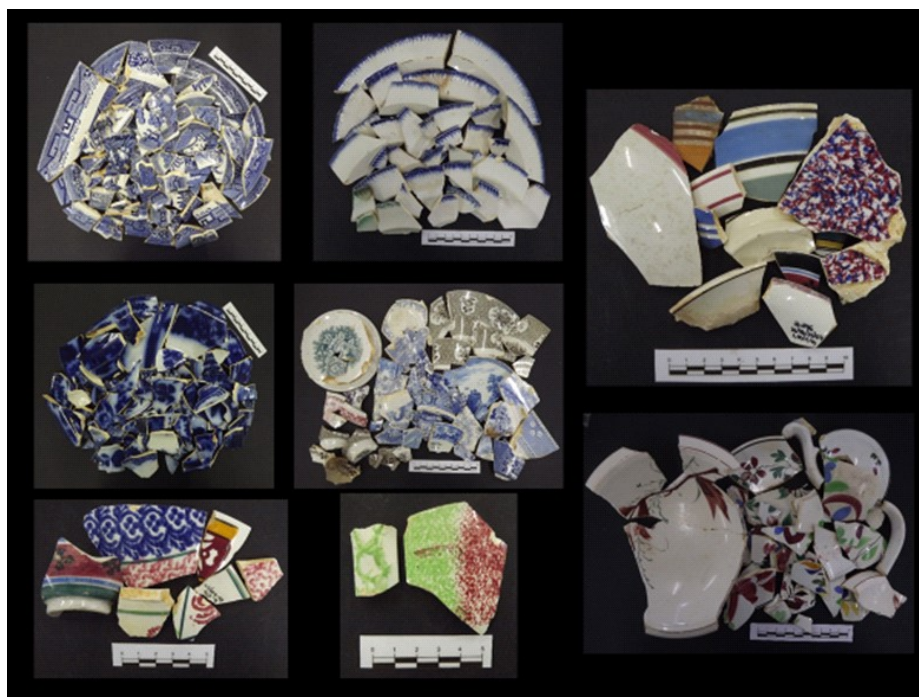


Figura 51. Algumas peças de serviço e consumo em faiança decorada do lote nº 376.



Figura 52. Algumas peças de serviço e consumo em faiança decorada do lote nº 366.



Figura 53. Algumas peças de serviço e consumo em faiança decorada do lote nº 378.



Figura 54. Algumas peças de serviço e consumo em faiança decorada do lote nº 372.

No lote nº 370, mantêm-se as preferências anteriormente citadas, no que diz respeito às formas e padrões decorativos, sendo, no entanto, a amostra muito pequena e marcada por menor diversidade. Foram analisados 19 fragmentos e identificadas 18 peças, dentre as quais prevaleceram os pratos fundos (duas peças, 11,1%) e indeterminados (11 peças, 61,2%) e uma malga (5,5%), vinculados ao consumo individual. Não há evidências de peças de serviço para conduzir o alimento do fogão à mesa, ao contrário do que foi observado nos lotes anteriores. Os padrões decorativos observados foram o *Willow* (11 peças), azul borrão (três peças), floral vinhoso (2 peças) e azul (uma peça), além do *sprig* (uma peça) e faixas e frisos (um fragmento não identificado).

O consumo de chá, no entanto, se manteve presente como nos demais lotes, com ocorrência de uma xícara (5,5%) e três pires de chá (16,7%) (Fig. 55).

No lote nº 368, temos oito fragmentos e oito peças identificadas nos padrões *Willow* (três peças), azul borrão (quatro peças) e floral (uma peça). Foram identificados um prato raso e um indeterminado (25% da amostra), além de uma tigela, uma sopeira e uma travessa (62,5%). Há ainda uma xícara para o consumo de chá ou outra bebida quente (Fig. 56).

Com exígua representatividade, o lote nº 380 apresentou 10 fragmentos, dos quais foram identificadas quatro peças, sendo duas malgas (50%) no padrão *peasant* e outra no geométrico, uma travessa *Willow* (25%) e um pires fundo de chá (25%) com decoração azul borrão. Há três fragmentos não identificados em azul borrão. Por ser um lote marcado por intensas perturbações ao longo do tempo, não foi possível alçar qualquer comparação com os demais lotes (Fig. 57).



Figura 55. Faiança decorada de consumo e chá do lote nº 370.



Figura 56. As poucas peças de serviço e consumo em faiança decorada do lote nº 368.



Figura 57. Faiança decorada de serviço, consumo e chá do lote nº 380.



## COMPARANDO AS PRÁTICAS DE SERVIÇO E CONSUMO

As peças de serviço identificadas correspondem predominantemente a tigelas, sopeiras e travessas. Um primeiro grupo, composto pelos que descartaram uma quantidade maior de louças, é formado por moradores dos lotes nºs 366 e 376, que recorrentemente apresentaram quantitativos elevados e maior diversidade de padrões decorativos de faiança fina, se comparados aos demais vizinhos. Destaca-se, contudo, uma diferença importante para essas categorias fundas entre os lotes citados: no nº 366, predominaram tigelas e sopeiras de faiança branca, enquanto no nº 376, a faiança decorada foi majoritária. As travessas, por sua vez, uma forma rasa para levar os alimentos mais secos à mesa, coincidiram na frequência de peças decoradas, particularmente *Willow*, floral e azul borrão.

Um segundo grupo parece corresponder aos moradores dos lotes nºs 368, 378 e 372, por apresentarem frequências semelhantes em quantidade e tipo, no que tange às formas citadas. Se brancas ou decoradas, não houve grandes diferenças entre os vestígios observados. Permanece, contudo, o predomínio dos mesmos padrões decorativos, provavelmente um símbolo de status à época entre segmentos médios em momentos de convívio social, não obstante se tratar de louças de custo não muito elevado e acessível a pessoas comuns (cf. Miller, 1991).

O terceiro grupo é formado pelos moradores dos lotes nºs 370 e 380, com baixas ocorrências de materiais. Este último, por sinal, com histórico de perturbações contextuais profundas ao longo do tempo (Gráfs. 3 a 5).

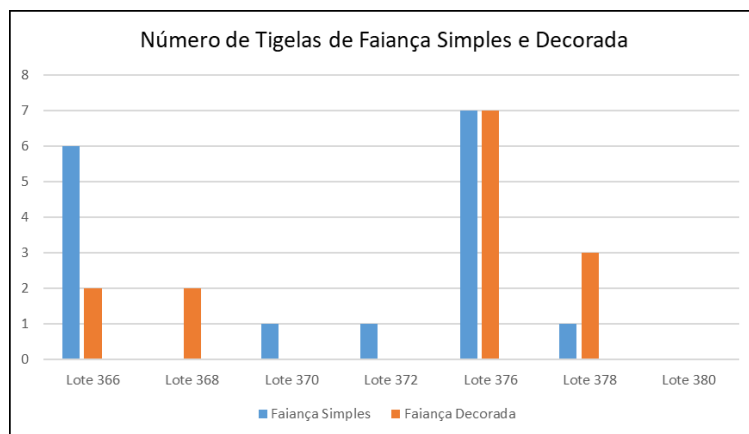
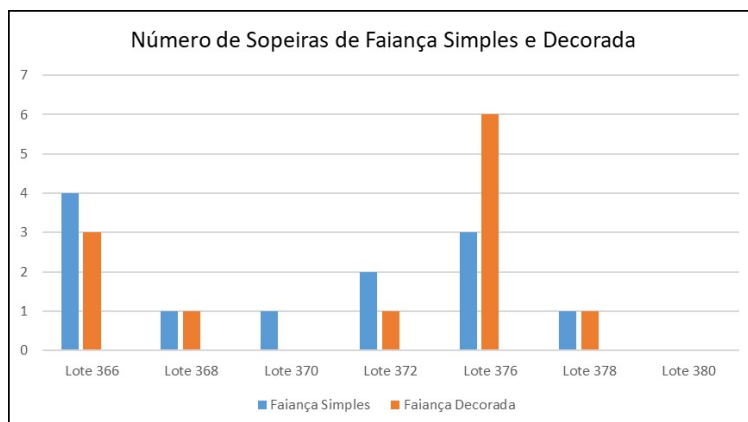


Gráfico 3. Ocorrência de tigelas de faiança simples e decorada por lotes.

Gráfico 4. Ocorrência de sopeiras de faiança simples e decorada por lotes.



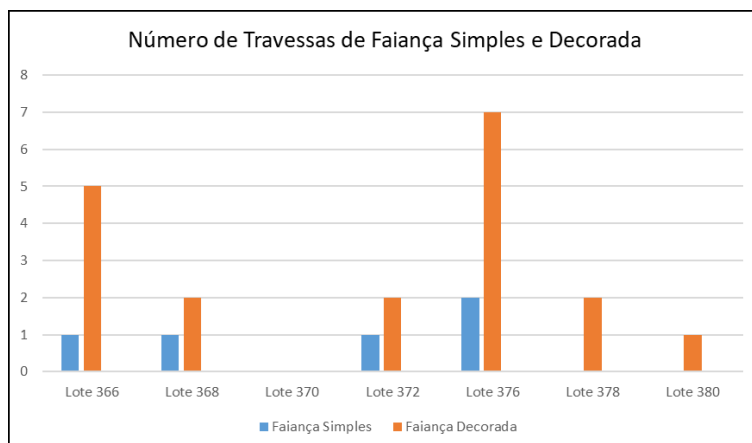


Gráfico 5. Ocorrência de travessas de faiança simples e decorada por lotes.

Quanto às práticas cotidianas de consumo individual dos alimentos, destacamos o grupo formado pelos moradores dos lotes nºs 376 e 366. Neles a preferência é avassaladora por pratos ao invés de malgas, sendo da ordem de 57,2% de pratos para 8% de malgas no nº 376 e de 52,1 para 11% no nº 366. Parece-nos que os pratos, enquanto formas individuais mais amplas e leves, permitia o uso adequado de talheres, ainda que este último fosse um hábito de progressiva assimilação nas práticas cotidianas alimentares dos Oitocentos.

Assim relata o inglês John Luccock acerca das refeições no Rio de Janeiro, no princípio do século XIX:

Nunca jantei em casa brasileira que parte dos objetos de mesa não fossem ingleses, especialmente a louça e cristaleira. [...] As colheres e os garfos eram de prata, ambos pequenos e [...] cada convidado comparecia com sua própria faca, em geral larga, pontiaguda e com cabo de prata. [...] Somente os homens usam faca; mulheres e crianças se servem com os dedos. As escravas comem ao mesmo tempo, em pontos diversos da sala [...]. Os pratos são trazidos um a um, serve-se uma porção a cada qual sucessivamente [...] e põem-se todos juntos a devorar o conteúdo dos pratos. [...] Comem muito e com grande avidez [...] e a altura da mesa faz com que o prato chegue ao nível do queixo [...] Não há grande limpeza nem boas maneiras durante a refeição; os dedos são usados com tanta frequência quanto o próprio garfo. [...] quando facas e garfos se acham em repouso, fica cada um numa das mãos, vertical e descansando sobre a extremidade do cabo (LUCCOCK, 2008: 194-97).

Assim, nesses lotes, ganham credibilidade os pratos, preferencialmente fundos (42 peças no lote nº 376 e 22 no nº 366), demonstrando juntamente com as malgas, a preferência por uma comida mais rica em caldos, possivelmente sopas e escaldados à base de farinha de mandioca, seguindo a tendência dos séculos anteriores. Eram, então, peças empregadas individualmente para o consumo de sopas e caldos, um tipo de alimentação trazida ao Brasil pelos portugueses desde a colônia, e que persistia ao longo dos Oitocentos na cidade do Rio de Janeiro e na vizinhança estudada.

As malgas eram comumente utilizadas para o consumo de ensopados e alimentos pastosos ou cremosos, aparentemente sem o auxílio de talheres, sendo os alimentos servidos diretamente nelas. Durante o período colonial, seu uso estava associado ao gesto de server as sopas e caldos (Symanski, 1998, Cascudo, 1968, Abreu e Souza, 2013, Silva, op.cit.).

A refeição principal consta de um jantar ao meio-dia, por ocasião da qual o chefe da casa, sua esposa e filhos às vezes se reúnem ao redor da mesa [...]. As

vitualhas constam de sopa, em que há grande abundância de legumes, carne seca e feijão de várias qualidades. Em lugar do pão usam farinha de mandioca; esta, quando úmida, é servida em cabaças ou terrinas, quando secas em cestas, sendo comidas em pequenos pratos de Lisboa (LUCCOCK, *ibid.*).

Debret complementa sobre os hábitos alimentares nas famílias mais abastadas:

Quando o jantar em si, compõem-se, para um homem abastado, de uma sopa de pão e caldo grosso, chamado caldo de substância, porque é feito com um enorme pedaço de carne de vaca, salsichas, tomates, toucinho, couves, imensos rabanetes brancos com suas folhas, chamados impropriamente nabos, etc, tudo bem cozido [...]. Acrescentam-se algumas folhas de hortelã e mais comumente outras de uma erva cujo cheiro muito forte dá-lhe um gosto marcado bastante desagradável para quem não está acostumado. Serve-se ao mesmo tempo o cozido, ou melhor, um monte de diversas espécies de carnes e legumes de gostos muito variados embora cozidos juntos. Ao lado coloca-se sempre o indispensável pirão (de farinha de mandioca) misturando com caldo de carne ou de tomates ou ainda com camarões. Uma colher dessa substância farinhosa meio líquida, colocada no prato cada vez que se come um novo alimento, substitui o pão, que nessa época não era usado ao jantar. Ao lado do pirão, mais no centro da mesa, vê-se a insossa galinha com arroz, acompanhada por um prato de verduras cozidas extremamente apimentadas. Perto dela brilha uma resplandescente pirâmide de laranjas perfumadas, cortadas em quartos e distribuídas a todos os convivas para acalmar o paladar já cauterizado pela pimenta. [...] O jantar se completa com uma salada inteiramente recoberta de enormes fatias de cebola crua e de azeitonas escuras e rançosas (tão apreciadas em Portugal, de onde vêm...). A esses pratos, sucedem, como sobremesa, o doce-de-arroz frio, excessivamente salpicado de canela, o queijo-de-minas, e mais recentemente, diversas iguarias da Holanda e Inglaterra. As laranjas tornam a aparecer com as outras frutas do país, como abacaxis, maracujás, pitangas, melancias, jambos, jabuticabas, mangas, cajás, frutas do conde, etc. Os vinhos da Madeira e do Porto são servidos em cálices com os quais se saúdam cada vez que bebem. Além disso, um copo muito grande, que os criados cuidam de manter sempre cheio de água pura e fresca, posta à mesa, é servida a todos para beberem à vontade (Debret, 1940: 196) (Fig. 58).



Figura 58. “Um jantar brasileiro”, Jean-Baptiste Debret, 1827 (Bandeira e Lago, 2013).

É importante notar a presença de pratos rasos no cotidiano desses vizinhos, ainda que em baixa frequência. Trata-se de uma considerável inclinação observada no lote nº 376, especialmente em faiança branca (17 peças), seguida da decorada (dez peças), provavelmente de uso mais restrito, não cotidiano, relacionados a receitas com pouco ou nenhum caldo. O fato de fazerem parte do conjunto já demonstra a preocupação dos moradores em possuir esse tipo de louça para ocasiões menos informais.

A amostragem elevada de pratos indeterminados nos lotes estudados poderia confirmar ou alterar esse perfil, contudo temos observado uma tendência recorrente por formas fundas individuais, baseada em identificações precisas e que não pode ser ignorada (Gráfs. 6 a 9).

Destacamos a ocorrência de alguns pratos de sobremesa exclusivamente no lote nº 376, reforçando comportamentos mais refinados à mesa por parte desses moradores em relação aos demais da vizinhança. Ainda que sejam de faiança branca sem decoração, demonstram a escolha e importância da utilização de louça adequada para cada tipo de alimento. O trecho de Debret apresentado anteriormente menciona a presença de sobremesa em casas de famílias mais abastadas.

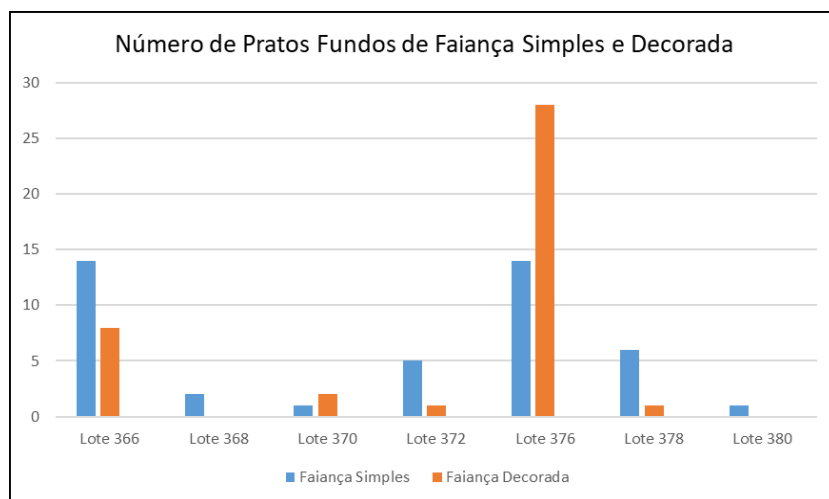
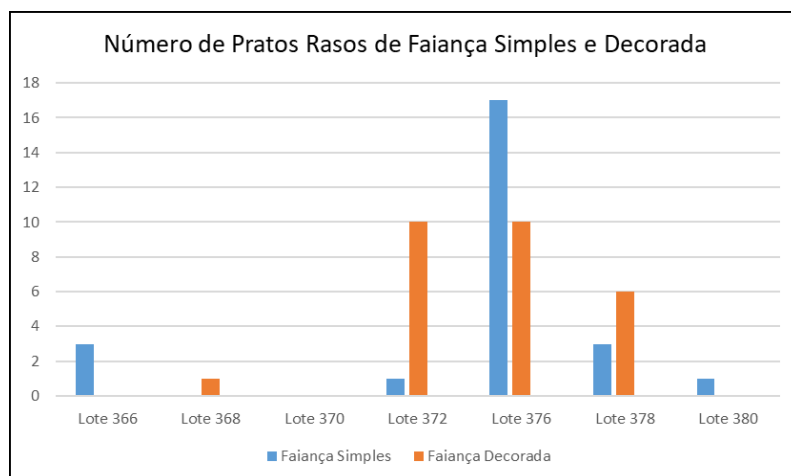


Gráfico 6.  
Ocorrência de pratos fundos de faiança simples e decorada por lotes.

Gráfico 7.  
Ocorrência de pratos rasos de faiança simples e decorada por lotes.



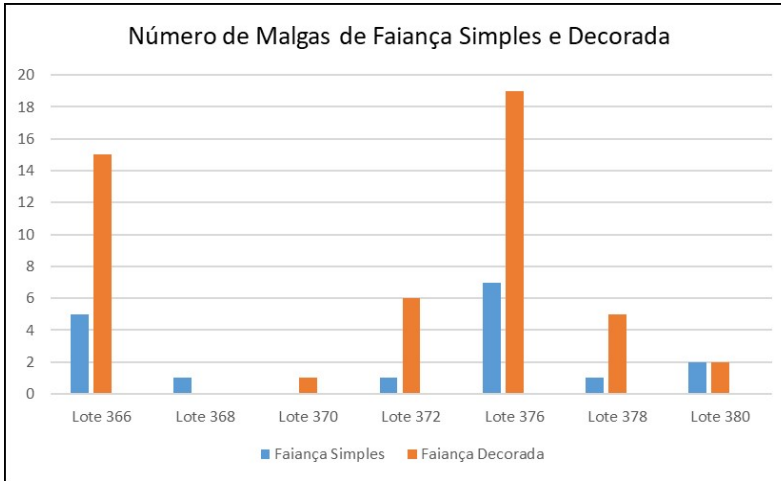
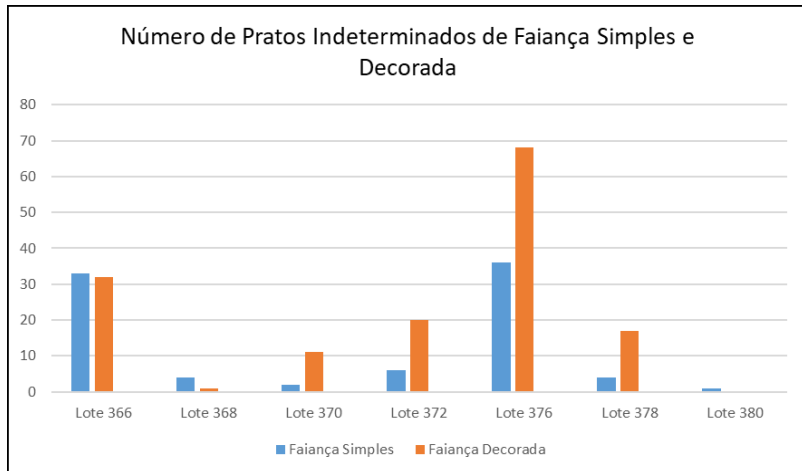


Gráfico 8.  
Ocorrência de malgas de faiança simples e decorada por lotes.

Gráfico 9.  
Ocorrência de pratos indeterminados de faiança simples e decorada por lotes.



Os moradores dos lotes nºs 378, 372, 370 e 368 parecem acompanhar, embora com frequências bem mais moderadas, as escolhas dos vizinhos dos lotes nºs 366 e 376, especificamente no que tange às formas para consumo individual e padrões decorativos, porém com pouca diversidade e em pequenas quantidades. Há, contudo, maior recorrência de pratos rasos e malgas nos lotes nºs 372 e 378 em relação aos demais.

Os padrões decorativos mais recorrentes nas amostras foram os apresentados no gráfico 10.

O consumo e a ritualização do chá parecem ter sido incorporados ao cotidiano da vizinhança, destacando-se novamente os moradores dos lotes nºs 376 e 366, pelos quantitativos e diversidade da louça. São bules, xícaras, pires raso e fundo ocorrendo com frequência nesses domicílios, uma prática estabelecida e aparentemente consolidada entre seus moradores, uma tendência marcante no século XIX. Os demais vizinhos (lotes nºs 370, 372, 378 e 368) se fizeram representar por peças de serviço de chá, mas com baixa representatividade, como vem sendo assinalado para as demais categorias de louças. A preferência de todos por peças decoradas fica evidente no gráfico 11.

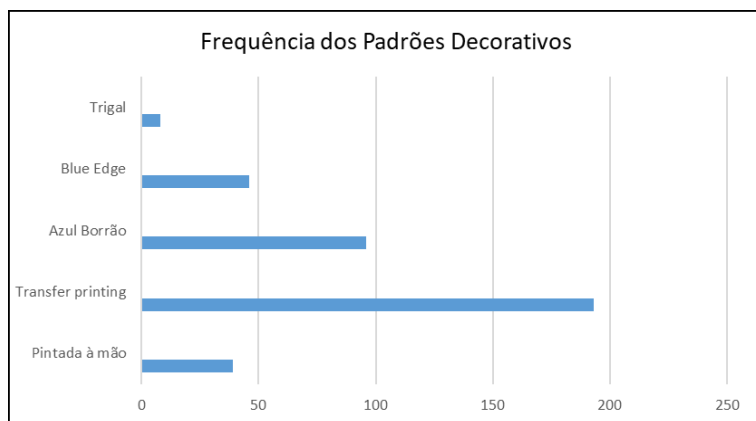
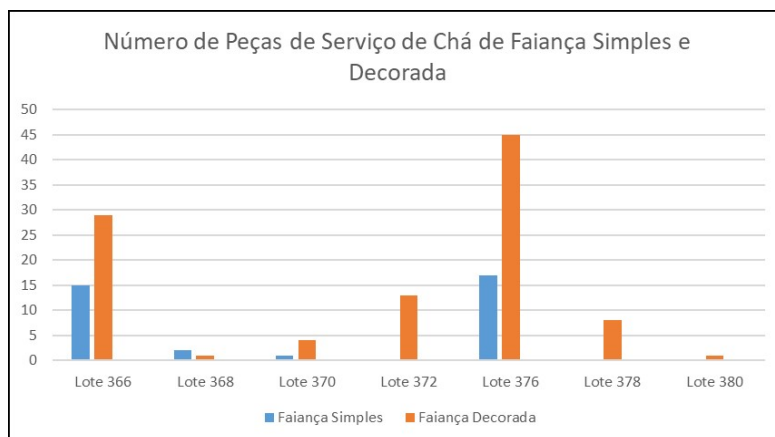


Gráfico 10.  
Frequência dos  
padrões decorativos  
da amostra.

Gráfico 11.  
Ocorrência do  
serviço de chá em  
faiança simples  
e decorada por  
lotes



Segundo Lima (1997), o chá foi introduzido no Rio de Janeiro com a chegada da família real portuguesa, mas seguindo no Brasil uma trajetória diferente da Europa, penetrando diretamente nas residências, ao invés de locais públicos. Acrescente-se ainda a importância do ritual do chá como um instrumento de libertação da mulher durante o século XIX. Como ressalta a autora “com as armas da astúcia, do charme e da simpatia, a mulher mesmo contida e engessada no espartilho sem dúvida alguma conseguiu abrir seu espaço ao tornar-se indispensável no preparo, consumo e distribuição da nova bebida, vale dizer, na nova forma de interação social” (id.: 117) .

Quanto ao hábito de tomar café que começou a se estabelecer no Rio de Janeiro, observamos a presença de xícaras e pires para café nos lotes nºs 376 (oito peças), 372 (seis peças) e 378 (quatro peças), todas em faiança simples sem decoração. Segundo Nascimento et al. (2016), o café foi introduzido no Brasil em 1727, sendo plantado inicialmente no Pará como uma planta exótica. Chegou ao Rio de Janeiro em 1776, sendo cultivado nos arredores da cidade, em áreas elevadas. Mas só começou a ser consumido como bebida com a chegada da família real portuguesa, quando passou a fazer parte do almoço. À época, vendia-se café torrado nas ruas do Rio de Janeiro por negras de ganho e em recipientes maiores, solicitando o comprador a quantidade desejada.

Belluzzo (2010) assinalou que no início do Segundo Império (1840), por ocasião da festa de aniversário de D. Pedro II, há um relato em diário do próprio Imperador sobre suas refeições, afirmando que teria consumido ovos e café com leite. Luccock (op.cit.: 197) também relatou o consumo da bebida, “terminado o jantar, traz-se o café, de que cada qual toma uma só xícara, como sedativo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Moreira (2010), “o comportamento alimentar do homem não se diferenciou do biológico apenas pela invenção da cozinha, mas também pela comensalidade, ou seja, pela função social das refeições. A cocção do alimento adquiriu enorme importância nesse plano, por favorecer as interações sociais”. Assim, no que tange ao preparo e cozimento dos alimentos entre os vizinhos da Rua Riachuelo constatamos que, do ponto de vista qualitativo, não houve distinção entre as famílias, destacando-se apenas os lotes nºs 376 e 366 em relação à quantidade de vestígios encontrados .

À exceção do lote nº 370, onde nenhuma evidência cerâmica foi detectada, observamos que as escolhas foram muito semelhantes, em função das suas inserções num contexto urbano onde as ofertas de produtos eram as mesmas. Certamente, as dinâmicas internas, negociações e estratégias que permearam as práticas alimentares em cada uma dessas casas ao longo do Oitocentos, através de seus moradores com suas identidades, particularidades e idiossincrasias, não foram as mesmas, nem evidentemente as relações entre eles. Entretanto, do ponto de vista do preparo prévio dos alimentos houve uma preferência por vasilhames tipo alguidar, tigelas amplas, especialmente aquelas com vidrado interno de colorações variadas. O lote nº 366 foi aquele que apresentou quantidade e tamanhos maiores, bem como maior diversidade, seguido do nº 376, ambos com tigelas não vidradas também, mas em menor número. Os demais lotes apresentaram ocorrências equilibradas e semelhantes, em quantidade e diversidade muito menores.

Para a cocção dos alimentos, destacam-se predominantemente panelas globulares com bases planas e asas, de tamanho médio, confeccionadas em cerâmica com vidrado interno (torneadas) e simples (acordelada, modelada, torneada). Alguns exemplares de cerâmica simples, acordelada, com superfícies de coloração escura e com presença de resina nas superfícies externa e interna parece-nos sugerir uma continuidade dos fundos arredondados nessas poucas panelas. No entanto, não houve possibilidade de confirmação em função do nível de fragmentação da amostra, mas pode representar a persistência de uma forte influência e presença africana na sua produção, da mesma forma que a feição globular dos vasilhames, como já foi discutido anteriormente à luz de Souza e Lima (op.cit.) e Souza (op.cit.). Outros achados não vinculados às práticas alimentares (cachimbos, búzio) corroboram a presença africana no cotidiano das casas dos lotes nºs 366, 376 e 378.

A recorrência de panelas com vidrado interno fortalece a preferência na preparação de comidas com caldo por parte dos seus moradores, um padrão alimentar que segue uma tradição colonial portuguesa trazida para o Brasil, como já descrevemos anteriormente. Destacam-se os lotes nºs 366 e depois o 376 pelo quantitativo e pela diversidade de recipientes de tecnologias variadas. Neles, apesar da presença maciça de recipientes vidrados, continuaram sendo usadas panelas mais rudimentares, mal acabadas, talvez uma estratégia de resistência por parte de cativos, de cujas performances, tradições e significados eles não abriam mão.

As faianças finas, simples e decoradas, eram a expressão de uma nova ordem social

vigente cuja quantidade, diversidade e qualidade com que se faziam presentes nos lares oitocentistas eram símbolos importantes para os segmentos médios em processo de expansão e fortalecimento. Os lotes nºs 376 e 366 sobressaíram em relação aos demais e parecem ter valorizado escolhas diversificadas à mesa não só como metáforas de ascensão social, aqui aparentemente discretas, mas também como expressões de afirmação das identidades femininas no século XIX. Vale lembrar que “enquanto integrante do cenário doméstico e estreitamente vinculada ao subsistema alimentar, com o qual as mulheres sempre estiveram tradicionalmente envolvidas, a louça é em geral associada à esfera feminina” (Lima, 1997, p.117).

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Vocabulário de cozinha do século XVI na origem da língua portuguesa em confronto com o livro de cozinha da Infanta D. Maria. *Anais de Filologia*, p.162-170, s/d.

ABREU e SOUZA, Rafael de. Não somos estrangeiras! Pelas louças brasileiras. *Cadernos do LEPAARQ*, 10: 159-182, 2013.

ABREU e SOUZA, Rafael. Tigela, café e xícara: diversidade formal e dinâmicas de consumo na produção das louças brancas da cidade de São Paulo no começo do século XX. *Anais do Museu Paulista*, 20(2):11-51, 2012a.

ABREU e SOUZA, Rafael de. A epidemia do branco e a assepsia das louças na São Paulo da Belle Époque. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 19 (4): 1139-1153, 2012b.

AMORIM, Mariana C. Os jantares festivos: o papel da anfitriã burguesa, costumes aristocráticos e consumo alimentar no século XIX. *História e Democracia*, Guarulhos: UNIFESP, 2018.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa do. *Debret e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

BELUZZO, R. *Machado de Assis: relíquias culinárias*. São Paulo: Unesp; 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968

DEBRET, Jean-Baptiste. O jantar no Brasil. In: CASCUDO, Luís da Camara. *Antologia da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2008, p. 173-176.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831*. São Paulo: Martins Ed., 1940.

COIMBRA, Marina Duque. *Veze e voz: negras ceramistas no Rio de Janeiro oitocentista*. Monografia (TCC em Arqueologia), UERJ, 2019.

LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* (Nova série) 3: 129-191, 1996.

\_\_\_\_\_. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* (Nova série) 5: 93-129, 1997.

LIMA, Tania Andrade; FONSECA, Marta Pereira Reis da; SAMPAIO, Ana Cristina de; FENZL-NEPOMUCENO, André; MARTINS, Antonio Henrique. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo*, p. 205-230, 1989.

LUCCOCK, John. As refeições no Rio de Janeiro, princípio do séc. XIX. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2008, p. 194-198.

MAJEWSKI, Teresita; O'BRIEN, Michael J. The Use and Misuse of Nineteenth-Century English



and American Ceramics in Archaeological Analysis. *Advances in Archaeological Method and Theory*, New York: Academic Press 11: 97-209, 1987.

MILLER, George L. A Revised Set of CC Index Values for Classification and Economic Scaling of English Ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology* 25(1):1-25, 1991.

MOREIRA, Sueli A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. *Ciência e Cultura*, 62 (4): 23-26, 2010.

NASCIMENTO, Roberto de Paula; CASTOR, Júlia Tostes; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; PAULA, Arlete Rodrigues Vieira. O café no Brasil: representação gastronômica de um prato do final do século XIX e criação atual de consumo difundido. *Revista Nutrição Brasil*, 5 (2): 78-86, 2016.

NIETO, Mariana M. *Rua das Marrecas: morfologia e funcionalidade da cerâmica vidrada no Rio de Janeiro*. Monografia (TCC de Arqueologia), UERJ, Rio de Janeiro, 2019.

NISHIMURA, Jaqueline S.; QUEIROZ, Shirley G. Cultura material e alimentação: a evolução dos utensílios à mesa e a consolidação de comportamentos durante a refeição. *Demetra*, 11(4): 951-964, 2016.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. *Pottery in Archaeology*. New York: Cambridge University Press, 1993.

RAMOS, Artur. Notas sobre a culinária negro-brasileira. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2008, p.106-110.

RICE, Prudence M. *Pottery analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

SHEPARD, Anna Osler. *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1956.

SILVA, Leandro V. *As cerâmicas da Casa da Torre e do Galeão Sacramento: hierarquia social, ideologia e simbolismo nas práticas alimentares da Bahia Colonial*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.

SOARES, Fernanda Codevilla. *Vida material de desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

SOUZA, Marcos André Torres de. When all bases are flat: Central Africans and situated practices in the eighteenth-century Brazil. In: FUNARI, Pedro P.; ORSER JR, Charles E. (eds.). *Current Perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America*. New York: Springer, 2015, p.77-97.

SOUZA, Marcos André Torres de; LIMA, Tania Andrade. Hibridismo e inovação em cerâmicas coloniais do Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. *Urbania*, 5: 21-60, 2016.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 21 (2): 73-96, 2008.

\_\_\_\_\_. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

\_\_\_\_\_. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 2 (2): 81-120, 1997.

TOCCHETTO, Fernanda; MEDEIROS, João Gabriel Toledo. A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*, 22 (1): 125-134, 2009.

TOCCHETTO, Fernanda; SYMANSKI, Luis Cláudio; OZÓRIO, Sergio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Angela Maria. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Unidade editorial, 2001.

## **Consumo e variabilidade: a ingestão de bebidas alcoólicas, os cuidados com o corpo e outros hábitos vistos através dos vidros**

Luan Sancho Ouverney  
Marcos André Torres de Souza

### INTRODUÇÃO

Localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro a Rua Riachuelo é, desde os tempos coloniais, um dos principais caminhos percorridos pelos habitantes e visitantes da urbe carioca. Na atualidade, ela faz a ligação entre a região do Sambódromo e os Arcos da Lapa, preservando um fluxo de pessoas e coisas por uma rota que já recebeu diversas designações, tornando-se parte da memória e da história da cidade.

No presente, o traçado da Rua Riachuelo corresponde a cerca de 1,5 km e está circunscrito ao limite com a Rua Frei Caneca, em direção ao Sambódromo e à Av. Mem de Sá, próxima aos Arcos da Lapa. A numeração dos seus edifícios segue o padrão iniciado no sentido Leste-Oeste. Sendo assim, os sete sítios arqueológicos estudados nessa pesquisa, correspondentes ao intervalo entre os lotes nºs 366 e 380, se localizam na direção oposta ao litoral, quase ao final da rua.

Destino comum para os que transitam por esse espaço na atualidade, em meio aos sobrados oitocentistas, comércios e prédios modernos, a rua guarda alguns testemunhos materiais e muitas memórias de um período em que abrigou residências de ilustres conhecidos, desconhecidos, espaços de negociação, de reunião e fontes de água potável em uma área antes nobre, repleta de dinâmicas cotidianas.

Em virtude das intervenções realizadas nos terrenos e atendendo a demandas do poder público para o resgate de bens arqueológicos durante execução de obras em áreas urbanas, foram realizados durante o final do ano de 2013 e início de 2014 o acompanhamento e a escavação arqueológica da área correspondente ao intervalo entre os lotes nºs 366 e 380 (Lima, neste volume). O trabalho revelou alicerces de construções e artefatos cotidianos pertencentes a pessoas que ocuparam as diferentes unidades ao longo do século XIX e início do século XX.

Dentre as análises que compõem as discussões deste volume, nos concentraremos nos vidros. Levando em conta os limites reconhecidos para cada lote, eles foram analisados separadamente, no intuito de examinar eventuais correspondências ou diferenças entre práticas de residentes próximos (Fig. 1). Em relação a esses itens, foi verificado um número pouco expressivo em todos os lotes escavados, mas que, todavia, permitiram algumas percepções sobre essa vizinhança. A exceção coube ao lote nº 380, que continha uma amostra com apenas quatro fragmentos e que, por essa razão, foi excluído da análise.

Dentre os artefatos de vidro encontrados em todo o conjunto, são de destaque os recipientes com formas associadas às garrafas de bebidas, alcoólicas e não alcoólicas, medicamentos, frascos de perfume, recipientes de condimentos, peças de mesa e outros itens que indicam investimento, comportamento e consumo de diferentes substâncias.



Figura 1. Os lotes identificados. Fotomontagem: Margareth Dias.

Ao tratarmos do vidro, é certo que essa categoria material é amplamente encontrada em sítios arqueológicos históricos brasileiros, permeando diversas abordagens e sendo capaz de revelar aspectos comuns e incomuns do cotidiano das sociedades do passado. O interesse pelo estudo desses itens foi desenvolvido com maior ênfase nos EUA e na Inglaterra ao longo dos anos 1980. Os primeiros trabalhos elencam as propriedades técnicas relacionadas à confecção desses artefatos, favorecendo as análises com vistas à definição de cronologias, relação entre forma e conteúdo, tipos de produção, marcas e outros detalhes. Nesse sentido, os trabalhos de Baugher-Perlin, 1982; Hill, 1982; Firebaugh, 1983; Staski, 1984; Jones, 1986; Jones e Sullivan, 1989; Lockhart, 2007; Dungworth, 2012; Jeffries e Major, 2015, representam uma seleção concisa de perspectivas que demonstram o potencial dos vidros em compor discussões acerca de suas funções, conteúdos e como eles se relacionam aos hábitos de consumo, status social, filiação étnica, ritualização e refinamento à mesa, entre outros. No Brasil, os estudos que dão atenção aos artefatos feitos em vidro ainda são poucos. No entanto, a produção nacional notavelmente apresenta o potencial dessa categoria material em compor análises sobre o passado (Symanski, 1997; 1998; Lima, 2002; Tocchetto, 2004; Santos, 2005; 2009; Gheno et al., 2016; Zanettini e Camargo, 2017).

Dando atenção à função desses artefatos como recipientes, explorando o potencial de discussão acerca do uso dos seus conteúdos e estabelecendo métodos de análise, os autores deste capítulo vêm desenvolvendo o projeto “Vidros do Rio de Janeiro, séculos XVI ao XX”, que é voltado ao estudo dessa categoria material em diferentes sítios históricos da cidade, com dois objetivos: ele pretende, por um lado, promover o aperfeiçoamento e desenvolvimento de técnicas e métodos de análise sensíveis ao contexto brasileiro e, por outro, acolher estudos que contemplem práticas culturais e sociais pretéritas, bem como seu contexto de circulação e uso.

Explorando o potencial de informações que podem ser obtidas por intermédio da análise desses recipientes, algumas questões se apresentam como relevantes para discussão,

na medida em que, após destrinchar dados que informam sobre conteúdo, procedência, cronologia, perfis de consumo, de investimento, fluxo de mercadorias, sociabilidade, cuidados com o corpo e índices socioeconômicos, são possíveis interpretações de interesse para a Arqueologia. Tendo isso em mente, o conjunto de sítios da Rua Riachuelo, que é composto por vários lotes contíguos, oferece uma oportunidade valiosa para refletirmos sobre essas práticas, na medida em que, em virtude da sua posição, permitem debates sobre a condição de residentes próximos.

A Rua Riachuelo abrigava uma certa diversidade socioeconômica nos Oitocentos, reunindo segmentos médios da sociedade, bem como indivíduos de maiores posses. Crê-se que os habitantes dessa rua desfrutavam de um ambiente onde as dinâmicas sociais, econômicas e políticas convergiam para a reunião de pessoas que podiam gozar de certos requintes, ou aspiravam por eles. Tais requintes estavam estreitamente associados ao consumo de um conjunto de mercadorias e na forma de usá-las, gerando elos ou abismos entre grupos sociais. Ao tratarmos de unidades habitacionais contíguas, localizadas espacial e temporalmente em uma rua ocupada por esses segmentos, e levando em conta a possibilidade de dinâmicas de projeção social através do consumo de bens, é questionado o quanto os artefatos de vidro encontrados nessas unidades podem nos revelar acerca do consumo em diferentes níveis, tais como sociabilidade, condição econômica e cuidados com o corpo, bem como, e, sobretudo, acerca de mecanismos de diferenciação social. Ainda que a pequena amostra dos vidros recuperados nesses lotes não permita alcançarmos resultados aprofundados ou conclusivos, favorece a colocação de problemas e questões que são de interesse para a compreensão de fenômenos dessa ordem. É nessa direção que este capítulo irá seguir.

## OS VIDROS DO CONJUNTO

O conjunto dos vidros associados aos lotes é composto por 270 artefatos, existindo, entre eles, vidros planos, peças de lustres, garrafas e frascos inteiros, fragmentados, desgastados e preservados. Do universo total de análise foram identificadas informações acerca do conteúdo, procedência, cronologia e função de 75% da amostra, que está dividida em diferentes proporções pelos lotes estudados. No que se refere aos recipientes, foi analisado um número mínimo de 108 topos, 117 bases e 41 peças inteiras. Conforme já notado, o material representa atividades cotidianas muito variadas, incluindo a conservação, consumo e apresentação de alimentos, uso de medicamentos e cosméticos, além da atividade de escrita.

Ao proceder à análise, foi dada atenção às características singulares de cada recipiente. Esse processo consistiu em elencar as técnicas de produção da peça, articular as informações das marcas impressas, os desgastes que indicam manuseio, a forma a que os objetos remetem e a função a que primordialmente eram destinados. Para isso, foi utilizado o manual de análise de vidros desenvolvido por Souza e Ouverney (2020, no prelo) em conjunto com informações sobre as marcas identificadas, através de anúncios sobre os produtos e suas funções.

Após analisados, os recipientes foram categorizados segundo os conteúdos e os usos a que estavam associados no passado. Assim, a fim de comparar o registro material de residentes próximos e discutir práticas de consumo, os artefatos foram agrupados nas seguintes categorias: bebidas alcoólicas, não alcoólicas (água mineral), medicamentos, perfumaria, peças de mesa, alimentos em conserva e atividades de escrita.

Ao proceder à análise, e no que diz respeito à cronologia, os vidros provenientes dos lotes se enquadram no mesmo período, que corresponde em sua maior parte ao século XIX, estendendo-se até primeira década do XX. Em relação a essa cronologia, verificamos que a maior concentração dos artefatos se inscreve no intervalo compreendido entre 1850 e 1890; e foi com esse horizonte predominante, da segunda metade do século XIX, que o trabalho foi encaminhado. Para definir um período para a amostra e uma cronologia para os fragmentos, foram consideradas as datas de cada técnica de manufatura dos recipientes em conjunto com informações sobre a fundação das marcas comerciais, quando identificadas, popularidade à época e intervalo de importação para o Brasil.

Quanto ao conteúdo dos recipientes, a amostra é dominada pelas garrafas e frascos de bebidas alcoólicas e itens medicinais, que são seguidos pelas peças de mesa, perfumaria e outros produtos menos populares, como águas minerais, alimentos em conserva e frascos de tinteiro.

Em relação às bebidas alcólicas, a frequência das garrafas indicou um maior investimento nas formas tradicionalmente ligadas ao consumo do vinho, que estão representadas por 83% da amostra. As indicações de procedência remetem a bebidas de origem portuguesa, o que revela uma preferência clara dos habitantes dessa vizinhança no período. Dentro desse grupo, o fabricante do vinho do Porto Antônio da Rocha Leão, importado desde 1870 e encontrado frequentemente em sítios arqueológicos históricos cariocas, apareceu como um dos preferidos durante o século XIX, conforme mostra o exemplo da figura ao lado, que foi encontrado em um dos lotes (Fig. 2). Em menor proporção destacam-se as garrafas de genebra (gin), que representam 10% da amostra, e as de cerveja e champanhe, que representam juntas 7%.

Apesar de existirem indícios de produção de cerveja na Rua Riachuelo (Lima, neste volume), a frequência de garrafas associadas ao seu consumo se mostrou extremamente limitada. Diante de todo o conjunto analisado, elas correspondem a apenas a 1%, o que indica uma menor preferência dos habitantes dos lotes por esse tipo de bebida.

Ao tratarmos dos medicamentos, a elevada frequência verificada indica uma tendência da segunda metade do século XIX de aumento no seu consumo, o que já foi observado por outros autores (e.g. Lima, 1996; Symanski, 1997). A grande maioria dessa categoria é compreendida por panaceias e alguns itens relacionados às práticas da teoria humoral (Lima, 1996), (Fig.3), sendo poucos os frascos de produtos químicos, que estão geralmente relacionados à emergência da medicina científica (Fig. 4). Esses frascos compreendem apenas 18% da amostra, o que indica uma baixa penetração dessa prática, ao menos nessa vizinhança do Rio de Janeiro.



Figura 2. Base de garrafa de vinho da marca Rocha Leão. Período estimado de produção: 1840 - 1890. Foto: Luan Ouverney.

Em relação aos produtos de tocador, que compreendem a cerca de 10% da amostra, foi identificada uma variedade de formas, na sua maioria associadas a perfumes, que na sua quase totalidade são franceses. Dois exemplos merecem destaque: uma peça do perfume da marca Guerlain, que foi criado em 1828 em Paris e se tornou rapidamente um dos mais conhecidos perfumistas franceses (Le Guérér, 2017). Nesse contexto também se destaca a marca Lubin, que foi igualmente popular no Brasil durante o século XIX. Fundada em 1798, em Paris, foi o perfumista preferido de muitos imperadores (Lubin, 2020), o que também lhe rendeu destacada notoriedade na sociedade carioca oitocentista, amplamente influenciada pelos costumes franceses (Fig. 5).



Figura 3. Frasco de magnésia fluida “SIR J. MURRAY’S// PATENT//BE CARBONATED// FLUID MAGNESIA”. Período estimado de produção: 1850-1890. Foto: Luan Ouverney.



Figura 4. Corpo e base de produto químico da marca alemã “SCHÜLKE & MAYR HAMBURG”, especialista em produtos de higiene e desinfecção. Período estimado de produção: 1889 – 1905. Foto: Luan Ouverney.

Figura 5. Frascos de perfume das marcas Lubin (à esquerda) e Guerlain (à direita). Período estimado de produção das peças: 1840 - 1890. Foto: Luan Ouverney.



As peças de mesa, por sua vez, estão representadas na sua maioria por cálices e copos. Um dado singular nesse conjunto é que não foi constatada uma correspondência direta entre os conteúdos das garrafas de bebidas alcoólicas e os cálices, o que indica que, no que diz respeito à apresentação e consumo de bebidas, a parafernália doméstica carecia de especialização, algo que foge ao comportamento das elites oitocentistas e aponta para o entendimento de que os residentes pertenciam às camadas medianas da sociedade carioca. Itens menos populares compreendem as águas minerais, frascos de tinteiros e alimentos em conserva, que incluem pickles e mostarda francesa (Figs. 6, 7 e 8).



Figura 6. "MOUTARDE\GIRONDINE\ LOUIT FRERES & CO"- Mostarda francesa. Período estimado de produção: 1840-1875. Foto: Luan Ouverney. Figura 7. Tinteiro. Período estimado de produção: 1840-1865. Foto: Luan Ouverney. Figura 8. "BATTY & CO OF LONDON" – Pickles norte-americano. Período estimado de produção: 1860-1880. Foto: Luan Ouverney.

## OS VIDROS DOS LOTES

Os itens encontrados em cada um dos lotes estão em consonância com aqueles que ordinariamente recuperamos nos sítios urbanos do Rio de Janeiro datados desse período e que se associavam aos estratos intermediários da sociedade carioca. Todavia, e a despeito dos pontos em comum, foi atestada uma variabilidade na frequência de algumas categorias de artefatos, o que nos permite identificar diferentes práticas entre os ocupantes de cada unidade. Sendo assim, a análise de cada lote foi realizada de forma individual e posteriormente comparada, o que permitiu algumas aproximações no tocante ao investimento em itens acondicionados em vidro e as práticas de consumo em cada unidade. O gráfico 1 sintetiza os dados referentes a cada lote.

Tratando-se do comportamento observado nas unidades, e no que diz respeito aos vidros, os lotes nºs 366 e 378 indicam percentuais semelhantes em relação aos itens medicinais, peças de mesa, produtos de toucador e, principalmente, na frequência de bebidas contendo álcool, que se mostraram as mais elevadas do conjunto. Porém, apesar do elevado investimento

nas bebidas alcoólicas, foram notadas algumas diferenças nos tipos das que foram consumidas entre esses dois grupos: enquanto no lote nº 378 há uma predominância clara de formas de garrafas relacionadas à ingestão de vinhos, no lote nº 366 há uma maior diversidade, que inclui não só garrafas de vinho, mas também de cerveja, champanhe e genebra. No entanto, é possível assinalar que essa maior diversificação de formas no lote nº 366 coincide com o comportamento geral observado para os vidros encontrados, que se mostrou muito mais diversificado do que nas outras áreas. Desse modo, é possível que os ocupantes desse lote, ainda que tenha tido comportamentos de consumo próximos, se interessassem em fazer escolhas diversificadas, o que inclui aquelas ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas.

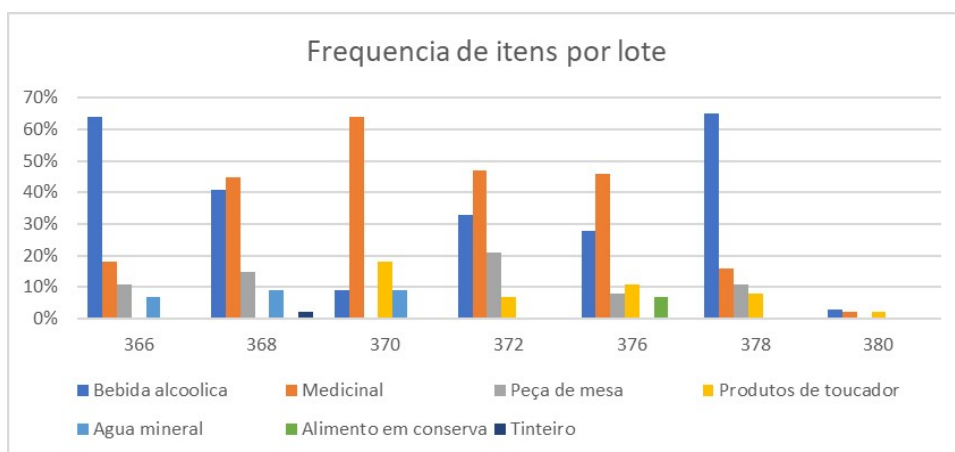


Gráfico 1. Frequência de itens por lote

Ao examinar os lotes nºs 368, 372 e 376, verificamos que eles também possuem algumas semelhanças. Ao contrário dos anteriores, houve neles uma predominância de formas que remetem aos produtos medicinais e de toucador (Figs. 9 e 10), seguidos de perto pelas garrafas de bebidas alcoólicas. Há, todavia, presenças e ausências nesse conjunto, o que os torna ligeiramente diferentes entre si. Por exemplo, os frascos de tinteiro, que indicam atividades de escrita, são encontrados apenas no nº 368, e alimentos em conserva apenas no nº 376. Percebemos também que no lote nº 372 há uma maior incidência de peças de mesa, em sua maioria cálices (Fig. 11), sendo a mais alta verificada entre todos os lotes.

No lote nº 368, foi observado ainda um comportamento em destaque: a presença de 13 frascos medicinais idênticos com a inscrição “not to be taken” [não pode ser ingerido] (Fig. 12). Esse tipo de inscrição era característico de medicamentos de uso externo que tinham conteúdo tóxico, sendo geralmente envasados em frascos azul cobalto (Campbell, 2009:98). A incidência de diversos frascos desse tipo no sítio sugere que um dos seus ocupantes possuía algum tipo de enfermidade que necessitava tratamento tóxico contínuo.

Uma última situação encontrada, bastante diferente das demais, foi a do lote nº 370. Aí foi notada uma preferência evidente por frascos medicinais que compreendem diversos tipos de panaceias, incluindo tônicos, xaropes e elixires (Fig. 13). Esse lote também apresentou um percentual significativo de produtos de toucador, bem como de águas minerais. Se consideramos os frascos ligados aos cuidados com o corpo de forma agregada, reunindo todos esses itens, incluindo as águas minerais, que eram consideradas à época como



possuindo propriedades terapêuticas (Lindsay, 2007), temos que 91% de todos os vidros encontrados nesse lote se incluem nesse grupo, o que sugere uma preocupação clara com esse tipo de prática entre os seus ocupantes. Ao mesmo tempo, foi constatado um investimento elevado em cuidados com o corpo, sendo encontrado aí o menor índice de garrafas de bebidas alcoólicas de todos os lotes analisados.



Figura 9. Frasco de perfume. Período estimado de produção: 1840-1880. Lote nº 376. Foto: Luan Ouverney. Figura 10. Frasco medicinal.

Período estimado de produção: 1840-1860. Lote nº 372. Foto: Luan Ouverney. Figura 11. Base e corpo de cálice. Período estimado de produção: 1840-1890. Lote nº 372. Foto: Luan Ouverney.



Figura 12. Treze frascos idênticos com a inscrição “NOT TO BE TAKEN”. Período estimado de produção: 1860-1880. Lote nº 368. Foto: Luan Ouverney. Figura 13. Da esquerda para a direita: “ACUA DE FLORIDA\ MURAY Y LANMAN\ DROGUISTAS\ NY”- Água de Flórida; “R.R.R.\ RADWAY & CO.\ NEW YORK” – Item medicinal utilizado para tratar dores internas e externas; “GIROLAMO PAGLIANO” – Produto usado como purgante; “ED. PINAUD\ PARIS” – Marca francesa de perfume; Períodos estimados de produção do conjunto (da esquerda para a direita): 1840-1880; 1860-1880; 1860-1880; 1850-1865. Lote nº 370. Foto: Luan Ouverney.

## CONCLUSÃO

A escolha de uma vizinhança pelos residentes de uma cidade certamente levava em conta a existência de algumas afinidades ou aproximações, e os vidros encontrados nesse sítio apontam para essa direção. A análise dos frascos e garrafas dos lotes estudados à Rua Riachuelo sugere que os grupos que os ocuparam pertenciam aos segmentos médios da sociedade carioca e, na sua totalidade, fornecem um panorama dos tipos bebidas, perfumes e outros produtos populares à época entre esses segmentos.

A hipótese de que essa vizinhança era habitada por um segmento social que não estava entre os estratos superiores da sociedade é reforçada principalmente por algumas ausências consideradas relevantes. À exceção de alguns fragmentos de lustre e poucos itens associados ao consumo refinado de bebidas, não foram encontradas evidências que indicassem investimentos de vulto no ambiente doméstico ou que pudessem estar relacionados à sociabilidade cerimonial. Tampouco são frequentes os itens que podem ser mais diretamente ligados ao refinamento à mesa, como a presença de taças e cálices que possam sugerir investimentos maciços em serviços de mesa e sua especialização, característica das classes mais abastadas.

Foi verificado que os residentes dessas unidades fizeram escolhas diversificadas, e isso é evidente nos vidros analisados. Nesse sentido, essa vizinhança também possuía uma diversidade interna. Cabe notar neste ponto que a sobreposição de diferentes entre os iguais é um dado que merece consideração nas nossas análises em Arqueologia Urbana, na medida em que nesses contextos existe a tendência de se buscar caracterizações fechadas de bairros e residentes próximos.

Embora possamos considerar que havia práticas materiais que aproximavam, havia outras tantas que diferenciavam. A noção de igual é, portanto, em parte verdadeira, em parte falsa. Isso porque, conforme parecem nos sugerir os dados analisados, comportamentos urbanos mais específicos em uma vizinhança carioca oitocentista podiam ser variáveis. A composição de cada lote podia ser produto de configurações distintas ou resultado da adoção de estratégias sociais que, embora fossem discretas e ligadas aos integrantes de determinados grupos, podiam servir como definidoras de identidades individuais ou coletivas particulares.

Os dados referentes aos vidros são numericamente pouco expressivos e não permitem muitos avanços em relação ao entendimento da composição dos moradores dos lotes. Todavia, e considerando as classes de artefatos identificadas, é possível que eles fossem ocupados por grupos domésticos. Variações, como a maior incidência de garrafas de bebidas alcoólicas nos lotes nºs 366 e 378, ou a maior incidência de itens medicinais nos de nºs 368 e 372, ou ainda a altíssima incidência de produtos de toucador no nº 370, podem ser produto de composições diferenciais ou projetos identitários ligados a faixa etária, gênero, etnicidade, status socioeconômico ou religião.

Em outra direção, e ao considerar o caso do Rio de Janeiro em particular, o quadro verificado nos lotes da Rua Riachuelo merece nosso olhar atento porque acreditamos que as diferenças observadas podem estar ligadas a um processo crescente de complexificação da cidade ao longo do século XIX, o que pode ter potencializado as possibilidades de diferenciação. Durante o período que estamos considerando, a cidade cresceu e se diversificou. Ela também aumentou a oferta de produtos que eram apresentados em vidro. Além disso, temos observado nas nossas análises de outros sítios que, ao longo dos Oitocentos, a oferta de itens medicinais cresceu de forma muito significativa, sobretudo em função da chegada de

panaceias provenientes dos Estados Unidos, ocorrida com maior intensidade na segunda metade do século XIX. Nesse período aumentou também a popularidade dos perfumes, cosméticos, itens ligados à higiene e à oferta de bebidas alcoólicas.

As novas oportunidades, oferecidas pelo mercado, deram aos residentes da cidade mais variadas opções de escolha e diferenciação, ainda que sutis e ocorridas dentro de grupos mais inclusivos. Nesse sentido, é possível considerar que esse sítio é um caso para refletirmos não só sobre as práticas materiais de um segmento da sociedade carioca, mas também sobre a questão da heterogeneidade e processos de complexificação em contextos urbanos.

## REFERÊNCIAS

BAUGHER-PERLIN, Sherene. Analyzing Glass Bottles for Chronology, Function and Trade Networks. In: DICKENS Jr, R. (ed.). *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*. New York: Academic Press, 1982. p.259-289.

CAMPBELL, Matthew. *Archaeological investigation of Pipitea Street, Wellington*. New Zeland: CFC Heritage, 2009.

DUNGWORTH, David. Three and a half centuries of bottle manufacture. *Industrial Archaeology Review* 34(1): 37-50, 2012.

FIREBAUGH, Gail. An Archaeologist's Guide to Historical Evolution of Glass Bottle Technology. *The Colorado Archaeological Review* 49(2): 9-29, 1983.

GHENO, Diego.; SANTOS, Paula.; MACHADO, Neli. Vestígios do cotidiano: remédios e coleções arqueológicas. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 10(2):134-156, 2016.

Hill, Sarah. An Examination of Manufacture-Deposition Lag for Glass Bottles from Late Historic Sites. In: DICKENS, Roy. (ed.) *Archaeology of Urban America, the Search for Pattern and Process*. New York: Academic Press, 1982, p. 291–328.

JEFFRIES, Nigel.; MAJOR, Nicholas. Mid 17th- and 19th-century English Wine Bottles with Seals in London's Archaeological Collections. *Post-Medieval Archaeology* 49(1): 131-155, 2015.

JONES, Olive. *Cylindrical English Wine and Beer Bottles 1735-1850*. Ontario: Environment Canada - Parks, 1986.

JONES, Olive.; SULLIVAN, Catherine. *The Parks Canada Glass Glossary*. Revised Edition. Ontario: Canadian Parks Service, 1989.

LE GUÉRER, Annick. Évolution du parfum au cours des siècles. *Pollution Atmosphérique*, (234):1-12, 2017.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 2(3):44-96, 1996.

\_\_\_\_\_. Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da Arqueologia sobre os vidros históricos. *Canindé* (2):283-290, 2002.

LINDSAY, Bill. Historic glass bottle identification & information Website. 2007. Disponível em: <https://sha.org/bottle/>. Acesso em: 12 Agosto 2020.

LOCKHART, Bill. The Origins and Life of the Export Beer Bottle. *Bottles and Extras* 18(1): 49-58, 2007.

LUBIN. L'histoire de Lubin. 2020. Disponível em: <https://www.lubin.eu/histoire/>. Acesso em: 12 Agosto 2020.

SANTOS, Paulo. *Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-RS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)*. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia). PUC-RS, 2009.

SOUZA, Marcos André.; OUVENEY, Luan Sancho. *Manual conciso de identificação e análise de vidro*. Rio de Janeiro. No prelo, 2020.

STASKI, Edward. Just what can a 19th century bottle tell us? *Historical Archaeology* 18: 38-51, 1984.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional* 2(2):81-120, 1997.

\_\_\_\_\_. Bebidas, Pancéias, Garrafas e Copos: A Amostra de Vidros do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de Arqueologia* 11:71-86, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Puc-RS, 2004.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* Aracajú: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2017.

# A interpretação dos dados arqueológicos: a materialidade da vida cotidiana em uma vizinhança oitocentista

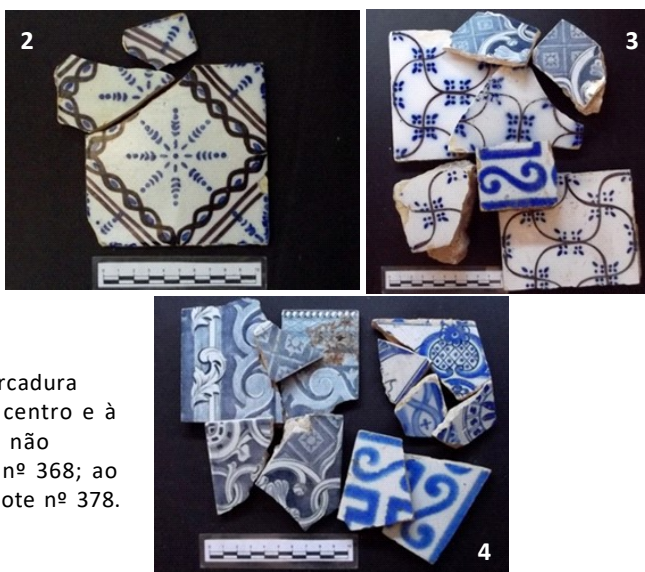
Tania Andrade Lima

Tendo apresentado a escavação dos diversos lotes no capítulo 2 e as fundações das unidades habitacionais que existiram em cada um deles, tentamos uma reconstituição hipotética das suas plantas, ou seja, de como essas casas devem ter sido divididas internamente em sua origem, no século XIX (Lima, Sene e Morgado, neste volume).

No que diz respeito à sua aparência externa, foram encontrados alguns elementos decorativos que podem estar relacionados às suas fachadas, como azulejos e telhas de beiral pintadas. Os azulejos que foram identificados são provenientes de Desvres, no norte da França, Departamento de Pas-de-Calais. Não são muitos, mas sua presença em diferentes lotes sugere que eles possam ter adornado o frontispício de algumas das casas; senão de todas, pelo menos as dos lotes nº 366, 368, 378 e 380, onde as peças foram encontradas (Figs. 1 a 5), ou mesmo o interior delas (Fig. 8).



Figura 1. Azulejos franceses Pas-de-Calais, lote nº 366. Foto à esquerda: T. A. Lima. À direita, painel do motivo inferior à esquerda, aplicado a uma fachada.



Figuras 2 a 4. Azulejos e cercadura franceses, Pas-de-Calais; e, no centro e à direita, no alto, azulejos não identificados. À esquerda, lote nº 368; ao centro, lote nº 380; e à direita, lote nº 378.

Fotos: T. A. Lima.



Figura 5. Cercadura, Pas-de-Calais. Disponível em: <https://www.padronagens.wordpress.com>. Acesso em: 03 Novembro 2020.



Figuras 6 e 7. À esquerda, fragmentos de telhas de beiral pintadas; à direita, telha remontada. Lote nº 368. Fotos: T. A. Lima.

Figura 8. Azulejo art nouveau, final do século XIX / início do XX, provável revestimento de interior. Lote nº 366. Foto: T. A. Lima



Quanto aos objetos que rechearam os interiores dessas casas, além dos já descritos nos capítulos anteriores, apresentamos a miscelânea encontrada em cada uma delas:

#### NO LOTE Nº 366

Como visto anteriormente, trata-se da maior casa da vizinhança e provavelmente a mais antiga, fugindo ao padrão do parcelamento em lotes estreitos e profundos das demais, e onde foram encontradas moedas datadas de 1820, 1832, 1869 e 1900 (Fig. 9). Identificadas por Gláucia Sene, essas moedas testemunham o processo de ocupação deste lote ao longo de todo o século XIX.

Da decoração do interior pouco foi encontrado: uma pequena e delicada cesta de flores de opalina branca (Fig. 10) e uma peça de madeira torneada (Fig. 11), que se articulava a um objeto maior, desconhecido.



Figura 9. Moedas recuperadas no lote nº 366. Fotos: Glauca Sene



Figura 10. Cesta de flores de opalina branca. Foto: T. A. Lima.

Figura 11. Peça de madeira torneada. Foto: T. A. Lima.



No que diz respeito ao grupo doméstico, os restos alimentares, bem como os utensílios de processamento e consumo de comidas e bebidas, já apresentados, mostram que ele foi numeroso. Quanto à sua composição, a presença feminina está atestada por agulhas de crochê de osso (Fig. 12); a de crianças, por brinquedos de meninas (boneca e louça em miniatura) e meninos (bola de gude) (Fig. 13); e a de escravos/as domésticos/as, através de cachimbos de barro, de uma conta de vidro branco leitoso (Figs. 14 e 15), além da já descrita carne de terceira, no caso, pescoço de boi e papada de porco, cortes refugados pelos segmentos livres.

A miscelânea dos pequenos objetos encontrados (Fig. 16) inclui potes de grès da popular “tinta preta brasileira SARDINHA, marca registrada” (Fig. 17), pote de faiança branca para

produto de toucador, sem marca, e tampa de “dentifrice du Docteur Pierre, de la Faculté de Médecine de Paris. Place de l’Opéra”; e ainda uma corrente, colher e fivela de metal, além de tampas de caixinhas. Todos eles objetos banais, de uso comum e corriqueiro em unidades domésticas oitocentistas.



Figura 12. Agulhas de crochê de osso.  
Foto: A. J. Morgado.

Figura 13. Brinquedos infantis.  
Foto: A. J. Morgado.



Figura 14. Cachimbos de barro.  
Foto: T. A. Lima.



Figura 15. Cachimbo de barro e conta de vidro leitoso branco.  
Foto: A. J. Morgado.







Figura 16. Miscelânea de objetos encontrados no lote nº 366. Fotos: A. J. Morgado. Figura 17. Detalhe. Tinteiro, marca Sardinha. Foto: T. A. Lima.



#### NO LOTE Nº 368

Como discutido acima, esta casa passou por pelo menos duas grandes reformas no século XX. Por conta disso, pouco foi encontrado neste lote. Moedas datadas de 1870 e 1901 marcam dois momentos da sua trajetória (Fig. 18).

Externamente, como mostrado acima, em sua origem ela parece ter sido adornada com azulejos e telhas pintadas. Além desses ornatos, ainda relacionada à fachada desta casa, foi encontrada a placa de ferro esmaltado onde se lê “J. P. Soares, Cirurgião Dentista” (Fig. 19), discutida na apresentação dos lotes. Se essa placa pertenceu de fato a essa casa, certamente ela é mais tardia, e deve ser atribuída ao século XX.

Internamente, foi recuperado um lustre de vidro plissado, branco leitoso, já da época em que havia luz elétrica, implantada na cidade em 1904 (Fig. 20). Iluminava provavelmente a sala, mas espatifou-se, dele restando muitos fragmentos. Maçanetas de louça branca e um puxador de madeira de um móvel também foram parte da decoração interior (Fig. 21), assim como um bibelô de louça representando um cão (Fig. 22). Curiosamente, no entanto, esta foi uma das poucas casas em que não foram encontrados vestígios, quer diretos quer indiretos, de um cachorro.



Figura 18. Moedas recuperadas no lote nº 368. Fotos: Glaucia Sene

Figura 19. Placa de J. P. Soares,  
Cirurgião Dentista, lote nº 368.  
Foto: T. A. Lima



Figura 20. Fragmentos de lustre de vidro plissado, branco leitoso. Foto: T. A. Lima.

Na miscelânea de objetos encontrados, há uma colher de metal, um botão de madrepérola de quatro furos, uma ficha de jogo que sinaliza práticas lúdicas, um pequeno boneco de biscoito que tanto pode ter pertencido a uma criança quanto ter sido utilizado como bibelô (Fig. 21). Neste último caso, se somaria ao enfeite que representa um cão (Fig. 22). Relacionado à higiene corporal, foi resgatado um urinol de ferro esmaltado (ágata) (Fig. 23).

Figura 21. Miscelânea de objetos  
encontrados no lote nº 368.  
Fotos: A. J. Morgado.





Figura 22. Bibelô representando um cachorro.

Foto: T. A. Lima.

Figura 23. Urinol de ferro esmaltado (ágata).

Foto: T. A. Lima.



#### NOS LOTES NºS 370 E 372

Da mesma forma que a anterior, essas duas casas geminadas sofreram, ao que tudo indica, reformas no século XX. Duas moedas encontradas no nº 370 datam de 1885 e 1896, e provavelmente estão relacionadas aos moradores do final do século XIX (Fig. 24).

Cabe destacar que no nº 372 foi encontrada uma área de deposição de lixo com alta concentração de materiais oitocentistas, de diferentes naturezas. Isto explica as diferenças quantitativas a maior, em relação ao nº 370.

Em ambos foi encontrado um perfil semelhante de objetos de uso cotidiano, como escovas de dentes e tinteiros (Fig. 25). No nº 370, soma-se a eles um cadeado e uma pequena peça torneada. No nº 372, um camafeu onde se lê a palavra *souvenir*, um botão recoberto de tecido, e uma conta de vidro branco leitoso, que remete a uma possível presença de escravizado/a nesta casa (Fig. 26), além de garrafas de grès, para armazenamento de líquidos diversos (Fig. 27).



Figura 24. Moedas recuperadas no lote nº 370.

Fotos: Glaucia Sene.



Figura 25. Miscelânea de objetos encontrados nos lotes nº 370 (à esquerda) e nº 372 (à direita).  
 Figura 26. Detalhe da conta de vidro branco leitoso.  
 Fotos:A. J. Morgado.



Figura 27. Garrafas de grès do lote nº 372.  
 Fotos: T. A. Lima.

## NO LOTE Nº 376

Construídas originalmente como duas casas geminadas, supõe-se que nº 374 (não mais existente) e nº 376, elas foram lembradas e unificadas sob o último número. Reformas de grande porte foram feitas no século XX, sobretudo em parte dos fundos, reduzindo as possibilidades de achados mais antigos nesse trecho. Duas moedas foram encontradas, ambas de 1869 (Fig. 28).

No que diz respeito ao grupo doméstico, é possível supor que tenha sido numeroso, em vista dos achados referentes ao sistema alimentar, já discutidos acima. Em termos da sua composição, a escala de tamanhos diversificados das escovas de dentes permite entre vê-lo (Fig. 29). Ainda relacionados aos cuidados com o corpo, foram recuperados um urinol de ferro esmaltado (ágata) com tampa (Fig. 31), e, uma pequena cuspeadeira de mão, de louça (Fig. 30). Este último objeto remete à *peste branca*, ao então chamado *mal do século*, a tuberculose, que grassava nos Oitocentos, ceifando milhares de vidas.

Figura 28. Moedas recuperadas no lote nº 376. Fotos: Glauca Sene.

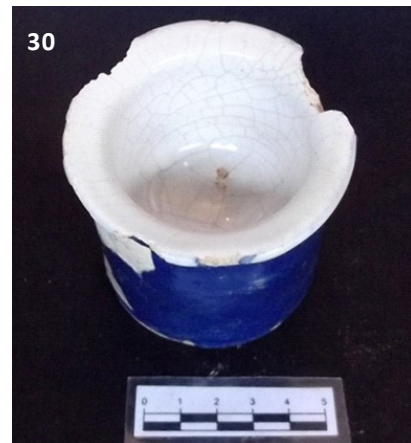


Figura 29. Escovas de dentes e pasta dentifírica. Foto: A. J. Morgado.

Figura 30. Cuspeadeira de louça. Foto: T. A. Lima.

Figura 31. Urinol de ferro esmaltado (ágata) com tampa.  
Foto: T. A. Lima



Além deles, brinquedos de menina (bonecas de biscuit e de louça, miniaturas de louça de chá) e menino (bola de gude) (Figs. 32 e 33), objetos atribuídos a escravo/a doméstico/a (búzio, conta de colar branca e disco de osso com cruciforme inciso) (Figs. 34 e 35) foram recuperados em meio a ferraduras, relacionadas aos meios de transporte por tração animal na rua de Matacavalos (Fig. 36). E, na miscelânea de pequenas coisas, tinteiros, fragmentos de um lampião decerto anterior à implantação da luz elétrica em 1904, fivela e cachimbos de caulim (Figs. 37 e 38).



Figura 32. Fragmentos de cabeças de bonecas de biscuit.

Figura 33. Brinquedos infantis e colher de metal pequena. Foto: A. J. Morgado



Figura 34. Contas de colar. A da direita, em osso, apresenta uma incisão cruciforme. Foto: A. J. Morgado.

Figura 35. Búzio. Foto: T. A. Lima.



Figura 36. Ferraduras.  
Foto: T. A. Lima.

Figura 37. Miscelânea de objetos encontrados nos lotes nº 376. Foto: A. J. Morgado.



Figura 38. Cachimbo de caulim do tipo gancho, século XIX, com forninho acanalado e decoração moldada na haste (Hissa, 2018). Foto: T. A. Lima.

Alguns objetos mostram, para além das diferenças quantitativas, neste caso a maior, algumas qualitativas, como uma maçaneta/puxador de vidro verde facetado (Fig. 39), um covilhete íntegro mais um fragmento de uma segunda peça da faiança portuguesa conhecida como *cantão popular* (Silvia Peixoto, com. pessoal) (Fig. 40). Pouco comum em sítios históricos brasileiros, não obstante vulgar em sua origem, trata-se de uma “adaptação livre e ingênua da louça inglesa *Willow pattern*, que foi fabricada em Portugal por várias oficinas, a maioria anônimas, desde o início do século XIX até quase aos anos 60 ou 70 do século XX”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://velhariasdoluis.blogspot.com/2010/09/mais-alguns-dados-sobre-o-cantao.html>. Acesso em: 11 Novembro 2020.

Parcos fragmentos de faiança portuguesa encontrados (Fig. 41) permitiram supor, em um primeiro momento, que a ocupação do terreno poderia remontar ao século XVIII. Contudo, apenas o pequeno fragmento da direita, que supomos se tratar da gramática decorativa das reservas concêntricas, é bastante antigo e pode ser atribuído aos séculos XVII ou XVIII. Há inúmeras possibilidades para ele ter ido parar no local a essa época, em se tratando de uma área à beira do então Caminho dos Jesuítas, mais tarde de Matacavalos, com trânsito intenso. Já os outros (à esquerda na Fig. 41, e Fig. 42) são certamente do século XIX, um período ainda pouco estudado pelos especialistas portugueses, segundo João Pedro Gomes (comunicação pessoal), de modo que sobre eles nada podemos dizer por ora.

Assim, em relação às demais casas, a do lote nº 376, embora com perfil semelhante ao das demais, se diferenciou em alguns aspectos no interior da residência.



Figura 39, Maçaneta de vidro facetado.  
Foto: T. A. Lima.



Figura 40. Covilhetes da faiança portuguesa conhecida como *Cantão popular*, século XIX. Foto: A. J. Morgado.



Figuras 41 e 42. Fragmentos de faianças portuguesas. Foto: T. A. Lima.

#### NOS LOTES Nº 378 E 380

As transformações radicais pelas quais passaram esses dois terrenos, totalmente independentes em sua origem, limitaram as possibilidades de achados referentes à suas ocupações mais antigas. Do que antes existiu ali, restou, no lote nº 378, apenas um cômodo dianteiro. Mesmo assim foi possível recuperar informações interessantes. Uma moeda de 1869, tal como no lote nº 376, foi encontrada nesse terreno (Fig. 43), que surpreendentemente não apresentou nenhum resto faunístico, como já assinalado acima.



Na miscelânea de pequenos objetos recuperados foram resgatados parte de um bibelô representando possivelmente um cão, um tinteiro, uma jarrinha de louça vermelha e garrafas de grès (Figs. 44 e 45). Uma miniatura de vasilhame cerâmico, íntegro (Fig. 46), pode ser tentativamente associada a práticas rituais de escravizados, considerando as evidências da sua presença em algumas casas da vizinhança.

No lote nº 380, pouco restou. Foi possível recuperar apenas um fragmento de peça ornamental (Fig. 47) e um número considerável de fragmentos de porcelana, parcos nas demais casas: são várias peças diferentes, xícaras em sua maioria, no que parecem ser peças de exibição (Figs. 48 e 49). É uma tal diversidade, que uma possível explicação para elas é um acidente doméstico, que teria quebrado de uma só vez o conteúdo, por exemplo, de uma cristaleira, onde o morador ou moradora colecionava seus pequenos tesouros.



Figura 43. Moedas recuperadas no lote nº 378.  
Fotos: Glaucia Sene.

Figura 44. Miscelânea de objetos encontrados nos lotes nº 378. Foto: A. J. Morgado.



Figura 45. Fragmentos de garrafas de grès. Lote nº 378. Foto: T. A. Lima.  
Figura 46. Miniatura de vasilhame cerâmico. Lote nº 378. Foto: T. A. Lima.

Figura 47. Fragmento de peça ornamental. Lote nº 380. Foto: T. A. Lima.



Figuras 48 e 49.  
Fragmentos de peças de porcelana. Lote nº 380.  
Foto: A. J. Morgado.



## O QUE É POSSÍVEL CONTAR SOBRE A VIZINHANÇA E SEUS MORADORES

Originalmente, as unidades habitacionais que compuseram essa vizinhança no século XIX eram todas casas térreas, com a compartimentação clássica da chamada *casa brasileira*, como a classificou Vauthier. Mas evidências apontam que, ao longo do tempo, elas passaram por reformas, acréscimos e transformações. Em pelo menos um caso, o lote nº 368, foi possível constatar que a construção original foi transformada em um sobrado. Há indícios de que, em sua origem, algumas delas foram revestidas externamente com azulejos franceses, e pelo menos uma recebeu telhas coloniais pintadas no beiral do telhado.

A julgar por toda a materialidade recuperada e aqui apresentada, esse conjunto de lotes foi ocupado por segmentos médios da sociedade oitocentista. Dois deles, os de nºs 366 e 376, se destacaram dos demais por uma quantidade mais expressiva e uma diversidade um pouco maior de restos alimentares, do equipamento destinado ao seu preparo e consumo, e da sua tralha doméstica. Essas diferenças foram interpretadas como resultantes de grupos familiares mais numerosos, bem como de suas peculiaridades e escolhas, e não necessariamente como famílias mais abastadas.

De modo geral, os moradores dessas casas comeram os mesmos tipos de carne no seu dia-a-dia: duras, de segunda, que eram compradas em um açougue nas proximidades, como indica a padronização dos cortes, em sua maioria pequenos. E também, em pelo menos duas ocorrências, o fato de partes de um mesmo retalho terem sido adquiridas por duas casas diferentes. Dos açougueiros que nele trabalharam, foi possível reconhecer as ferramentas e implementos que utilizavam, suas técnicas de retalhamento através das marcas deixadas nos ossos, os cortes que colocavam à venda e que foram adquiridos pelos moradores da vizinhança.

Essas carnes requeriam muito tempo de cozimento, resultando em uma dieta fundamentalmente à base de sopas, caldos, cozidos, ensopados e guisados. Preparados previamente em alguidares vidrados internamente, sua lenta cocção em panelas de barro está atestada por intensas marcas de uso que denotam longa exposição ao fogo (Fig. 50). O fato de as carnes terem sido cozidas com osso, ao contrário do que ocorre atualmente, e durante muito tempo, nos permite afirmar que elas ficavam de tal forma macias que dele se soltavam facilmente, em face da quase ausência de marcas de talheres para esse fim.



Figura 50. Panelas de barro recuperadas no lote nº 366, com marcas de uso intenso. Foto: T. A. Lima.

As louças onde as refeições foram servidas confirmam essa dieta, com a predominância marcante de formas côncavas, seja nas peças de servir, como sopeiras e tigelas, seja nos pratos, em sua maioria fundos, e também malgas, como demonstraram Sene e Morgado neste volume. Dos poucos talheres encontrados constam apenas colheres.

Os cortes macios, de primeira, iam parcimoniosamente à mesa, decerto em decorrência do seu preço mais elevado. Os apreciados T-bones foram servidos em travessas e saboreados em pratos rasos, sempre minoritários nas amostras, de tal forma que existe sem dúvida uma forte correlação entre as carnes que foram a peça de resistência das refeições, as panelas nas quais elas foram preparadas e as louças em que foram servidas e consumidas. Com certeza muitos fragmentos de pratos restaram indeterminados, mas, naqueles cujas formas foram reconhecidas, a prevalência das formas fundas é uma constante em praticamente todas as casas, configurando uma amostra que pode ser considerada representativa.

Todos os moradores das casas analisadas serviram formalmente suas refeições. Isto ocorreu no dia-a-dia e não somente para visitas, a julgar pela presença de travessas e sopeiras tanto nas vistosas louças decoradas (como as *transfer printing* e azul borrão), quanto na louça branca, simples, de uso diário. Todo esse equipamento foi muito semelhante em praticamente todas as casas, uma função não apenas dos limites do que era ofertado nos estabelecimentos comerciais da cidade, mas também do gosto que imperava nessas camadas médias, prematuramente impregnadas por valores burgueses no acelerado processo de urbanização e modernização do Rio de Janeiro no século XIX.

Esse formalismo, contudo, não envolveu requinte, privilégio das classes abastadas que os segmentos médios pretendiam emular, porém sempre cerceadas pelos limites da sua circunstância. As bebidas alcoólicas, consumidas em todas as casas, vinho em sua maioria e provavelmente às refeições, pouco foram servidas em taças ou cálices. Na amostra há apenas seis exemplares (lotes nºs 368, 372 e 378), o que sugere a inexistência ou escassa presença dessas formas especializadas nos demais, como apontaram Ouverney e Souza neste volume, ao contrário das louças exuberantes, sempre copiosas.

Para os serviços da cozinha e das tarefas domésticas em geral, alguns moradores – pelo menos os dos lotes nºs 366 e 376 – contaram com cativos, como indicam seus vestígios encontrados, a saber: cachimbos de barro, contas de colar de vidro branco e um disco de osso perfurado. Este último, que apresenta uma incisão cruciforme, mais o búzio recuperado remetem a crenças espirituais de matriz africana. Uma pequena miniatura de vasilhame cerâmico, encontrada no lote nº 378, pode também ser atribuída às suas práticas rituais. Além deles, somam-se ainda as carnes de pescoço de boi e papada de porco, ambas de terceira, que não adentravam as mesas das camadas médias. Existe ainda a possibilidade desses cativos terem sido utilizados como escravos/as de ganho, como aventaram Sene e Morgado neste volume, tendo em vista os fogareiros/braseiros encontrados no lote nº 376, circunstância em que proporcionariam um rendimento adicional ao grupo doméstico, prática tão frequente nas áreas urbanas.

Da decoração do interior das casas, foram recuperados alguns poucos enfeites que podem ser considerados singelos e de pouco valor: bibelôs que representam cães e também uma criancinha, uma pequena cesta de flores de opalina branca, uma jarriinha vermelha. Um lampião que precedeu a introdução da eletricidade e um lustre de vidro que a sucedeu permitem imaginar a transformação pela qual devem ter passado os interiores, com a chegada da luz elétrica às casas.

A louça de chá, presente em todas as residências, não deixa dúvidas quanto à incorporação desse hábito pelas camadas intermediárias, tão pouco adequado à tropicalidade do nosso clima. Acompanhando o forte modismo que revestiu seu consumo nos Oitocentos, difundido a partir da Inglaterra, ele caiu no gosto das pessoas no interior das unidades domésticas, tanto na esfera íntima, como testemunha a louça branca, simples, quanto ritualizado, na arena de exibição social, onde pontificaram as peças em faianças intensamente decoradas, estas em números elevados nos lotes nºs 366 e, sobretudo, 376. Cumpre lembrar o caso das várias xícaras de chá de diferentes porcelanas finas que provavelmente foram ao chão, quebrando todas de uma só vez, no lote nº 380. Ao que parece, peças que eram apenas para ostentação, nunca colocadas em uso, em pretensão sinal de distinção.

O consumo do chá era então um domínio eminentemente feminino (Lima, 1997), assim como o dos trabalhos manuais, dos quais foram encontradas duas agulhas de crochê no lote nº 366, bem como e principalmente, o do cuidado com as crianças. Às meninas eram dadas miniaturas das louças de chá de suas mães, que tratavam de incutir nelas, desde cedo, seu papel social. Essas miniaturas foram recuperadas nos lotes nºs 366 e 376, juntamente com duas bonecas de louça, as populares *Frozen Charlottes*. Neste último, além delas, foi encontrada a parte posterior de duas cabeças e pescoço de bonecas de biscuit. Dos brinquedos atribuídos aos meninos, foram encontradas duas bolas de gude de vidro, da mesma forma em ambos os lotes (Lima, 2012). Ou seja, nas casas em que havia crianças, elas brincaram com brinquedos semelhantes.

Parcos objetos pessoais e de vestuário sobreviveram na amostra: fivelas de metal, um botão de madrepérola, dois cachimbos de caulim, de um deles apenas um fragmento do forninho, que tanto podem ter pertencido a homens quanto a mulheres. Já um camafeu azul marinho, com a palavra *souvenir* impressa, foi sem dúvida um adorno feminino, assim como um botão forrado de tecido.

Da esfera mais íntima, relacionada à higiene corporal, foram recuperadas escovas de dentes de osso e pós dentifrícios, urinóis de ágata, um deles com tampa, e uma cuspidreira. Esta última, um equipamento que, ao contrário das escarradeiras, de uso coletivo, era individual, destinado a aparar as emissões constantes de secreções brônquicas de doentes, e hemoptises de tuberculosos. A que foi encontrada no lote nº 376, faz supor alguém nessa casa acometido pela tísica, que dizimava impiedosamente a população à época, e que requeria esse tipo de objeto de uso pessoal para supostamente prevenir contágios. Um achado pouco frequente e identificado por Ouverney e Souza foi a *Injection Brou*, medicamento destinado a curar “corrimentos antigos ou recentes”<sup>2</sup>, um mal que frequentemente assolava as mulheres à época, porém de baixa visibilidade arqueológica (Lima, 1996), bem como doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis, gonorréia e outras<sup>3</sup>. Por outro lado, a considerável frequência de perfumes franceses e colônias encontrados, inclusive masculinos, permite entrever a aspiração desses segmentos médios à mobilidade social, ao tentarem se igualar, pelos bons olores, aos mais abastados.

Substâncias estimulantes da excreção - como pílulas e águas purgativas Hunyadi Janus, magnésias fluidas, purgantes Girolamo Pagliano, ao lado de laxantes carminativos como Água de Melissa e vermífugos - foram utilizadas pelos moradores, confirmando mais uma vez a perduração, nas mentalidades oitocentistas, da teoria humoral, já analisada em maior

<sup>2</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506\\_1891\\_00120.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/709506/per709506_1891_00120.pdf). Acesso em: 28 Novembro 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah\\_209252](https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah_209252). Acesso em: 28 Novembro 2020.

profundidade anteriormente (Lima, 1996).

As datas médias encontradas por Ouverney e Souza para os vidros apontam para a segunda metade do século XIX, assim como as moedas recuperadas, exceto no lote nº 366, onde duas delas recuam a 1820 e 1832. Contudo, essa cronologia mais tardia é incongruente com as louças, cujos padrões decorativos e algumas formas, como os pratos fundos de chá, são na sua quase totalidade comprovadamente datados da primeira metade daquele século, sendo poucas as que são típicas da segunda metade. Isto pode significar que essas louças domésticas perduraram por muito tempo nos grupos familiares, tendo sido talvez, como aventam Sene e Morgado, recebidas como herança. Mas se isto pode ter ocorrido com um ou outro, é pouco provável que tenha acontecido com todos, já que as faianças decoradas são rigorosamente as mesmas em todas as casas, salvo uma ou outra variante. A impossibilidade de se trabalhar estratigraficamente os achados, em face da perturbação e mistura ocorrida nos depósitos, como já explicado, coloca por exemplo lado a lado, nas louças brancas, *creamwares* e *ironstones*. Em poucos casos, é bem verdade, mas mesmo assim suficientes para dificultar uma interpretação segura da amostra recuperada.

Se em linhas gerais esses moradores seguiram padrões relativamente homogêneos, eles se diferenciaram nos seus particularismos, por suas escolhas e formas de comportamento peculiares. Uns bebendo mais que outros, uns comendo mais variedade de carnes, outros não comendo carne alguma, uns cuidando mais de seus corpos e de sua saúde que outros, porém todos indiscutivelmente valorizando um modo de vida burguês que penetrava a passos largos no Rio de Janeiro, na contradição do capitalismo emergente em uma ordem escravista.

## REFERÊNCIAS

HISSA, Sarah de Barros Viana. *O Petyn no cachimbo branco: arqueologia e fumo nos séculos XVII ao XIX*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 2(3):44-96, 1996.

\_\_\_\_\_. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* (Nova série) 5: 93-129, 1997.

\_\_\_\_\_. The Dark Side of Toys in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. *Historical Archaeology* 46(3):63-78, 2012.

## **SEGUNDA PARTE**

# Quem eram os vizinhos: um levantamento histórico de pessoas comuns

Nayara de Moraes Amado  
André Arcanjo Peres

Para que se pudesse ter uma melhor compreensão da vida cotidiana dos habitantes dos lotes escavados, foi feito um levantamento de dados disponíveis em livros, documentos, mapas e plantas oficiais de temporalidades diversas, a fim de conhecer quem morava ou transitava por essas casas. O objetivo foi encontrar informações como nomes, profissões e relações entre essas pessoas residentes dos lotes 366, 368, 370, 372, 376, 378 e 380 da atual Rua Riachuelo, no centro do Rio de Janeiro, tendo como base, principalmente, periódicos do século XIX. Para tanto, foram consultados os acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional, do Instituto Pereira Passos, do Instituto Moreira Salles e do Museu Histórico Nacional.

Para tratarmos especificamente das informações sobre as pessoas que moraram nesses lotes, escolhemos, como opção metodológica, nos atermos essencialmente a periódicos. Nosso intuito foi nos mantermos na esfera do ordinário, do cotidiano, do trivial. E nada mais significativo que isso do que uma fonte como o jornal<sup>9</sup>. De baixo custo e com tiragens diárias, essas folhas de papel entravam na casa das pessoas com informações sobre o que acontecia nas adjacências e mundo afora. Naquelas páginas, as pessoas comuns viravam notícia por meio de toda sorte de anúncios, matérias, notas e classificados. A intensa utilização desse meio tão intrínseco à vida urbana torna essa fonte histórica particularmente interessante como ferramenta para o trabalho arqueológico. Foi especialmente no *Jornal do Commercio*, no *Jornal do Brasil*, no jornal *O Paiz* e no *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)* que encontramos a maior parte das informações apresentadas neste trabalho.

## A VIZINHANÇA E O MORRO DO SENADO

Dentre as informações encontradas nos mapas, é seguro afirmar que o surgimento de lotes no local escavado data entre 1812 (Fig. 1) e 1842 (Fig. 2). Essa afirmação tem como referência a Rua do Senado, adjacente aos lotes, que já se fazia presente no início dos oitocentos. No trecho da Rua do Senado que se liga à Rua Riachuelo já se vê alguns lotes esparsos desde 1812, mas a ocupação dessa região tem notável crescimento até 1842.

Como se pode observar nos mapas a seguir, havia poucas casas e grandes hiatos entre as edificações nessa região do Rio de Janeiro, no começo do século XIX. Por esse motivo, em vez da numeração, era mais frequente a utilização de marcos na paisagem, do nome de moradores ou simplesmente do nome da rua para a identificação das casas. Em alguns casos, os locais eram referenciados tomando-se por base esquinas, como, por exemplo, “esquina com a Rua do Senado” ou ainda a proximidade a algum prédio proeminente, como “próxima à capela”. Um exemplo desse tipo de referência pode ser visto no anúncio a seguir:

---

<sup>9</sup> Como dito anteriormente, aqui se lê periódicos no geral, incluindo almanaques e revistas.



Vendem-se duas carroças, e duas mullas com os seus competentes arreios, quem as quizer comprar dirija-se á venda de João Rodrigues Parente, na lagoa da Sentinela, defronte da caza de Pedro Dias, na esquina da rua Mata cavallos.<sup>1</sup>



Figura 1. Biblioteca Nacional. Adaptado da *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808*, em que podem ser vistas as construções na Rua do Senado adjacentes ao ponto vermelho onde se estima ser o local das escavações.

Figura 2. Biblioteca Nacional. Adaptado da *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e da maior parte de seu termo: Começada a levantar em 1826 e interrompida desde 1828 pelos officiaes empregados no Archivo Militar da Corte*. Nela, há indicação de que o suposto local da escavação já estaria sendo ocupado por edificações; o trecho da Rua do Senado também tem sua urbanização intensificada.



Essa escassez de informações inerente ao contexto da Rua Riachuelo nas primeiras décadas dos oitocentos não nos dá segurança para inferir sobre lotes tão específicos, como é o nosso caso. Foram encontradas, no entanto, algumas informações importantes sobre quem habitava e transitava por essas casas durante a segunda metade do século XIX. Outros tantos dados sobre o começo do século XX foram encontrados, e mesmo que não possam ser confrontados com o registro arqueológico estudado nesta pesquisa, nos ajudam a confirmar algumas informações mais antigas encontradas sobre esses lotes.

No mapa do *Projeto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, organizada por ordem do Ministério do Império*, de 1875 (Fig. 3), é visível o adensamento da Rua Riachuelo, principalmente no trecho entre as Ruas Frei Caneca e do Resende, que, nas primeiras décadas do século XIX, tinha menos edificações que o trecho entre a Rua do Resende e a Lapa. Nele, é possível ver também a intenção de aplainamento do morro do Senado e a abertura de vias, que compreendeu um processo engenhoso e demorado. Ele envolveu a completa remoção do morro no começo do século XX, bem como um novo projeto urbanístico proposto para a região, sob o comando do prefeito Pereira Passos, que começou as obras, mas não as viu concluídas antes do fim do seu mandato (Gerson, 2013).

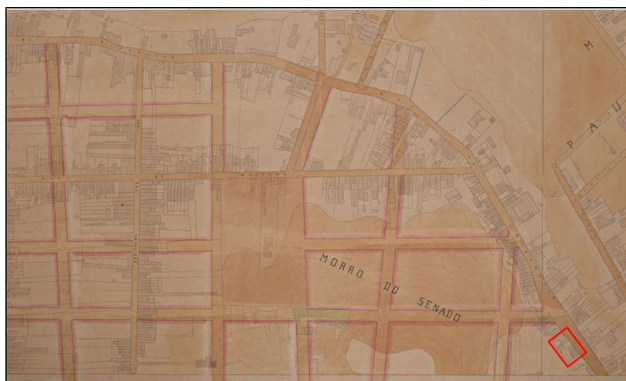


Figura 3. Arquivo Nacional. Adaptado de *Projeto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, organizada por ordem do Ministério do Império, de 1875*. Por essa imagem é possível perceber o adensamento da rua pela projeção dos lotes demarcados. Em vermelho estão indicados os lotes estudados.

É importante considerar que uma intervenção de tal magnitude gerou reflexos no cotidiano da população do entorno. Em matéria do *Jornal do Brasil* de 24 de junho de 1908, moradores da região reclamavam da progressão crescente das explosões e de sua constância, fugindo ao contrato firmado para o arrasamento do morro. Essas estrondosas explosões resultavam em abalos, que tanto perturbavam e assustavam os moradores quanto causavam danos aos imóveis, como quebra de vidros e rachaduras em paredes. As consequências chegaram ao extremo para uma moradora da Rua do Senado, que teve a fachada de sua casa arruinada logo após um dos abalos. A vida dela e a de seus familiares foram preservadas porque, notando o estado das rachaduras, fugiram de casa horas antes do ocorrido. Devido a essas condições, os moradores passaram a chamar o morro do Senado pela alcunha de “montanha do terror”, e, entre os que se prontificaram em informar seus nomes e endereços ao jornal para essa matéria, demonstrando sua revolta e indignação, estão alguns dos moradores dos lotes estudados por nós.<sup>2</sup>

Os resquícios do morro foram usados pela equipe do engenheiro Francisco Bicalho no aterramento de charcos e mangues dos bairros da Saúde e da Gamboa (Ibid.). A esplanada do morro do Senado deu lugar à atual Praça da Cruz Vermelha e suas ruas adjacentes.

Fato é que, durante quase todo o recorte cronológico no qual esta pesquisa se baseia, com exceção dos anos finais do século XIX, o morro se fez presente, de maneira imponente, nos fundos dos lotes, acompanhando aproximadamente dois terços da envergadura da Rua Riachuelo. Se atualmente o local do empreendimento é delimitado pela Rua do Senado e a Avenida Henrique Valadares, até a virada do século as ruas que delimitavam os seis lotes eram as Ruas do Senado e Rezende.

#### A VIZINHANÇA E SUA ORGANIZAÇÃO

Analisando o mapa do *Projeto de melhoramentos da cidade*, de 1875 (Fig. 3), percebemos um detalhe substancial: a delimitação da área que cada lote ocupava (Fig. 4). Plantas de 1901 a 1910, com pauta na urbanização local pós-desmonte do morro, em consonância com o mapa, mostram os mesmos lotes com pequenas modificações em suas estruturas internas e agora numerados (Fig. 5), mantendo sempre a constância dos números. Essas plantas puderam ser confrontadas com a planta cedida pelo empreendedor e com a foto aérea das estruturas escavadas, o que nos deu segurança para afirmar que se trata, de fato, dos mesmos lotes.

Tendo certeza da localização dos lotes, o próximo passo foi nos voltarmos para a numeração. De acordo com a *Nova numeração dos edifícios da cidade do Rio de Janeiro*

Figura 4. Arquivo Nacional.

Adaptado de *Projeto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, organizada por ordem do Ministério do Império*, de 1875. Demarcação projetada sobre os lotes escavados.

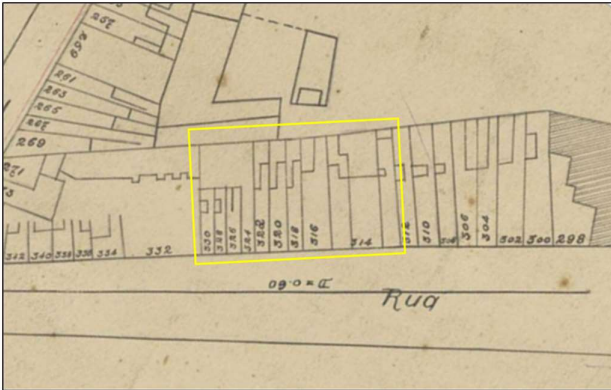
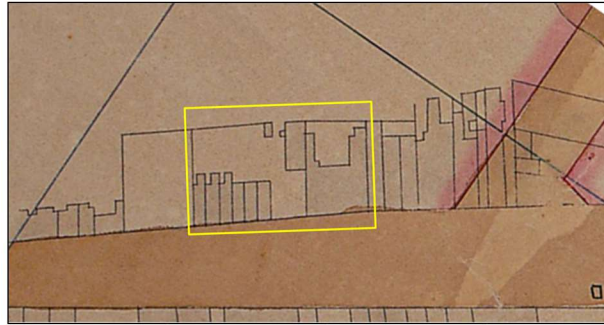


Figura 5. Arquivo Nacional. Adaptado de *Morro do Senado: planta dos novos arruamentos*, de 1910. Delimitação dos lotes escavados projetada em planta dos arruamentos dos terrenos do morro do Senado.

(Cavalcanti, 1878), a iniciativa para uma oficialização da numeração de toda a capital partiu da Câmara Municipal, tão logo fosse terminado o serviço de tombamento de suas terras. A proposta foi promulgada em 8 de outubro de 1870 e começou a ser executada em janeiro de 1874, após proposta do vereador Saldanha da Gama, aprovada em sessão de 12 de fevereiro de 1873, depois até mesmo de cidades de províncias (Ibid., p. 12).

Todo o serviço de retificação e oficialização da numeração da cidade levou cerca de três anos para ser concluído e foi balizado pela Praça de D. Pedro II, Praia Pequena na Estrada de Santa Cruz, Estação do Engenho Novo, Andaraí Grande, Alto da Tijuca, Caixa d'Água, em Santa Thereza, Morro do Inglês, Gávea, subida do Leme e Escola Militar (Ibid., p. 16). Para além desses marcos, bem como em ruas de alguns bairros como Copacabana, Vila Isabel e Andaraí Grande, a numeração não foi retificada porque existiam muitas terras inóspitas, no intervalo entre um prédio e outro, que ainda poderiam dar lugar a diversas edificações e ruas, tornando inútil o serviço de numeração naquela época (Ibid., p. 17).

Antes disso, nenhuma instituição governamental assumia a responsabilidade pela numeração dos imóveis do Rio. O governo entendia ser esta uma atribuição da Câmara Municipal, em função do art. 4 do regulamento de 16 de abril de 1842, que estipulava regras para o imposto predial e territorial urbano chamado "décima urbana". A Câmara, por sua vez, negou essa obrigação a partir do momento em que a renda do imposto da décima urbana deixou de ser encaminhada para ela. Essa questão durou tanto tempo que foi feita uma numeração provisória, que não era retificada desde 1836, supõe João Cavalcanti, encarregado pela nova numeração. A situação incomodava tanto os órgãos públicos, que sofriam prejuízo na arrecadação dos tributos, com proprietários se fazendo valer da confusão para dar calote, quanto os proprietários que, quites com seus impostos, eram importunados como se ainda devessem (Ibid., p. 12).

O sistema anterior ao numérico era o alfabético, com letras repetidas diversas vezes ao longo da mesma rua, tanto no lado par quanto no ímpar, não excluindo também o uso de números. Além de confusas, essas demarcações não eram inscritas nas fachadas dos prédios; o jeito mais eficiente de encontrar algum morador era pedir informações aos vizinhos (Ibid., p. 12). A partir da nova regra, passaram a ser obrigatórios o sistema numérico, a gravação do número em placas de ferro e sua colocação na fachada do imóvel. Se fosse construído algum imóvel entre edifícios já numerados, este repetiria o número mais baixo acrescido de uma letra maiúscula, respeitando a ordem alfabética. Para as diversas lojas que se estabeleciam em grandes prédios, o comando era que todas mantivessem o número do edifício, acrescido de letras minúsculas para que os estabelecimentos se diferenciasssem uns dos outros (Ibid., p. 14). Os edifícios com muitas habitações, como os cortiços, deveriam apresentar em sua fachada a placa com o número do prédio acompanhado de numeração sequenciada em algarismos romanos para cada quarto ou habitação. Sua totalidade ficaria demonstrada pelo número da última habitação (Ibid., p. 15). No livro com os registros do processo da nova numeração aparecem os novos números para os edifícios, referentes a meados dos anos 1870, bem como a numeração anterior a essa, o nome dos proprietários dos imóveis e se estes eram térreos ou sobrados (Fig. 6) (Ibid., p. 17).



Figura 6. *Jornal do Comércio*, 08 set. 1852. Exemplos de três tipos de construção na Rua Matacavallos: o térreo, mais próximo aos arcos, o sobrado e o claustro, em anúncio da recém-inaugurada Fábrica de Produtos Químicos, no nº 19, onde desde 1870 é localizado o Hospital da Ordem Terceira do Carmo.

A equivalência entre a numeração dos dias de hoje e a antiga, assim como a correspondência da divisão entre os lotes do século XIX com os da época da escavação, em 2013, ficaram a cargo de fontes do século XX. Esse hiato de informações, que seriam cruciais para a comprovação da simetria entre passado e presente, fez dessas plantas nossa única pista para a projeção dessa numeração para o século XIX. Foi a partir delas e das informações contidas no livro da nova numeração da cidade, de 1878, que iniciamos nossas buscas nos periódicos. Vale lembrar que o fato de não termos encontrado outras informações que corroborem ou refutem as apresentadas sobre cada lote a seguir não quer dizer que estas não existam, mas apenas que não tivemos acesso a elas. Quanto a isso, aliás, a plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em que consultamos os anúncios, está em constante

atualização, com a digitalização sistemática de seu enorme acervo. Dessa forma, uma nova busca sempre pode suscitar mais resultados.

De acordo com o livro *Nova numeração dos edifícios da cidade do Rio de Janeiro* (Cavalcanti, 1878), temos as seguintes informações.

Tabela 1. Informações quanto aos números dos lotes presentes no livro (Cavalcanti, 1878) e a correspondência, feita pelos autores, com a numeração de 2013, encontrada pelos arqueólogos.

Números vigentes entre 1909 e 2013	Números novos (a partir de 1874 até cerca de 1909)	Números antigos (desde, pelo menos, 1836)	Proprietário	Pavimentos	Observações
366	314	252	Manoel Francisco Mancebo		
		254		–	numerado pela Rua do Senado
368	316	256	Hortencia B. Dutra de Oliveira	térreo	
370	318	258	Julieta B. Dutra de Castro Silva	térreo	
372	320	260	Hortencia B. Dutra de Oliveira	térreo	
376	322	262	Hortencia B. Dutra de Oliveira	térreo	
	324	264	Julieta B. Dutra de Castro Silva	térreo	
378	326	266	Julieta B. Dutra de Castro Silva	térreo	
380/380A	328	268	Julieta B. Dutra de Castro Silva	térreo	
	330	270	Julieta B. Dutra de Castro Silva	térreo	

Diante dessas informações, usamos como palavras-chave para as buscas nos periódicos os números a partir de 1874, os anteriores a esses, os nomes da rua durante o século XIX (Matacavallos e Riachuelo) e os nomes dos proprietários dos lotes. Aqui, é preciso lembrar que o encarregado da nova numeração das casas menciona ter, por vezes, como única informação das edificações o que conseguia avistar da rua, ou então o que lhe era informado por vizinhos que concordassem em colaborar com essa empreitada. Dessa forma, informações como o nome completo dos proprietários e a quantidade de pavimentos das casas podem não refletir necessariamente a realidade.

Alguns anúncios nos revelaram nomes de moradores das casas, também pesquisados nos acervos. No entanto, essa parte da pesquisa nem sempre se mostrou prática por alguns motivos. Primeiro, a busca por alguns dos nomes simplesmente não gerava resultado algum; em segundo lugar, a quantidade de pessoas homônimas era grande, podendo haver algumas histórias cruzadas; terceiro, as pessoas encontradas não necessariamente viveram nesses lotes a vida toda, então nem sempre pudemos usar o endereço como ferramenta de busca atrelada ao nome. Diante desses entraves, mesmo que a busca desse algumas informações importantes, se elas não pudessem ser confirmadas pelos dados iniciais que nos levaram até elas, nós não poderíamos utilizá-las.

As pesquisas arqueológicas dos lotes 366, 368, 370, 372, 376, 378 e 380 na Rua Riachuelo evidenciam as semelhanças e diferenças entre os arranjos domiciliares desse pequeno fragmento da sociedade oitocentista do Rio de Janeiro. Este estudo propõe o entendimento da vida dessas pessoas, a partir de registros históricos que possibilitam vislumbrar esse fragmento de sociedade em ação, vivo em seu cotidiano.

## LOTE nº 254, UM CASO À PARTE

De acordo com a Tabela 1, o lote nº 254 não aparece consonante aos demais no livro da nova numeração dos prédios da cidade do Rio. Sua não integração a nenhum lote adjacente e a observação sobre ele ser numerado pela Rua do Senado nos faz acreditar que não era rente à rua, e sim desalinhado em relação às demais casas, situado mais para o interior do quarteirão. Mesmo que houvesse algum espaço ligando-o à Rua Riachuelo, o encarregado da numeração optou por numerá-lo pela Rua do Senado, talvez por sua entrada ser orientada para lá. Fato é que não acreditamos que esse lote tenha alguma ligação com as estruturas e o material encontrado nas escavações, sendo um caso à parte em meio aos nossos interesses.

## LOTE nº 366 (314/252)

A menção mais antiga ao lote nº 366 data de 1850. Trata-se de um anúncio dizendo “recebe-se uma criança para se criar de leite”<sup>3</sup>, o que indica haver uma mãe recém-parida que oferece seu leite para outra criança. O hábito de alugar-se para ama de leite era mais comum entre escravas; no entanto, o oferecimento de tal serviço por mulheres de renda modesta também era uma possibilidade. Curiosamente, a frase dá a entender que a ama de leite não se deslocaria até a criança, e sim esta iria até ela, dando um ar de maior controle da situação, seja da própria mulher que se oferece ou do dono da escrava oferecida.

O próximo anúncio, de 1871, dizia: “aluga-se um rapaz para cozinheiro”<sup>4</sup> Poucos anos depois, Manoel Francisco Mancebo aparece como sendo proprietário do lote 314, de acordo com o livro *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro* (Cavalcanti, 1878, p. 260). Pesquisando esse nome no livro, percebemos que suas posses vão além. Estão em seu nome as casas de número 226, 304, 306, 308, 310 e 312 da Rua Riachuelo; nº 11 da Rua Uruguaiana; o nº7 da Rua da Guarda Velha; nº114 da Rua da America; nº 145 da Rua General Caldwell; e os números 31, 35, 37 e 39 da Rua Visconde de Sapucahy.

Manoel Mancebo era negociante de secos e molhados e atuava como membro do conselho do júri da Corte<sup>5</sup>. Sua residência era na Rua de Mataballos nº184 (226 da numeração nova)<sup>6</sup> e seu empreendimento funcionava na Rua da Guarda Velha nº7<sup>7</sup> (atual Avenida Treze de Maio). O lugar serviu para esse fim sob seu comando, ao que indica o *Almanak Laemmert*, entre, pelo menos, 1858 e 1869, voltando a aparecer, em 1877, como posse de Mancebo, este com 88 anos e viúvo à época, em nota dos aptos a votar, publicada no Diário do Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Em 1878, é publicado o obituário de um Manoel Francisco Mancebo, também viúvo, português, morto por anemia<sup>9</sup>. No entanto sua idade é dada como 92 anos. Acreditamos ser um erro de algum dos jornais e que ambas as notícias de fato tratam da mesma pessoa. Manoel Mancebo deixou o filho Caetano Januario Sebastião Mancebo, e foi enterrado no cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo<sup>10</sup>. Encontramos um homem chamado Manoel Francisco Mancebo Junior em um anúncio de saída do porto para o Rio Grande<sup>11</sup>, mas, por essa ser a única menção a seu nome, não sabemos se ele era filho do proprietário do nº 314 da Rua Riachuelo.

Após sua morte foram anunciados, ainda, como espólio do falecido, o sítio Boa-Vista, com 150 braças de frente pela Estrada da Portella e fundos até a Estrada de ferro D. Pedro II, em Cascadura<sup>12</sup>, avaliada em 5:000\$<sup>13</sup>. E dois escravos, Daniel, de 37 anos, cozinheiro e que fazia serviços domésticos, avaliado em 1:000\$, e Zacarias, de 33 anos, sapateiro e que também fazia serviços domésticos, avaliado em 1:000\$.<sup>14</sup> A casa da Rua Visconde de Sapucahy nº 31 ficou para o seu filho Caetano.<sup>15</sup>

Não sabemos quanto tempo Manoel Mancebo residiu na Rua Riachuelo nº 226, tampouco se ele se mudou para algum de seus outros lotes, se morou no lote 314 ou apenas o alugou para outras pessoas, mas a relação entre o anúncio de “precisa-se de cozinheiro para o nº 314”, em 1871, e o da venda do escravo Daniel, em 1878, nos parece sugestiva.

Depois da morte de Manoel Mancebo, os anúncios citando essa casa voltaram a aparecer nos jornais na década de 1890 e, agora, com a indicação de ser um sobrado, com o anunciante alugando uma sala “de frente, a moço solteiro, com todas as commodidades, em casa de família”<sup>16</sup> ou ainda vendendo “um piano quase novo e meia mobilia de óleo de Moreira Santos, um lindo espelho de crystal vidro francez e alguns quadros, por motivo de mudança”<sup>17</sup>. Outros anúncios requisitavam serviços como os de uma portuguesa que soubesse cozinhar, arrumar a casa, lavar e engomar para pequena família<sup>18</sup>.

Em 1896 há um anúncio com a oferta de “bons commodos a moços do comercio ou a casal sem filhos”<sup>19</sup>. Essa persistência em moços do comércio como público-alvo dos anúncios é sintomática da conjuntura da época, como apontam Matos e Ribeiro (1995), baseando-se em Lená Medeiros de Menezes (1992):

A imigração para o Rio de Janeiro, majoritariamente portuguesa, caracterizou-se pela grande presença de homens sós. Esta imigração urbana específica distancia-se, em muito, daquela verificada nas regiões rurais de outros estados, para os quais se deslocavam famílias inteiras, na busca de um pedaço de terra que pudesse garantir-lhe a sobrevivência. Muito comum foi, na cidade, a presença de adolescentes que migravam chamados por parentes, dono de alguma casa comercial, para se empregarem como caixeiros, verdadeiros agregados urbanos, a sustentarem, com seu trabalho, os botequins e armazéns de secos e molhados que cobriam a cidade (p. 59).

Ao que parece, o nº 314 funcionava nesse tempo como casa de cômodos, sob uma espécie de arranjo doméstico corporativo (Beaudry, Cook e Mrozowski, 1995) em que famílias ou pessoas sós alugavam cômodos de suas casas para pessoas de fora, podendo ou não lhes dar pensão. Nesse sentido, alguns núcleos familiares poderiam coexistir em caráter de vizinhança dentro de um mesmo lote.

Também em 1896, anunciou-se nesse lote que se precisava de “uma criada, de 13 a 16 anos, para cozinhar em casa de família”<sup>20</sup>. Tivemos conhecimento de que, poucos meses após esse anúncio, a moradora Julia Alves da Silva perdeu seu filho ainda “feto”<sup>21</sup>. Em novembro desse mesmo ano, entre oito e nove da noite, Domingos Carlos Magno, residente da Rua Frei Caneca nº23, visitou seu compadre, Pedro Antonio Montarini, na Rua Riachuelo, nº 314. Enquanto jogavam cartas, foram interceptados por um agente de polícia acompanhado de um sargento do 2º regimento de artilharia e um praça da brigada policial. O agente intimou os dois a irem até a repartição central da polícia e eles foram sem resistência. Lá, o inspetor mandou revistá-los e os prendeu até as três da madrugada do dia seguinte<sup>22</sup>. A busca pelos nomes de Julia da Silva e Pedro Montarini gerou resultados inconclusivos e nenhum indício de que os dois tivessem alguma relação, podendo este ser um caso de dois inquilinos independentes dentro do lote.

Em 1897 foram feitas publicações buscando, para esse endereço, “perfeita lavadeira e engomadeira”<sup>23</sup>, “cozinheira do trivial”<sup>24</sup> e “senhora para lavar e arrumar casa”<sup>25</sup>, além de outro anúncio de cômodos espaçosos e arejados a moços solteiros ou casal sem filho<sup>26</sup>. É desse ano o primeiro indício de comércio funcionando no nº 314, uma oficina de marcenaria que apareceu no *Almanak Laemmert* como propriedade de Avelino Gonçalves Vieira<sup>27</sup> até

1900. Nesse meio tempo, em abril de 1898, é anunciada uma loja própria para qualquer negócio, arejada e clara<sup>28</sup> e, em outubro do mesmo ano, um anúncio de “precisa-se de um menino de 12 a 16 anos, que tenha prática de botequim”<sup>29</sup> e outro de “transpassa-se uma casa com negocio de botequim [...] trata-se com proprietário na mesma”<sup>30</sup> com o complemento, em novembro, de “um botequim com armação, balcão, utensílios e gêneros próprios para o mesmo, ou vende-se por 2:000\$, o motivo é o seu proprietário estar muito doente.”<sup>31</sup>

No ano seguinte é anunciado um leilão de móveis e outros artigos, tais quais:

Linda mobília austríaca, quase nova, moderna, outra de estylo Francisco I com dunkerques, espelhos, quadros, cortinas, enfeites, camas, mesas de cabeceira, lavatorios e toilettes, commodas, guarda-roupas, guarda-vestidos, mesas elásticas, étagères, guarda-prata, cadeiras, louças, trem para cozinha, etc. Na mesma occasião serão vendidos uma colleção de bons canários cantadores e criadores, um lindo papagaio, etc.”<sup>32</sup>

Em 1899, além da venda do botequim, é anunciada a venda de “diversos moveis, por qualquer preço para desocupar lugar, [...] na officina de marceneiro”<sup>33</sup>.

Concomitante aos trâmites do botequim e da oficina de marcenaria, morou no nº 314, de 1898 a 1900, o sergipano Dr. Eugenio Guimarães Rebello. Enquanto cursava medicina, na faculdade da Bahia, interrompeu seus estudos para servir como médico na guerra do Paraguai. Em 1869, antes do fim da guerra, se formou na faculdade<sup>34</sup> e, em 1870, casou-se com Idalina Lucy Dias<sup>35</sup>. Em 1875, foi contratado para desempenhar sua função como médico na Companhia de Aprendizes Marinheiros da Corte<sup>36</sup> e, no mesmo ano, chegou ao porto da Corte com sua esposa, seus filhos Francisco Guimarães Rebello, Henrique Guimarães Rebello e Eugenia Guimarães Rebello e uma escrava<sup>37</sup>. Em 1876, foi nomeado membro do Conselho de Instrução Pública da capital<sup>38</sup> e, em 1882, defendeu tese, na presença do Imperador. Foi julgado habilitado como candidato para a cadeira de francês do curso preparatório anexo à Escola Militar<sup>39</sup>, já tendo experiência do magistério no Gymnasio Friburguense, onde foi diretor e professor de inglês, francês e latim<sup>40</sup>. Desde então, Eugenio Rebello se dedicou ao ensino, sendo professor de português e francês da Escola Naval<sup>41</sup>, de inglês e francês da escola normal da capital<sup>42</sup>, e atuando como delegado da inspetoria geral de higiene pública, além de escritor e palestrante sobre questões sanitárias e de ensino. Em 1886, sofreu a perda de seu filho, Francisco Rebello, que foi enterrado no cemitério de São Francisco Xavier<sup>43</sup> e, em 1903, casou sua filha com Leopoldo Capanema, filho do Barão de Capanema<sup>44</sup>. O catedrático morreu aos 75 anos de congestão cerebral, em 21 de outubro de 1922, deixando viúva Elvira Franco Rebello, esposa de seu segundo casamento<sup>45</sup>. Sua missa de sétimo dia foi celebrada na Igreja da Candelária.<sup>46</sup>

No final do século XIX e no começo do XX, foram publicados dois anúncios dignos de nota citando esse endereço. O primeiro era sobre a reclamação dos moradores de que duas árvores copadas da casa nº 249 da Rua do Senado bloqueavam o sol e o ar, deixando o ambiente do quintal sempre úmido<sup>47</sup>. O outro dizia: “aluga-se uma criada para casa de pouca família na rua do Riachuelo n.314, commodo n.20”<sup>48</sup>. Por esse anúncio é possível vislumbrar a capacidade ocupacional do lote.

LOTE nº 368 (316/256)

O anúncio mais antigo citando o lote nº 368 é o comunicado do morador Pierre Chevalier, de 1850, de que acabara de comprar todas as fazendas (tecidos), bem como o



armarinho do senhor Francisco Ignacio Fagundes, situado na Rua do Conde (atual Frei Caneca), adjacente à Rua Formosa (atual General Caldwell)<sup>49</sup>. Pierre era francês e morreu de “gastro-entero-colites” [sic], viúvo, aos 55 anos, em 1862.<sup>50</sup> Não sabemos até quando ele residiu nesse lote, mas em 1855 foi publicado um anúncio que parece fazer o feito de um comerciante de alfaiataria, no qual era anunciado o aluguel de “uma senhora de côr para tomar conta de uma casa e fazer o serviço de portas adentro, excepto costuras finas, e dá fiador à sua conducta”<sup>51</sup>. Em 1858, foi decretada a falência do estabelecimento<sup>52</sup>.

Em 1859, outro morador foi identificado nos periódicos. Trata-se de Antonio José da Silva Guimarães, escriturário dos telégrafos entre 1852 e 1856<sup>53</sup>. Em 1858, tornou-se coadjuvante da Pagadoria das Tropas da Corte<sup>54</sup>, estabelecida na Praça da Acclamação (atual Praça da República) e, a partir de então, ascendeu dentro dessa repartição, sendo nomeado amanuense, em 1863<sup>55</sup>, e terceiro oficial capitão honorário, em 1880<sup>56</sup>. Nas décadas de 1870 e 1880, participou também como membro do conselho do júri da corte<sup>57</sup>.

Desde seu ingresso como funcionário público do Ministério da Guerra, Antonio Guimarães teve como endereço a Rua de Mataballos, nº 256. Ele continuou morando na mesma casa por pelo menos 25 anos, quando cessam seus anúncios no *Almanak*<sup>58</sup>. Por ter morado durante tanto tempo em um mesmo lugar, é possível perceber, em meio à trajetória particular de Antonio, a trajetória da própria rua. Nesses 25 anos, a mesma casa teve como endereço Mataballos, nº 256, Riachuelo, nº 256 e Riachuelo, nº 316. Essa transição acontece diante de nossos olhos, passando pelas folhas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* e confirmando a alteração da numeração da rua, em 1874<sup>59</sup>, como já sabíamos pelo livro da nova numeração. Não se pode perder de vista que se tratava de veículos administrativos oficiais, diferentes dos jornais privados para onde as pessoas enviavam seus classificados, estes podendo sofrer algum atraso na adoção das novas numerações.

Um fato curioso sobre esse morador é que, em 1875, pediu permissão ao conselheiro ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra para mudar seu nome para Antonio Juvenal dos Guimarães, ação que lhe foi concedida. Não se sabe o motivo que o levou a tomar essa medida, no entanto, pelo que pode ser visto nos jornais da época, pessoas emitiam notas de esclarecimento por estarem sendo vinculadas a assuntos que diziam respeito a outrem com o mesmo nome que o seu. Sendo assim, não nos parece absurdo se o motivo fosse esse.

Antonio nasceu em 1830<sup>60</sup> e é possível que tenha tido uma filha chamada Elisia, de dois anos, que morreu de varíola em 1856<sup>61</sup>, ou uma chamada Maria, que morreu com três dias, vítima de bronquite em 1871<sup>62</sup>. Seu estado civil em 1877, era viúvo<sup>63</sup>.

No período em que Antonio Guimarães residiu no lote nº 368 foram publicados anúncios como: “precisa-se de um homem para guiar um cego, que está tratando de seu benefício”<sup>64</sup>; “precisa-se da quantia de 1.000\$ a premio rasoavel, hypothecando-se um escravo de maior valor: quem quizer dirija-se á rua de Mataballos n.256 para tratar, ou deixe carta neste escriptorio com iniciaes A.S.G.”; “precisa-se alugar uma preta perita em vender miudezas de armarinho e que seja fiel”<sup>65</sup>. E ainda:

Antonio José da Silva Guimarães, tendo perdido o bilhete de costuras do arsenal de guerra n.3510 da 1ªquinzena deste mez, e da importancia de 52\$800, roga a quem o tiver achado remettê-lo à rua do Riachuelo n.256, prevenindo do que já providenciou para que não seja pago se não a elle.

Esses bilhetes serviam como controle para itens manufaturados fora do arsenal, fazendo parte do processo de prestação de contas. Esses dois últimos anúncios denotam que

o funcionário público tinha vínculos com atividade de costura. Foi publicado também um anúncio referente a serviços domésticos, buscando o aluguel de uma perita cozinheira de forno e fogão, requisitando que a candidata fosse livre<sup>66</sup>.

Não foi possível identificar nos jornais da época nenhum outro parente que possa ter morado com Antonio Guimarães. Anúncios pontuais sobre a venda de um escravo e a procura por outra nos fazem pensar na presença de escravizados no local, mas a objetificação dessas pessoas causa dificuldade em rastrear suas identidades nos periódicos.

Antes de nos atermos ao próximo morador, cabe nos debruçarmos sobre as informações do livro da nova numeração para os meados da década de 1870. Como consta na tabela 1, a proprietária desse lote era Hortencia Baptista Dutra de Oliveira. Ela era filha do apontador do arsenal de guerra da Marinha<sup>67</sup> e avaliador de escravos<sup>68</sup> Francisco Corrêa Dutra. Era irmã de Alfredo e Arthur, já falecidos a esse tempo, de Julieta B. Dutra de Castro Silva, também proprietária de lotes adjacentes a esse, de Leopoldina Carolina B. Dutra e de Francisco Corrêa Dutra Junior<sup>b</sup>, filhos de mãe falecida, em 1860<sup>69</sup>. Hortencia casou-se em 1873<sup>70</sup> com Frederico José de Mello e Oliveira, praticante da contadoria da Marinha, e, ao que tudo indica<sup>c</sup>, foram morar na Rua General Caldwell nº 83B (antiga Rua Formosa), mesmo endereço de residência do pai da noiva desde 1863<sup>71</sup>.

Hortência Dutra ficou viúva precocemente, após Frederico morrer por febre perniciosa aos 26 anos de idade, menos de um ano depois do casamento<sup>72</sup>. Para a família Dutra, como um todo, foram tempos difíceis: no mês seguinte morreu a irmã de Hortencia, Leopoldina Carolina Baptista Dutra<sup>73</sup>, e, em 1875, seu pai faleceu, aos 55 anos, de linfatite<sup>74</sup>. Diante dessas circunstâncias, o que vemos no livro da nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro são as posses do pai divididas entre os filhos, seus herdeiros. Os terrenos da Rua Riachuelo herdados por Julieta e Hortencia já são conhecidos por nós e se limitam aos identificados na tabela 1. Em uma busca mais ampliada, vemos que Francisco Corrêa Dutra Junior ficou com o terreno da Rua do Senado nº 137 (desmembrado em 215 e 217 na nova numeração) e a Hortencia Dutra coube o nº 135 (213 da nova numeração) (Cavalcanti, 1878, p. 269), que pertenceu a seu pai desde 1848<sup>75</sup>. O terreno da Rua General Caldwell 83B (132 da nova numeração) já não era mais posse da família (Ibid., p. 523).

Dito isso, sabemos que Antonio Guimarães era inquilino de Hortencia Dutra e, provavelmente, a próxima família a morar no lote nº 368 também era, se não inquilina de Hortencia Dutra, de Rodrigo José Gonçalves. Este último é citado, em edição do *Jornal do Commercio* de 1901, em um comunicado chamando herdeiros para a partilha de seus bens. Dentre vários terrenos pertencentes a ele, localizados no grande Centro e na Tijuca, estavam o lote da Rua Riachuelo nº 316, avaliado em 20:000\$, o nº 318, em 10:000\$, nº 320, em 10:000\$, nº 322, em 10.000\$ e o nº 324, em 10:000\$<sup>76</sup>.

Como se trata de um aviso posterior à sua morte, é de se esperar que Rodrigo Gonçalves fosse proprietário do imóvel pelo menos em alguns anos da última década dos oitocentos, quando a família Silva Nazareth começou a aparecer nos registros periódicos como moradora do lote 368. A primeira citação como residente da casa remonta a 1891, no anúncio de moradia de Henrique da Silva Nazareth<sup>77</sup>, conferente da alfândega<sup>78</sup> e funcionário do Ministério

<sup>b</sup> Médico e deputado federal que dá nome a uma das ruas do bairro do Catete.

<sup>c</sup> Antes de se casar, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* de 1872 (p.258) indicava que Frederico de Oliveira morava na rua Visconde de Sapucahy, 12F. Logo depois do casamento, o mesmo *Almanak* (1874, p.292) divulgou seu endereço como rua General Caldwell, 83B.

da Fazenda há pelo menos 32 anos, quando foi nomeado amanuense do consulado<sup>79</sup>. Assim como ele, seu irmão Francisco da Silva Nazareth, tendo há muito encerrado seu ofício de negociante de armarinho na Rua do Teatro, nº 13<sup>80</sup>, agora atuava nesse mesmo ministério como cobrador da Recebedoria do Rio de Janeiro. Ele aparece, em indicativos de endereços do mesmo ano, residindo na Rua Riachuelo, sem especificação de número até 1896, quando se confirma pelo nº 316<sup>81</sup>.

Em outro anúncio de 1891, vemos a chamada “precisa-se de uma boa cozinheira para casa de quatro pessoas”<sup>82</sup>, que se repete em 1892 e 1896, com a substituição para “casa de pequena família”<sup>83</sup>. Essa preciosa informação, atrelada às de outros anúncios, nos ajudou a estabelecer que os três outros membros dessa família poderiam ser seu irmão, sua esposa e algum de seus quatro primeiros filhos: Mario, Raul, Julieta e Ruth da Silva Narazeth<sup>84</sup>. Suas outras filhas com Jeronyma Maria da Conceição foram Jupyra, nascida em 1900<sup>85</sup>, e Juracy, nascida em 1903, quando o casal já residia na vila Ruy Barbosa, na Rua do Senado<sup>86</sup>. As informações sobre Mario e Raul são nebulosas, no sentido de que não temos como ligá-las especificamente a esses homens; sabemos, por outro lado, que todas as filhas do casal estudaram no Colégio da Sagrada Família, em Niterói. Ruth tinha grande habilidade no francês e no bordado<sup>87</sup> e Julieta, além dessas habilidades, se destacava ao piano<sup>88</sup>.

Em abril de 1896, procurava-se um casal para contratar – o marido para cuidar de chácara e a esposa para cozinheira – que dessem fiador idôneo<sup>89</sup>. Em agosto do mesmo ano outro anúncio buscava se desfazer da referida chácara vendendo, arrendando ou alugando “em Inhaúma, Estrada de Ferro do Norte, parada de Ramos, um chalet e oito casinhas de construção nova”<sup>90</sup>, ambos os anúncios para tratar na Rua Riachuelo, nº 316. Em 1898, tal propriedade ao Norte pertencia a Francisco Nazareth, pois o mesmo, ainda em posse dela, junto a outros proprietários de terrenos nessa mesma freguesia, requereu ao Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas que fosse concedido o abastecimento de água no local<sup>91</sup>.

A família Nazareth deixou de ser citada nos periódicos atrelada ao endereço da Rua Riachuelo em 1900. Em 1899, houve a ocorrência pontual de concertos na Rua Riachuelo nº 316, requeridos por Manoel Peres Sampaio Guimarães<sup>92</sup>, mas não encontramos outras menções a esse nome. O médico bacteriologista Eduardo Meirelles<sup>93</sup>, sua esposa Judith de Proença Meirelles e a filha recém-nascida Léa<sup>94</sup> foram os últimos moradores da casa no século XIX, habitando o nº 316 entre 1900 e 1901.

Nos bastidores administrativos, antes do fim de 1901, Belmira Amelia Gonçalves e suas filhas fizeram requerimento da partilha amigável dos bens de Rodrigo José Gonçalves<sup>95</sup>, proprietário da casa falecido no começo daquele ano. Em 1902, os endereços da Rua Riachuelo nº 316, nº 318 e nº 320, além de outros lotes anteriormente pertencentes ao finado, já constavam como sendo de Belmira<sup>96</sup>. Encontramos também o nome de Blanche Amelia Gonçalves atrelado aos de Rodrigo e Belmira; não sabemos ao certo o grau de parentesco entre eles, porém acreditamos que Belmira era esposa de Rodrigo e que Blanche era filha do casal. Os três moravam em Paris e faziam viagens periódicas ao Brasil<sup>97</sup>.

Ainda em 1901, a casa nº 316 da Rua Riachuelo estava posta para alugar com um anúncio a descrevendo como “muito em conta, [...] com bastantes e bons commodos e quintal, pintada e forrada de novo, trata-se na rua General Camara n.6, sobrado; onde estão as chaves”<sup>98</sup>.

No fim da primeira década do século XX, em 1909, aconteceu um leilão de móveis e demais objetos de quintal, quarto, cozinha, sala de jantar, sala de visitas e gabinete<sup>99</sup>. No ano seguinte, o nome de Belmira aparece em plantas do projeto de alterações na parte dos fundos do pavimento térreo do prédio apresentadas nas Figuras 7 e 8:

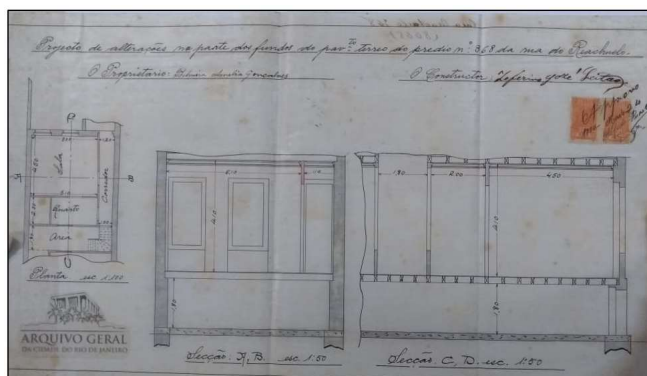
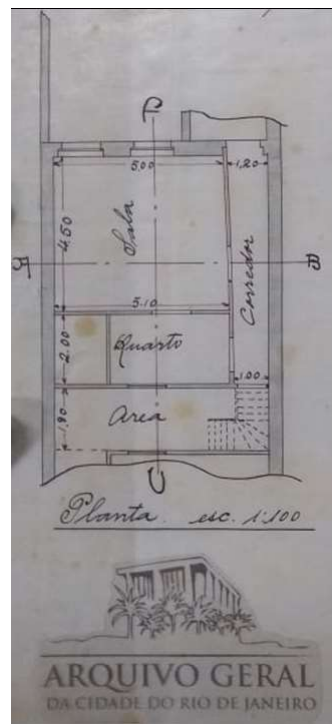


Figura 7. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Planta de 1910 do projeto de alterações na parte dos fundos do pavimento térreo do prédio nº 368 da Rua Riachuelo.

Figura 8. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Detalhes da planta da casa no projeto de alterações.



As plantas justificam a casa posta para alugar em janeiro de 1910, anunciando seis quartos, duas salas e uma saleta, toda reformada de novo, para tratar na Rua do Hospício nº 58, sobrado<sup>100</sup>.

A partir de 1917, além da procura por trabalhadoras domésticas, os anúncios de aluguel da casa começam a se diversificar em várias combinações de cômodos: ora salas e quartos eram ofertados para aluguel individualmente, com ou sem pensão<sup>101</sup>, ora com terraço independente em “casa de família”<sup>102</sup>. Um reclame de 1925 chamou nossa atenção pela descrição da quantidade de cômodos: “alugam-se apartamentos, em predios construídos agora, compondose de duas salas, cinco quartos, dois banheiros e W.C. cozinha, etc., contrato mínimo de dois anos; próprio para família de tratamento ou pensão”<sup>103</sup>.

No ano seguinte, outro anúncio nos informa sobre a existência de um sobrado no prédio, bem como sobre a configuração da sala de frente para rua nesse andar, que era independente e composta por duas sacadas. Na ocasião a oferecem “luxuosamente mobiliada, com todo conforto, para cavalheiro de alto tratamento”<sup>104</sup>. Uma publicação<sup>105</sup> de 1929 possibilita uma melhor compreensão da disposição do imóvel, anunciando sua transferência “a quem ficar com os moveis e instalação, contracto de prédio moderno de 2 pavimentos de luxo, com 12 quartos, 3 salas, 5 banheiros, cozinha e mais dependências. Negocio de ocasião. Pode servir para pensão”.

Mediante essas informações, concluímos que o lote nº 368, assim como o lote nº 366, se tornou uma casa de cômodos no início do século XX.

#### LOTE nº 370 (258/318)

Os habitantes do lote nº 370 tiveram relativamente poucas menções nos jornais ao longo do século XIX. O motivo é que essa casa, ao contrário da maioria das outras unidades

analisadas, não parece ter abrigado em nenhum momento alguma forma de comércio; enquanto os prédios ao redor serviam, além de moradia, como armazéns de secos e molhados, açougues, tavernas, charutarias e sapateiros, ela permaneceu como simples residência ao longo dos oitocentos.

A menção mais antiga encontrada para esse número data de 1855, quando José Bazilio Pyrrho<sup>106</sup>, contínuo do Tribunal do Conselho Supremo Militar e de Justiça, morou na casa. Dois anos depois, em 1857, o *Indicador Alfabético: da morada e dos seus principais habitantes*<sup>107</sup> listava como ocupante do local um homem chamado Henrique do Amaral e Silva, que trabalhava como quarto escriturário da terceira contadoria do Ministério da Fazenda<sup>108</sup>. Podemos observar, portanto, que nos anos 1850 esse lugar serviu como residência para setores médios da sociedade carioca, exemplificados por esses representantes do funcionalismo público.

Na década de 1870, quando a rua já se chamava Riachuelo, a casa foi morada de Henrique Jacob Dantas<sup>109</sup> e sua esposa, Rosa de Oliveira Passos, pelo menos entre 1875 e 1878. Henrique, nascido em 1830, era proprietário, sabia ler e tinha em 1878 renda anual declarada de 12:000\$<sup>110</sup> (doze mil réis), equivalente a aproximadamente R\$ 300.000 na cotação atual<sup>d</sup>. Ele era, portanto, um cidadão consideravelmente rico, sugerindo uma mudança em relação à classe social das pessoas que habitaram aquele lugar 20 anos antes.

Enquanto morava nesse endereço, o casal se envolveu em um escândalo público, causado pela deserção de Rosa por parte de seu pai, chamado apenas de Sr. Passos, que não concordava com o casamento dela com Henrique. A mãe de Rosa, D. Thereza, interveio e conseguiu desfazer esse ato, mas após a morte de seu marido passou a ser alvo de ataques de Henrique<sup>111</sup>: este tentava se apossar dos bens do Sr. Passos alegando a demência de sua sogra, e chegou ao ponto de tentar interná-la contra a sua vontade e a submeter a nada menos que cinco exames médicos para tentar provar sua incapacidade de gerir a herança. Henrique e sua esposa foram acusados de atacar D. Thereza com injúrias e calúnias, afirmando que ela era pródiga e “[reduzia] à escravidão pessoas livres”<sup>112</sup>. Esses ataques teriam resultado na morte da “venerada mártir”<sup>113</sup>. Henrique morreu em 1885 e não há registros do falecimento de Rosa.

É interessante notar que, durante a década de 1870, o prédio estava registrado no livro *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro* como propriedade de Julieta B. Dutra de Castro Silva (p. 260), o que levanta a dúvida: por que Henrique e Rosa, duas pessoas ricas e proprietárias de ao menos um imóvel, estavam morando em uma casa que não lhes pertencia? Chegamos a duas explicações possíveis: a primeira, mais simples, é que a listagem de proprietários do livro não estava correta; a segunda, que não passa de especulação, é que o casal alugou a casa para ficar mais perto de D. Thereza durante o imbróglio da herança do Sr. Passos. A favor dessa última teoria está o fato de Henrique e Rosa deixarem de ser moradores da Rua Riachuelo por volta de 1878, um ano antes da história da morte de D. Thereza ser contada no jornal *A Liberdade*. De qualquer forma, não chegamos a uma resposta para essa questão.

Entre 1878 e 1902, não há informações diretas sobre quem habitava o número 318 da Rua Riachuelo. Sabemos que, durante esse período, Julieta B. Dutra de Castro Silva e Rodrigo José Gonçalves<sup>114</sup> foram os donos do lote e o alugavam como moradia para outras pessoas. A identidade dos inquilinos não é conhecida, mas anúncios de jornais dessa época nos dão

<sup>d</sup> Conversão de valores feita com a ferramenta Índice Estadão. O Estado de S. Paulo. “Como funciona o conversor de valores: Índice Estadão usa o preço de um exemplar de jornal como indexador do cálculo”. *Acervo Estadão*, Acervo, Notícias, 9 dez. 2011. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Acesso em: 08 Setembro 2020.

algumas pistas. Em 1883, uma “senhora viúva” vivia na casa e tentava alugar “uma senhora, para [lhe] fazer companhia”<sup>115</sup>. Menos de um mês depois, sua condição solitária se agravou com a fuga de seu papagaio de estimação<sup>116</sup>. O animal, de porte grande, parece ter sido muito querido por sua dona, já que uma recompensa foi oferecida a quem o encontrasse e devolvesse a ela, mas não há registros sobre a volta da ave à sua morada.

No final do século XIX, em 1897, foi anunciado o aluguel da casa, descrita como tendo “muitos cômodos, água e quintal”<sup>117</sup>. Há registros de que cinco anos mais tarde, em 1902, Antonio Ramos Machado<sup>118</sup>, administrador do hospital da Santa Casa da Misericórdia, morou no local, mas não encontramos mais informações sobre ele. Já em 1904, quando o lote pertencia a Belmira Amelia Gonçalves<sup>119</sup>, é anunciado que havia na casa um sótão disponível para aluguel com direito a chuveiro e cozinha<sup>120</sup>.

O lugar continuou servindo como residência durante boa parte do século XX. Até a década de 1950, poucos serviços foram ofertados por lá; uma professora de piano, que ensinava teoria e solfejo, ofereceu aulas nesse endereço em 1918<sup>121</sup> e, em 1924, um *chauffeur* com “longa prática” se dizia disponível para trabalhar<sup>122</sup>. Além disso, as únicas práticas comerciais nesse endereço no período parecem ter sido o aluguel de um dos quartos e o emprego de mulheres para “todo tipo de serviço”, “serviços leves” ou como cozinheiras.

No começo dos anos 1910, um projeto de revitalização das casas geminadas nºs 370 e 372 as descrevia como sendo propriedade de Blanche Amelia Gonçalves. Os objetivos dessa obra podem ser vistos nas figuras 9, 10, 11 e 12:

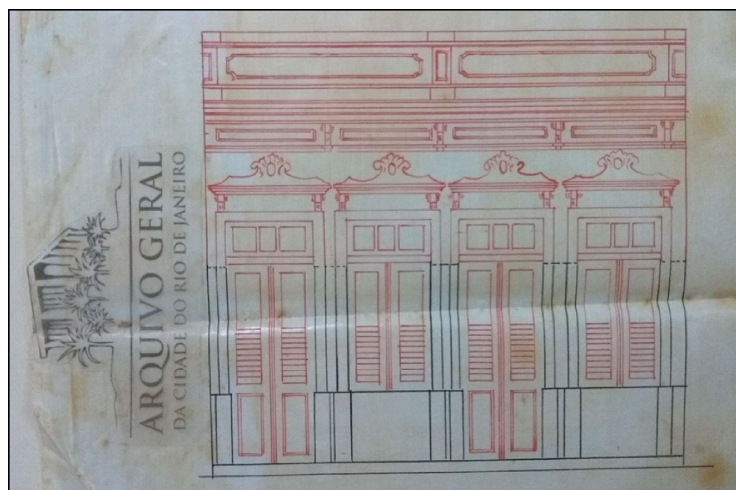


Figura 9. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Fachada de frente para a Rua Riachuelo das casas nºs 370 e 372.

Figura 10. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Corte lateral no sentido C/D, em que C é a seção virada para a Rua Riachuelo e D, a seção dos fundos.



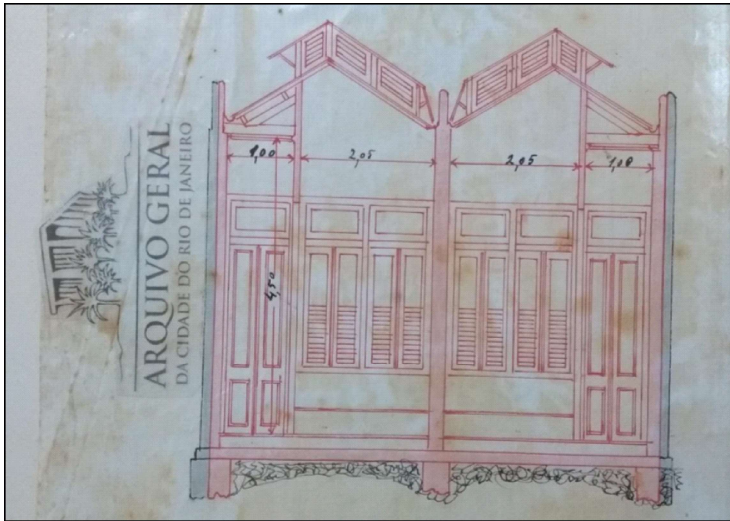
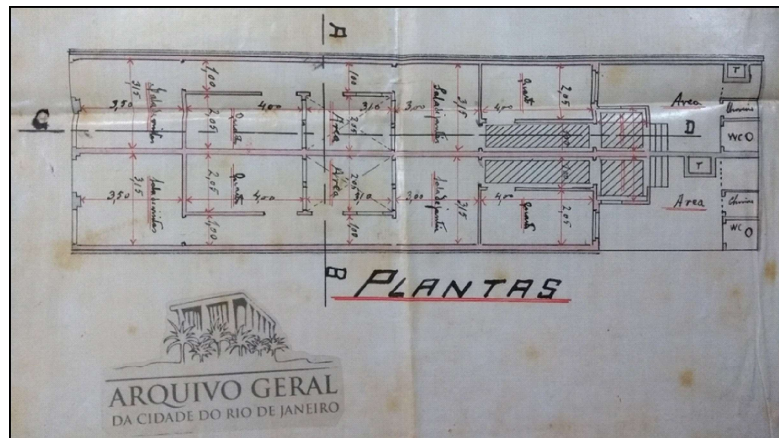


Figura 11. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fachada dos fundos das casas.

Figura 12. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Planta baixa das casas.



Segundo a legenda que acompanha as plantas, as partes em preto já estavam feitas, enquanto as em vermelho estavam “por fazer”. A nossa interpretação é que Blanche pretendia criar corredores laterais nas casas, desde a sala de visitas, na parte frontal dos prédios, até a sala de jantar, e, para isso, diminuiu a área dos cômodos centrais (identificados na planta como “quarto” e “área”). Dessa forma, tornou-se possível a circulação por essas casas sem que fosse necessário atravessar os cômodos centrais, favorecendo muito o aluguel de quartos para outras pessoas, já que assim elas e os demais habitantes da casa teriam mais privacidade. Em 1913, foi expedido o habite-se, permitindo que Blanche ocupasse o local<sup>123</sup>.

A partir dessas plantas podemos verificar que as casas tinham, cada uma, dois quartos, duas salas, uma área central (que provavelmente servia como cozinha) e um quintal com banheiro, tanque e chuveiro. Isso é ratificado no anúncio<sup>124</sup> do leilão das duas casas em 1921, que as descreve como “duas sólidas construções [...] inteiramente novas, de pedra e cal, madeiramento de lei, com 2 janelas e 1 porta de frente, cada um, e divide-se em 2 salas, 2 quartos, copa, cozinha, banheiro, quintal, etc.”. Em 1925, a casa nº 370 é colocada à venda individualmente e o anúncio publicado no *Jornal do Brasil*<sup>125</sup> a descreve como tendo três quartos, em vez de dois. Doze anos depois, em 1937, a casa voltou a ter dois quartos<sup>126</sup>.

Não encontramos registros de outras obras no local durante esse período que expliquem essa variação no número de quartos e, portanto, levantamos algumas possíveis explicações para essas incongruências. A primeira é terem acontecido obras sobre as quais não encontramos registro algum. A favor dessa teoria está o fato de terem sido vendidos, no começo de 1925 – ou seja, poucos meses antes do primeiro anúncio descrevendo o prédio como tendo três quartos –, alguns materiais de construção, como telhas coloniais de louça<sup>127</sup>, e provenientes de demolição, como madeira de lei, caixas d’água, fogão e latrina<sup>128</sup>. Como a venda desses materiais aconteceu durante poucos meses, aumenta a suspeita de não se tratar de um estabelecimento comercial com o objetivo de vender materiais de construção, e sim de uma venda de oportunidade, com materiais provenientes de uma obra nessa casa ou em outra próxima. Pesa contra essa teoria o fato de a casa ter sido quase totalmente reformada pouco tempo antes, como se pode ver nas plantas apresentadas acima, e ainda estar, de acordo com os vendedores em 1921, “inteiramente nova”. E mais: uma obra desse porte, que substitui vigas, telhas e ergue novas paredes, dificilmente poderia ser concluída em poucos meses. Dessa forma, a realização ou não de uma obra nessa época permanece uma incógnita.

Outras possíveis explicações para a mudança no número de quartos são o uso de alguma estrutura temporária para dividir algum dos cômodos em dois sem a necessidade de uma grande obra, a adaptação de um outro cômodo em quarto, ou ainda o uso de uma descrição pouco verdadeira por parte dos vendedores, que podem ter inflacionado a quantidade de espaços da casa a fim de atrair compradores. Nesse caso, a venda de materiais de construção seria apenas uma breve empreitada comercial, cujo rápido fim nada tem a ver com a realização de obras no local.

A partir da década de 1950, o lugar serviu como estabelecimento comercial. Em 1953 foi sede de uma gráfica chamada Eyrú, que trabalhava com “impressos em geral” e “artigos de papelaria”, prometendo “perfeição e rapidez”<sup>129</sup>, e, na década de 1960, passou a funcionar na casa uma oficina eletromecânica<sup>130</sup>. Não encontramos novos anúncios em jornais se referindo a esse lugar após essa data.

#### LOTE nº 372 (320/260)

As informações referentes a esse lote começaram a aparecer nos jornais da década de 1870. Uma situação digna de nota nesse contexto é que, na busca pelo primeiro número de lote que sabemos se referir a esse local (Matacavallos nº 260), encontramos um anúncio de escrava fugida, publicado em 1874<sup>131</sup>. Nele, o endereço de onde ela fugiu e para onde deveria ser entregue constava como “rua do Riachuelo n.260, placa”, confirmando a alteração da numeração da rua naquele ano e a adoção da placa de ferro como medida obrigatória, como relata o encarregado pela nova numeração dos prédios do Rio de Janeiro. Esse anúncio foi descartado como fonte de nossa pesquisa, sendo o nº 260 atribuído a outro lote quando o nosso objeto de estudo já era o nº 320.

Depois do exemplo de um morador que seguiu à risca a determinação do governo, uma senhora, oferecendo em anúncio de 1878 um cômodo em sua casa, informa seu endereço como “rua de Matacavallos n.260”<sup>132</sup>, treze anos depois de a rua ter mudado de nome. Isso mostra que em um veículo como o jornal, com o próprio povo sendo o anunciante, toda sorte de casos pode acontecer.

Deve-se ter em mente que, pelo menos na década de 1870, esse lote era posse de Hortencia Baptista Dutra. Já na última década do século, ao que tudo indica, a exemplo dos dois lotes anteriores, o proprietário era Rodrigo José Gonçalves.



Os anúncios seguros para esse lote remontam de 1890, quando foi anunciado o obituário de Amalia, fluminense, filha de três anos de Pedro da Costa Frederico, falecida vítima de broncopneumonia<sup>133</sup>; outros anúncios não nos renderam muitas informações sobre seus habitantes. Os próximos são referentes a serviços domésticos, como “precisa-se de uma criada para casa de pequena família”, de 1892<sup>134</sup>, e “aluga-se uma cozinheira para casa de família”, de 1899<sup>135</sup>.

Já no século XX, semelhante à trajetória dos dois lotes anteriores, é sabido que esse imóvel, bem como os mencionados, pertencia a Belmira Amelia Gonçalves em 1902. Em 1903 e 1905, chama atenção um anúncio de aluguel de sótão com uma sala e dois quartos<sup>136</sup>. Em 1913, nas plantas do projeto de revitalização dos prédios nº 370 e 372 (figs. 9 a 12), o imóvel já aparece em nome de sua suposta filha, Blanche Amelia Gonçalves. Em março do ano seguinte, a casa é posta para alugar<sup>137</sup> e, em outubro do mesmo ano, foi anunciado o aluguel de “um esplendido aposento bem arejado e ricamente mobiliado com pensão, moveis, roupas, sendo tudo completamente novo e preço bem razoavel, predio novo logar socegado”<sup>138</sup>, sintomático das obras de 1913. A partir de 1925, as casas aparentemente deixaram de ter o mesmo proprietário, já que, ao contrário do ocorrido em 1921, quando foram vendidas juntas, a de nº 370 foi posta em leilão, mas a nº 372 não. Durante toda a primeira metade do século XX, os anúncios de aluguel desse lote se revezaram: ora era oferecida a casa inteira, ora apenas alguns cômodos.

Em 1944 um anúncio de leilão do espólio de Manoel Duarte da Silva Cora confirma algumas características vistas nas plantas do prédio:

Rua do Riachuelo – antigo 320 – Prédio térreo, feitorio de platibanda, construído no alinhamento da rua, tendo na fachada 1 porta e 1 janela de peitoril, construção antiga de pedra, cal e tijolos, portadas de cantaria, soleiras de mármore, coberta de telhas tipo francês, mede de largura na frente, 3,40 e de comprimento 18,95; existe também um puxado que mede 2 metros de largura por 2 metros de comprimento. Divide-se em 2 corredores ladrilhados e forrados, uma área com claraboia e mais 2 quartos forrados e assoalhados, cozinha e privada ladrilhada e forrada. Acha-se a construção edificada em terreno plano fechado na frente pelo próprio prédio e pelos lados e fundos por paredes e muros, medindo 3,40 x 25,40.<sup>139</sup>

Essa descrição confirma que as características arquitetônicas da casa, em 1913, se preservaram até pelo menos a década de 1940, já que em outro leilão, de 1951, o prédio foi anunciado com loja e moradia aos fundos<sup>140</sup>.

#### LOTE Nº 374 (322/262), UMA SURPRESA

A trajetória do lote nº 374 é interessante, pois sua existência só passou a ser conhecida quando foram encontradas as plantas dos arruamentos dos terrenos do morro do Senado (Figs. 4 e 5). Antes da divisão dos lotes e da indicação de suas respectivas numerações nessas fontes, achava-se que os números 374 e 376 tinham sido lembrados em um só, uma vez que na planta fornecida pelo empreendedor, durante o processo de escavação, o nº 374 não existia. A partir dos dados históricos, é irrefutável que o nº 374 era um lote independente no século XIX, e teve sua própria história.

O anúncio mais antigo sobre esse lote de que temos notícia é de 1855, e trata da procura por “um moço que entenda de armarinho e que saiba cortar roupa”<sup>141</sup>. Em março do ano seguinte foi publicado o próximo anúncio: “vende-se uma crioula perfeita mucama, que sabe lavar, engommar, cozinhar e mais arranjos de uma casa; para tratar dirija-se ao armarinho

da rua de Matacavallos n.262, que se dirá onde se acha na mesma rua”<sup>142</sup>. Ora, se o reclame não nos dá certeza de que a escrava residia no referido lote, pelo menos confirma que nele funcionava um armário.

Em 1857, o estabelecimento sofreu grande prejuízo ao ser roubado. Seu proprietário, Antonio José Salgado<sup>143</sup>, ofereceu a recompensa de 100\$000 como última saída.

Dá-se de gratificação a quem denunciar por quem foi roubado o armário da rua de Matacavallos n. 262, ou aonde podem ser encontradas as fazendas roubadas (guarda-se todo o segredo); podem dirigir-se á praça Municipal, esquina da ladeira do Livramento, sobrado, no Café e Bilhares.<sup>144</sup>

O encontro foi marcado em outro endereço, talvez na tentativa de deixar o ladrão ou o delator mais confortáveis para dar as informações. O Café e Bilhares mencionado, no entanto, também era comandado por Antonio Salgado. Não se sabe que tipo de relação o comerciante tinha com o estabelecimento, pois, na tentativa de vendê-lo, em 1858, acaba-se por descobrir que, na verdade, sua proprietária era D. Maria Josepha Pereira de Castro e companhia, mas todos os trâmites tinham sido feitos e assinados por ele<sup>145</sup>.

Depois de um hiato de onze anos sem menções a esse lote, um anúncio pontual, de 1869, foi publicado. Trata-se da procura por “uma rapariga perfeita engommadeira e cozinheira”<sup>146</sup>. Vale lembrar que, em meados da década seguinte, esse lote era referido como propriedade de Hortencia Baptista Dutra (Cavalcanti, 1878, p. 260), já mencionada em lotes anteriores.

A próxima menção a ele nos jornais só aconteceu vinte e dois anos depois, em 1891, pela notícia de um roubo à casa<sup>147</sup>. Eram quatro e meia da manhã quando uma senhora, à luz da lamparina da alcova, viu o vulto de um homem negro no espelho. Com o susto, a mulher gritou e o ladrão, que entrou pela janela, deixada parcialmente aberta e com o transparente abaixado, fugiu pela porta da frente. O autor da matéria criticou a senhora por “displícitamente” deixar a porta destrancada antes de subir ao pavimento superior. Como teve tempo de revistar os bolsos de coletes, paletós e calças, o gatuno conseguiu fugir com um sinete de níquel, um relógio de ouro com tampo de vidro nº 68870 e dinheiro. É possível que esses objetos tenham pertencido a Henrique Burity, morador desse endereço em pelo menos 1891 e 1892. Burity foi negociante de fábrica de chapéus por muitos anos<sup>148</sup>, e, no tempo em que morou nesse lote, era amanuense da recém-criada seção de Estatística Comercial da Capital, situada na Praça do Comércio, sala nº 16<sup>149</sup>.

No tempo em que a família Burity residiu nesse lote, anúncios como esses foram publicados: um respondendo positivamente a outro que oferecia um menino de oito anos para casa de família<sup>150</sup>, e mais dois dizendo “precisa-se de uma senhora para cozinhar e mais serviços leves, tratando-se como pessoa da família” e “precisa-se de uma criada para casa de pequena família”<sup>151</sup>.

Não podemos precisar por quanto tempo a família morou no imóvel, no entanto, em anúncio do *Almanak Laemmert*, de 1893, o paradeiro de Henrique Burity já constava como Rua do Senado nº 59<sup>152</sup>, o que nos sugere a mudança de toda a família com ele. Henrique Burity morreu vítima de um insulto cardíaco, em 1899<sup>153</sup>, deixando viúva e os filhos Adhemar e Floriano Burity<sup>154</sup>.

Em setembro de 1892, foi publicado no jornal um chamamento a D. Leopoldina Pereira, “moradora na rua do Riachuelo n.322, mudada há quatro ou cinco dias. Precisa-se saber a sua morada, para negócios de família, carta no escriptorio d’esta folha.”<sup>155</sup> Não foi possível rastrear nenhuma informação que pudesse ser associada a ela, mas uma análise plausível, a

julgar pelo tempo que Leopoldina Pereira parece ter ficado na casa, é que ela fosse inquilina ou então funcionária dos serviços buscados anteriormente em casa de outra família, tal qual a Burity, a não ser que a magnitude de um possível problema familiar dessa senhora tenha sido tamanha que a fez sair de sua própria casa às pressas.

Em 1894, o prédio aparece nos jornais como agência da Prefeitura<sup>156</sup>. Em 1898, foi posto para alugar, e suas chaves, guardadas no nº 324 (lote nº 376) com endereço para tratar do negócio na Rua General Câmara nº 13<sup>157</sup>. No ano seguinte apenas o sótão estava disponível para um casal<sup>158</sup>. Em 1900, alguém parece tê-la alugado, já que foram publicados anúncios como: “precisa-se de uma cozinheira, paga-se bem” em novembro e dezembro<sup>159</sup> e “precisa-se de vendedores de doces, paga-se bem”, ambos em dezembro<sup>160</sup>.

Uma boa indicação das dimensões do prédio é vislumbrada neste anúncio de 1907: “alugam-se, por 130\$, um pavimento térreo, composto de duas salas, sendo uma de frente de rua, dous quartos, cozinha, quintal, etc, e por 90\$, tres bons commodos, tudo em predio com dous inquilinos só, ou aluga-se tudo a um”.<sup>161</sup>

Até o terceiro quartil do século XX, o lote nº 374 já tinha sido pensão<sup>162</sup>, peixaria e açougue, onde também se vendia carros<sup>163</sup>. Foi também depósito de máquinas como de “escrever, somar contabilidade, mimeógrafos, off-set, arquivos e Kardex, novos e usados”<sup>164</sup>, e encerrou suas aparições nos jornais como sede da Congregação Espírita do Brasil, mais especificamente em 1977<sup>165</sup>.

#### LOTE nº 376 (324/264)

As atividades dos moradores da Rua Matacavallos nº 264 não geraram muitos registros nos jornais do século XIX. Com apenas oito menções, foi uma das casas sobre as quais obtivemos menos informações durante esse período, sendo a mais antiga delas datada de 1857, quando foi publicado o seguinte anúncio:

Uma senhora de cor parda, parida há um mês, e com abundância de leite, deseja alugar-se de ama de leite em alguma casa capaz; quem da mesma precisar dirija-se à rua de Matacavallos n. 264.<sup>166</sup>

A prática de se alugar escravas como amas de leite era, como já discutimos, muito comum nos Oitocentos. Neste caso, no entanto, a anunciante dá a entender que tinha a intenção de oferecer o serviço por vontade ou necessidade própria, e não por alguma obrigação senhorial. O costume de mulheres livres e com baixa renda se “alugarem” como amas de leite não era incomum à época. Como notou Kareh (2004),

(...) parece haver sido uma estratégia de certas famílias remediadas, até mesmo de pequenos comerciantes, que viam nesta prática um complemento de sua renda. (...) Em outros muitos casos era uma dona de casa, forra ou branca, mas pobre, que estando presa às suas obrigações domésticas se oferecia a amamentar e criar uma criança em sua própria casa. (...) Então, invariavelmente, o fato de se tratar de uma mulher livre, uma senhora, era sempre avançado (...). (p. 13).

O fato de a oferta do serviço ser descrita como um “aluguel” não significa necessariamente, portanto, que a pessoa ofertando o trabalho era escravizada. Conforme apontou Flavia de Souza (2017), o emprego do termo “senhora” no anúncio já seria uma indicação da condição de liberdade daquela mulher. Uma nota de jornal<sup>167</sup> publicada dois anos depois, em 1859, pode ser interpretada da mesma forma: nela, uma “senhora de meia idade” estava se alugando para coser e tomar conta da casa, preferindo uma família pequena.

Ainda segundo a autora, pode-se cogitar que “aluga-se” era, à época, “uma expressão aceita histórica e socialmente como indicadora de uma forma de recrutamento de trabalhadores, especialmente domésticos, mas que não eram ou haviam sido, necessariamente, escravizados” (Ibid., p. 214). É possível pensar, portanto, que essas duas passagens no *Jornal do Commercio* indicavam uma mulher livre ou liberta buscando obter alguma renda.

As próximas menções a esse endereço se deram em diversos anúncios idênticos<sup>168</sup> entre si, datados de 1867, nos quais se divulgava a venda de carne verde – isto é, fresca – por 160 réis a libra. Após esse ano não encontramos novas propagandas desse comércio, o que nos leva a crer que ele teve vida curta. Já em 1873, era ofertado<sup>169</sup> um cômodo para aluguel por 12\$. Esse anúncio não se repetiu nos jornais seguintes, nos deixando com a impressão de que o lugar não se tratava de uma casa de cômodos, e sim de uma casa comum ofertando um aluguel de ocasião.

Em janeiro de 1877 – quando o número da casa já era 324 e, segundo a *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*, o imóvel pertencia a Julieta B. Dutra – foi publicado<sup>170</sup> na listagem de pessoas aptas a votar, divulgada no *Diário do Rio de Janeiro*, o nome de José Raymundo de Brito como morador do local. Ele era casado, tinha 62 anos de idade, era empregado público, sabia ler e tinha renda de 1:800\$, o equivalente, hoje, a cerca de R\$ 45.000,00. Não é dito em lugar algum o nome da pessoa casada com ele e José de Brito não foi diretamente citado em qualquer outra publicação.

A casa só apareceu mais duas vezes nos jornais até o fim do século XIX. Uma das publicações<sup>171</sup>, de 1886, anuncia a procura por uma criada branca ou “de cor” que fosse “carinhosa para crianças”; a outra, de 1894, era uma breve nota<sup>172</sup> de difícil leitura pelo seu mau estado de conservação. Nota-se que esse endereço não teve, ao longo dos Oitocentos, muitos acontecimentos noticiados. Isso pode ser explicado por ter sido primariamente um endereço residencial nesse período; como não era muito necessária a oferta de serviços nesse tipo de local, não foram muitas as notas de jornais relativas a ele que chegaram até nós no século XXI.

Em 1901, pouco após a morte de Rodrigo José Gonçalves, dono do lote até então, foi publicado no *Jornal do Commercio* um anúncio<sup>173</sup> intrigante, se tratando da configuração do terreno. O lugar era descrito como uma “linda casa [...] com esplêndidas acomodações para família e bom sobrado nos fundos, grande quintal e muita água”. Por estarmos mais acostumados com a configuração mais usual dos sobrados, ou seja, colados à rua, procuramos e encontramos algumas outras referências a sobrados nos fundos em outros lugares do Rio de Janeiro<sup>174</sup>. Dessa forma, percebemos que a casa apresentava esse elemento arquitetônico que, mesmo incomum, se encontrava presente neste e em outros lugares da cidade na virada dos oitocentos para os novecentos.

Durante o século XX, o local serviu como uma casa de cômodos até meados dos anos 1920, quando se tornou uma oficina. Em 1927 a casa estava disponível para aluguel e, em um anúncio<sup>175</sup>, era dito que se tratava de um “magnífico terreno com lugar próprio para garagem ou qualquer oficina de ferreiro, carpinteiro ou mecânica”. Segundo o anunciante, o local prestaria para qualquer uma dessas funções, já que “esteve até há pouco ocupado por uma officina mecânica”. No ano seguinte, a firma Sá, Pereira & Santos, uma oficina de carrocerias de autocarros<sup>176</sup>, se instalou na casa<sup>177</sup>.

Entre as décadas de 1920 e 1950, diversas firmas se estabeleceram no local, que serviu durante todo esse tempo como uma fábrica e oficina de seges e carrocinhas. Alguns anúncios desse período podem ser úteis para conhecermos os objetos usados nesses estabelecimentos,

como o do leilão das máquinas<sup>178</sup> da oficina ocorrido em 1933, que lista todo o maquinário colocado à venda; outros podem ser interessantes por citarem alguns detalhes do terreno, como o fato de ele ter 320 m<sup>2</sup><sup>179</sup>. A maioria dos anúncios se tratava, no entanto, da venda de carroças e segues de diversas marcas e com várias funções. Durante os anos 1950, essa atividade se alternou com a venda de automóveis até que, em 1957, a última carrocinha foi anunciada<sup>180</sup> e o endereço se tornou apenas uma oficina mecânica que comprava e vendia carros.

O nº 376 se manteve com essa função até meados da década de 1970, publicando centenas de anúncios de compra e venda de automóveis até 1974<sup>181</sup>. Após um hiato de dez anos sem menção a esse endereço nos jornais cariocas, ele foi citado uma última vez, como sendo uma agência de classificados do jornal *O Dia*<sup>182</sup>.

#### LOTE nº 378 (326/266)

A primeira menção a essa casa se deu em 1850, quando uma nota no *Jornal do Commercio*<sup>183</sup> anunciava a venda de “uma preta moça sabendo lavar, engomar, vender quitanda e coser, sem vícios nem moléstias”. Observa-se, portanto, que os moradores do nº 266 da Matacavallos se valeram, a exemplo de casas vizinhas, da mão de obra de mulheres escravizadas para o trabalho doméstico. Esse anúncio também levanta a suspeita do uso por eles de escravos de ganho para o complemento da renda familiar, bem como da venda dos escravizados em si.

Em 1859, João d’Assumpção da Cruz, por meio de uma publicação no *Correio Mercantil*<sup>184</sup>, pediu a seus amigos o “caridoso obséquio” de assistirem o enterro de sua filha, Ignez Maria da Cruz. O autor, se dizendo “ferido do mais doloroso sentimento”, avisava que o cortejo fúnebre sairia de carruagem da Rua Matacavallos, nº 264, e o sepultamento se daria no cemitério São João Batista às quatro e meia da tarde. João da Cruz trabalhou, pelo menos até o final de 1862, como bilheteiro<sup>185</sup> do Theatro do Gymnasio Dramatico, localizado entre os números 27 e 29 da Rua São Francisco de Paula, de frente para o atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse teatro foi descrito como “o berço do teatro nacional, a nascente da literatura dramática brasileira, apresentando os primeiros dramas da escola realista” (CTAC, s/d.); não se sabe exatamente quando deixou de existir, sabendo-se apenas ter sido antes da Proclamação da República<sup>186</sup>. Em março de 1863, uma publicação no *Correio Mercantil*<sup>187</sup> dizia habitar, no lote nº 266 da Rua Riachuelo, um “pobre homem aleijado e sobrecarregado de família”, recomendando às almas caridosas que o ajudassem, mas sem citar o seu nome. Dessa data até a década de 1890, a única informação que temos referente a esse lote é que sua posse, na segunda metade dos anos 1870, era de Julieta B. Dutra.

Datam de 1898, quando a rua já tinha seu novo nome, as duas últimas citações a esse endereço no século XIX. A primeira<sup>188</sup> informa ser essa casa a sede dos sócios Manoel Augusto da Cunha e Lino de Macedo, mas sem dizer qual seria o objetivo da sociedade; a segunda é o anúncio, de novembro daquele ano, do leilão da casa, sob a chamada “bom emprego de capital”. Nele, o proprietário descreve o lugar como sendo “térreo, de porta e janela, dividido em cômodos para pequena família, com área no fundo, murada, (...) com água e gás”. Não houve, após isso, nenhuma nova menção a esse endereço durante esse século.

Em 22 de março de 1902, por volta das sete da manhã, a casa desabou<sup>189</sup>. As causas do incidente não são claras, mas se sabe que os moradores, avisados pelos estalos nas vigas do teto, tiveram tempo de deixar o local antes do desmoronamento. Dois anos depois o imóvel foi leiloadado e, no anúncio do leilão, era descrito como um “pequeno prédio em ruínas”<sup>190</sup>. Em

1910, quando a numeração da rua já tinha sofrido seu último reajuste, foi publicado no *Jornal do Brasil* que o “prédio novo, à rua Riachuelo 378” estava disponível para ser alugado, indicando a reforma ou mesmo uma completa reconstrução da casa nessa época.

As obras no prédio permitiram sua divisão em diferentes apartamentos, que, por sua vez, possibilitaram uma grande circulação de pessoas e oferta de serviços no local ao longo das próximas décadas. Alguns moradores procuravam criadas para “serviços leves”<sup>191</sup> e para cozinhar “o trivial”<sup>192</sup>, enquanto outros ofereciam o serviço de costureira<sup>193</sup> ou alugavam quartos e salas. Em 1933, um novo anúncio de leilão descrevia<sup>194</sup> o lugar como um “sólido prédio” que prometia ser um “magnífico emprego de capital” para quem o comprasse. A construção era composta por “pedra e cal, madeiramento de lei, telhas francesas, tendo dois pavimentos e dividindo-se em optimas accomodações para família”, ou seja, estava em um estado completamente diferente de quando foi posto à venda trinta anos antes.

Após o leilão, a rotina de aluguel e venda de apartamentos se manteve constante até que, em 1942, Alda Barbosa foi “presa e autuada em flagrante [...] [a]cusada de exercer o lenocínio, explorando a pensão suspeita da rua Riachuelo n. 378”<sup>195</sup>. Isso indica, portanto, o uso de ao menos um apartamento do prédio para a prática da prostituição. Coincidência ou não, após a prisão de Alda não houve mais anúncios de aluguel de apartamentos no lugar. A casa, agora com o estigma de ser sede de uma “pensão suspeita”, foi novamente leiloada em 1944<sup>196</sup>.

Após o último leilão, mais de dez anos se passaram sem um único indício do que acontecia nesse endereço, até que, em 1958, foi identificado como um botequim<sup>197</sup> e um café<sup>198</sup>. No ano seguinte foi inaugurada ali a Floricultura Nossa Senhora de Fátima<sup>199</sup>, que permaneceu lá até a década de 1960, quando uma barbearia tomou conta do ponto comercial<sup>200</sup>. O prédio passou por obras nessa época, a julgar por um anúncio publicado no *Jornal do Brasil* em que se divulgava a venda de um “ap[artamento] de frente, andar alto de sala e quarto separados. Obra na 6ª laje”<sup>201</sup>. Depois desse anúncio foram feitas apenas duas outras menções a esse endereço: a primeira<sup>202</sup>, de 1969, era uma oferta de trabalho para manicure de salão de barbeiro; a segunda<sup>203</sup>, de 1981, avisava que a Banda do Flamengo realizaria um “tremendo ouriço de carnaval” no Balancê Restaurante, localizado na Rua Riachuelo, nº 378.

#### LOTE nº 380 (328/268)

O lote nº 380 teve sua história relativamente bem retratada nos jornais do século XIX, principalmente por se tratar de um endereço comercial durante boa parte dele e ser palco de alguns incidentes. A primeira citação<sup>204</sup> a ele se deu em 1855, quando foi anunciado que nessa casa se poderia encontrar “uma senhora” para alugar como ama de leite. O termo “senhora”, como foi discutido anteriormente, nos leva a acreditar se tratar de uma mulher livre buscando meios de complementar a renda do lar. Três anos depois era divulgada no *Jornal do Commercio*<sup>205</sup> a cessão de um armazém de secos e molhados “com poucos gêneros” no lugar.

Em 1860, foi divulgado<sup>206</sup> que na casa se combinava o aluguel de “uma preta para todo o serviço, com uma cria de nove meses, por 20\$ mensais, pagos adiantados”. Observa-se, portanto, o uso também nessa residência de mão de obra escravizada – desta vez, aparentemente, não apenas para o trabalho doméstico, mas para “todo o serviço”. A desumanização da pessoa cativa fica ainda mais evidente quando, em vez de se referir ao/à filho/a dela com as palavras usuais à época quando se tratava de uma criança, como “pequeno/a” ou “menino/a”, se usa o termo “cria”, comum para se referir à prole de animais e filhos/as de cativas.

A maneira como eram anunciados os alugueis de trabalhadores escravizados nos jornais da época, assim como as palavras utilizadas para aludir a eles, eram formas claras de negar as suas humanidades: não era raro, por exemplo, se deparar com anúncios de amas de leite referindo-se a elas como “cabras” ou “cabritas”. Essa prática era tão difundida, como aponta Kareh (2004), que, para não gerar confusões, um anunciante do *Correio Mercantil* publicou, em 1856, o seguinte: “Vende-se uma cabra (bicho) com abundante leite e uma linda filha; na rua de Catumbi Grande 26 A, junto ao arco” (Ibid., pp. 9-10). Cabe notar que, ao contrário do que aconteceu com a trabalhadora do lote nº 378, à cabra foi dado o privilégio de ter sua cria chamada de “filha”.

Exatamente um mês após o anúncio da venda da mulher escravizada, o dono do recém-adquirido armazém avisava<sup>207</sup> nos jornais que a partir de então passaria a vender carne verde nesse estabelecimento. Não se sabe com certeza quem era o dono da casa naquele ano, mas é muito provável que fosse José Caminha, listado como seu proprietário no ano seguinte<sup>208</sup>. Sete anos após o início da venda de carne verde nesse lote, o estabelecimento foi adquirido por Domingos Mello<sup>209</sup>, que parece ter conseguido algum sucesso com o açougue: ainda em 1867 passou a comercializar carne verde também no nº 85 da Rua Conde d’Eu, por 160 réis a libra<sup>210</sup>, e, em 1871, expandiu seus negócios<sup>211</sup>, comprando outras quatro casas nas Ruas Conde d’Eu, Rio Comprido e Haddock Lobo. Não encontramos informações sobre quando ou por que Domingos deixou de ser o dono do imóvel.

Por volta de 1874, esse lote, assim como os dois anteriores e o nº 370 (318/258), pertenciam a Julieta B. Dutra, de acordo com o livro *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*. Já em 1879, a casa voltou a ser citada nos jornais, dessa vez por conta de um acidente<sup>212</sup> envolvendo uma moradora do local. Marianna da Silva, portuguesa, casada e mãe de uma menina, estava em um bonde na Rua Sete de Setembro a caminho da Praça do Mercado para fazer compras quando, às cinco e meia da manhã, ele colidiu com um outro que passava pela Rua Gonçalves Dias. Marianna ficou gravemente ferida e foi levada ao hospital da Santa Casa da Misericórdia; os cocheiros dos dois bondes fugiram do local antes da chegada da polícia. Três anos depois<sup>213</sup>, um menino chamado Antonio, filho de Philogencio José da Silva, habitante da mesma casa, morreu por tétano neonatal. Não é possível ter certeza de se tratar da família de Marianna, já que seu nome não é citado diretamente e “da Silva” era, mesmo então, um sobrenome comum. Ainda assim, há a possibilidade de ser mais uma situação desastrosa ocorrida com a mesma família.

Em 1896, as más notícias continuaram a perseguir os moradores do local. Em junho, João Ribeiro da Silva<sup>214</sup> estava em um bonde trabalhando como cocheiro quando começou uma discussão com um passageiro chamado José, que o esfaqueou uma vez em cada braço. Seria João, também identificado como português e com o sobrenome “da Silva”, parente de Marianna e Philogencio? Novamente, não podemos afirmar; a suspeita, no entanto, persiste.

Pouco mais de um mês depois, em julho, foi publicada<sup>215</sup> a história da tentativa de suicídio de outro morador da casa, chamado João de Moura. João foi socorrido pelo dono de uma farmácia próxima e disse ter tentado pôr fim à sua vida por ter ficado desgostoso com sua mãe. Em dezembro<sup>216</sup>, uma “senhora só” buscava uma criada para todo o serviço; esse anúncio se repetiu<sup>217</sup> pouco depois, em 2 de janeiro de 1897, com a adição do desejo da anunciante por uma criada que dormisse na casa. Em julho do mesmo ano<sup>218</sup>, buscava-se uma ama seca para cuidar de uma criança e de serviços leves nessa residência, e, na última nota relacionada a esse endereço<sup>219</sup> nesse século, em 1899, avisava-se que o local estava disponível para ser alugado.

Em algum momento na primeira década do século XX, os números 328 e 330 da Rua Riachuelo foram unidos em um só lote, de número 380/380A. Não sabemos exatamente quando isso aconteceu, mas é certo que foi depois de 1909, quando o último anúncio citando a casa nº 328 foi publicado<sup>220</sup>, concomitantemente à última alteração na numeração da rua, o que também deve ter atualizado a situação de separação e junção de lotes. Assim, a história desse lote ao longo do século XX será contada apenas no próximo subcapítulo.

#### LOTE nº 380A (330/270)

A história do lote nº 380A foi bastante movimentada durante o século XIX. Entre as décadas de 1850 e 1890 a casa foi comprada e vendida por vários comerciantes, e foi, além de padaria e taverna, um armazém de secos e molhados. Nesse tipo de estabelecimento, além de se vender dos mais diversos gêneros necessários para a vida cotidiana, se consumia bebidas e comidas, sendo, assim, importante para a sociabilidade da região (Algranti, 2011). Muito comuns no Rio de Janeiro oitocentista, nesses lugares as pessoas podiam conversar, se divertir, se conhecer e estreitar os laços em suas vizinhanças, constituindo uma opção de lazer barata e facilmente acessível, sendo as tavernas “os lugares mais comuns onde se reuniam os indivíduos das classes mais baixas, os escravos e libertos” (Ibid., p. 31).

A citação mais antiga a esse prédio é de 1857, em um verbete do *Almanak Laemmert*<sup>221</sup> no qual Francisco Antonio Antunes aparece listado como ocupante do nº 270 e da casa ao lado, nº 272. Nessa época já havia ali uma taverna, como indica um anúncio de jornal que registrou a compra da propriedade em 1858 por Thimoteo Moreira Ribeiro<sup>222</sup>. Ele não ficou muito tempo com seu recém-adquirido estabelecimento; menos de cinco meses após obter a casa, aceitou de Antonio da Silva o pagamento do sinal pela sua compra<sup>223</sup>, mas foi frustrado: o comprador ajustou os detalhes da aquisição da taverna, pagou o sinal e não apareceu para tomar conta da propriedade, conseqüentemente não pagando o restante da quantia acordada. Thimoteo publicou algumas linhas duas semanas após o pagamento, avisando: dentro de três dias, Antonio perderia o dinheiro do sinal e o negócio seria desfeito – e foi o que aconteceu, a julgar por nova passagem no *Jornal do Commercio* em 1859<sup>224</sup> onde se lia sobre a compra do local por Carlos da Costa.

Ao longo dos anos 1860, o estabelecimento foi passado de dono em dono, com os compradores tendo posse do lugar por alguns anos e, em seguida, vendendo-o novamente. Manoel Leite<sup>225</sup>, morador da Rua do Lavradio e dono de um armazém de secos e molhados na Rua do Catete, adquiriu a casa em 1861, quando listou no *Almanak Laemmert*<sup>226</sup> o nº 270 da Rua Matacavallos como um armazém. Dois anos depois, este foi comprado por José Ferreira Mendes, que o manteve até meados de 1869. Nessa década foram publicados dois anúncios<sup>227</sup>, avisando sobre a oferta, no local, de serviço para crianças. O primeiro, de 1862, procurava um “caixeiro de 10 a 11 anos” para trabalhar no comércio; o segundo, de 1867, avisava que se precisava de “um pequeno que tenha prática de secos e molhados e que dê fiador à sua conduta”. Como observa Flavia de Souza (2017), a exigência de um “fiador à conduta” demonstrava uma busca por parte do empregador por garantias de honestidade e pela possibilidade de se depositar confiança no trabalhador. Como pudemos observar, a procura por pessoas de pouca idade para os serviços, especialmente na função de caixeiro, não era uma exclusividade dessa casa; pelo contrário, esses anúncios eram facilmente encontrados em diversos jornais do Rio de Janeiro.

Após uma breve passagem de Manoel de Souza<sup>228</sup> pelo comando do armazém em 1870,



quando a rua já se chamava Riachuelo, o prédio foi adquirido por dois sócios identificados apenas como Nunes & Oliveira<sup>229</sup>, que o mantiveram entre 1871 e 1874. Ainda no primeiro ano como donos do estabelecimento, publicaram no *Jornal do Commercio*<sup>230</sup> uma nota procurando para aluguel “um perfeito cozinheiro de forno e fogão”, prática muito usual no período. Na nossa interpretação, trata-se da procura por um escravizado, e não por um cozinheiro livre. Isso é embasado na discussão de Flavia de Souza (2017) sobre a condição de liberdade do trabalhador ser, geralmente, indicada com clareza em anúncios desse tipo. Como notou Luiz Soares (2003),

Os periódicos da cidade estavam repletos de anúncios de aluguel de escravos que desempenhavam os mais diversos ofícios (alfaiates, costureiras, sapateiros, carpinteiros, serradores, ferreiros, charuteiros, pintores, pedreiros, padeiros, calafates, cavouqueiros, etc.) (p. 7).

Essas publicações são muito valiosas para observarmos a presença de pessoas escravizadas tanto em unidades habitacionais quanto em pequenos comércios na capital do Império durante o século XIX. O nº 270 da Rua Riachuelo não foi exceção à regra: ao longo dos Oitocentos houve diversas publicações em jornais<sup>231</sup> sobre o aluguel de cozinheiros e copeiros nessa casa.

Em 1874, o prédio era, de acordo com a *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*, propriedade de Julieta B. Dutra. Foi nesse ano que Jesuino Gonçalves Pereira estabeleceu seu comércio no local, e sua chefia no negócio não teve um início tranquilo. Logo no primeiro ano teve um barril de manteiga roubado por três fregueses que tomaram o café da manhã em seu estabelecimento – ou “mataram o bicho”, como diz a nota no *Jornal do Commercio*<sup>232</sup>. Ao se dirigir à polícia para prestar queixa, Jesuino descobriu que os ladrões eram procurados por cometer o mesmo crime em tavernas nas Ruas General Pedra e do Rezende. O episódio foi reportado no periódico como uma “Guerra aos barris de manteiga”.

Jesuino Pereira foi por muitas décadas comerciante na Riachuelo, sendo dono de um armazém no nº 71<sup>233</sup> antes de se apossar da casa de nº 330. Durante sua permanência por lá, parece ter sido peça importante da comunidade, exercendo diversas atividades que nos mostram o quão integrado com sua vizinhança ele era. Em 1877, participou da comissão auxiliar<sup>234</sup> das ruas do Riachuelo, do Rezende e Silva Manoel, para a organização das homenagens a Almeida Garret (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Alexandre Herculano (1810-1877), três importantes figuras do romantismo português, por ocasião da morte deste último. Em 1885<sup>235</sup>, Jesuino foi citado em uma lista de pessoas que contribuíram financeiramente para as obras do Asylo da Infancia Desvalida da Candelaria, atual Educandário Gonçalves de Araújo. E em 1887<sup>236</sup>, foi indicado por comerciantes da Rua do Senado para administrar os bens do recém-falecido Manoel Villarinho, dono da casa nº 332 que devia a eles considerável quantia. No pedido, esses comerciantes citam Jesuino como sendo pessoa “de confiança”, apto a gerir e liquidar o espólio.

Jesuino Pereira permaneceu no nº 380 até meados de 1883, quando assumiu o comando do armazém de secos e molhados em outra casa da rua, no nº 346, onde permaneceu durante o restante do século XIX. Em todo o tempo que morou na Rua do Riachuelo, os outros integrantes de sua família só foram citados nos jornais da capital duas vezes. Na primeira, o nome de dona Amélia Augusta Pereira aparecia como sendo “sua senhora”, no anúncio da missa pelo trigésimo dia de falecimento de Arthur Gonçalves Pereira, filho do casal<sup>237</sup>. Na segunda, uma nota no *Jornal do Brasil*<sup>238</sup> informava que, como presente de aniversário de Jesuino Pereira, suas filhas doaram para a instituição de caridade Liga Contra a Tuberculose.

O nº 330 sumiu gradativamente dos jornais após a mudança de Jesuino, tendo sido publicados apenas alguns anúncios à procura de cozinheiros ou caixeiros até 1890, quando as publicações referentes a esse espaço cessaram até o fim do século. Por ser uma taverna e um armazém, o local serviu como ponto de encontro para as pessoas das casas próximas durante pelo menos a segunda metade dos oitocentos; não foi, de modo algum, uma casa com uma história muito importante para a cidade do Rio de Janeiro, mas teve indiscutível relevância nas vidas das pessoas daquela vizinhança.

Durante o começo do século XX, não houve muitos acontecimentos da casa reportados nos jornais. Todas as publicações referentes a ela tratavam da disponibilidade de um quarto para aluguel ou da procura por trabalhadoras para a casa, até que, em 1916, foi anunciado o leilão da propriedade, com detalhes interessantes sobre a arquitetura do prédio. Na chamada se lê:

Leilão de um pequeno prédio sito à Rua do Riachuelo, 380, tendo na frente uma janela e uma porta de rotula, de construção antiga, frente de beira de telha, com portadas de cantaria: mede de frente 3m30 por 10m70 de fundos, tendo em seguida um puxado que mede 2m90 de extensão por 1m50 de largura e área aberta ao lado e é dividido em duas alcovas e cozinha no puxado<sup>239</sup>.

Alguns meses após o leilão, o lugar estava disponível para aluguel e era descrito como uma “casinha”<sup>240</sup>, e, em 1926, era caracterizado como uma “pequena casa, própria para casal”<sup>241</sup> com duas salas e um quarto<sup>242</sup>. Dessa forma, percebe-se que nessa época o prédio era usado como residência para poucas pessoas, e não com fins comerciais, como fora ao longo de boa parte do século anterior. Esse cenário começou a mudar na década de 1940, quando a casa parece ter sido expandida, passando a conter diferentes apartamentos. No de número 3, por exemplo, era oferecida, em 1948, a oportunidade de se tornar revendedor de guaraná, água tônica e soda limonada<sup>243</sup>; no 201, três moradores buscavam contratar uma empregada doméstica em 1954<sup>244</sup>; e no 301, em 1956, uma família de tratamento também procurava alguém para serviços como arrumar, limpar e lavar<sup>245</sup>.

Além do aumento do número de moradores, houve o retorno das atividades comerciais nesse endereço. Em 1956, exatos cem anos depois<sup>246</sup> do primeiro anúncio indicando uma taverna nesse lugar, o Café e Bar Rio Alva<sup>247</sup> passou a funcionar ali. O prédio, agora contando com quatro andares e uma cobertura de três quartos e “lindas vistas”<sup>248</sup>, manteve essa configuração até meados da década de 1970, quando o bar foi colocado à venda<sup>249</sup> e, em seu lugar, foi instalado o sindicato de trabalhadores dos setores de lavanderias, tinturarias e vestuário<sup>250</sup>, em 1973. Essa foi a última menção em jornais da longa história dessa casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, pudemos constatar que o jornal, como fonte diagnóstica de uma época e ferramenta útil para a pesquisa arqueológica, oferece importantes pistas sobre o cotidiano das pessoas e suas relações com os espaços em que viviam e transitavam. Temporalmente situados, os periódicos registraram a vida social, econômica e política do Rio de Janeiro oitocentista e de seus moradores, como os da Rua Riachuelo. A partir desses anúncios, pudemos conhecer as relações de poder, patriarcalismo e as formas como as pessoas resistiam a essas dinâmicas, como exposto em anúncios de escravos fugidos e de mulheres donas de negócios como casas de cômodos ou prostíbulos. Inerente a esse contexto é a dificuldade de se rastrear as trajetórias de vida de escravos, mulheres e crianças. Como se

sabe, os detalhes pessoais dessas pessoas não costumavam estar nas esferas de notícias majoritariamente documentada nos jornais.

Algumas pistas da vida cotidiana de escravizados são reveladas em publicações noticiando seus envolvimento em brigas, crimes e fugas, sendo citados, quando muito, seus lugares de residência, ofícios, quais lugares frequentavam e suas aparências. Entendemos que, em um contexto de vizinhança, a presença e a atuação dessas pessoas escravizadas compõem a pulsação da vida urbana. No entanto, sua situação como moradores se configura como um caso à parte. Eles não eram simples moradores das casas estudadas, tal como seus donos. As pessoas escravizadas mencionadas ao longo deste texto, estando sujeitas à condição de cativos, eram, como ditava o *status quo*, obrigadas a residir onde quer fosse designado. Sendo assim, tinham seus próprios mecanismos para burlar essa situação, construindo uma rede de vizinhança à parte da que conseguimos vislumbrar pelos jornais, bem como se fazendo valer de uma gama de objetos particulares que, na medida do possível, os ajudavam a suportar esse espaço e fazer dele sua morada.

Por outro lado, a mulher que não fosse proprietária de imóveis, professora ou mãe, ou não cometesse delitos nem sofresse abusos por seus parceiros, passava geralmente silenciosa pelos jornais. Sua vida se restringia majoritariamente ao espaço doméstico, vez ou outra aparecendo nas colunas sociais, se fosse da classe dos notáveis da época. As crianças também eram invisibilizadas nos jornais. Os maiores dados que conseguimos coletar sobre elas são das circunstâncias de seu nascimento e óbito; algumas informações, como o nome de um de seus pais, o endereço em que residiram e a forma pela qual morreram, nos possibilitaram inferir sobre o contexto doméstico e familiar em que estavam inseridas. No entanto, as crianças que conseguiam chegar até a segunda infância não eram muito noticiadas para além da oferta e procura de seus serviços.

## NOTAS

<sup>1</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 ago. 1821, p.2.

<sup>2</sup> Jornal do Brasil, 24 jun. 1908, p.4.

<sup>3</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 16 mar. 1850, p.4.

<sup>4</sup> Jornal do Commercio, 13 de fev. 1871, p.4.

<sup>5</sup> Diário de Notícias, 12 mar. 1871, p.1.

<sup>6</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1859, p.444.

<sup>7</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1858, p.610.

<sup>8</sup> Diário do Rio de Janeiro, 19 de jan. 1877, p.1.

<sup>9</sup> Gazeta de Notícias, 17 de jul. 1878, p.1.

<sup>10</sup> Jornal do Commercio, 01 set. 1888, p.5.

<sup>11</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 09 mai. 1858, p.4.

<sup>12</sup> Jornal do Commercio, 08 mai. 1879, p.7.

<sup>13</sup> Jornal do Commercio 12 mai. 1879, p.3.

<sup>14</sup> Jornal do Commercio, 31 mai. 1879, p.5.

<sup>15</sup> Jornal do Commercio, 32 out. 1884, p.5.

<sup>16</sup> Jornal do Commercio, 09 nov. 1890, p.9.

<sup>17</sup> Jornal do Commercio, 17 abr. 1891, p.7.

<sup>18</sup> Jornal do Commercio, 10 mar. 1892, p.10 e Gazeta de Notícias, 07 jul. 1892, p.5

<sup>19</sup> Jornal do Commercio, 15 ago. 1896, p.8.

<sup>20</sup> Jornal do Commercio, 30 jul. 1896, p.2.

<sup>21</sup> Jornal do Brasil, 30 set. 1896, p.2.

<sup>22</sup> Jornal do Brasil, 06, dez. 1896, p.2.

<sup>23</sup> Jornal do Commercio, 18 jan. 1897, p.8.

- <sup>24</sup> Jornal do Commercio, 10 fev. 1897, p.10.
- <sup>25</sup> Jornal do Commercio, 28 out. 1897, p.11.
- <sup>26</sup> O Paiz, 07 mar. 1897, p.6.
- <sup>27</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1897, p.1057.
- <sup>28</sup> Jornal do Commercio, 19 abr. 1898, p.10.
- <sup>29</sup> Gazeta de Notícias, 06 out. 1898, p.5.
- <sup>30</sup> Gazeta de Notícias, 26 out. 1898, p.4.
- <sup>31</sup> Gazeta de Notícias, 05 nov. 1898, p.5.
- <sup>32</sup> Jornal do Commercio, 14 mar. 1899, p.8.
- <sup>33</sup> Gazeta de Notícias, 11 nov. 1899, p.5.
- <sup>34</sup> Vida Carioca, 15 nov. 1922.
- <sup>35</sup> O Apostolo: Periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, 06 fev. 1870, p.7.
- <sup>36</sup> O Globo: Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria, 23 fev. 1875, p.3.
- <sup>37</sup> O globo: Orgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria, 12 jan. 1875, p.1.
- <sup>38</sup> Diário do Rio de Janeiro, 04 jan. p.1.
- <sup>39</sup> Gazeta da Tarde, 21 nov. 1882, p.1.
- <sup>40</sup> Gazeta de Notícias, 01 out. 1879, p.4.
- <sup>41</sup> Gazeta de Notícias, 21 dez. 1889, p.2; Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1902, p.1247.
- <sup>42</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1895, p.562; Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1898, p.289.
- <sup>43</sup> Gazeta de Notícias, 02 nov., 1886, p.1.
- <sup>44</sup> Gazeta de Notícias, 14 mar. 1903, p.2.
- <sup>45</sup> Vida Carioca, 15 nov. 1922
- <sup>46</sup> Correio da Manhã, 28 out. 1922, p.7.
- <sup>47</sup> Jornal do Brasil, 18 jul. 1900, p.1.
- <sup>48</sup> Jornal do Brasil, 18 set. 1901, p.3.
- <sup>49</sup> Jornal do Commercio, 29 dez. 1850, p.3.
- <sup>50</sup> Constitucional, 03 ago. 1862, p.4.
- <sup>51</sup> Jornal do Commercio, 17 jun. 1855, p.4.
- <sup>52</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 02 set. 1858.
- <sup>53</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1852, p.150.
- <sup>54</sup> Almanak Militar, 1860, p.330.
- <sup>55</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 dez. 1863, p.1.
- <sup>56</sup> Almanak do Ministerio da Guerra, 1882, p.38.
- <sup>57</sup> Jornal do Commercio, 12 jul. 1872, p.3.
- <sup>58</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1884, p.253.
- <sup>59</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1874, p.362.
- <sup>60</sup> Diário do Rio de Janeiro, 05 fev. 1877, p.6.
- <sup>61</sup> Jornal do Commercio, 15 abr. 1856, p.2.
- <sup>62</sup> Jornal do Commercio, 04 ago. 1871, p.4.
- <sup>63</sup> Diário do Rio de Janeiro, 05 fev. 1877, p.6.
- <sup>64</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 22 mai. 1860, p.3.
- <sup>65</sup> Jornal do Commercio, 15 jun. 1864, p.4.
- <sup>66</sup> Jornal do Commercio, 19 ago. 1877, p.1.
- <sup>67</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1849, p.135.
- <sup>68</sup> Diário do Rio de Janeiro, 07 out. p.2.
- <sup>69</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 05 jul. 1860, p.4.
- <sup>70</sup> O apostolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, 20 nov. p.4; Diário do Rio de Janeiro, 09 jan. 1870, p.1.
- <sup>71</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1863, p.257.
- <sup>72</sup> Diário Do Rio de Janeiro, 26 set. 1874, p.2.

- <sup>73</sup> Jornal do Commercio, 03 out. 1875, p.6.
- <sup>74</sup> Jornal do Commercio, 23 out. 1875, p.3.
- <sup>75</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1848, p.251.
- <sup>76</sup> Jornal do Commercio, 27 mar. 1901, p.4.
- <sup>77</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1891, p.206.
- <sup>78</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1892, p.41.
- <sup>79</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal, 31 mar. 1859,p.1.
- <sup>80</sup> Jornal do Commercio, 06 mar. 1863, p.3.
- <sup>81</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1896, p.226.
- <sup>82</sup> Jornal do Commercio, 02 out. 1891, p.7.
- <sup>83</sup> Jornal do Commercio, 03 mar. 1896, p.10.
- <sup>84</sup> Correio da Manhã, 19 jun. 1921 p.7.
- <sup>85</sup> Jornal do Brasil, 06 dez, 1900, p.3.
- <sup>86</sup> Jornal do Brasil, 03 jul. 1903, p.3.
- <sup>87</sup> O Paiz, 06 jan. 1912.
- <sup>88</sup> Jornal do Commercio, 04 jan. 1902, p.3.
- <sup>89</sup> Jornal do Commercio, 15 abr. 1896, p.8.
- <sup>90</sup> Jornal do Commercio, 22 ago. 1896, p.8.
- <sup>91</sup> Jornal do Commercio, 24 ago. 1898, p.3.
- <sup>92</sup> Jornal do Commercio, 26 abr. 1899, p.4.
- <sup>93</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1901, p.224.
- <sup>94</sup> Jornal do Brasil, 19 dez. 1900, p.3.
- <sup>95</sup> Jornal do Commercio, 08 nov. 1901, p.3.
- <sup>96</sup> Gazeta de Noticias, 03 ago. 1902, p.3.
- <sup>97</sup> Gazeta de Noticias, 18 fev. 1885, p.2; Jornal do Commercio, 05 jun. 1892, p.3; O Paiz, 15 out. 1912, p.6; Correio da Manhã, 21 mai. 1939, p.7.
- <sup>98</sup> Jornal do Commercio, 11 jul. 1901, p.8.
- <sup>99</sup> Jornal do Commercio, 02 set. 1909, p.23.
- <sup>100</sup> Jornal do Commercio, 09 jan. 1910; Jornal do Commercio, 14 jan. 1910, p.11.
- <sup>101</sup> Correio da Manhã, 23 mar. 1917, p.7.
- <sup>102</sup> Jornal do Brasil, 07 jun. 1920, p.3.
- <sup>103</sup> Jornal do Brasil, 13 dez. 1925, p.4.
- <sup>104</sup> Jornal do Brasil, 07 mar. 1926, p.24.
- <sup>105</sup> Jornal do Commercio, 03 nov. 1929, p.29.
- <sup>106</sup> Almanak Laemmert, ed. 12, 1855, p. 229.
- <sup>107</sup> Indicador Alfabético: da morada dos seus principais habitantes, ed. 1, 1857, p. 26.
- <sup>108</sup> Almanak Laemmert, ed. 14, 1857, p. 490.
- <sup>109</sup> Indicador Alfabético: da morada dos seus principais habitantes, ed. 1, 1875, p. 65, e ed. 1, 1878, p. 63.
- <sup>110</sup> A Reforma: Orgão Democrático, 9 jun. 1878, p. 3.
- <sup>111</sup> A Liberdade: Jornal defensor dos direitos do povo, 1º out. 1879, pp. 1 e 2.
- <sup>112</sup> Idem.
- <sup>113</sup> Idem.
- <sup>114</sup> Jornal do Commercio, 27 mar. 1901, p.4.
- <sup>115</sup> Jornal do Commercio, 9 mar. 1883, p. 6.
- <sup>116</sup> Jornal do Commercio, 8 abr. 1883, p. 4.
- <sup>117</sup> Jornal do Commercio, 10 fev. 1897, p. 10.
- <sup>118</sup> Almanak Laemmert, ed. 59, 1902, p. 752.
- <sup>119</sup> Gazeta de Noticias, 03 ago. 1902, p.3.
- <sup>120</sup> Jornal do Brasil, 10 jan. 1903, p. 5.
- <sup>121</sup> Jornal do Brasil, 4 set. 1918, p. 14.
- <sup>122</sup> Jornal do Brasil, 23 mar. 1924, p. 19.
- <sup>123</sup> O Paiz, 7 ago. 1913, p. 10.
- <sup>124</sup> Jornal do Commercio, 24 set. 1921, p. 13.
- <sup>125</sup> Jornal do Brasil, 1º set. 1925, p. 24

- <sup>126</sup> Jornal do Brasil, 28 dez. 1937, p. 2
- <sup>127</sup> Jornal do Brasil, 25 jan. 1925, p. 29.
- <sup>128</sup> Jornal do Brasil, 27 mar. 1925, p. 21.
- <sup>129</sup> Tribuna da Imprensa, 12-13 set. 1953, p. 3.
- <sup>130</sup> Jornal do Brasil, 1º ago. 1963, p. 30.
- <sup>131</sup> Jornal do Commercio, 20 nov. 1874, p.6.
- <sup>132</sup> Jornal do Commercio, 04 jul. 1878, p.5.
- <sup>133</sup> Jornal do Commercio, 19 out. 1890, p.1.
- <sup>134</sup> Jornal do Commercio, 23 out. 1892, p.10.
- <sup>135</sup> Jornal do Commercio, 14 dez. 1899, p.11.
- <sup>136</sup> Correio da Manhã, 19 jul. 1903, p.6; Jornal do Brasil, 17 ago. 1905, p.6.
- <sup>137</sup> Jornal do Commercio, 28 mar. 1914, p.14.
- <sup>138</sup> Jornal do Brasil, 16 out. 1914, p.3.
- <sup>139</sup> Jornal do Commercio, 19 mar. 1944, p.19.
- <sup>140</sup> Jornal do Commercio, 16 set. 1951, p.29.
- <sup>141</sup> Jornal do Commercio, 20 ago. 1855, p.4.
- <sup>142</sup> Jornal do Commercio, 24/25 mar. 1856, p.4.
- <sup>143</sup> O Auxiliador da Administração do Correio da Corte, 1857, p.60.
- <sup>144</sup> Jornal do Commercio, 29 mai. 1857, p.3.
- <sup>145</sup> Jornal do Commercio, 01 fev. 1858; Jornal do Commercio, 04 fev. 1858, p.4.
- <sup>146</sup> Jornal do Commercio, 24 ago. 1869, p.8.
- <sup>147</sup> Novidades, 30 jan. 1891, p.1.
- <sup>148</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1875, p.1753; Jornal do Commercio, 19 ago. 1899, p.2.
- <sup>149</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1892, p.1107.
- <sup>150</sup> Gazeta de Notícias, 18 jan. 1891, p.5.
- <sup>151</sup> Jornal do Commercio, 08 out. 1891 p.9.
- <sup>152</sup> Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, 1893, p.941.
- <sup>153</sup> Cidade do Rio, 18 ago. 1899, p.2.
- <sup>154</sup> Gazeta de Notícias, 24 ago. 1899, p.3.
- <sup>155</sup> Gazeta de Notícias, 22 set. 1892, p.6.
- <sup>156</sup> O Tempo, 22 fev. 1894, p.2
- <sup>157</sup> Jornal do Commercio, 29 nov. 1898, p.9.
- <sup>158</sup> Jornal do Commercio, 12 nov. 1899, p.13.
- <sup>159</sup> Jornal do Brasil, 08 nov. 1900, p.4; Jornal do Commercio, 18 dez. 1900, p.9.
- <sup>160</sup> Jornal do Commercio, 18 dez. 1900, p.9.
- <sup>161</sup> Jornal do Brasil, 17 jul. 1907, p.2.
- <sup>162</sup> Jornal do Brasil, 15 dez. 1960, p.25.
- <sup>163</sup> Jornal do Brasil, 04 mar. 1960, p.28; Jornal do Brasil, 14 mar. 1964, p.22.
- <sup>164</sup> Jornal do Brasil, 09 ago. 1969, p.42.
- <sup>165</sup> Jornal do Brasil, 11 mar. 1977, p.36.
- <sup>166</sup> Jornal do Commercio, 28 out. 1857, p. 3.
- <sup>167</sup> Jornal do Commercio, 2 fev. 1859, p. 4.
- <sup>168</sup> Por exemplo, Jornal do Commercio, 2 set. 1867, p. 3.
- <sup>169</sup> Jornal do Commercio, 11 jun. 1873, p. 1.
- <sup>170</sup> Diário do Rio de Janeiro, 21 jan. 1877, p. 3.
- <sup>171</sup> Jornal do Commercio, 26 jan. 1886, p. 6.
- <sup>172</sup> Diário de Notícias, 1º nov. 1894, p. 1.
- <sup>173</sup> Jornal do Commercio, 2 jun. 1901, p. 11.
- <sup>174</sup> Por exemplo, Jornal do Commercio, 31 out. 1898, p. 7; Jornal do Brasil, 25 set. 1900, p. 4; O Paiz, 12 jul. 1908, p. 9; e Jornal do Commercio, 9 dez. 1923, p. 17.
- <sup>175</sup> Jornal do Commercio, 7 jan. 1927, p. 31.
- <sup>176</sup> O Imparcial, 6 dez. 1928, p. 6.
- <sup>177</sup> Almanak Laemmert, ed. 85, 1929, p. 246.
- <sup>178</sup> Jornal do Commercio, 9 ago. 1933, p. 17.

- <sup>179</sup> *Jornal do Brasil*, 10 set. 1950, p. 46.
- <sup>180</sup> *Jornal do Brasil*, 9 mar. 1957, p. 37.
- <sup>181</sup> *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1974, p. 81.
- <sup>182</sup> *Última Hora*, 9 nov. 1984, p. 3.
- <sup>183</sup> *Jornal do Commercio*, 10 out. 1850, p. 3.
- <sup>184</sup> *Correio Mercantil, Instructivo, Político Universal*, 18 mar. 1859, p. 4.
- <sup>185</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 19, 1862, p. 353.
- <sup>186</sup> *Idem* ao 44.
- <sup>187</sup> *Correio Mercantil, Instructivo, Político Universal*. 31 mar. 1863, p.1.
- <sup>188</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 55, 1898, p. 592.
- <sup>189</sup> *Jornal do Brasil*, 23 mar. 1902, p. 3.
- <sup>190</sup> *Jornal do Commercio*, 6 ago. 1904, p. 5.
- <sup>191</sup> *Jornal do Commercio*, 4 jul. 1912, p. 13.
- <sup>192</sup> *Correio da Manhã*, 30 mar. 1921, p. 9
- <sup>193</sup> *Jornal do Brasil*, 30 dez. 1913, p. 2.
- <sup>194</sup> *Jornal do Commercio*, 31 dez. 1933, p. 32
- <sup>195</sup> *Diário da Noite*, 27 nov. 1942, p. 13.
- <sup>196</sup> *Jornal do Brasil*, 6 jul. 1944, p. 4.
- <sup>197</sup> *Jornal do Brasil*, 18 jul. 1958, p. 29.
- <sup>198</sup> *Jornal do Brasil*, 20 jul. 1958, p. 87.
- <sup>199</sup> *Jornal do Brasil*, 25 fev. 1959, p. 30.
- <sup>200</sup> *Jornal do Brasil*, 24 nov. 1967, p. 36
- <sup>201</sup> *Jornal do Brasil*, 11 e 12 jul. 1965, p. 79.
- <sup>202</sup> *Jornal do Brasil*, 10 out. 1969, p. 43
- <sup>203</sup> *Jornal dos Sports*, 18 jan. 1981, p. 2.
- <sup>204</sup> *Jornal do Commercio*, 20 set. 1855, p. 4.
- <sup>205</sup> *Jornal do Commercio*, 7 mar. 1858, p. 4.
- <sup>206</sup> *Jornal do Commercio*, 17 maio 1860, p. 4.
- <sup>207</sup> *Jornal do Commercio*, 17 jun. 1860, p. 4.
- <sup>208</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 18, 1861, p. 76.
- <sup>209</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 4, 1867, p. 581.
- <sup>210</sup> *Jornal do Commercio*, 17 set. 1867, p. 3.
- <sup>211</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 28, 1871, p. 601.
- <sup>212</sup> *Jornal do Commercio*, 4 nov. 1879, p. 1 e *Gazeta de Notícias*, 4 nov. 1879, p. 1.
- <sup>213</sup> *Jornal do Commercio*, 7 mar. 1882, p. 2.
- <sup>214</sup> *Jornal do Brasil*, 11 jun. 1892, p. 2.
- <sup>215</sup> *Cidade do Rio*, 31 jul. 1892, p. 1.
- <sup>216</sup> *Jornal do Commercio*, 21 dez. 1896, p. 10.
- <sup>217</sup> *Jornal do Commercio*, 2 jan. 1898, p. 6.
- <sup>218</sup> *Gazeta de Notícias*, 29 jul. 1898, p. 3.
- <sup>219</sup> *Jornal do Commercio*, 16 mar. 1899, p. 9.
- <sup>220</sup> *Jornal do Brasil*, 18 nov. 1909, p. 1.
- <sup>221</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 14, 1857, p. 558.
- <sup>222</sup> *Jornal do Commercio*, 11 abr. 1858, p. 5.
- <sup>223</sup> *Jornal do Commercio*, 14 set. 1858, p. 4.
- <sup>224</sup> *Jornal do Commercio*, 9 jan. 1859, p. 4.
- <sup>225</sup> *Jornal do Commercio*, 27 out. 1861, p. 3.
- <sup>226</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 19, 1862, p. 561.
- <sup>227</sup> *Correio Mercantil, Instructivo, Político Universal*, 26 nov. 1862, p. 3, 1862; e *Jornal do Commercio*, 4 dez. 1867, p. 4.
- <sup>228</sup> *Indicador Alfabético: da morada dos seus principais habitantes*, ed. 1, 1870, p. 99.
- <sup>229</sup> *Almanak Laemmert*, ed. 28, 1871, p. 561.
- <sup>230</sup> *Jornal do Commercio*, 28 jan. 1871, p. 4.
- <sup>231</sup> *Jornal do Commercio*, 28 jan. 1871, p. 4; *Jornal do Commercio*, 11 maio 1883, p. 6; *Jornal do*

Commercio, 20 abr. 1885, p. 8.

<sup>232</sup> Jornal do Commercio, 21 out. 1874, p. 3.

<sup>233</sup> Almanak Laemmert, ed. 30, 1873, p. 628.

<sup>234</sup> Jornal do Commercio, 5 out. 1877, p. 2.

<sup>235</sup> Jornal do Commercio, 1º mar. 1885, p. 2.

<sup>236</sup> Jornal do Commercio, 3 out. 1887, p. 2.

<sup>237</sup> Jornal do Commercio, 7 maio 1895, p. 8.

<sup>238</sup> Jornal do Brasil, 21 mar. 1904, p. 3.

<sup>239</sup> Jornal do Commercio, 17 dez. 1916, p. 20.

<sup>240</sup> Jornal do Brasil, 1º ago. 1917, p. 3.

<sup>241</sup> Jornal do Brasil, 11 jul. 1926, p. 12.

<sup>242</sup> Jornal do Brasil, 9 out. 1926, p. 24.

<sup>243</sup> Jornal do Brasil, 28 ago. 1948, p. 17.

<sup>244</sup> Jornal do Brasil, 10 jul. 1954, p. 3.

<sup>245</sup> Jornal do Brasil, 29 jan. 1956, p. 4.

<sup>246</sup> Jornal do Brasil, 27 jun. 1956, p. 4.

<sup>247</sup> Jornal do Commercio, 4 jan. 1959, p. 13.

<sup>248</sup> Jornal do Brasil, 2 set. 1968, p. 119.

<sup>249</sup> Jornal do Brasil, 22 abr. 1971, p. 55.p

<sup>250</sup> O Jornal, 19 ago. 1973, p. 17

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila. Tabernas e botequins: Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). *Acervo*, Rio de Janeiro, 24(2):25-42, 2011.

BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKI, Stephen A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(2):72-114, 2007.

CAVALCANTI, J. Cruvello. *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1878. (Col. Memória do Rio, nº 6, reprodução fac-similada, s.d.)

CTAC. Temas de estudo: Theatro Gymnasio Dramatico. *CTAC, Teatros do Centro Histórico do Rio de Janeiro*, s/d. Disponível em: <http://www.ctac.gov.br/centrohistorico/teatroXperiodo.asp?cod=55&cdP=19&tipo=Identificacao>. Acesso em: 10 Setembro 2020.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Ed. Bem-Te-Vi, 2013.

KAREH, Almir Chaiban El. Famílias adotivas, amas-de-leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro. *Gênero*, 4(2):9-30, 2004.

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Boletim Goiano de Geografia* 15(1): 57-79, 1995.

SOARES, Luiz Carlos. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE*. 2003.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Criados, Escravos e Empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História Social), Federal Fluminense, 2017.



## DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALCANTARA, J. J. de. *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e da maior parte de seus termos: Começada a levantar em 1826 e interrompida desde 1828 pelos oficiais empregados no Archivo Militar da Corte.* 1842. Em f 95,5 x 122,14 cm.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Projecto de alterações na parte dos fundos do pav<sup>to</sup> terreo do prédio nº 368 da rua do Reachuelo.* Rio de Janeiro: 1910. Lo. 1910, cx. 55, doc. 44.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Projeto para a construção dos predios a Rua do Riachuelo nº 370 e 372.* Rio de Janeiro: 1913. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Lo. 1913, cx. 54, doc. 44.

ARQUIVO NACIONAL. *Morro do Senado: planta dos novos arruamentos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1901-1910. Escala: 1:1.000

BIBLIOTECA NACIONAL. *Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: Levantada por ordem de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor; no ano de 1808. Feliz e memorável epoca da sua chegada á dita cidade sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor, no anno de 1808.* Rio de Janeiro: Lith Paulo Robin & Cia., 1884. Escala 1:26.400.

JARDIM, Jerônimo Rodrigues de Moraes; PASSOS, Francisco Pereira; SILVA, Jacinto Alves da. *Projeto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, organizada por ordem do Ministério do Império, 1875.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1875. Escala 1:1.000.

# O confronto entre o registro arqueológico e o documental: um método em questão

Tania Andrade Lima  
Gláucia Malerba Sene  
Marcos André Torres de Souza  
Andrea Jundi Morgado  
Martha Locks  
Luan Ouverney

*While of course it is true that we “read” documents, the archaeological record, and artifacts separately, in the end they must be interpreted together.*

Mary C. Beaudry, 1995:4

TANIA ANDRADE LIMA

Uma das muitas e inúmeras contribuições da Arqueologia Histórica ao campo mais amplo da disciplina, a Arqueologia, reside nas possibilidades que ela oferece para testar questões em muitos casos consideradas inconteste por pré-historiadores, em suas explicações sobre o registro arqueológico. Em meu caso pessoal, eu, até então pré-historiadora educada por meus professores no princípio de que Arqueologia Histórica não era Arqueologia, enveredei por esse campo atraída pela possibilidade de testar uma premissa consagrada: a de que quando se constata uma mudança na materialidade do registro arqueológico pré-histórico, ela corresponde necessariamente a reordenamentos no sistema sociocultural do grupo analisado.

Por mera casualidade, ao investigar um sítio pré-histórico ao final da década de 1980 - um sambaqui em uma ilha em Angra dos Reis, Rio de Janeiro - coube-me recolher os remanescentes históricos que estavam em superfície, por dever de ofício, embora eles pouco ou nada me interessassem àquela altura. Contudo, à medida que crescia o investimento em sítios históricos no Rio, ao observar o trabalho de colegas na Casa dos Pilões, no Jardim Botânico, e no Paço Imperial, por ocasião do restauro do seu edifício, chamou minha atenção o fato de que os artefatos encontrados - objetos domésticos de uso cotidiano - eram os mesmos que eu recolhera em uma ilha distante do litoral sul do estado. Essa recorrência só fez aumentar à medida que eu tomava conhecimento de outros trabalhos Brasil afora, de tal forma que me convenci estar diante de um fenômeno que merecia investigação (Lima et al. 1989).

Assim, dei início a uma sequência de pesquisas sobre uma peculiaridade que alguns países colonizados apresentam, na expansão do capitalismo mundo afora: o surgimento de modos de vida transplantados de fora para dentro, desconectados da realidade interna das colônias, impostos pelos países industrializados na sua conquista por novos mercados. Este foi o caso do Brasil, que, ao serem rompidas as amarras coloniais, foi inundado por uma enxurrada de produtos e por novas formas de comportamento associadas ao seu consumo, nem sempre devidamente assimiladas, resultando em maneiras não raro canhestras, na ânsia de emular os que ditavam as regras, para tentar se igualar a eles. Considerei as unidades

domésticas, microcosmos da sociedade, como fontes privilegiadas para a observação desse processo de transformação paulatina das mentalidades coloniais em direção à modernidade (Lima et al., 1989, Lima, 1996a, 1996b, 1997, 1999, 2012).

Em meio a essa arqueologia do capitalismo no Rio de Janeiro - ao longo do século XIX sucessivamente sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, do império brasileiro, e, ao final, capital da república - deparei-me casualmente com um cemitério em Belém do Pará. Assistindo, em 1988, a um simpósio realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi sobre Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia, visitei, por razões familiares, o Cemitério da Soledade, que até então não conhecia. Ao adentrar o espaço funerário oitocentista, parado no tempo (os sepultamentos foram encerrados ainda no século XIX e o cemitério foi tombado pelo Iphan em 1964), fui fortemente impactada: além da sua beleza, percebi estar diante de um sítio arqueológico ideal, com os artefatos/túmulos em seus lugares originais, os nomes dos seus ocupantes impressos nas lápides, bem como suas datas de nascimento e falecimento, e, sobretudo, uma exuberante arquitetura tumular ostentando as representações da morte produzidas por aquela sociedade.

Naquele momento, percebi que poderia ser testada com sucesso, nos espaços funerários, a premissa consagrada que mencionei acima. Considerando a forte ruptura do sistema sociocultural ao final do século XIX, determinada pelo rompimento do império escravista e sua substituição por uma república progressivamente capitalista, com alterações profundas nos subsistemas econômico, político, religioso, jurídico, e assim por diante; e considerando ser o domínio funerário um dos mais conservadores em uma sociedade, assumi que essa reordenação do sistema teria produzido também, necessariamente, alterações nas representações da morte no império escravista. De volta ao Rio, entusiasmada, analisei os cemitérios oitocentistas cariocas e efetivamente comprovei a mudança esperada, confirmando o que era dado como certo nos estudos de sítios pré-históricos (Lima, 1994). Essa comprovação me fez ver que a Arqueologia Histórica, ao dar contribuições inestimáveis ao estudo dos processos socioculturais que ocorreram após a conquista europeia, através da materialidade deixada pelos seus múltiplos atores, pode ser também uma ferramenta poderosa para testar e validar (ou não) premissas assumidas em investigações com cronologias recuadas, sobre as quais há possibilidades limitadas de controle.

Por outro lado, ao mergulhar na arqueologia do período após o contato com o colonizador, percebi a tensão entre as fontes disponíveis (materiais, documentais e orais), bem como o risco dos dados históricos, pela sua senioridade e autoridade, ofuscarem e subjuguem os demais. Por conta disso, entendi que elas deveriam ser trabalhadas de forma independente, como corpos separados de evidências, como defenderam Beaudry (1995:4) e Wilkie (2006:14), de modo a inviabilizar sua hierarquização. Isto posto, em seguida elas devem ser combinadas e confrontadas. Desse confronto emerge um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico nem propriamente histórico, mas uma combinação de ambos. Bastante fecundo, ele se nutre das contradições, sobreposições e complementaridades dos dados (Lima, 2002). Este é, em meu ponto de vista, o lócus por excelência da Arqueologia Histórica, onde ela melhor se exerce como ciência social. É o que impede que o registro arqueológico seja reduzido a uma ilustração tridimensional do que foi escrito, uma das formas mais frequentes, mais pobres e mais danosas de se lidar com a Arqueologia Histórica, por reduzir seu potencial como disciplina interpretativa a uma releitura arqueografia.

Não se trata, como se poderia supor, de um aparente binarismo – coisa/texto – mas sim

de uma ampla gama de evidências no interior de cada uma dessas categorias, às quais se somam fontes orais, que devem ser analisadas criticamente e integradas para a construção de bem estruturadas e convincentes narrativas arqueológicas. Beaudry, ao lançar em 1988 a proposta de uma arqueologia documental, defendeu que os arqueólogos devem desenvolver uma abordagem à análise dos documentos que lhes seja própria, o que Wilkie reiterou (2006:16), ao dizer que eles devem ser utilizados arqueologicamente. Para Beaudry (1995:4), a relação entre essas diferentes linhas de evidências disponíveis para a Arqueologia Histórica é intertextual, ou seja, de diálogo entre elas, invocando a biologia celular como metáfora para essa relação, ao considerar a intertextualidade como a interdigitação entre o material, o documental e o oral. As interdigitações, ao aumentarem as superfícies de contato entre as células, conferem maior coesão a elas, assemelhando-se a dedos entrelaçados, tal como seria esperado e desejável o entrelaçamento entre as fontes na disciplina.

A metodologia descrita acima, excetuando-se a história oral em razão da sua indisponibilidade para o caso em estudo, no século XIX, foi aplicada à investigação realizada nos lotes escavados da rua Riachuelo, e com este volume pretendemos submetê-la a uma crítica, analisando suas deficiências e seus méritos. Ao trabalharmos os dados arqueológicos de forma independente e procedermos à sua interpretação, construímos uma narrativa; ou melhor, nós, *storytellers* que somos (Praetzellis e Praetzellis, 1998), contamos uma história. Na perspectiva aqui adotada, inicialmente o fizemos apenas a partir da materialidade, o que equivale a uma pesquisa realizada em períodos recuados, sem acesso a registros escritos.

Uma vez feita a interpretação dos dados arqueológicos, a introdução dos dados documentais possibilitou o confronto entre eles, agora trabalhando-se combinadamente ambas as linhas de evidências, em igualdade de condições, permitindo constatar em que medida elas se sobrepuseram, se complementaram ou se contraditaram. Este é o momento em que se verifica se a história construída apenas através da materialidade foi mal ou bem contada, ou seja, expõe as possibilidades e os limites da interpretação arqueológica, da mesma forma que deixa a descoberto as fragilidades e inconsistências do registro documental, a par do seu vigor.

Como tal, trata-se aqui de um exercício teórico-metodológico, que, independentemente dos resultados que tem a oferecer, positivos e/ou negativos, espera-se que seja frutífero e alimente discussões no nosso campo disciplinar. Se assim fôr, terá sido cumprido nosso objetivo.

## O ERRO

Antes de iniciarmos o trabalho preventivo na Rua Riachuelo, solicitamos ao empreendedor uma planta do terreno, como é de praxe. A que nos foi fornecida mostrava ser ele, em sua origem, dividido em lotes, tal como exposto amplamente na primeira parte deste livro. A pesquisa de campo foi então iniciada e desenvolvida a partir desse documento, logo se constatando que as fundações recuperadas no subsolo correspondiam em linhas gerais aos lotes que constavam em superfície, na planta, com pequenas diferenças: os de nºs 366 e 368, reunidos agora em uma única propriedade, foram unidades distintas no passado. O nº 376, cujas fundações mostraram que ali fora construída originalmente uma edificação geminada, foi de fato lembrado, desaparecendo da numeração sequencial o nº 374. Mais ainda, em outro momento, provavelmente mais tardio, ele incorporou os fundos dos lotes nºs 378 e 380, tornando-se efetivamente uma propriedade bem maior, comparável ao nº 366. E, como tal, ele foi todo o tempo tratado: como uma única residência, na qual foi recuperada

uma copiosa materialidade, absolutamente compatível com suas dimensões expandidas, assim como o nº 366.

Contudo, ao me chegar às mãos o levantamento documental feito por Nayara Amado e André Arcanjo, destinado a investigar as pessoas que moraram nas casas analisadas, constatei, com grande surpresa, que o nº 374 existiu como uma unidade totalmente independente do nº 376 não apenas no século XIX, mas ao longo do século XX. Naquele momento ficou flagrante o erro a que fui induzida pela planta, o documento a partir do qual demos início à pesquisa. A força desse documento foi de tal ordem que me ofuscou completamente, a ponto de, mesmo diante das fundações expostas de duas casas geminadas, e portanto distintas, continuei a entender o nº 376 como uma única residência, face à ausência da numeração 374, contaminando toda a equipe com esse equívoco. Esse documento mais que ofuscou: ele me cegou para a evidência arqueológica que eu tinha diante de mim, e, de forma que hoje me parece totalmente incompreensível e destituída de qualquer lógica, ele continuou falando mais alto. Este é o grande perigo do registro documental: sua força e envolvimento. Mesmo suficientemente alertada por Deetz (1977:161), “não leia o que foi escrito, olhe o que foi feito”, assumida desde os primórdios de minhas investigações na Arqueologia Histórica, neste caso específico eu me deixei levar irrefletidamente por ele, de tal forma que prevaleceu o que foi escrito, não o que foi feito.

Diante dessa evidência, assumo meu erro, que teve consequências na interpretação dos achados. Em lugar de eles serem atribuídos a duas casas separadas, o que teria sido o correto, eles foram interpretados como pertencentes a uma única residência. Com conteúdo duplicado, a ela foi conferida uma maior quantidade e diversidade de carnes consumidas, bem como de cerâmicas, louças, vidros e demais objetos domésticos, quando na verdade se tratava dos pertences de duas casas distintas.

Constatado o erro, não seria viável retroagir e refazer todos os trabalhos, considerando-se separadamente os nºs 374 e 376, com as análises já concluídas. O que é possível agora é, além de proceder à combinação das fontes, avaliar se a interpretação da vizinhança estudada foi comprometida, o que será visto em seguida, em cada uma das categorias analisadas, pelos seus diferentes autores. De todo modo, fica claro que se tivesse sido considerado apenas o registro arqueológico, desconsiderando-se o documento, o erro não teria sido cometido. Ao se confrontar ambas as fontes, uma vez encerrada a pesquisa de campo e obtidos os dados arqueológicos, ficaria claro que o remembramento dos lotes nº 376 e 374 ocorreu muito recentemente, de tal forma que não teria qualquer impacto sobre o trabalho que investigou a ocupação do conjunto de lotes no século XIX. Este teria sido, de fato, o melhor procedimento, de tal forma que a análise dos dados arqueológicos, estou mais que nunca convencida, deve ser feita de fato separadamente do registro documental, e só em uma etapa posterior se passar à combinação das fontes. Mea culpa.

## REFERÊNCIAS

BEAUDRY, Mary C. Introduction. In BEAUDRY, Mary C. (ed.), *Documentary Archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-4. 1988.

BEAUDRY, Mary C. Introduction: Ethnography in Retrospect. In *The Written and the Wrought: Complementary Sources in Historical Anthropology*, M. E. D'Agostino, E. Prine, E. Casella, and M. Winer, editors, p. 1–16. Berkeley: Kroeber Anthropological Society, Papers Nº 79, 1995.

LIMA, Tania Andrade; FONSECA, Martha Pereira Reis; SAMPAIO, Ana Cristina; FENZL NEPOMUCENO,

Andrea; MARTINS, Antonio Henrique Damásio. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. In *Anais da IVª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Dédalo, Publ. Avulsas 1:205-30, 1989.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*, História e Cultura Material, Nova Série, 2:87-150, 1994.

\_\_\_\_\_. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Manguinhos - História, Ciências, Saúde*, II(3):44-96, 1996 a.

\_\_\_\_\_. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, História e Cultura Material, Nova Série, 3: 129-191, 1996 b.

\_\_\_\_\_. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In *Anais do Museu Paulista*, História e Cultura Material, Nova Série, vol. 5:93-129, 1997.

\_\_\_\_\_. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XVIII. In ZARANKIN, Andrés e ACUTO, Felix A. (eds.) *Sed non satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, p. 189-238, 1999.

\_\_\_\_\_. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*, XXVIII(2):7-23, 2002.

\_\_\_\_\_. The Dark Side of Toys in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. *Historical Archaeology* 46(3):63-78, 2012.

PRAETZELLIS, Adrian; PRAETZELLIS, Mary (eds.). Archaeologists as Storytellers. *Historical Archaeology* 32(1):1-96, 1998.

WILKIE, Laurie A. Documentary archaeology. In HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary C. (eds.), *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 13-33, 2006.

#### TANIA ANDRADE LIMA E MARTHA LOCKS

Na combinação das fontes, nossa maior inquietação com referência aos restos alimentares por nós analisados foi com o protagonismo dado indevidamente ao lote nº 376. Ao juntarmos equivocadamente duas unidades residenciais, ele se destacou dos demais pela quantidade e diversidade de carnes consumidas, equiparando-se ao nº 366, no que veio a se configurar como uma interpretação totalmente incorreta.

À luz dos dados de campo, contudo, entendemos que os fundos do lote nº 376 foram seriamente comprometidos pela reforma que interligou essa casa às partes posteriores dos lotes nº 378 e 380, diminuindo consideravelmente as possibilidades de achados relativos a momentos anteriores da história de vida desse lote. Já na área que corresponderia ao nº 374, foi encontrado um setor de acúmulo substancial de lixo, de tal forma que nos pareceu provável que boa parte do que foi analisado fosse proveniente desse depósito. Se assim foi, o perfil descrito originalmente para os moradores do lote supostamente lembrado sob o nº 376 seria então muito mais daqueles que ocuparam o lote nº 374, que do nº 376 propriamente.

Tentando separar um lote do outro com base nas etiquetas de proveniência de cada fragmento ósseo, não só para comprovar essa hipótese mas para atenuar o equívoco cometido, os dados foram retomados e reordenados em novas tabelas, encontrando-se os seguintes resultados:

Tabela 1. Frequência dos ossos animais calculada anteriormente para o lote nº 376 lembrado (em cinza), e, agora, a dos dois lotes em separado, segundo as etiquetas de proveniência de cada osso.

Animais / Lotes	Anterior	Atual	
	376	374	376
Bovinos	74	51	23
Aves	6	2	4
Suínos	1		1
Ovinos/Caprinos	1		1
Peixe	1	1	
Ostra	1	1	
Cachorro	1	1	
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>56</b>	<b>29</b>

Pelos resultados obtidos na tabela 1, vê-se que, efetivamente, a quantidade de carne bovina encontrada no lote nº 374 foi mais que o dobro da que foi recuperada no lote nº 376, embora, no que diz respeito às aves tenha ocorrido o contrário.

Tabela 2. Frequência de cortes de carne bovina calculada anteriormente para o lote nº 376 lembrado (em cinza), e, agora, a dos dois lotes em separado, segundo as etiquetas de proveniência de cada osso.

Lotes / Cortes Bovinos	Anterior	Atual		Categoria das Carnes
	376	374	376	
Paleta	16	11	5	2ª
Costela	13	5	8	2ª
Coxão Mole/Patinho	13	12	1	1ª
Alcatra	10	6	4	1ª
Músculo Dianteiro	7	5	2	2ª
Filé Mignon/Contra Filé	4	3	1	1ª
Músculo Duro (Coxão)	3	1	2	2ª
Pescoço	3	3		3ª
Filé Mignon	1	1		1ª
Patinho	1	1		1ª
Mocotó	1	1		2ª
Rabada	1	1		2ª
Língua	1	1		2ª
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>51</b>	<b>23</b>	

Pelos resultados obtidos na tabela 2, vê-se que, além da quantidade, a maior variedade de cortes de carne bovina foi consumida no lote nº 374.

Tabela 3. Distribuição dos cortes pelos lotes nºs 374 e 376.

<b>Cortes / Lotes</b>	<b>374</b>	<b>376</b>
<b>Epífise</b>	12	5
<b>Ossobuco Alto</b>	5	2
<b>Canoa</b>	5	1
<b>Porção da Escápula</b>	5	1
<b>Porção do Iliaco</b>	4	2
<b>Ossobuco</b>	2	1

Pelos resultados obtidos na tabela 3, vê-se que o lote nº 374 consumiu pelo menos o dobro ou mais dos cortes de carne bovina, se comparado ao nº 376.

Os dados acima permitem ver que o lote nº 376 na verdade apresenta um perfil semelhante aos dos lotes nºs 368, 370 e 380, já bem descrito, enquanto o de nº 374 se destacou pela maior quantidade e variedade de carnes na sua dieta. Ou seja, o que antes foi atribuído ao nº 376 supostamente lembrado, na verdade corresponde ao nº 374. Contudo, no reposicionamento dos dados surgiu uma inesperada equivalência numérica entre a carne de 2ª e a de 1ª nessa casa, com pequena diferença entre elas, o que coloca seus moradores em posição mais vantajosa em relação aos demais.

No que diz respeito à aquisição da carne consumida nessas unidades domésticas, o levantamento histórico confirmou o que a pesquisa arqueológica antevira, a existência de um açougue nas imediações, ao ter identificado partes de um mesmo bovino encontradas nos lotes nºs 366 e 372, e 376 e 380. Só que, em lugar de estar localizado nas imediações, não apenas um mas dois açougues foram instalados na própria vizinhança: um, em armazém de secos e molhados no lote nº 380, que passou a vender carne verde, um negócio bem sucedido na década de 1860 que foi até mesmo expandido pelo seu proprietário para outros locais; e outro no lote nº 376, também oferecendo a venda de carne verde em 1867, mas que, ao que parece, teve vida breve, conforme Amado e Peres, neste volume. Assim, no que diz respeito às formas de aquisição de carne bovina à época, o registro documental não apenas confirmou como reforçou o que foi antevisto pela arqueologia.

GLAUCIA MALERBA SENE E ANDREA JUNDI MORGADO

Nosso trabalho analisou os vestígios arqueológicos relacionados às práticas cotidianas de preparo e consumo dos alimentos, compostos por panelas cerâmicas e faianças decoradas e simples. Neste sentido, o confronto entre os resultados dessas análises e as fontes históricas, apresentadas anteriormente, dar-se-á a seguir, considerando apenas as informações que direta ou indiretamente interrelacionam essas categorias e cada um dos lotes da vizinhança.



No Lote nº 366, o uso de vasilhames cerâmicos de tamanho médio a grande parece estar de acordo com o tamanho da casa e a circulação de pessoas, coadunando-se com os anúncios de cômodos para aluguel e contratação de serviços para cuidar de roupas, cozinhar e arrumar a casa, dadas as suas dimensões avantajadas em relação às demais da vizinhança. A alta rotatividade de indivíduos demandaria essas necessidades.

A presença de africanos ou afrodescendentes escravizados na residência não é confirmada pelos registros documentais encontrados, mas as evidências materiais não deixam dúvidas quanto a sua presença do local, especialmente no que tange às formas e tecnologias de confecção dos recipientes cerâmicos destinados ao preparo prévio e cozimento dos alimentos.

O anúncio de venda de meia mobília de boa qualidade chamou-nos a atenção, em função dos itens anunciados: piano, espelho de cristal e quadros. Certamente, desnecessários para o novo destino do imóvel: tornar-se uma casa de cômodos. Apenas móveis essenciais deveriam ocupar os espaços.

Com base nas informações históricas, a comida parece ter sido produzida em considerável quantidade para atender a todos os moradores. Os tipos de peças empregadas no preparo corroboram esse fato, bem como a preferência por oferecer alimentos ensopados, de menor custo e fácil preparo. A quantidade de peças fundas para serviço e consumo dos alimentos também parecem indicar essa prática.

Desde o início da análise, chamou nossa atenção o alto índice de fragmentação dos pratos, o que a nosso ver poderia ser explicado pela intensidade do uso, compatível com a alta rotatividade de uma casa de cômodos, que oferecia/servia refeições diárias aos moradores ou mesmo a frequentadores ocasionais.

A faiança branca, simples e barata, compatível com os novos rumos assumidos pela casa e com o contexto da segunda metade do século XIX, foi a escolhida e aparentemente usada à exaustão. A diversidade da faiança decorada seria uma evidência material da ocupação do local na primeira metade dos oitocentos ou da reutilização de peças de serviço e consumo herdadas. Seus quantitativos são semelhantes.

O Lote nº 376, de acordo com a planta do empreendedor, seria um único imóvel. As pesquisas arqueológicas, embora tenham encontrado alicerces que se coadunavam com o desmembramento do mesmo em duas unidades, seguiu a referida planta, procedendo-se a todas as coletas, documentações e análises considerando-se uma única unidade ocupacional ao longo do século XIX. Neste sentido, tratar-se-ia de uma casa com características semelhantes àquela do lote nº 366, como descrevemos no nosso artigo “Como comeram: das panelas à mesa”. O peso de um documento histórico, mesmo de origem incerta, foi de tal ordem que determinou todo o processo de escavação, chegando ao ponto de se tornar uma “verdade absoluta”, inquestionável, ainda que suas evidências construtivas escancaradamente se coadunassem com as das demais unidades ali expostas. Como já ressaltado anteriormente pela coordenadora deste projeto, aqui não podemos nos esquivar de compartilhar essa culpa, esse erro. A suposta irrefutabilidade de um “documento” escrito suplantou a obviedade inexorável das evidências materiais naquele momento.

Neste sentido, se pudéssemos desmembrar a unidade em questão em duas, não teríamos casas com características tão distintas daquelas dos demais vizinhos. Elas seriam, na verdade, mais do mesmo: pessoas comuns, acumulando as mesmas “tralhas”, comendo do mesmo jeito e compartilhando as mesmas inquietações. É assim que as diversas fontes históricas levantadas têm apresentado os lotes nºs 374 e 376, separadamente.

A ocorrência de painéis de cerâmica simples, de produção local, teria indicado a presença de africanos escravizados no local, fato confirmado pelo anúncio no lote nº 374: “vende-se uma crioula perfeita mucama”, em 1856. Tal oferta parece não só reforçar as habilidades dessa mulher no desempenho das atividades domésticas, mas também alguma restrição financeira pela qual poderiam estar passando seus donos, a ponto de colocá-la à venda. Outro anúncio de oferta, agora no lote nº 376, de “uma senhora de cor parda...” querendo alugar-se como ama de leite corrobora a presença aí da mulher afrodescendente, porém não mais cativa.

Esporadicamente, alguns cômodos foram colocados a alugar no final do século XIX, mas sem indicação de que se trataria de uma casa de cômodos. Nesse período, teriam sido duas casas ocupadas por famílias pequenas com presença de escravas para o desempenho de tarefas domésticas, incluindo os afazeres culinários e tudo que os envolve. Somente no início do século XX, o lote nº 376 teria se tornado uma casa de cômodos, imprimindo ao local uma maior rotatividade de pessoas. As materialidades estudadas seriam compatíveis com essa função, tanto no que se refere ao preparo e cozimento dos alimentos, quanto ao serviço e consumo à mesa. As mesmas faianças decoradas e simples foram observadas no local.

Como nos demais lotes, no nº 378 também foi observada a presença de uma negra escravizada vinculada ao trabalho doméstico, posta à venda em 1850, através de anúncio. Destacava-se à época suas habilidades, inclusive “vender quitandas e coser”. Corrobora-se a participação de mulheres escravas nos afazeres domésticos e na venda de alimentos nas ruas do Rio. Peças do tipo alguidar eram não só utilizadas para o preparo prévio dos alimentos na cozinha, mas também como suporte para o armazenamento, transporte e venda de itens alimentícios pelas ruas da cidade.

O quantitativo menor de vasilhames cerâmicos para preparo e cozimento dos alimentos, bem como de faianças decoradas e simples coadunam-se com as referências documentais históricas de que a casa era ocupada por “pequena família”, segundo anúncio de 1898. Destacamos ainda a presença de alguns fragmentos de xícaras de café que poderiam estar associados à existência, no local, já no século XX, de um botequim e um café.

Um anúncio de jornal de 1890, comunicando falecimento de filha de três anos, seguido de outro, dois anos depois, pedindo “uma criada para casa de pequena família”, indicam que o imóvel edificado no lote nº 372 foi ocupado por uma família pequena por algum tempo. Tal fato parece estar refletido na baixa quantidade de recipientes para preparo e cozimento de alimentos, também sem qualquer distinção formal daqueles usados pela vizinhança. O mesmo ocorre com as peças de serviço e consumo à mesa: número reduzido de itens.

Anos antes, em 1874, uma publicação refere-se a uma “escrava fugida” e outra, ao oferecimento para aluguel de “um cômodo em casa de senhora”, em 1878. Consubstancia-se a presença da mulher africana na vizinhança, certamente relacionada às atividades domésticas. Já a faiança decorada, maciçamente produzida na primeira metade do século XIX, pode estar relacionada a pessoas de mais idade, que preservavam exemplares recebidos por herança ou resultantes de escolhas pessoais na juventude. Entretanto, os mesmos padrões decorativos estão presentes nas casas dos vizinhos adjacentes.

No lote nº 368, a ocupação correspondeu ao padrão de família pequena durante toda a segunda metade do século XIX, alterando-se para casa de cômodos durante primeiro quartel do século XX. A baixa ocorrência de tigelas e painéis coaduna-se com os dados históricos, da mesma forma que um exemplar de painel de cerâmica de produção local parece fortalecer a presença de mulheres escravizadas. Nesse caso, o anúncio de 1855 confirma sua presença na

casa: "...aluguel de uma mulher de cor...", e mantém o mesmo padrão observado entre os demais vizinhos.

Assim como o nº 366, o lote nº 368 veio a se transformar numa casa de cômodos no início do século XX, ainda que o quantitativo das faianças brancas não corresponda fidedignamente à maior rotatividade que a casa passou a ter. Outra possibilidade é a de não terem sido oferecidas refeições aos moradores temporários.

O Lote nº 370 foi apresentado historicamente como um local de moradia de famílias pequenas ou pessoas sozinhas, não tendo abrigado qualquer tipo de comércio na segunda metade dos oitocentos. Apresentou raras citações em jornais da época e coincidentemente escassas evidências materiais relacionadas às práticas alimentares *in loco*, impossibilitando reflexões mais consistentes.

De todos os lotes analisados, o de nº 380 parece ter sido o que mais foi utilizado comercialmente, conforme os anúncios de jornais. Foram inúmeros os estabelecimentos ali localizados, vendendo toda sorte de mercadorias ao longo dos Oitocentos. Entretanto, dois anúncios, sendo um de 1855 e outro de 1860, parecem indicar a presença de africana escravizada, primeiramente sendo ofertada como ama de leite, e cinco anos depois como "uma preta para todo o serviço...". Não é possível saber se se trata da mesma pessoa, mas o fato é que o local possuía cativos para serviços gerais, o que pode estar relacionado à presença de panela de cerâmica de produção local, ainda que em quantidade extremamente reduzida. A escassez dos vestígios materiais para preparo e consumo dos alimentos, observada neste lote, pode estar vinculada, outrossim, ao seu intenso uso comercial ao longo da segunda metade do século XIX e primeira do XX.

O levantamento histórico apresentou algumas informações importantes sobre os moradores dessa vizinhança, confirmando especialmente a presença de escravos para serviços gerais e de ganho, em muitas das residências implantadas nesses lotes. O estudo das materialidades neles encontradas já vinha indicando essa possibilidade. O alto índice de fragmentação das faianças, notadamente os pratos, coaduna-se com a alta rotatividade de pessoas nessas unidades, ora como proprietários ora como inquilinos, com famílias maiores ou menores, especialmente quando esses espaços foram transformados em casas de cômodos.

À exceção do lote nº 366 (mesmo que discreta), todos os demais moradores seriam pessoas comuns, trabalhadores, funcionários públicos, comerciantes, representantes de segmentos médios da sociedade da época. Ao contrário do que se possa pensar, foi em busca dessas pessoas, os invisíveis dos Oitocentos, que nós arqueólogos estávamos: suas escolhas, ações e práticas cotidianas. Lamentavelmente, as materialidades remanescentes apresentaram limitações analíticas e interpretativas e as informações históricas da primeira metade dos Oitocentos não foram localizadas. Nosso trabalho atreveu-se a falar um pouco de como essa gente comum manuseou e preparou seus alimentos, e como serviu e saboreou suas refeições, com base na cultura material recuperada e sob a égide dos documentos históricos que desvelaram o nome, o tempo e o lugar dessa gente.

MARCOS ANDRÉ TORRES DE SOUZA E LUAN OUVENEY

A proposta de considerar os dados documentais em um momento tardio na execução de uma pesquisa arqueológica suscita, a nosso ver, três questões de ordem metodológica. A primeira refere-se ao uso combinado de fontes. É bem conhecida a capacidade da Arqueologia Histórica para trabalhar com múltiplas linhas de evidência. Essa qualidade advém não apenas

do caráter interdisciplinar da nossa disciplina, mas também do fato de que a Arqueologia Histórica possui uma natureza dual, na medida em que se desenvolve em interface com a História. Uma posição há muito advogada – e por nós diligentemente seguida – parte do entendimento de que as fontes não devem ser tratadas de forma compartimentalizada, na medida em que isso pressupõe incomunicabilidade entre elas (DEAGAN, 1988:8; LEVY, 2000). Contrapondo-se a esse procedimento, vem sendo defendido que, tanto nas nossas análises quanto nas nossas construções narrativas devemos realizar a interdigitação das fontes, quando, por meio da costura de indícios temos a possibilidade de negociar eventuais contradições, especificidades, sobreposições ou divergências existentes entre elas (BEAUDRY, 1995, 2017). O exercício proposto neste volume deixa clara a indispensabilidade do trabalho de interdigitação.

Nesse sentido, ao tratarmos de uma vizinhança oitocentista em uma área que, à época, se destacava pelas atividades comerciais, moradia e trânsito de diferentes pessoas, podemos perceber a diversidade de atores, atividades e práticas cotidianas. A pesquisa histórica realizada nos oferece um nível de informação onde ficam claras ao menos duas instâncias de percepção: a primeira, vinculada à variabilidade de ocupantes e atividades comerciais; e a segunda, como essa variabilidade impacta as percepções sobre a materialidade encontrada e os comportamentos associados a ela.

Em primeiro, o mapeamento dos ocupantes e da história de cada lote orientados cronologicamente, esmiúçam, na maioria dos casos, a composição do núcleo familiar, o estado civil, a profissão dos residentes e outros acontecimentos cotidianos, como a necessidade da contratação de serviços domésticos, ou até mesmo eventos como o desabamento de um sobrado. Essa apuração de acontecimentos no passado nos permitem uma percepção mais estreita dos ocupantes e das atividades ocorridas em uma vizinhança, principalmente influenciada, ao nosso ver, pela diversidade, que indica uma variedade de atores, ocupações, negociações e eventos. A variabilidade atestada pelos registros históricos na ocupação dos lotes da rua Riachuelo interage com a materialidade e com a análise do comportamento humano no passado na medida em que a composição familiar e o perfil socioeconômico auxiliam a compreensão de como escolhas foram operadas, conectando as pessoas à materialidade que foi encontrada.

Assim sendo, em segundo, acreditamos que a intersecção entre fontes certamente promove percepções mais estreitas sobre um determinado contexto. Ao elencarmos o caso da rua Riachuelo durante o período em que este livro trata, algumas hipóteses ganham potência, por isso fazemos, como exercício, algumas associações. Como exemplo, o alto consumo de bebidas alcoólicas nos lotes nºs 366 e 378 com os recorrentes anúncios, no primeiro caso, de aluguel de quartos para moços solteiros; e, no segundo, pelas trágicas histórias associadas ao lote em questão. Poderiam os jovens do sexo masculino nessa vizinhança durante o século XIX estarem mais propensos ao consumo do álcool? Ou até mesmo, os infortúnios acontecidos na vida dos moradores do lote nº 378 podem ser relacionados ao consumo excessivo de uma substância entorpecente, na tentativa de remediá-los? Partindo da intersecção entre fontes históricas e arqueológicas, acreditamos que sim.

Seguindo nessa direção, e para além das bebidas alcoólicas, outra situação nos parece interessante. A maior porcentagem de vidros medicinais e produtos de toucador está associada ao lote nº 370, local onde residiram as pessoas mais abastadas dessa vizinhança. Será essa associação uma mera coincidência? Acreditamos que não, na medida em que a presença desses itens indica um comportamento que certamente demandava investimento. A última

associação que nos chama a atenção é a presença de um único frasco de tinteiro no lote nº 368, justamente onde residiu por 25 anos um escriturário dos telégrafos, coincidência ou não, a materialidade atesta e sustenta uma interpretação sobre atividades cotidianas e seus atores.

Uma questão metodológica de outra ordem, claramente ligada ao que expusemos acima, diz respeito à capacidade de, por meio da costura indiciária, realizarmos movimentos entre diferentes escalas (Wilkie, 2006). Esses movimentos podem ser feitos do micro para o macro ou do individual para o coletivo, e vice-versa. Entre outras vantagens, isso favorece a correlação entre os “sujeitos históricos” encontrados nas fontes documentais e conjuntos materiais particulares que encontramos em um sítio arqueológico. Em outras palavras, esse movimento entre escalas permite, nas nossas construções narrativas, recuperarmos nomes e histórias de vida, entrelaçando-os aos artefatos que estamos estudando e às práticas a eles relacionadas. Entendemos que esse movimento é basilar no nosso processo interpretativo, sobretudo porque as histórias de vida com as quais nos deparamos nas nossas investigações são “histórias que importam” (Beaudry, 2006). Por meio do cruzamento de fontes e movimentos entre escalas, temos a possibilidade de acessar uma grande diversidade de trajetórias pessoais, antes esquecidas, e discorrer sobre elas. Ainda mais importante que isso, temos a valiosa oportunidade de desenvolver um sentimento de empatia e intimidade com essas pessoas (Beaudry, 2006:2). Na pesquisa documental realizada por Nayara Amado e André Peres revelam-se fragmentos de histórias de vida que, se integrados aos dados arqueológicos, podem permitir muitos ganhos.

Uma última questão de ordem metodológica que não podemos deixar de notar diz respeito ao impacto do *big data* no campo da arqueologia histórica. Na pesquisa documental realizada podemos perceber que, ao lado de um trabalho metuculoso e bem realizado, foi produzida uma massa de dados que só é possível ser obtida por meio de ferramentas de busca booleana em bancos de dados digitais. As vantagens do *big data*, tais como a disseminação ampla de recursos de informação e a democratização do conhecimento, já são bem conhecidas. Para o trabalho aqui realizado, destacamos a possibilidade de obtermos dados documentais muito mais completos para nossas análises, o que permite complicarmos, no melhor sentido do termo, nossas interpretações. É inegável que por meio do *big data* temos condições de ampliar de forma muito significativa nossos conhecimentos sobre histórias de vida e certas práticas do passado. Ainda que esses impactos devam ser mais bem avaliados, em futuro próximo, não podemos deixar de notar o seu potencial, revelado na pesquisa histórica realizada acerca dos ocupantes de uma vizinhança na rua Riachuelo.

## REFERÊNCIAS

BEAUDRY, Mary Carolyn. Introduction: Ethnography in Retrospect. In: D'AGOSTINO, Mary Ellin; WINER, Elizabeth Prine; CASELLA, Eleanor (Ed.). *The Written and the Wrought: Complementary Sources in Historical Anthropology*. Berkeley: University of California, 1995, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Stories that Matter: Material Lives in 19th-century Lowell and Boston, Massachusetts. In: GREEN, Adrian; LEECH, Roger. (Ed.). *Cities in the World, 1500-2000*. Society for Post-Medieval Archaeology, 2006, p.1-20.

\_\_\_\_\_. Documentary Archaeology: Dialogues and Discourses. In: SYMONDS, James; HERVA, Vesa-Pekka (Ed.). *The Oxford Handbook of Historical Archaeology*. Oxford: Oxford Handbooks Online, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199562350.001.0001/oxfordhb-9780199562350-e-3>>. Acesso em: 02 Novembro 2020.

DEAGAN, Kathleen. Neither History nor Prehistory: the Questions that Count in Historical Archaeology. *Historical Archaeology* 22(1):7-12, 1988.

LEVY, Philip. Always a Handmaiden – Never a Bride: a Historical Archaeologist Explores the Divide Between Archaeologists and Historians. *Archaeology Archive, online features*, 2000. Disponível em: <<https://archive.archaeology.org/online/features/history/>>.

WILKIE, Laurie. Documentary Archaeology. In: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary. *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.13-33.

### Tania Andrade Lima

O levantamento documental feito por Amado e Peres neste volume confirmou nosso entendimento de que as unidades residenciais que compuseram a vizinhança estudada na rua Riachuelo foram, em sua origem, casas térreas, construídas em lotes estreitos e profundos, paralelos, no alinhamento das vias públicas e com empenas cegas coladas umas às outras. Trata-se de um sistema parcelário estabelecido ao final da primeira metade do século XIX, que se estendeu pelo centro do Rio de Janeiro. Uma exceção foi o lote nº 366, bem mais amplo, e por essa razão atribuímos a ele uma maior antiguidade, precisamente por escapar a esse modelo.

As referências mais recuadas sobre essas casas nos periódicos consultados pelos dois autores datam de 1850 em diante, o que efetivamente coincide com a introdução desse sistema parcelário, permitindo supor que elas foram erigidas na transição da primeira para a segunda metade do século. Mas tampouco foram encontradas menções anteriores a essa data para o lote nº 366, supostamente mais antigo, e onde foram encontradas moedas de 1820 e 1832, o que faz com que essa possibilidade permaneça em suspenso.

Embora quase todas as unidades domésticas tenham sofrido, com o passar do tempo, modificações de diferentes naturezas e portes, uma delas manteve até tardiamente suas características originais, descritas em anúncio de leilão publicado no *Jornal do Commercio*, em 17 de dezembro de 1916, como mostraram Amado e Peres neste volume:

Leilão de um pequeno prédio sito à Rua do Riachuelo, 380, tendo na frente uma janela e uma porta de rotula, de construção antiga, frente de beira de telha, com portadas de cantaria: mede de frente 3m30 por 10m70 de fundos, tendo em seguida um puxado que mede 2m90 de extensão por 1m50 de largura e área aberta ao lado e é dividido em duas alcovas e cozinha no puxado.

E não apenas ela guardou sua primitiva feição, sendo o puxado claramente uma pequena ampliação posterior, mas também as duas casas geminadas muito próximas à vizinhança estudada, de nºs 354 e 356, como se vê na foto abaixo, que consta no Capítulo 2 como figura 1, novamente reproduzida aqui (Fig. 1): de porta e janela, frente de beira de telha e portadas de cantaria, tal como no anúncio acima. Essas duas casas, hoje pertencentes à Santa Casa da Misericórdia, como apresentado anteriormente, foram tombadas em nível municipal, como exemplares do século XVIII. Contudo, ou elas são de fato dos Setecentos e a tipologia foi mantida nos Oitocentos, ou são do século XIX, contemporâneas às casas analisadas, só que seguindo um modelo antigo. De uma forma ou de outra, o fato é que esta era a aparência das unidades residenciais que compuseram a vizinhança estudada.

Nos últimos anos do século XIX e início do XX, apareceram anúncios oferecendo o aluguel de sótãos nas casas nº 370, 372 e 374, sugerindo o acréscimo, para fins de rendimento, de aposentos mais arejados e ensolarados que as sufocantes e insalubres alcovas das casas térreas, uma crescente reivindicação dos higienistas que recomendavam maior circulação de

ar. Provavelmente esses “sótãos” eram camarinhas, pequenos torreões engastados nas coberturas, como se vê na figura 2, abaixo:

Figura 1. Casas geminadas de porta e janela atribuídas ao século XVIII na rua Riachuelo, atualmente tombadas, muito próximas da vizinhança estudada, cuja feição original decerto foi muito semelhante a elas. Foto: T. A. Lima.

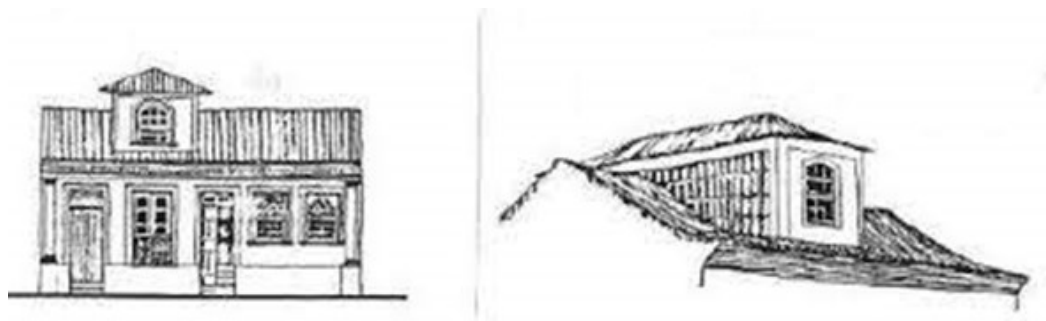


Figura 2. Desenho de casa térrea de porta e janela, com camarinha na cobertura. Autor desconhecido.

Porém mais que o acréscimo de sótãos, algumas das unidades residenciais passaram por reformas mais amplas. Foi o caso do nº 366, que, em 1890, foi anunciado como um sobrado; do nº 368, que, não apenas teve os fundos reformados (o que ocorreu também com os nºs 370 e 372), como efetivamente se tornou um sobrado, reconhecido como tal durante a etapa de escavação do terreno, graças aos degraus remanescentes de uma escada de acesso ao piso superior que foram encontrados; e também do nº 376, que, tendo incorporado a parte posterior dos lotes vizinhos nºs 378 e 380, foi anunciado como tendo um “sobrado nos fundos”, algo atípico, posto que essa tipologia era caracterizada por fachadas de frente alinhadas com as vias públicas.

As plantas das reformas dos fundos das casas dos lotes nºs 368, 370 e 372 permitem analisar de que forma seus proprietários foram respondendo aos novos programas de necessidades que se impunham, à medida que avançava o pensamento higienista difundido pela medicina social. O remodelamento das casas dos lotes nºs 370 e 372 é exemplar nesse sentido, como mostraremos a seguir, ainda que repetindo imagens já apresentadas e em parte discutidas por Amado e Peres neste volume.

A proposta de reforma que está representada na planta abaixo (Figs. 3 e 4) efetivamente foi executada, posto que corresponde ao que foi encontrado na escavação desse lote. É possível observar a clássica distribuição original da *casa brasileira*, com o cômodo da frente (que não foi possível expor na sua totalidade na pesquisa de campo), seguido de duas alcovas e a sala de refeições ao fundo, unidos por um corredor lateral. Com a reforma, a segunda alcova foi transformada em “área”, ganhando luminosidade graças à implantação de uma clarabóia.

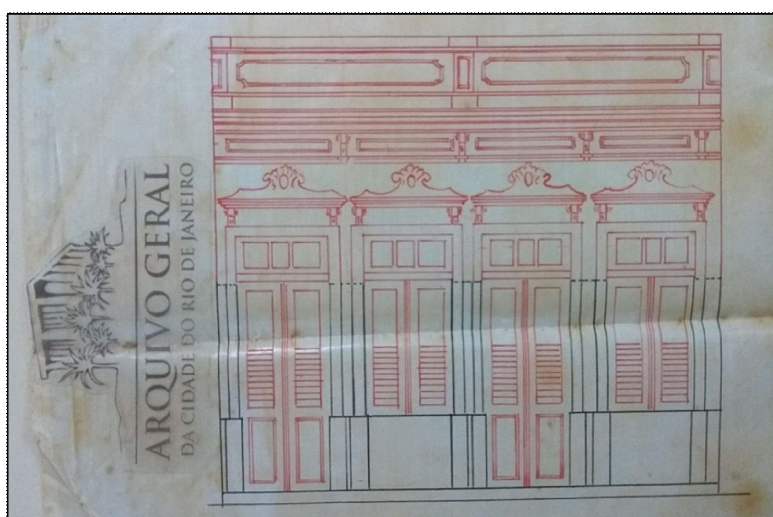


Figura 3. Fachada de frente das casas geminadas nºs 370 e 372, tipologia porta e janela, com platibanda ornada, na reforma de 1910.

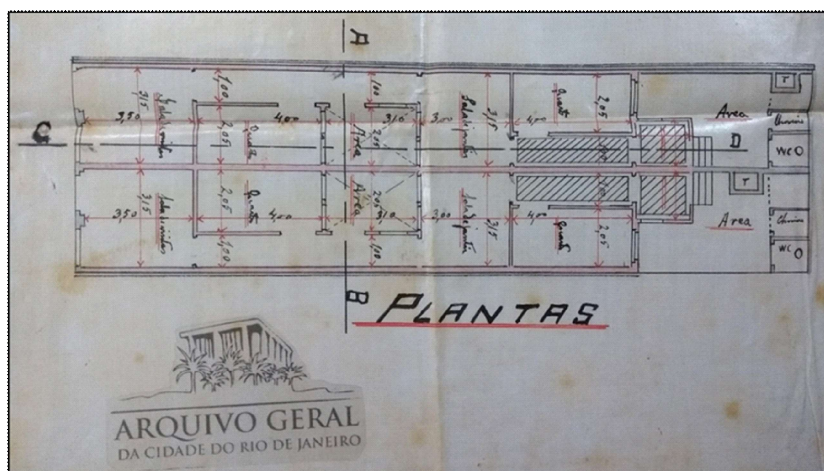


Figura 4. Planta baixa das casas geminadas nºs 370 e 372, com as modificações propostas.



A zona hachurada corresponde a um aterro para elevação do piso dos cômodos posteriores acrescentados à casa (Fig. 4). No decorrer da escavação, precisamente aí foi observada uma concentração de materiais descartados (ver capítulo 2, Lote nº 372, Fig. 59), interpretada como uma área de despejo de lixo; mas que, graças à recuperação dessa planta, foi reinterpretada, agora corretamente. Segundo o arquiteto e urbanista Augusto Ivan Freitas Pinheiro, profundo conhecedor da cidade<sup>1</sup> e com quem tive a satisfação de discutir a reforma dessa casa, pode de fato se tratar de um aterro. É inquestionável a intenção de se elevar a cota da soleira para prevenir inundações, como demonstram a escada de acesso nos fundos e a fachada posterior (Figs. 4 e 5), tendo em vista que os fundos desses lotes eram alagáveis. Essa condição é atestada pelo sistema de drenagem encontrado nesta e em outras casas da vizinhança. Segundo Augusto Ivan, o piso de tábuas representado nesses cômodos sugere um porão baixo, como efetivamente consta na planta da fachada posterior (Fig. 5). Fato é que a quantidade de material aí acumulado e recuperado pela pesquisa arqueológica corresponde decerto a um aterro para alceamento dos novos cômodos.

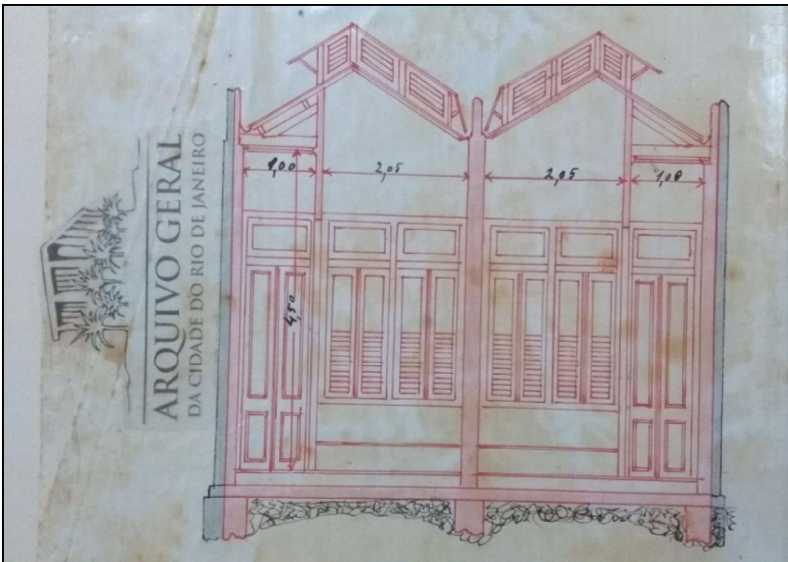


Figura 5. Fachada dos fundos das casas geminadas nºs 370 e 372, com os cômodos posteriores alceados mediante aterro realizado com materiais descartados, configurando um porão baixo.

Em 1944, foi publicado um anúncio do leilão desta casa, como mostraram Amado e Peres neste volume, que a descreve perfeitamente, o que significa que ela conservou por muitas décadas a mesma configuração encontrada pela arqueologia:

Rua do Riachuelo – antigo 320 – Prédio térreo, feito de platibanda, construído no alinhamento da rua, tendo na fachada 1 porta e 1 janela de peitoril, construção antiga de pedra, cal e tijolos, portadas de cantaria, soleiras de mármore, coberta de telhas tipo francês, mede de largura na frente, 3,40 e de comprimento 18,95; existe também um puxado que mede 2 metros de largura por 2 metros de

<sup>1</sup> Autor de vários livros sobre a história do Rio, foi subprefeito do Centro, Secretário de Urbanismo, e um dos responsáveis pela concepção do Corredor Cultural, projeto de preservação e revitalização do Centro da cidade.

comprimento. Divide-se em 2 corredores ladrilhados e forrados, uma área com claraboia e mais 2 quartos forrados e assoalhados, cozinha e privada ladrilhada e forrada. Acha-se a construção edificada em terreno plano fechado na frente pelo próprio prédio e pelos lados e fundos por paredes e muros, medindo 3,40 x 25,40.

Ainda no que diz respeito aos lotes, ao confrontarmos as fontes arqueológica e textual, constatamos que cometemos um outro equívoco, além do suposto remembramento dos nºs 374/376, este agora referente ao nº 380 A. Ao delimitarmos cada unidade de acordo com os alicerces encontrados, não vimos a possibilidade de ter existido no passado, diante da exiguidade do terreno, mais uma moradia correspondente a essa numeração, tal como consta na planta cedida pelo empreendedor. Por essa razão, entendemos, conforme exposto no Capítulo 2 ao discutirmos o lote nº 380, que essa teria sido uma subdivisão feita em tempos recentes, resultante de negociação feita, provavelmente, para a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais no século XX.

Contudo, Amado e Peres demonstraram detalhadamente, em seu artigo neste volume, a movimentada trajetória desse lote ao longo de um século, sem qualquer sombra de dúvida quanto à sua existência sob essa numeração. Entretanto, do ponto de vista da arqueologia propriamente, nada pode ser dito a seu respeito, tamanha a eliminação de evidências do seu passado, em razão das pesadas reformas por ele sofridas. Parte que foi do que supomos e interpretamos logo no início ter sido um galpão de um estabelecimento comercial ou industrial, provavelmente uma oficina ou garagem em função de um tanque semelhante aos existentes em borracharias, dele pouco restou. Mas nossa suposição, construída apenas através da materialidade, se confirmou: de fato, o registro documental aponta que, na década de 1920, o lugar foi sucessivamente uma oficina, e depois uma “oficina de carrocerias de autocarros”. Desta forma, a divisão dos lotes da vizinhança, (Fig. 6) apenas estimada em decorrência da falta de evidências para os três últimos, no caso, as fundações dos imóveis, teria sido a seguinte:

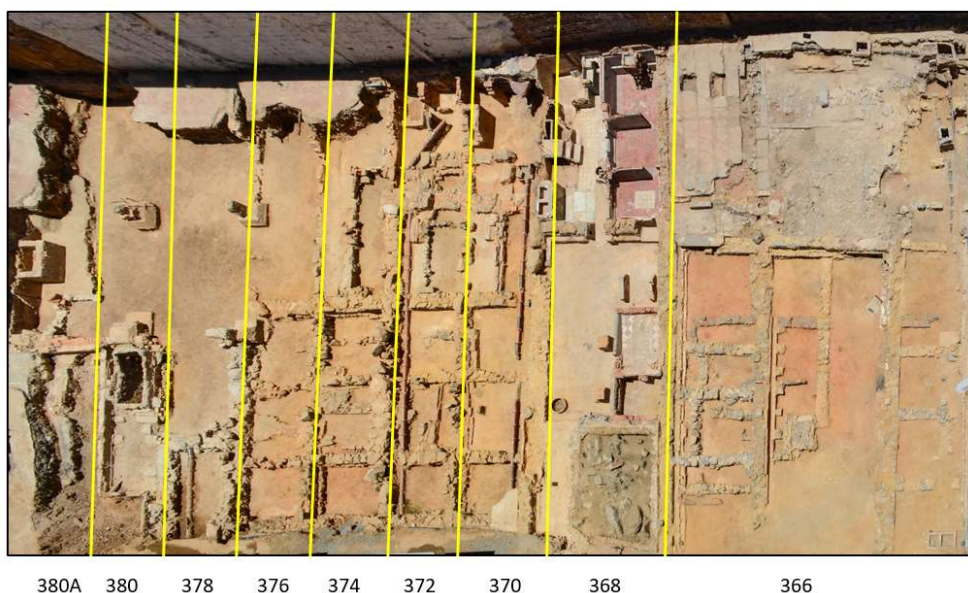


Figura 6. Configuração revista dos lotes da vizinhança estudada.

Equívocada foi também a interpretação da planta do lote nº 368, a partir do pouco que restou da sua repartição original. Diante de apenas dois cômodos e de uma escada de acesso a um piso superior, ele foi entendido como um sobrado, com o térreo tendo uma função não residencial. Essa repartição, somada à placa de cirurgião-dentista encontrada, nos levou à suposição de que no imóvel poderia ter funcionado um consultório no início do século XX. Diante do histórico levantado, contudo, essa hipótese se mostrou sem qualquer fundamento, já que nenhuma referência ao nome nela impresso foi encontrada na documentação consultada. Mais ainda, este foi um dos lotes mais modificados e impactados por reformas, o que explica o pouco que restou da sua repartição primitiva, de tal forma que essa casa deve ter tido uma compartimentação semelhante à das demais.

As fontes se mostraram claramente conflitantes em um caso: no levantamento histórico há menção à venda de telhas coloniais de louça no nº 370. Contudo, essas telhas foram encontradas inequivocamente, na pesquisa arqueológica, no lote nº 368 (ver A Interpretação dos dados arqueológicos, neste volume, Figs. 7 e 8). Ao constatar essa discrepância, voltamos aos dados de campo, pois poderia se tratar de um achado feito no limite entre os lotes, que teria sido registrado equivocadamente como pertencente ao nº 368, sendo na verdade do nº 370. No entanto, ele foi muito bem documentado no diário de campo de Andrea Jundi Morgado, e também fotograficamente, como mostram as fotos abaixo feitas durante a escavação (Figs. 6 e 7), de tal forma que as telhas foram encontradas sem dúvida no lote nº 368, enquanto o levantamento histórico informa que elas foram vendidas no nº 370. Podem ser aventadas várias possibilidades para explicar a razão dessa discrepância, porém todas altamente especulativas, de tal forma que apenas assinalamos a divergência entre os dois registros, sem conseguir comprovar suas razões.



Figura 7. Escavação do lote nº 368 e alguns dos materiais recuperados no momento da escavação. Foto: Andrea Jundi Morgado.

Se algumas residências foram reformadas e mantiveram sua feição original apenas com alguns acréscimos, outras não tiveram a mesma sorte. É o caso do lote nº 378, cuja casa nos anos 1870 foi descrita como térrea, de porta e janela, “dividida em cômodos para pequena família”. Em 1902, ela desabou e ficou em ruínas até ir a leilão, em 1910, quando foi reconstruída e transformada em sobrado.



Figura 8. Detalhe de alguns dos materiais recuperados: à esquerda os vidros com a inscrição “not to be taken”, e, à direita, as telhas, descritas no anúncio como ‘coloniais’, de louça pintada. Foto: Andrea Jundi Morgado.

Esses acréscimos de sótãos, de expansão dos fundos e construção de sobrados parecem ter sido feitos com o propósito de ampliar as casas para disponibilizar um maior número de cômodos para locação. Poucos proprietários parecem ter residido de fato no local, como Manoel Francisco Mancebo, mas apenas na década de 1870. Dono de considerável patrimônio imobiliário e dois escravos domésticos, um deles cozinheiro, ele dispôs de recursos, na condição de negociante de secos e molhados. Porém na última década do século, a casa foi transformada em sobrado, com cerca de 20 cômodos, que passaram a ser alugados a “moços do comércio” e a casais sem filhos, bem como para estabelecimentos comerciais, entre eles uma marcenaria e um botequim, conformando uma vizinhança dentro de uma vizinhança.

Basicamente esses imóveis eram para a renda dos proprietários, em sua maioria mulheres, que, em um dos casos, viviam no exterior. Na década de 1870, eles foram herdados por duas dentre seis irmãos, filhos do avaliador de escravos Francisco Corrêa Dutra, também apontador do Arsenal de Guerra da Marinha. Os lotes nºs 368, 372 e 376 se tornaram propriedade de Hortência B. Dutra de Oliveira; e os de nºs 370, 378 e 380, de Julieta N. Dutra de Castro Silva, que passaram à condição de locatárias dessas casas.

Nas primeiras décadas do século XX, elas já tinham mudado de mãos. Os lotes nºs 366, 370 e 372 passaram, por herança de Rodrigo José Gonçalves, a Belmira Amélia Gonçalves e suas filhas, que moravam em Paris, vindo apenas eventualmente ao Brasil. Blanche Amélia Gonçalves, provavelmente uma das filhas, consta como a responsável pela reforma feita na casa do lote nº 372, discutida acima; e Belmira, como a do lote nº 368.

A desconexão das proprietárias com seus imóveis e a sucessão estonteante de inquilinos em praticamente todas as casas inviabilizaram a correlação da materialidade encontrada com seus produtores, consumidores e usuários, tão cara à arqueologia urbana, estabelecida através da combinação de dados arqueológicos, textuais, e, quando possível, orais. Se com os moradores das décadas de 1850 e 1870 esse objetivo ficou longe de poder ser alcançado, a partir do momento em que essas unidades habitacionais foram transformadas em casas de cômodos, de alta rotatividade, ficou de todo inviável tentar qualquer conexão entre o registro arqueológico e o documental.

Os restos alimentares e os objetos imprestáveis descartados por essas pessoas e recuperados pela arqueologia foram acumulados em um intervalo de tempo não determinado, nos Oitocentos, quando ainda não havia sido criado um serviço de remoção de lixo na cidade. Foi só em 1885, com a contratação de Aleixo Gary pelo governo para a limpeza da cidade - aí entendida a retirada de lixo de logradouros, casas particulares e praias - que esse serviço começou.

Findo o contrato com Gary<sup>2</sup>, outras tentativas não muito bem sucedidas de confiar esse trabalho a particulares fizeram com que a Prefeitura acabasse criando, ao final do século, a Superintendência de Limpeza Pública e Particular da Cidade, sendo as remoções feitas em carroças com tração animal para a Ilha da Sapucaia, no Caju. Em 1906, o serviço dispunha de 1.084 animais, insuficientes para coletar as 560 toneladas de detritos que a cidade produzia naquela época, o que viria a determinar sua substituição por auto-caminhões<sup>3</sup>.

Ao se iniciar o novo século, essa maior eficiência no trato com o lixo atendia ao higienismo preconizado pela Medicina Social. Transformando mentalidades e sensibilidades, neste caso, em especial, a olfativa, produzindo noções como a de repugnância à sujeira, e instalando uma nova racionalidade fundada na técnica e na ciência, essa medicina, essencialmente urbana e preventiva, produziu transformações profundas e irreversíveis na cidade, em direção à Modernidade pretendida.

No caso em tela, com a erradicação do acúmulo do lixo doméstico nas residências, infestadas de ratos, como mostrou a análise da amostra faunística neste volume, restou no solo tão somente o que antecedeu a essas medidas, depois da atuação dos fatores deposicionais e pós-deposicionais que interferem nesses processos de acumulação. Esta é a razão pela qual pouco foi recuperado do cotidiano dos moradores da segunda metade do século XIX, e quase nada daqueles do final e transição para o XX.

O levantamento documental confirmou a interpretação, feita a partir apenas dos dados arqueológicos, de que a vizinhança que descartou o lixo estudado foi ocupada por setores intermediários da bipolarizada sociedade oitocentista. As casas, destinadas a aumentar os rendimentos dos seus abastados proprietários, foram alugadas a pequenos comerciantes, funcionários públicos, escriturários, amanuenses, militares de baixa patente, conferentes, cobradores, contínuos, administradores, viúvas, senhoras sós, entre outros. Exceções foram três moradores bem aquinhoados, todos da década de 1870: Henrique Jacob Dantas, que ocupou o lote nº 370; José Raymundo de Brito, o nº 376; e Eugênio Guimarães Rebello, médico e professor de línguas, que, na virada do século, residiu no nº 366, tendo casado sua filha com Leopoldo Capanema, filho do Barão de Capanema.

No outro extremo, a presença de escravizados nessas unidades domésticas foi subestimada pela arqueologia, que conseguiu recuperar apenas escassos objetos, tanto de uso pessoal quanto relacionados às suas crenças espirituais. As fontes textuais mostraram que sua presença foi muito mais intensa do que os vestígios arqueológicos nos fizeram supor, a julgar pela quantidade de anúncios referentes à compra, venda, hipoteca e aluguel de cativos, em quase todas as casas, reivindicando constantemente sua força de trabalho. Inclusive como cozinheiros, do sexo masculino, em pelo menos dois casos, uma atividade tradicionalmente atribuída, pela arqueologia, a mulheres. Foi confirmada a possibilidade,

---

<sup>2</sup> Sua importância pode ser medida pela designação dada, desde então, aos funcionários da limpeza urbana, até hoje denominados como garis.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://asseiomrj.com.br/convencoes/item/22-historia-da-limpeza-urbana.html>. Acesso em: 02 Dezembro 2020.

levantada por Sene e Morgado a partir do achado de fogareiros/braseiros, de alguns dos cativos ou cativas serem escravos de ganho, uma prática corrente à época, que reforçava o orçamento doméstico dos seus donos. Essa distância entre o registro arqueológico e o documental, no caso da rua Riachuelo, confirma mais uma vez um ponto de vista que defendemos há muito tempo, embora contraditado por colegas que se dedicam ao estudo da diáspora africana: a baixa visibilidade dos escravizados em sítios arqueológicos, apesar da agudeza do olhar e da sensibilidade cada vez mais apurada dos pesquisadores que se dedicam ao tema, para a percepção dos seus vestígios. Neste caso, mais uma vez, em forte descompasso com o que dizem as fontes textuais.

Essa baixa visibilidade se estende, como é sabido, às mulheres e às crianças, o que mais uma vez foi comprovado na amostra da rua Riachuelo. Embora maciçamente presentes em qualquer grupo humano, seus vestígios materiais diretos são, via de regra, escassos, e, neste caso específico, foram proporcionais ao papel insignificante que a sociedade patriarcal do império escravista reservou a ambas.

Em suas linhas gerais, o que foi possível contar sobre os moradores da vizinhança a partir dos achados arqueológicos está relativamente próximo do que foi possível saber a respeito deles através das fontes documentais consultadas. Estas revelaram, para além do que foi encontrado e analisado pela arqueologia, uma inesperada e surpreendente movimentação dessas pessoas, sobretudo na condição de inquilinos de casas de cômodos. Quem eles foram, em que trabalharam, o que fizeram, o perfil dos empregados domésticos chamados ao seu serviço, tanto escravizados quanto libertos, além de episódios de sua vida cotidiana, que variaram de pitorescos a dramáticos. Mais ainda, foi possível obter um maior detalhamento das diferentes configurações que as casas da vizinhança estudada foram assumindo ao longo do tempo, em resposta às novas pressões e exigências que se impunham com a urbanização acelerando a passos rápidos.

A cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, foi progressivamente mudando de pele, substituindo aos poucos a feição colonial da velha cidade barroca por novas formas de viver no espaço urbano, mais condizentes com a nova ordem que surgia, na contradição da sua coexistência com o velho que subsistia. Começou a ser esboçada a separação do espaço de trabalho do espaço doméstico, de tal forma que uma nova paisagem urbana foi sendo modelada, configurada no espraiamento dos sobrados - prédios mistos onde no térreo funcionava um estabelecimento comercial, e no piso acima uma residência particular, do mesmo ou de outro proprietário (Fig. 9).



Figura 9. Rua Riachuelo, foto de Augusto Malta, início do século XX: aspecto de alguns de seus sobrados. Ao fundo, os Arcos da Lapa e o bondinho de Santa Teresa, cujo ramal foi inaugurado em 1896, operado pela Companhia Ferro-Carril, fundada em 1872.

A vizinhança da rua Riachuelo estudada neste volume e a notável mobilidade que caracterizou seus residentes na segunda metade do século XIX e início do XX são a corporificação desse processo, que pode ser acompanhado através das sucessivas mudanças sofridas pelas edificações, pela multiplicidade de funções que elas foram assumindo através do tempo, e pela substituição incessante dos seus ocupantes. Essa intensa dinâmica dificultou - ou mesmo inviabilizou - a associação direta da materialidade encontrada pela arqueologia a moradores específicos, interesse maior dos arqueólogos urbanos, com vistas à recuperação de histórias de vida. Ela permitiu tão somente considerações de ordem mais genérica sobre o dia a dia de um pequeno porém representativo segmento das camadas intermediárias da bipolarizada sociedade escravocrata, que viveram no centro do Rio, via de regra desqualificadas como pouco relevantes para a história da cidade. Mas que, absorvendo e engendrando insignificantes e quase imperceptíveis alterações nas suas práticas diárias, no seio das unidades domésticas, não apenas reproduziam microcosmicamente como influenciavam os processos socioculturais, econômicos e políticos que se desenrolavam nas esferas mais amplas da sociedade. Assim, muito pelo contrário, na verdade esses foram segmentos importantes e fundamentais no caldeirão das transformações que se operavam no Rio de Janeiro, capital do país, na transição do império escravista para a república progressivamente capitalista, embriões das suas futuras classes médias. Justo por conta disso, foi precisamente uma pequena amostra desses segmentos que procuramos destacar e valorizar no presente estudo.

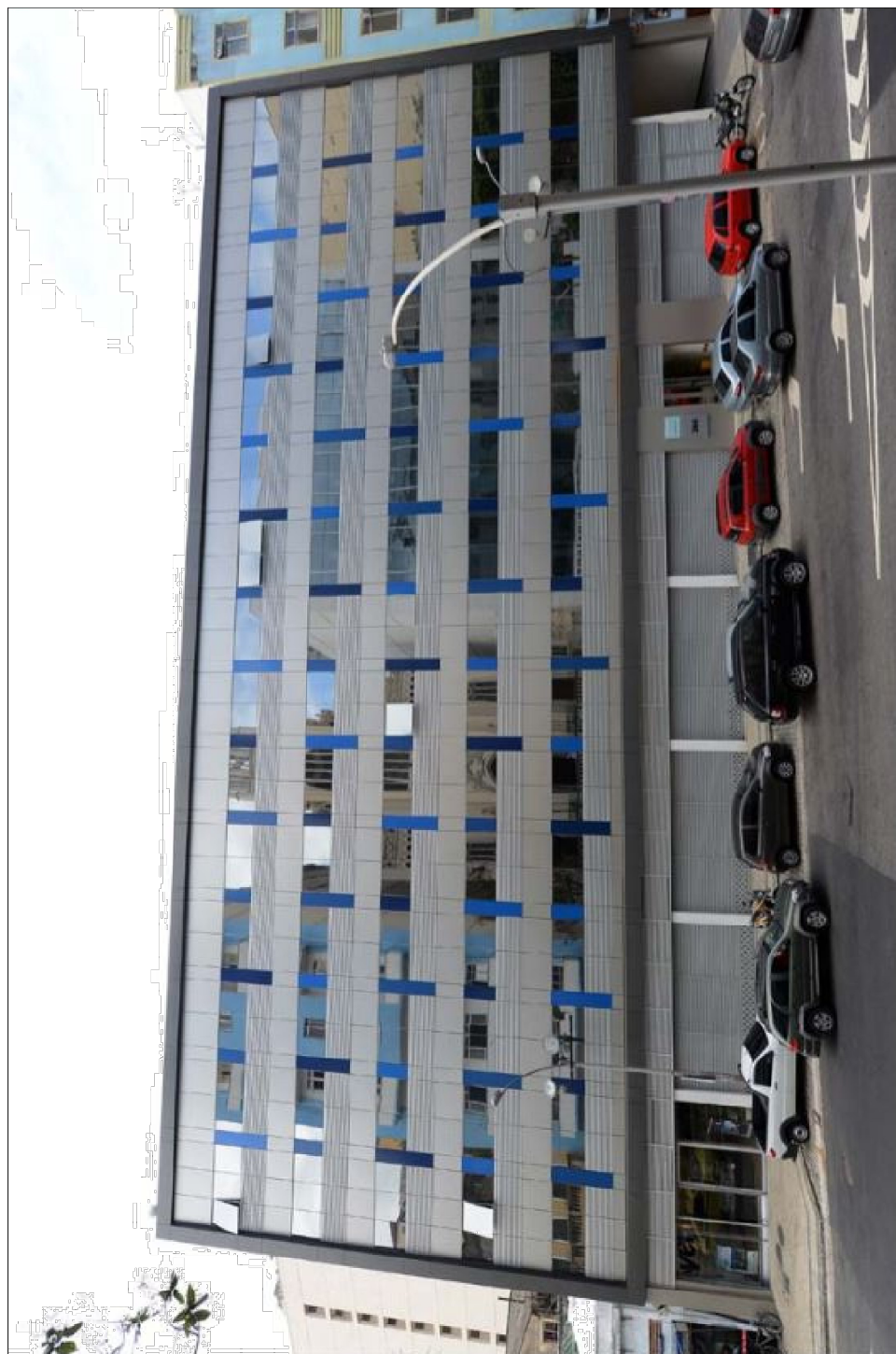
## REFERÊNCIAS

BEAUDRY, Mary Carolyn. Introduction: ethnography in retrospect. In: D'AGOSTINO, Mary Ellen; WINER, Elizabeth Prine; CASELLA, Eleanor (Ed.). *The written and the wrought: complementary sources in Historical Anthropology*. Berkeley: University of California, 1995, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Stories that matter: material lives in 19th-century Lowell and Boston, Massachusetts. In: GREEN, Adrian; LEECH, Roger. (Ed.). *Cities in the World, 1500-2000*. United Kingdom: Society for Post-Medieval Archaeology, 2006, p.1-20.

\_\_\_\_\_. Documentary archaeology: dialogues and discourses. In: SYMONDS, James; HERVA, Vesa-Pekka (Ed.). *The Oxford Handbook of Historical Archaeology*. Oxford: Oxford Handbooks Online, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199562350.001.0001/oxfordhb-9780199562350-e-3>>. Acesso em: 08 Julho 2020.

WILKIE, Laurie. Documentary archaeology. In: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary. *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.13-33.



No século XXI, os lotes nºs 366, 368, 370, 372, 374, 376, 378, 380 e 380 A agora lembrados como Edifício Corporate Riachuelo 366.



# AUTORES

**André Arcanjo Peres**

**Andrea Jundi Morgado**

**Glaucia Malerba Sene**

**Luan Sancho Ouverney**

**Marcos André Torres de Souza**

**Martha Locks**

**Nayara de Moraes Amado**

**Tania Andrade Lima**

  
#museu  
nacional  
**VIVE**